

MARIA JOSÉ ANTUNES DA SILVA
JOSENICE FERREIRA DOS SANTOS ARAÚJO
INGRID KARLA DA NÓBREGA BESERRA



O SERVIÇO SOCIAL E O PRONERA

EDUCAÇÃO E LUTA DE CLASSES



MARIA JOSÉ ANTUNES DA SILVA
JOSENICE FERREIRA DOS SANTOS ARAÚJO
INGRID KARLA DA NÓBREGA BESERRA



O SERVIÇO SOCIAL E O PRONERA

EDUCAÇÃO E LUTA DE CLASSES



MARIA JOSÉ ANTUNES DA SILVA
JOSENICE FERREIRA DOS SANTOS ARAÚJO
INGRID KARLA DA NÓBREGA BEZERRA
(ORGANIZADORAS)

SERVIÇO SOCIAL E O PRONERA: EDUCAÇÃO E LUTAS DE CLASSE

VOLUME 1

MARIA JOSÉ ANTUNES DA SILVA
JOSENICE FERREIRA DOS SANTOS ARAÚJO
INGRID KARLA DA NÓBREGA BEZERRA
(ORGANIZADORAS)

SERVIÇO SOCIAL E O PRONERA: EDUCAÇÃO E LUTAS DE CLASSE

1º Edição
Volume 1
PALMAS
2025

Universidade Federal do Tocantins

Editora da Universidade Federal do Tocantins - EDUFT

Reitora

Maria Santana Ferreira dos
Santos Milhomem

Vice-reitora

Marcelo Leineker Costa

Pró-Reitor de Administração e Finanças (PROAD)

Carlos Alberto Moreira de Araújo

Pró-Reitor de Avaliação e Planejamento (PROAP)

Eduardo Andrea Lemus Erasmo

Pró-Reitor de Assuntos Estudantis (PROEST)

Kherlley Caxias Batista Barbosa

Pró-Reitor de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários (PROEX)

Bruno Barreto Amorim Campos

Pró-Reitora de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas (PROGEDEP)

Michelle Matilde Semiguen Lima
Trombini Duarte

Pró-Reitora de Graduação (PROGRAD)

Valdirene Gomes dos Santos de
Jesus

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESQ)

Marcos Vinicius Giongo Alves

Pró-Reitora de Tecnologia e Comunicação (PROTIC)

Olivia Tozzi Bittencourt

Conselho Editorial

Presidente

Ruhena Kelber Abrão Ferreira

Membros do Conselho por Área

Ciências Biológicas e da Saúde
Ruhena Kelber Abrão Ferreira

Ciências Humanas, Letras e Artes
Fernando José Ludwig

Ciências Sociais Aplicadas
Ingrid Pereira de Assis

Interdisciplinar

Wilson Rogério dos Santos

O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.



<http://www.abecbrasil.org.br>



<http://www.abeu.org.br>

Capa: Antonio André Barcelos Chagas

Revisão Linguística: Ruhena Kelber Abrão

Diagramação: Ana Luiza Lopes Costa e Valentina Rodrigues Moreno

Revisão Técnica:

Doi 10.20873//_eduft_2025_56

Ficha catalográfica

Copyright © 2025 – Universidade Federal do Tocantins – Todos direitos reservados

www.uft.edu.br

Universidade Federal do Tocantins (UFT) | Câmpus de Palmas
Avenida NS 15, Quadra 109 Norte | Plano Diretor Norte
Bloco IV, Reitoria
Palmas/TO | 77001-090



Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins (SISBIB)

Serviço Social e o PRONERA(livro eletrônico): educação e lutas de classes. Maria José Antunes Da Silva (et al.) Palmas, TO: EdUFT, 2025.
241p.

ISBN: 978-65-5390-175-9

1. PRONERA. 2. Educação. 3. Social. 4. Universidade. 5. MST I. Araújo, Josenice Ferreira Dos Santos. II. Bezerra, Ingrid Karla Da Nóbrega. Título.

CDD 384.54

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizada desde que citada a fonte.

Apresentação

O livro *Serviço Social e o PRONERA: educação e lutas de classe* convida o leitor a percorrer uma trajetória marcada por lutas sociais, conquistas coletivas e compromissos éticos em torno da educação como direito humano fundamental. Trata-se de uma produção que vai além da simples narrativa sobre a inserção do Serviço Social no Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), pois revela, de forma crítica e comprometida, experiências, desafios e aprendizados que emergem no diálogo entre a prática profissional e a construção de um projeto democrático e popular de sociedade.

Nas páginas desta obra, encontramos um esforço consistente de reflexão e sistematização que não apenas registra o percurso histórico do Serviço Social no contexto da educação do campo, mas também afirma a relevância política e pedagógica dessa inserção. Ao recuperar a centralidade da educação na luta pela reforma agrária, os autores evidenciam a importância da atuação profissional no enfrentamento das desigualdades estruturais, no fortalecimento dos movimentos sociais e na defesa da emancipação humana.

A obra ressalta o entrelaçamento entre teoria e prática, destacando como a práxis profissional do Serviço Social pode contribuir para processos educativos críticos, inclusivos e transformadores. Essa perspectiva permite compreender a educação não apenas como transmissão de conhecimento, mas como instrumento de resistência, de emancipação e de construção coletiva de alternativas diante das contradições sociais.

Ao abrir este livro, o leitor terá contato com análises que desvelam a realidade concreta das populações do campo, mas também com relatos de experiências vividas que dão vida às reflexões e demonstram a potência da educação como prática libertadora. Assim, a obra se configura como um convite à reflexão e à ação, interpelando professores, assistentes sociais,

educadores populares e militantes a seguirem firmes na defesa intransigente de uma educação pública, gratuita e socialmente referenciada.

Que esta obra inspire novas gerações de profissionais e educadores a se comprometerem cada vez mais com a luta por direitos, por dignidade e por justiça social, reafirmando a educação como direito humano e como prática transformadora da realidade.

As Organizadoras

Sumário

CAPÍTULO 1	9
O MST E A LUTA PELA TERRA NO BRASIL: O PRONERA COMO ESTRATÉGIA	
Zaira Sabry Azar	
CAPÍTULO 2	33
A EDUCAÇÃO DO CAMPO NA UNIVERSIDADE: A EXPERIÊNCIA DA TURMA CARLOS NELSON COUTINHO DA ESS/UFRJ	
Maristela Dal Moro	
Elaine Martins Moreira	
CAPÍTULO 3	50
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA TERRA – PRONERA/ UECE: MEMÓRIAS E REFLEXÕES NA LUTA PELA EDUCAÇÃO POPULAR	
Virgínia Márcia Assunção Viana	
Liana Brito de Castro Araújo	
Maria Cristina de Queiroz Nobre	
Adinari Moreira de Sousa	
Laura Marina Cunha	
CAPÍTULO 4	67
A EDUCAÇÃO DO CAMPO EM DEBATE E O PAPEL TRANSFORMADOR DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DO PRONERA, NA UFT	
Maria Helena Cariaga Silva	
Maria José Antunes da Silva	
Josenice Ferreira dos Santos Araújo	
Rosemary Negreiros de Araújo	
Ingrid Karla da Nóbrega Beserra	
CAPÍTULO 5	80
EDUCAÇÃO DO CAMPO NO TOCANTINS: REPERCUSSÕES PARA AS FAMÍLIAS DO ASSENTAMENTO VALE DO BARREIRAS	
Ronne Eterno Oliveira da Silva	
Sandra de Oliveira Gomes Pereira	
CAPÍTULO 6	95
O NÓ CRÍTICO ENTRE QUESTÃO AGRÁRIA E QUESTÃO SOCIAL NO SERVIÇO SOCIAL	
Fernando de Oliveira	
Maria José Antunes da Silva	
CAPÍTULO 7	112
ACAMPAMENTO OLGA BENÁRIO: LUTA E CONQUISTA DA TERRA	
Maria das Graças Custódia de Deus	
Messias Vieira Barbosa	

CAPÍTULO 8	136
MEMÓRIAS DE UMA MULHER EM LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA NO TOCANTINS (TO): CONFLITOS E RESISTÊNCIAS	
Maria Vicência Prima de Araújo	
Rosemary Negreiros de Araújo	
CAPÍTULO 9	154
MEMÓRIAS ENTRECRUZADAS COM A VIDA ESCOLAR E ACADÊMICA, MIGRAÇÃO E EXTRATIVISMO NO CERRADO DO TOCANTINS (TO)	
Cícera Nascimento da Silva	
Rosemary Negreiros de Araújo	
CAPÍTULO 10	178
MULHERES E LUTA PELA TERRA NO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS DO TOCANTINS: ACAMPAMENTO PADRE JOSIMO	
Francisca de Sousa Nascimento	
Rejane Cleide Medeiros de Almeida	
CAPÍTULO 11	196
MULHERES EM LUTA POR TERRA E TERRITÓRIO NO MST (TO): ACAMPAMENTO BEATRIZ BANDEIRA, MUNICÍPIO DE CASEARA, TOCANTINS	
Ana Lúcia Rodrigues dos Santos	
Rejane Cleide Medeiros de Almeida	
CAPÍTULO 12	210
JUVENTUDES E LUTA PELA TERRA NO ACAMPAMENTO PADRE JOSIMO, CARRASCO BONITO (TO): DESAFIOS E PERSPECTIVAS	
Jorge Luis Ruberto Lima	
Rejane Cleide Medeiros de Almeida	
CAPÍTULO 13	227
A RESISTÊNCIA DAS MÃOS QUE QUEBRAM: a organização política das mulheres na AMTR - MA	
Galhardo Lima da Silva	
Zaira Sabry Azar	
SOBRE OS ORGANIZADORES	245
SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES	246

CAPÍTULO 1

O MST E A LUTA PELA TERRA NO BRASIL: O PRONERA COMO ESTRATÉGIA

Zaira Sabry Azar¹

RESUMO:

O texto trata da luta histórica pela terra no Brasil, travada por organizações e movimentos sociais do passado e da atualidade. Destaca, nesse cenário, a luta pela reforma agrária popular proposta pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) como uma síntese histórica das lutas nacionais e internacionais. Além disso, configura o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) no contexto da Educação do Campo, considerando que a luta pela terra e pela educação é permanentemente mediada pelas contradições e complexidades do processo social, sobretudo em meio à recente retomada das forças democráticas no Brasil.

Palavras-chave: Luta pela Terra, Educação do Campo, PRONERA

ABSTRACT:

The text addresses the historical struggle for land in Brazil, waged by past and present social organizations and movements. Within this scenario, it highlights the struggle for popular agrarian reform proposed by the Landless Rural Workers Movement (MST) as a historical synthesis of national and international struggles. Furthermore, it situates the National Program for Education in Agrarian Reform (PRONERA) within the context of Rural Education, considering that the struggle for land and education is permanently mediated by the contradictions and complexities of the social process, especially amidst the recent resurgence of democratic forces in Brazil.

Keywords: Struggle for Land, Rural Education, PRONERA

¹ Docente do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão. Pesquisadora do Grupo de Estudos, Pesquisa e Debates em Serviço Social e Movimentos Sociais (GSERMS). E. mail. zairasabry@ufma.br

INTRODUÇÃO

Este texto tem como objeto a luta empreendida pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ao longo de sua história, compreendendo-o como síntese da histórica luta pela terra no Brasil. No que se refere ao MST, destaca-se que sua atuação vai além da posse da terra em si, pois está essencialmente articulada à luta pela reforma agrária entendida como o direito das famílias camponesas ao acesso às políticas públicas e à construção de uma nova sociabilidade, livre de qualquer forma de exploração, opressão e humilhação.

Nesse contexto, o texto lança luz sobre o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) como uma estratégia de concretização da Educação do Campo, uma proposta político-pedagógica voltada à construção de relações sociais emancipatórias, nas quais cada camponês e camponesa se reconheça como sujeito histórico.

O Brasil é um país marcado por profundas contradições decorrentes de um desenvolvimento historicamente dependente, cujas raízes remontam ao período colonial. A concentração fundiária constitui a base de sua (de)formação social, uma estrutura desigual que se originou na distribuição das terras então “descobertas” pelos portugueses, organizadas em capitanias hereditárias concedidas a seletos “amigos do rei”, que passaram a exercer direitos quase absolutos sobre esses territórios. Se, naquele contexto histórico, a concentração fundiária se manifestava por meio das capitanias hereditárias e sesmarias, hoje ela se expressa nos grandes conglomerados de terra controlados pelo capital, estruturado segundo o modelo produtivo destrutivo do agronegócio.

Oliveira (1993), ao refletir sobre um dos mais polêmicos debates teóricos e políticos do país sobre a questão regional, aponta o trabalho e a terra como questões ainda irresolutas para a consolidação da unidade nacional. Para o autor, “a unidade nacional mal resolvida é simultaneamente a resolução da questão do Estado Nacional, a qual somente é assegurada

na medida em que as questões do mercado de trabalho e da terra são enquadradas pelas novas classes dominantes" (Oliveira, 1993, p. 47).

No que se refere à questão irresoluta da terra, é importante observar que, historicamente, o controle e o poder exercidos pelas classes dominantes sobre o território desencadeiam os processos de conflitualidade que caracterizam a questão agrária brasileira. Essa conflitualidade, resultante de interesses de classe antagônicos, expressa problemas e desigualdades estruturais inerentes ao capitalismo. Sua superação, portanto, não se daria por meio da complacência, mas por processos de organização e luta camponesa. Como afirma Girardi (2008, p. 72), é por meio das diversas formas de reação que o campesinato se constitui e se reconstrói na dinâmica social do país.

Para Luna (1984, p. 82), *"a luta camponesa é, pois, a reafirmação de sua contestação ao caráter monopolizador da propriedade fundiária capitalista pela violência do capital e do Estado"*. Essa contestação já era realizada pelas populações escravizadas, descontentes com as relações sociais e de trabalho estabelecidas. Destaca-se a particularidade da questão étnico-racial presente na caracterização social do trabalho escravo, que reverbera intensamente até hoje no Brasil, onde a população negra, em especial, assim como a indígena, encontra-se submetida às piores condições de vida. Vastos são os dados que mostram que ambos os segmentos ocupam os piores índices em todas as dimensões da vida social como saúde, trabalho e, especialmente, educação, sendo o meio rural o espaço onde o analfabetismo historicamente predomina.

As desigualdades impostas às classes trabalhadoras no Brasil não têm sido aceitas de forma harmoniosa, mas enfrentadas por meio de inúmeras lutas que marcam a história nacional. Desde a resistência indígena à dinâmica massacrante do "povoamento" das terras "descobertas" até os confrontos explicitamente anticapitalistas que caracterizam os movimentos sociais atuais, registram-se marcos regionais e nacionais que evidenciam a luta social, em particular a luta camponesa e do MST. Este último tem a

educação como eixo central em sua jornada, empenhando-se por uma formação voltada para a liberdade.

Neste artigo, destacam-se os 40 anos de luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, entendidos como uma síntese dessa trajetória, uma vez que congregam lições de diversas lutas nacionais e internacionais. Ressalta-se, especialmente, a articulação entre camponeses (campo) e operários (cidade) como estratégia de enfrentamento ao ideário hegemônico da exploração da força de trabalho pelo capital.

Cabe esclarecer que o objetivo aqui é apontar aspectos que referenciam essa luta, constituindo uma abordagem geral dessa dinâmica, com ênfase em elementos que evidenciam as conquistas da reforma agrária promovida pelo MST especialmente no campo da educação e o papel do PRONERA. Esse enfoque, porém, não nega as contradições, os problemas e os desafios inerentes a esse processo.

O artigo está organizado em dois itens, além desta introdução e das considerações finais. No primeiro, faz-se uma recuperação histórica das lutas camponesas; no segundo, abordam-se os 40 anos do MST enquanto síntese da luta da classe trabalhadora, explicitando suas conquistas, com destaque para a educação por meio da consolidação do PRONERA. Considera-se que a luta anticapitalista exige a unificação das frentes de resistência, respeitando as devidas autonomias, e que a luta pela terra e pela educação é mediada por contradições e complexidades próprias das relações sob os ditames do capital.

LUTAS PELA TERRA: MARCOS HISTÓRICOS

Neste item, faremos uma recuperação das lutas sociais, em especial camponesas, que marcaram a história do Brasil. Tendo como referência a colonização brasileira, observa-se que, política e economicamente, a posse e o controle da terra constituem elementos centrais para a geração de riqueza e o exercício do poder. Esse poder originou-se no uso e na posse

das terras outorgadas pela Coroa portuguesa a seus representantes, bem como à Igreja, aos desbravadores e aos conquistadores, constituindo o sistema de capitanias e sesmarias, gênese dos latifúndios estruturais do país. Em termos de uso, as grandes extensões de terra firmavam-se sob duas perspectivas: a ociosidade ou a produção mercantilista voltada para o mercado externo.

Para as populações que não tinham acesso ou direito à terra sob os ditames coloniais, ambas as possibilidades inviabilizavam profundamente suas condições de vida. Efetivamente, o direito à terra como propriedade foi legalmente constituído pela Lei de Terras de 1850, considerada o marco de formalização da privatização da terra no Brasil. Com um padrão nitidamente concentrador, a lei regularizou, com exclusividade, a posse dos grandes posseiros e fazendeiros remanescentes da colonização, condicionando o acesso à propriedade por parte dos demais sujeitos estritamente à dinâmica de compra e venda (Santos, 2010, p. 35). Com essa iniciativa jurídica, gerou-se a necessidade histórica da reforma agrária objeto de disputa desde então, ainda que na época não fosse identificada por esse termo. Assim, se a estrutura fundiária concentrada é histórica, histórica também deve ser considerada a luta pela terra.

Sob a lógica dicotômica do capital, as relações contraditórias e complexas entre as classes pautam-se em interesses antagônicos, o que se reflete diretamente nas formas de enfrentamento. Essas lutas e resistências no país antecederam o próprio período da escravização africana, visto que os povos originários já utilizavam estratégias de resistência contra os invasores portugueses e suas tentativas de escravização. A contestação indígena, contudo, foi fortemente combatida pela estratégia europeia de divisão entre povos e nações que promoveu guerras interétnicas. O fato é que...

os indígenas brasileiros não aceitaram perder seus campos de caça e coleta para as plantações, nem o regime de escravidão iniciado em 1530. Rebelaram-se violentamente tanto contra a ocupação de seus territórios quanto contra as tentativas de escravização. São razoavelmente conhecidas a Confederação dos Tamoios, no litoral sudeste, entre 1555 e 1567; a Guerra dos Bárbaros, no Nordeste, entre 1683 e 1710; a Guerra dos Manus, entre 1710 e 1717; e a Guerra dos Guaranis, entre 1760 e 1767 (Pomar, 2009, p. 31).

Demarca-se que, apesar do violento domínio colonial português, a resistência indígena foi determinante para desestabilizar a reorganização da produção, o que posteriormente resultou na introdução da escravização africana, cujas relações se caracterizaram, desde o início, por intensos conflitos. Naquele momento, como maior expressão da luta negra, o quilombo constituiu-se como:

incontestavelmente, a unidade básica de resistência do escravo. Pequeno ou grande, estável ou de vida precária, em qualquer região em que existisse a escravidão, lá se encontrava como elemento de desgaste do regime servil. O fenômeno não era atomizado, nem circunscrito a determinada área geográfica, como se dissesse que somente em locais com circunstâncias mesológicas favoráveis ele pudesse afirmar-se. O quilombo aparecia onde quer que a escravidão surgisse (Moura, 1988, p. 102).

Ainda hoje compõem o imaginário da sociedade brasileira a força e a representatividade de lideranças negras como Ganga Zumba e Zumbi dos Palmares, heróis populares que inspiram e orientam lutas, especialmente de quilombolas e de populações das periferias em várias regiões do país. Porém, embora o quilombo constitua a maior expressão dessa resistência, é inegável a existência de outros mecanismos de descontentamento negro; são inúmeros os registros legais de revoltas, rebeliões, assassinatos de feitores e sabotagens na produção, bem como de saídas extremas como o suicídio, muitas vezes decorrente do agravamento da apatia moral e emocional, o conhecido “banzo”, que acometia grande parcela dos sujeitos traficados.

Moura (1988, p. 22) considera fundamentais as mais diversas formas de resistência negra, tanto na dimensão subjetiva quanto na coletiva, pois, para o autor, cada uma delas constituía uma estratégia de enfrentamento, inclusive contra o Estado servil à escravocracia. Silva (2019, p. 43) chama a atenção para as manifestações culturais e religiosas também como ferramentas de contra-hegemonia, destacando que “a adoção de santos cultuados pela igreja católica associados aos orixás possibilitou uma das mais importantes expressões da cultura religiosa do país: o sincretismo”. Além disso, o autor aborda a inserção negra no movimento abolicionista,

que, por ser um processo mediado por contradições e complexidades próprias das disputas políticas e econômicas, contou com sua explícita e orgânica participação.

Retomando a Lei de Terras, Moura (1988) a demarca como uma possibilidade perdida de reparação às pessoas escravizadas pelos “serviços prestados”, o que lhes legou as condições históricas de desigualdades sociais, econômicas e políticas que caracterizam as relações étnico-raciais até hoje no país. Importante destacar que tal situação de vulnerabilização não se restringe às populações negras, mas abarca outras identidades, como indígenas, ribeirinhos, extrativistas e tantas outras comunidades tradicionais existentes nas regiões brasileiras. A marginalização problematizada pelo intelectual trata, fundamentalmente, das condições estruturais às quais foram submetidas as populações negras no Brasil pós-abolição.

Na dinâmica social das contradições de nossa formação socioeconômica, além das insurreições indígenas e negras, outras importantes expressões da luta camponesa são a Guerra de Canudos (1896–1897) e a do Contestado (1912–1916), duas relevantes contestações contra o latifúndio e o avanço do imperialismo mundial. Como marcos regionais, destacam-se a Balaiada, no Maranhão (1838–1841); a Cabanagem, no atual estado do Pará (1835–1840); a revolta de Trombas e Formoso, em Goiás (1954–1957); a guerrilha do Araguaia, no Bico do Papagaio (1967–1974); e também as Ligas Camponesas, organizadas nas décadas de 1950 e 1960, principalmente no Nordeste brasileiro, no enfrentamento aos desmandos e à truculência que caracterizavam o latifúndio.

A luta pela terra, enquanto tal, assume centralidade na história nacional, sendo travada entre grandes latifundiários e famílias camponesas, em conflitos e confrontos diretos e indiretos. Contudo, na especificidade da reforma agrária, essa pauta só obteve reconhecimento institucional pelo Estado na década de 1960, com a instituição do Estatuto da Terra (Lei nº 4.504, de 1964) pela ditadura civil-militar, apesar de o debate político já

ocorrer de forma efervescente bem antes. Stédile (2005, p. 14) aponta que:

a primeira manifestação real a concluir que o Brasil tinha um grande problema agrário, representado pela concentração da propriedade privada da terra (provocada pela aplicação da lei de terras desde 1850) foi realizada pela bancada eleita pelo Partido Comunista do Brasil (PCB), na Constituinte de 1946, e defendida em plenário por seu líder maior, o senador e capitão do Exército Luiz Carlos Prestes, propondo um programa de reforma agrária para resolver aquele grande problema.

Registra-se uma diversidade de manifestações em torno da reforma agrária, todas permeadas pelo viés político-ideológico de seus proponentes, oscilando entre concepções conservadoras e reacionárias até as perspectivas revolucionárias. Por exemplo, em 1954, o então deputado federal Coutinho Cavalcanti, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) do estado de São Paulo, apresentou o primeiro projeto de reforma agrária sob influência marxista que, em seus 250 artigos, questionava o latifúndio e defendia, dentre outras coisas, “uma justa distribuição da propriedade”, além de ações de proteção ambiental e social. Tal projeto tramitou até 1971, quando foi sumariamente arquivado em pleno regime militar.

O debate sobre a necessidade da reforma agrária foi encampado por diversos setores da sociedade, englobando intelectuais, partidos políticos e setores progressistas da Igreja. Os camponeses, enquanto sujeitos centrais da questão, intensificaram seus processos organizativos em todo o país. Como marco da articulação camponesa nacional, em 1961, o I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas lançou sua carta-declaração, na qual denunciou o monopólio da terra como obstáculo para o desenvolvimento do país, destacando as relações de trabalho “semifeudais”, que “escravizam e brutalizam milhões de camponeses sem terra”. Na carta, os camponeses declararam “sua decisão inabalável de lutar por uma reforma agrária radical”, exigindo uma “reforma agrária efetivamente democrática e progressista”, com uma “radical transformação da atual estrutura agrária do país”; “a desapropriação, pelo governo federal, dos latifúndios” e a garantia de “acesso à posse e ao uso da terra pelos que nela desejam trabalhar” (Stédile, 2005, p. 76). Compunham esse Congresso a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), o

Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER) e as Ligas Camponesas.

As perseguições e a violência institucional que caracterizaram os governos militares, apesar de desfecharem duros impactos, não extinguiram as organizações e os movimentos de luta pela terra e pela reforma agrária; prova disso é que duas grandes referências contemporâneas foram gestadas naquele período: a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), com caráter sindical, e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Com a redemocratização, foi editado o I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), em 1985, com metas que nunca foram cumpridas pelo Estado, o que fez com que as lutas reacendessem por meio de manifestações contundentes em prol da reforma agrária. Sucederam-se marchas, ocupações de terras improdutivas e de órgãos públicos, articulações com parlamentares, além de um denso trabalho de base voltado à formação política e ao enfrentamento aberto. Em paralelo, operou-se um intenso processo de repressão, perseguição e criminalização dos movimentos sociais e de suas lideranças.

Marcos trágicos da violência estatal foram o massacre de Corumbiara, em 1995, um conflito entre forças policiais e trabalhadores sem terra em Rondônia, que resultou no assassinato de nove trabalhadores, dois militares e um homem sem identificação, e o massacre de Eldorado dos Carajás, em 1996, no Pará, com o assassinato de vinte e um trabalhadores sem terra pela polícia militar. A violência de Estado expôs internacionalmente a omissão do governo brasileiro quanto à resolutividade da grave questão agrária nacional e, em especial, a vergonhosa situação de pobreza no campo, decorrente da histórica concentração fundiária.

Em resposta a esses episódios, 100 mil pessoas realizaram a Marcha Nacional do MST, que “exigia a punição para os responsáveis pelos repetidos massacres de trabalhadores rurais, com destaque para o de Eldorado dos Carajás, cujas imagens foram imortalizadas pelas fotos do

notável fotógrafo Sebastião Salgado" (Lerrer, 2003, p. 51). Essa mobilização, denominada "Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça", "teve como manifesto propósito chamar a atenção da sociedade não só para a necessidade da reforma agrária, mas também para o problema do desemprego nas cidades e para a impunidade dos crimes e violências cometidos contra os trabalhadores rurais na disputa por terras no Brasil" (Chaves, 2000, p. 13).

Pressionado pela sociedade civil e por organismos externos, o governo federal implementou ações emergenciais coordenadas, inicialmente, pelo Gabinete do Ministro Extraordinário de Política Fundiária, posteriormente transformado em Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Contudo, as iniciativas governamentais impuseram programas e projetos subordinados à lógica mercadológica do ideário neoliberal, sem alterar a estrutura da desigualdade fundiária ou as condições materiais de vida das famílias camponesas.

Embora a luta pela terra e pela reforma agrária tenha se intensificado e resultado na conquista de inúmeras áreas de assentamento, a adesão do Estado brasileiro ao modelo político-econômico neoliberal desencadeou profundas transformações no mundo e nas relações de trabalho, afetando a organização e as mobilizações dos movimentos sociais, especialmente no campo. Esse ideário neoliberal foi assumido no Brasil durante o processo de redemocratização, ainda no governo Sarney (1985–1990), e se mantém como baliza macroeconômica, perpassando diferentes gestões, inclusive os governos do Partido dos Trabalhadores (PT), período em que tal projeto socioeconômico se consolidou por meio do neodesenvolvimentismo.

O cenário nacional foi severamente agravado com o avanço de forças ultraliberais de cunho reacionário, representadas pela eleição de Jair Bolsonaro (2019–2022) à Presidência da República. O mandatário, ainda em campanha, evidenciou a violência como estratégia de enfrentamento aos conflitos sociais e políticos. Pautado por valores antidemocráticos, reuniu em seu entorno grupos caracterizados pela truculência e pela defesa de

interesses corporativistas. Entre suas maiores bases de sustentação, destacaram-se setores religiosos neoconservadores e frações empresariais do agronegócio, com marcante atuação no Parlamento brasileiro por meio das frentes parlamentares conhecidas, respectivamente, como as bancadas da "Bíblia, do Boi e da Bala".

Durante essa gestão, a eclosão da pandemia da covid-19 escancarou a precariedade e as desigualdades estruturais às quais estão submetidas as mulheres, as populações periféricas, negras, indígenas e, em particular, camponesas. Esse quadro foi intensificado pelo avanço do capitalismo predatório no campo e pelo recrudescimento da violência latifundiária contra qualquer forma de contestação territorial.

Destaca-se aqui, como elemento central para o acirramento dos conflitos agrários, o estímulo do então chefe do Executivo ao armamento de proprietários de terras e defensores do agronegócio, sob o pretexto de resguardar a propriedade privada. Como consequência, registraram-se assassinatos de lideranças e militantes de diversos movimentos, incluindo indígenas, ambientalistas, quilombolas e sem-terra.

Nesse cenário de adversidades, as organizações sociais enfrentam um contexto sociopolítico complexo, marcado pela fragmentação e pelo descenso das lutas coletivas, as quais ainda não foram retomadas em plenitude mesmo após a vitória eleitoral das forças do campo democrático. Atualmente, a resistência camponesa tem centrado suas ações na defesa e salvaguarda dos territórios permanentemente ameaçados pelo avanço da fronteira agrícola e do capital financeiro no campo.

São múltiplas as organizações e movimentos camponeses que atuam no Brasil, a exemplo da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF), da Via Campesina, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), do Movimento dos Pequenos Agricultores

(MPA) e do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Somam-se a estes as articulações de pescadores artesanais, organizações quilombolas como a Coordenação Nacional de Articulação de Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), além de pastorais sociais como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Pastoral da Juventude, a Cáritas e demais representações regionais.

Dentre os diversos sujeitos desse processo histórico, destaca-se o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que, ao completar quatro décadas de existência, expressa a síntese dialética de múltiplos processos de luta pela terra e pela reforma agrária no Brasil e no mundo — temática que será aprofundada a seguir.

O PRONERA: materialização da Educação do Campo

O MST é um dos mais importantes movimentos camponeses da história do Brasil e uma referência mundial por seus quarenta anos de luta pela terra, pela reforma agrária e pela transformação da sociedade com base em valores de solidariedade e humanismo.

Surgido na efervescência da redemocratização do país, o Movimento é “resultante de um processo histórico da formação do campesinato brasileiro, tendo sua gênese determinada por fatores econômicos e políticos” (Silva, 2011, p. 47). Em sua caminhada, imprime uma dinâmica própria, pautada em valores e princípios que lhe conferem singularidade. Nesse sentido, assume papel de destaque por enfrentar não apenas o latifúndio tradicional, mas, essencialmente, o capital em suas mais variadas expressões no campo.

Com caráter autônomo e de massas, o MST não circunscreve sua atuação às áreas de acampamentos e assentamentos ou às famílias sem terra, nem mesmo à sua base orgânica, pois a concepção política que o orienta é a da luta de classes. De dimensão nacional, o Movimento está organizado em 24 estados brasileiros e tem como estratégias centrais a

ocupação de terras, em particular as improdutivas, as marchas e a organicidade das famílias acampadas e assentadas. Busca, ainda, a articulação com outras organizações e movimentos sociais do campo e da cidade na perspectiva da aliança operária e camponesa, em uma escala que ultrapassa as fronteiras nacionais e orienta sua dimensão internacionalista.

Os princípios e métodos organizativos que norteiam sua direção e organização política mediados por contradições e complexidades próprias da sociabilidade capitalista foram construídos a partir das lições aprendidas pelo próprio Movimento, bem como pelas experiências de outras organizações e lutas históricas. Como herdeiro de diversas frentes de resistência nacionais e internacionais, o MST construiu práticas baseadas em valores humanistas e socialistas, com um método sólido de formação e estímulo ao estudo. Nessa condição, buscou aportes em várias fontes teóricas e políticas revolucionárias para compreender as revoluções camponesas e os processos e modelos de reforma agrária pelo mundo, não se limitando à dimensão pragmática, mas voltando-se rigorosamente à apreensão teórica desses processos.

Em seus 40 anos, o Movimento apresenta conquistas expressivas, mas também profundos desafios. Sem se prender a uma abordagem puramente numérica, no que se refere ao acesso à terra, pode-se dizer que o Brasil hoje é um país marcado pela “lona preta”, que simboliza os acampamentos dos sem-terra em todas as regiões. Esses acampamentos, em geral, resultam de ocupações organizadas pelo MST nos estados em que atua, constituindo-se como um farol de esperança para famílias expropriadas de seus meios e condições de reprodução social pelo capital e lançadas à própria sorte.

A exigência da reforma agrária pelo MST pode ser sintetizada em suas palavras de ordem, definidas conforme a conjuntura social e política brasileira para demarcar as diretrizes de suas estratégias de luta. Por meio dessas expressões, o Movimento revela seu amadurecimento político e seu compromisso com as lutas da classe trabalhadora. Lemas como “ocupação

é a única solução”, “ocupar, resistir, produzir”, “sem reforma agrária não há democracia”, “reforma agrária: por um Brasil sem latifúndio”, “reforma agrária: uma luta de todos” e “reforma agrária: por justiça social e soberania popular” denunciam as práticas opressivas contra as famílias camponesas e, ao mesmo tempo, convocam a sociedade para o enfrentamento.

A luta anticapitalista empreendida pelo MST articula-se a partir de diferentes frentes na perspectiva da construção de outra sociabilidade, sendo a organicidade vivida pelas famílias assentadas o seu fio condutor. Sob essa ótica, torna-se imperativo que:

o processo de organização faça diferença não só no aspecto físico, mas também e principalmente no aspecto político, entendendo isso como elevação da consciência para o avanço da luta. [...] O movimento (de movimentar mesmo) que deve ser feito é o de conseguir que o processo de luta seja permanente formador das dimensões humanas, políticas, culturais, afetivas, sociais, econômicas, enfim, que garanta mudanças importantes na cabeça das pessoas, fortalecendo a identidade de Sem Terra, consolidando a identidade da classe trabalhadora. (Misnerovicz, 2007, p. 01)

Com a clareza de que a disputa pela terra ocorre no âmbito da luta de classes, a prática da solidariedade manifesta-se em ações concretas. Um exemplo contundente ocorreu durante a pandemia da covid-19, quando famílias acampadas e assentadas doaram 9 mil toneladas de alimentos saudáveis, além de 2,5 milhões de marmitas solidárias e 10 mil cestas básicas (MST, 2024, p. 161). Outra dimensão deste princípio reside nas brigadas internacionalistas, que apoiam frentes de luta em diversos países, resgatando a herança cultural da solidariedade internacionalista cubana.

A busca por outra sociabilidade exigiu ir além da reforma agrária pensada nos moldes tradicionais, a chamada reforma agrária clássica. Isso fez o Movimento avançar na proposição de uma Reforma Agrária Popular, que não se limita à democratização da terra e ao acesso às políticas públicas implementadas pelo Estado para o desenvolvimento econômico, mas que considera as diversas dimensões humanas e sociais para a construção de novas relações sociais baseadas em valores que confrontam abertamente o ideário neoliberal.

A denominação teórica dessa proposta é Reforma Agrária Popular, que considera que

“Os protagonistas da Reforma Agrária Popular se tornam sujeitos de sua própria história. Assim, a Reforma Agrária Popular não é um processo apenas produtivo e ambiental. É, também, um processo permanente de re-humanização e emancipação humana, contribuindo de forma permanente na construção de uma sociedade livre da exploração e das opressões, articulada ao debate estratégico de um Projeto Popular para o Brasil” (MST, 2024, p. 67).

Em relação à reforma agrária, as conquistas se expressam nas inúmeras áreas de assentamentos distribuídas por todos os estados e, com isso, milhares de famílias têm acesso a projetos e programas em diversas áreas, com destaque para a produção e a educação.

No que se refere à luta pela educação, a maior conquista foi o reconhecimento da Política Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), uma política federal instituída em 2010, inicialmente criada como programa em 1998, voltada para a educação formal oferecida em vários níveis para jovens e adultos assentados da reforma agrária. O programa foi criado para

“Atender à demanda educacional dos assentamentos rurais, dentro de um contexto de reforma agrária prioritário do Governo Federal, de assentar um trabalhador rural em um lote de terra, provendo-lhe as condições necessárias ao seu desenvolvimento econômico e sustentável.” (Brasil, 1998, p. 8)

Essa política é marcada pela concepção de educação como construto socio-histórico, permeada por uma “consciência de mudança”, expressa na Educação do Campo (Caldart, 2012, p. 261), que, entre outras características, combina luta pela educação com luta pela terra, pela reforma agrária, pelo direito ao trabalho, à cultura, à soberania popular e ao território (idem). Ou seja, a Educação do Campo, enquanto prática social, *“não se compreende em si mesma e nem apenas a partir das questões de educação, expondo e confrontando as contradições sociais que a produzem.”* (Caldart, 2012, p. 262)

Assim, como proposição política, pode ser compreendida no contexto de que as contradições materiais só podem ser superadas por forças materiais, e a teoria, por sua vez, constitui força material quando apreendida pelas massas (Marx, 2013). Nesse sentido, o PRONERA tem possibilitado o acesso de populações camponesas, em especial filhas e filhos da reforma agrária, à universidade pública. Para além da educação formal, o programa oportuniza, com perspectiva de educação popular, a construção de outras relações sociais no campo. Esse fato pode ser observado a partir do lugar dos educandos egressos dos cursos do PRONERA, que atuam em espaços, entidades políticas e movimentos sociais, nas escolas, tanto como educadores quanto gestores, além de contribuírem técnica e politicamente com associações e cooperativas de seus assentamentos.

Também pode-se considerar a teoria como força material, quando os cursos potencializam a reprodução material da vida nas áreas de reforma agrária, à medida que famílias assentadas avançam na produção de alimentos, com base em uma matriz tecnológica orientada pela diversidade de culturas, combate ao uso de agrotóxicos, alimentação e relações saudáveis, superação das violências e opressões, e respeito à natureza e à vida. Tudo isso, obviamente, pressupõe a luta por terra e políticas públicas como escola, estradas, saneamento básico e saúde, mas também imprime a luta por outra cultura societária.

Importante destacar que o PRONERA constitui resposta à luta pela educação empreendida por movimentos sociais do campo, particularmente aqueles que fazem a luta pela reforma agrária, com destaque para o MST. O programa foi concebido para atender às famílias camponesas, indo além de uma educação no campo, pois considera que o campo apresenta particularidades, necessidades e realidades distintas das populações urbanas.

Nesse aspecto, de acordo com o INCRA (2024), desde sua criação até 2024 foram realizados 545 cursos, envolvendo 192.764 educandas e

educandos em todas as regiões do Brasil, com formações que *“abrange desde alfabetização e escolarização no ensino fundamental e médio, passando pela formação profissional integrada, concomitante ou não com o ensino médio, até graduação e pós-graduação”* (INCRA, 2024, s/p).

Os números evidenciam, de forma contundente, a importância dessa política pública para o acesso à educação por uma população negligenciada pelo Estado. Como observam Molina e Jesus (2011, p. 35),

“Um dos mais importantes resultados do PRONERA tem sido sua capacidade de viabilizar o acesso à educação formal a centenas e centenas de jovens e adultos das áreas de reforma agrária. Se não fossem as estratégias de oferta de escolarização adotadas pelo programa, a partir das práticas já acumuladas pelos movimentos, entre os quais se destaca a Alternância, com a garantia de diferentes tempos e espaços educativos, esses jovens e adultos não teriam se escolarizado, em função da impossibilidade de permanecer, por seguidos períodos, nos processos tradicionais de educação, o que necessariamente lhes impediria de conciliar o trabalho e a escolarização formal. O PRONERA tem, efetivamente, se tornado uma estratégia de democratização do acesso à escolarização para os trabalhadores das áreas de reforma agrária no país, em diferentes níveis de ensino e áreas de conhecimento.”

Além disso,

“Os cursos realizados pelo PRONERA, articulados pelo MST, envolvem dimensões políticas e pedagógicas, com método próprio de formação de consciência crítica, dialogando diretamente com as realidades dos sujeitos do campo. A implementação das turmas especiais sempre foi um grande desafio, movido por utopias, trabalho militante e de vários militantes de movimentos sociais, como também do meio acadêmico, que apostaram no entrelaçamento entre o agir e o pensar, a prática e a teoria, o empírico e teórico, ou, no dizer de Roberto Lyra Filho (1986), ‘entre o ser, fazer e saber’.” (Azar e Silva, 2021, p. 02)

Para esse “ser, fazer e saber”, a universidade pública cumpre papel muito importante, apesar dos desafios. Se por um lado contribui para a apreensão da teoria pelas populações camponesas, por outro tem nesses processos a oportunidade de refletir sobre a educação e seu papel na construção e transformação das realidades sociais. Ademais, constitui oportunidade para que universidades brasileiras se referenciem socialmente através do elemento fundante do ensino superior, a articulação e indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, a partir das

relações com os movimentos sociais do campo e com educandas e educandos no cotidiano da dinâmica pedagógica. Com isso, a Educação do Campo tem provocado a universidade brasileira a refletir sobre sua condição hierarquizada de produtora de conhecimento e sobre a necessidade e importância de dialogar com saberes populares (Costa, 2018).

Apesar do PRONERA resultar da luta dos movimentos sociais do campo e apresentar-se como a mais importante política pública para a educação das populações camponesas, fortalecendo a reforma agrária e contribuindo para a diminuição da pobreza no campo, registra-se seu sistemático e contínuo desmonte, em meio ao processo de desconstrução das estruturas frágeis de políticas e programas voltados às populações camponesas, sejam assentadas, quilombolas ou indígenas.

O enfraquecimento do programa é marcado pelo avanço das forças conservadoras na disputa pelos recursos públicos, que têm atacado insistentemente os direitos sociais conquistados pela classe trabalhadora por meio da luta histórica no Brasil. Especificamente, diante das investidas do capital nas disputas pela terra com o campesinato, esses setores que defendem o agronegócio têm atacado intensamente todas as iniciativas e ações dos poderes públicos relacionadas ao fortalecimento da reforma agrária. Para garantir os interesses do capital, é imprescindível a legalização da prática predatória dos recursos naturais e da expropriação das possibilidades de reprodução da vida das populações camponesas; para isso, a negação dos direitos dessas populações é estratégica.

Por isso, os movimentos sociais do campo têm denunciado incisivamente o desmonte da educação do campo, em especial o desfinanciamento do PRONERA, o fechamento das escolas do campo e as precárias condições físicas e materiais das instituições. Ideologicamente, o ataque e o desmonte do PRONERA desmobilizam profundamente a luta pela terra e pela educação, uma vez que as famílias beneficiadas por essa política pública são afetadas em sua condição de sujeitos de direitos, sentem-se como cidadãos menores ou de menor categoria, têm sua

autoestima abalada, ficam desestimuladas por não materializarem conquistas e não projetam perspectivas de mudança. Apesar das muitas dificuldades enfrentadas, a luta pela terra e pela reforma agrária continua tendo a educação do campo, portanto o PRONERA, como estratégia central na perspectiva de uma educação humanizadora e libertadora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A luta pela terra no Brasil tem suas origens no desenho concentrado da terra que deu bases para a formação do país. A reforma agrária, como questão irresoluta, permeia a questão agrária, que tem nas desigualdades étnico-raciais um elemento muito importante nas relações estabelecidas no campo a partir da posse, do uso e da propriedade da terra.

Em seu processo histórico, o MST apresenta-se como uma luta que se recria nas contingências conjunturais da política nacional, em meio às contradições e complexidades da dinâmica societária atual. Com isso, demarca-se que todos os elementos aqui apresentados devem ser apreendidos de forma crítica e problematizada e que, caso isso não ocorra neste texto, justifica-se pelos limites impostos pelo espaço físico e pela opção da autora em elencar aspectos importantes a serem considerados, os quais simbolizam bem a insistente luta pela terra, pela reforma agrária, pela educação do campo e por uma nova sociabilidade no Brasil.

Muitas foram e são as organizações e movimentos sociais empenhados na resolução da questão em pauta, sejam indígenas, quilombolas, ribeirinhos, extrativistas, mulheres; sejam de escala regional ou nacional. Todas com concepções próprias e lutas específicas, dentre as quais o MST, que completa 40 anos, sendo reconhecido nacional e internacionalmente por sua articulação da luta pela terra à luta de classes. Isto posto, aponta-se, a guisa de considerações, que para a luta anticapitalista é imprescindível a articulação dos diversos movimentos sociais e de outras forças políticas democráticas, como partidos e setores progressistas da igreja.

Essa articulação deve possibilitar uma agenda convergente para um projeto popular com caráter nacional e internacional, numa luta unificada. Tal articulação em torno da unificação das lutas anticapitalistas se apresenta como urgente, considerando os riscos em que se encontram o planeta e a humanidade, exemplificados pela crise socioambiental promovida pelo agronegócio.

A vitória eleitoral de forças democráticas, sob a liderança do Partido dos Trabalhadores, não deve constituir desculpa para o comodismo político, sendo imperioso que organizações e movimentos apresentem demandas e exigências em relação às suas pautas, imprimindo-as nas agendas políticas nacionais, considerando inclusive as disputas políticas que permeiam o governo atual.

Ademais, a construção política do MST, a partir da luta pela terra e da reforma agrária, especificamente a luta pela educação, mesmo apresentando conquistas e avanços, dá-se mediada por complexidades e contradições. Portanto, este Movimento não pode ser analisado sem considerar as condições objetivas e subjetivas da sociabilidade imposta pelo capitalismo.

Por fim, na particularidade da luta e defesa do PRONERA, há que se considerá-lo como importante estratégia da resistência e luta camponesa, que muito tem contribuído para o fortalecimento da reforma agrária e que, mesmo sendo profundamente afetado pela dinâmica de desmonte das políticas públicas, encontra apoio e defesa junto a setores das universidades públicas, órgãos e instituições públicas que se articulam aos movimentos sociais na perspectiva do fortalecimento da luta pelo direito à terra e à educação. Tudo isso, obviamente, em meio às contradições e complexidades próprias de uma sociedade de classes.

REFERÊNCIAS

AZAR, Zaira Sabry; SILVA, Aldenir Gomes da. Os cursos de direito do Pronera: a luta por direitos para o campo. Disponível em https://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/anais_vi_simposio/artigos_vi_simposio/GT3_lutas_urbanas/v11_zaira_G3.pdf. Acesso em 15 de junho de 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Manual de Operações**. Brasília, 1998.

CALDART, Roseli Salete. Educação do campo. In CALDART, Roseli Salete e outros. **Dicionário da Educação do Campo**. Expressão Popular. 2012, São Paulo.

CHAVES, Christine de Alencar. **A marcha nacional dos sem-terra: um estudo sobre a fabricação do social**. Coleção Antropologia da Política. Relume Dumará. UFRJ. Núcleo de Antropologia da Política. Rio de Janeiro. 2000.

COSTA, José Jonas Duarte da. **Saberes e culturas camponesas ocupando universidades: o Pronera e a Educação Superior**. In. GUEDES, Camila Guimarães e outros (Org). **Memórias dos 20 anos da Educação do Campo e do PRONERA**. Universidade de Brasília, Cidade Gráfica, Brasília, 2018.

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Proposição teórico-metodológica de uma cartografia geográfica crítica e sua aplicação no desenvolvimento do atlas da questão agrária brasileira**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Geografia. Universidade Estadual Paulista - UNESP. Presidente Prudente. 2008.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). **Pronera chega aos 26 anos com cursos em todos os níveis para população do campo**. Disponível em <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202404>. Acesso em 15 de junho de 2025.

LERRER, Débora. **Reforma Agrária: os caminhos do impasse**. Ed. Garçoni. 2003. São Paulo.

LUNA, Regina Celi Miranda Reis. **A terra era liberta: um estudo da luta dos posseiros pela terra no vale do Pindaré - Maranhão**. UFMA/Secretaria de Educação do Maranhão. Coleção Ciências Sociais. Série Questão Agrária 1. São Luis. 1984

MARX, Karl. **Crítica da Filosofia do Direito de Hegel**. 3ª ed. Boitempo. São Paulo. 2013.

MISNEROVICZ, José Valdir. **Acampamento como lugar de formação humana: desconstrução e reconstrução**. Mimeo. 2007.

MOLINA, M.C, JESUS, S. M. S. A. **Contribuições do Pronera à Educação do Campo no Brasil – reflexões a partir da tríade: campo – política pública – educação**. In: SANTOS, C. A e outros (Orgs.). **Memória e História do Pronera: contribuições do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária para a Educação do Campo no Brasil**. Brasília: MDA, 2011

MOURA, Clóvis. **Rebeliões e senzala**. Editora Mercado Aberto, 4ª edição. Porto Alegre, 1988.

MST. **Agenda 2024**. Sem informações editoriais

MST. **Perspectivas democráticas e os desafios da questão racial na luta pela reforma agrária**. 2022. Disponível em <https://mst.org.br/2022/11/20/perspectivas-democraticas-e-os-desafios-da-questao-racial-na-luta-Oela-reforma-aoraria-DODular/>. Acesso 15 de julho de 2024.

OLIVEIRA, Francisco de. **A questão regional: a hegemonia inacabada**. Estudos Avançados. 1993. Disponível em <https://www.scielo.br/i/ea/a/K8GfF5R6oPY7tTQFXWMxqqP/?lanq=pt&format=>

pdf. Acesso em 10 de maio de 2024.

POMAR, Wladimir. *Os latifundiários*. Editora Página 13. São Paulo. 2009.

SANTOS, Rafael de Oliveira Coelho dos. *Estudo das políticas de obtenção dos assentamentos de reforma agrária no Brasil entre 1985 e 2009*. Monografia apresentada ao Curso de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade Estadual de São Paulo. Campus Presidente Prudente. Presidente Prudente. 2010.

SILVA, José Jonas Borges da Silva. *A contribuição da obra de Clóvis para se entender o racismo no Brasil*. Monografia do Curso Licenciatura em Estudos Africanos e Afro-Brasileiros. UFMA. 2019.

SILVA, José Jonas Borges da. *A migração na reforma agrária no Maranhão: o caso do assentamento Cigra - Lagoa Grande do Maranhão*. Monografia do Curso de Geografia da Universidade de São Paulo - USP. Presidente Prudente. 2011.

STÉDILE, João Pedro (org). *A questão agrária no Brasil: programas de reforma agrária (1946- 2003)*. Expressão Popular. São Paulo. 2005.

CAPÍTULO 2

A EDUCAÇÃO DO CAMPO NA UNIVERSIDADE: A EXPERIÊNCIA DA TURMA CARLOS NELSON COUTINHO DA ESS/UFRJ

Maristela Dal Moro²
Elaine Martins Moreira³

RESUMO:

Esse texto tem como objetivo compartilhar resultados da pesquisa sobre o curso de Serviço Social para os assentados da reforma agrária e militantes dos movimentos sociais do campo, realizado na Escola de Serviço Social da UFRJ. A turma denominada "Carlos Nelson Coutinho" teve início em 2011 e as últimas atividades ocorreram em 2017. Se fará um resgate da trajetória da educação do campo, que é o fundamento para a existência dessa experiência. Em seguida, são apresentadas as informações da pesquisa sobre a turma para permitir a análise de avanços e desafios enfrentados no decorrer de sua realização, os processos vivenciados pelos/as estudantes e, por fim, a avaliação do curso na perspectiva destes sujeitos.

Palavras-chave: educação do campo, movimentos sociais do campo, Serviço Social.

ABSTRACT:

This text aims to share the results of a study on the Social Work program offered to agrarian reform settlers and rural social movement activists, conducted at the School of Social Work of the Federal University of Rio de Janeiro (UFRJ). The class, named "Carlos Nelson Coutinho," began in 2011, with its final activities taking place in 2017. The article revisits the trajectory of rural education, which forms the foundation for the existence of this initiative. It then presents research findings related to the class, allowing for an analysis of the progress and challenges encountered throughout its implementation, the experiences lived by the students, and, finally, an evaluation of the course from the perspective of these participants.

Keywords: Rural Education; Rural Social Movements; Social Work.

² Doutora em Serviço Social, Professora Associada da Escola de Serviço Social da UFRJ. E-mail: dalmororj@uol.com.br.

³ Doutora em Serviço Social, Professora Associada da Escola de Serviço Social da UFRJ.

INTRODUÇÃO

Este texto tem como objetivo apresentar informações sobre a experiência do curso de Serviço Social voltado para assentados da reforma agrária e militantes dos movimentos sociais do campo, realizado na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Trata-se da primeira turma de graduação nessa área no Brasil. Os dados aqui sistematizados foram coletados cinco anos após a formação desse grupo, que se autodenominou “Carlos Nelson Coutinho”.

O curso teve início em 2011 e as formaturas ocorreram em fluxo a partir do final de 2015, com a entrega dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs). O projeto institucional foi formalmente concluído em 2017, com o envio do relatório final ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e o encerramento de todas as atividades administrativas.

Diante do caráter pioneiro dessa experiência no campo do Serviço Social e considerando a existência de outras turmas em andamento em universidades do país, a antiga coordenação entendeu ser relevante sistematizar e refletir sobre a proposta implementada na Escola de Serviço Social da UFRJ. Assim, em outubro de 2020, foi encaminhado um questionário on-line a todas e todos os estudantes da turma, por meio dos contatos de e-mail e WhatsApp disponíveis nos arquivos da Coordenação.

O retorno foi expressivo: 36 pessoas responderam, de um total de 50 concluintes. Após a tabulação dos primeiros dados, realizaram-se entrevistas também em formato remoto no primeiro semestre de 2022. Essa segunda fonte de informação envolveu cinco egressos, entrevistados com o objetivo de aprofundar as análises sobre os desafios enfrentados e obter mais elementos a partir de quem vivenciou diretamente a experiência. As entrevistas seguiram um roteiro inicial de perguntas abertas, abordando temas como a relação com a universidade e com o curso de Serviço Social, mudanças nas concepções e projetos pessoais, condição atual e

expectativas futuras. Buscou-se contemplar, na seleção dos entrevistados, a diversidade de gênero, de regiões e de inserções nos movimentos sociais.

A realização de turmas como essa só foi possível graças à luta histórica dos movimentos sociais pela terra, com destaque para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que pautou no Brasil a demanda por uma formação educacional com essa especificidade. A Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) foi parceira fundamental na viabilização dessa experiência na UFRJ, por meio do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), vinculado ao INCRA.

Pode-se afirmar, portanto, que a turma Carlos Nelson Coutinho é expressão das lutas pelo acesso à educação superior para as filhas e os filhos de assentados da Reforma Agrária, uma batalha empreendida desde os anos 1980 e que resultou na consolidação do PRONERA como política pública. O Programa tornou-se um importante instrumento de enfrentamento ao "latifúndio do saber" e deu origem a diversas experiências como esta, gestadas nas instituições de ensino, especialmente nas universidades públicas.

Este texto apresentará alguns elementos considerados centrais na elaboração e implementação da turma e do curso, além de dados que indicam a trajetória dos militantes que concluíram a graduação. Espera-se que a leitura proporcione reflexões e, mais do que isso, contribua para a defesa do acesso à formação superior por parte daqueles que ainda hoje estão distantes dos espaços acadêmicos e da socialização dos saberes produzidos socialmente.

Essa experiência fortalece a atuação profissional de assistentes sociais ao possibilitar o compartilhamento de conhecimentos e perspectivas que dialogam diretamente com o Projeto Ético-Político profissional, orientado pela defesa intransigente dos direitos humanos e pela construção de uma nova ordem societária.

INÍCIO DE UM SONHO: DARÁ CERTO?

Após um longo período de debate, construção do projeto e articulação com diversos sujeitos da universidade e dos movimentos sociais, especialmente o MST por meio da Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), criaram-se as condições para o início do curso, que teve início em março de 2011. A turma era composta por sessenta estudantes de vários estados do Brasil, vinculados a assentamentos da reforma agrária e engajados na luta pela terra.

Essa turma trouxe novas experiências para a universidade e possibilitou um estreitamento entre a formação acadêmica e a prática social, uma vez que grande parte dos estudantes integrava os movimentos sociais e carregava vivências, saberes e práticas que reforçavam ou colocavam em questão os conteúdos e conceitos ministrados em sala de aula.

Por ser composta por estudantes de diferentes regiões do país, a turma carregava as expressões particulares da questão social e agrária, manifestando, no espaço universitário, as contradições e mazelas vividas em seus territórios. Ao mesmo tempo, trazia as experiências de luta e resistência que moldaram suas trajetórias. No cotidiano, expressavam os princípios sustentados pelos movimentos sociais do campo, representados, nessa turma, pelo MST, pelo Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), pelo Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) e pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), com sua mística, cultura e atuação política.

O embate entre a lógica de um curso regulamentado pelas diretrizes da formação profissional e as expectativas de grande parte dos estudantes foi se revelando ao longo do tempo. Esse processo, no entanto, ampliou as possibilidades de diálogo entre a universidade, o Serviço Social e os movimentos sociais.

A principal contradição dessa experiência foi a dificuldade inicial de articular os interesses de estudantes que buscavam, sobretudo, uma formação voltada à militância com os conteúdos técnicos e específicos exigidos na formação profissional em Serviço Social. A profissão requer domínio de instrumentos próprios e competências técnicas específicas. Com o passar dos períodos letivos, esses impasses foram sendo superados, favorecendo um diálogo mais profundo entre os projetos pedagógicos da universidade e os objetivos formativos dos sujeitos envolvidos.

A proposta pedagógica adotada teve como referência as Diretrizes Curriculares do Serviço Social, aprovadas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) em 1996. Esse documento, considerado uma das expressões do Projeto Ético-Político da profissão, reafirma seu compromisso com as demandas da classe trabalhadora e orienta-se por uma leitura sócio-histórica da realidade. Os fundamentos dessas diretrizes dialogam com os princípios políticos dos movimentos sociais. Ainda assim, é preciso reconhecer que a inserção do/a assistente social na divisão sociotécnica do trabalho exige uma formação tecnicamente qualificada, o que pode se distanciar das expectativas de uma formação centrada apenas na militância. Essa tensão, classificada aqui como de “ordem particular”, contribuiu para algumas desistências no curso. No entanto, ao longo do processo, estabeleceu-se um diálogo enriquecedor entre os diferentes projetos, permitindo a consolidação da experiência.

O curso foi estruturado com base na pedagogia da alternância, que se organiza em dois momentos principais: o Tempo Escola e o Tempo Comunidade. A adoção dessa metodologia foi amplamente debatida entre docentes e representantes dos movimentos sociais, chegando-se ao entendimento de que ela deveria ser distinta do ensino à distância ou semipresencial. A inserção dos estudantes na universidade, embora em tempos distintos, não poderia comprometer a qualidade do curso. Assim, a turma deveria ter a mesma formação dos demais estudantes regulares do curso de Serviço Social.

O Tempo Escola acontecia a cada semestre, durante dois meses de aulas em tempo integral, período necessário para o cumprimento da carga horária das disciplinas e participação em atividades de pesquisa e extensão. Essa estrutura foi complementada por apoio pedagógico extraclasse oferecido por estudantes de pós-graduação. Já o Tempo Comunidade tinha como função complementar a formação, por meio da realização de trabalhos teóricos, pesquisas sobre a realidade socioterritorial e ações de extensão junto a universidades próximas às residências dos estudantes.

A carga horária total do curso foi de 3.180 horas, assim distribuídas: 2.130 horas de disciplinas teóricas, 480 horas de prática profissional, 360 horas de atividades teórico-práticas, 60 horas de disciplinas de orientação e 150 horas de atividades extracurriculares. A previsão de conclusão era o ano de 2015. Contudo, dificuldades de ordem financeira e pedagógica fizeram com que a finalização ocorresse apenas em julho de 2017.

A implementação do curso foi possível graças ao envolvimento ativo da comunidade acadêmica em suas várias instâncias. A Direção, os professores e os técnicos-administrativos da Escola de Serviço Social e da UFRJ participaram ativamente do processo. A universidade disponibilizou carga horária para os docentes e servidores envolvidos e assegurou a infraestrutura necessária para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão no campus da Praia Vermelha.

Esse curso se tornou uma referência dentro da universidade e ganhou notoriedade no Serviço Social brasileiro. Seu caráter inédito e sua afinidade com o projeto profissional provocaram debates e reflexões. Ao longo de sua realização, a coordenação do curso buscou compartilhar a experiência em eventos acadêmicos, publicando artigos em revistas científicas do Serviço Social e de outras áreas.

A experiência contribuiu significativamente para ampliar o debate entre professores, estudantes e técnicos, tanto em sala de aula quanto em

outros espaços da universidade, tornando-se referência para as demais turmas da graduação. Refletir sobre essa experiência é essencial para avaliar seus pontos fortes e frágeis e para pensar caminhos que enfrentem os desafios identificados, abrindo espaço para a construção de novos projetos formativos.

ALGUNS APONTAMENTOS ACERCA DA TRAJETÓRIA DOS CONCLUINTES DO CURSO

O encerramento dessa experiência na Escola de Serviço Social da UFRJ apontava para um novo momento, marcado principalmente pela inserção dos egressos no mundo do trabalho e pela reinserção na militância junto aos movimentos sociais que viabilizaram a formação. As trajetórias, mais uma vez, foram bastante diversas, sendo determinadas, em grande medida, pela localização regional dos ex-alunos. Embora haja uma concentração de residentes no Sudeste (34% dos formandos), há também um número expressivo no Centro-Oeste (20%) e no Nordeste (19%). Grande parte ainda vive em pequenos municípios e alguns atuam diretamente nos assentamentos da reforma agrária.

Essas condições regionais associam-se a diferenças anteriores no que se refere às condições de vida e de trabalho antes do ingresso na graduação. A depender dessas variáveis, as possibilidades de inserção imediata em alguma atividade profissional foram maiores. Constatou-se que 44% dos egressos mantêm ou intensificaram sua atuação nos quadros militantes dos movimentos sociais, com predomínio do MST, mas também com presença ativa no MPA, MMC e MAB. Isso corrobora a constatação de que muitos estudantes ingressaram no curso com o objetivo de qualificar sua atuação política. Tal percepção sobressai nas entrevistas, como mostra o seguinte relato:

Eu continuo como militante do MST, e o curso só me qualificou ainda mais para atuar no movimento social. Apesar disso, o meu sonho é atuar como profissional do Serviço Social. A formação generalista e os conteúdos

que possibilitam uma leitura crítica da realidade foram apontados como elementos centrais e articulados às demandas dos movimentos do campo. Outro depoimento reforça essa dimensão:

Compreender sobre o funcionamento da sociedade e seu modo de produção, sobre a questão social, políticas públicas etc., contribui muito na atuação na área de educação e militância nos movimentos sociais.

Apesar do forte vínculo com a base organizada, um segmento significativo demonstrou expectativas de inserção profissional como assistentes sociais em espaços sócio-ocupacionais tradicionais. Segundo os achados da pesquisa, 81,3% dos respondentes pretendiam, naquele momento ou em um futuro próximo, exercer a profissão. O índice era ainda maior quanto à docência: 85,3% manifestaram interesse em lecionar no Serviço Social. Isso revela que, mesmo entre os que ocupavam posições dirigentes nos movimentos, havia o desejo de construir experiências profissionais acadêmicas e institucionais.

Além disso, para os estudantes sem forte vínculo prévio com a militância e que ingressaram no curso na condição de filhos ou filhas de assentados, a formação profissional representava uma possibilidade real de ascensão social e de superação do desemprego ou do subemprego. No entanto, apenas 22,2% dos egressos relataram estar atuando diretamente na área do Serviço Social.

Um aspecto que merece destaque é a qualidade dos vínculos contratuais daqueles que atuam como assistentes sociais. Predominam empregos em ONGs, movimentos sociais e secretarias municipais de assistência social, especialmente em pequenos municípios. Raramente esses vínculos foram estabelecidos via concursos públicos ou contratados via CLT. De modo geral, o concurso público ainda é o principal meio de acesso à profissão no país, como aponta a pesquisa nacional do CFESS: 40,3% dos profissionais entrevistados ingressaram por essa via (CFESS, 2022).

No entanto, o mesmo relatório do órgão de classe observa que está em curso um processo de desconstrução do serviço público e de desregulamentação dos direitos de seus trabalhadores, pautado na ideia de maior eficiência do setor privado. Isso se reflete na precarização dos vínculos profissionais por meio de contratos temporários, terceirizações e comissionamentos. Embora os dados específicos dos egressos da ESS/UFRJ não sejam suficientes para explicar a totalidade desse fenômeno, eles indicam uma tendência local de diminuição dos concursos, especialmente nas municipalidades menores.

Outro dado relevante é que a totalidade dos postos de trabalho ocupados pelos egressos se localizava em áreas urbanas. Mesmo os que vivem em pequenos municípios estão vinculados a instituições citadinas. A ausência histórica de políticas sociais nos territórios rurais contribui decisivamente para essa concentração. A pesquisa do CFESS aponta que apenas 3,52% dos assistentes sociais do país atuam na zona rural, enquanto 68,74% estão em áreas urbanas e 12,73% nas regiões metropolitanas. Esse panorama denuncia a invisibilidade do campo, onde muitos trabalhadores permanecem privados do acesso adequado aos serviços públicos.

Esse cenário é preocupante, considerando que um dos objetivos do PRONERA e dos movimentos sociais do campo é garantir as condições de permanência das famílias em seus territórios. Espera-se que a formação superior de jovens assentados os capacite para intervir em seus próprios contextos. A atual tendência de absorção profissional voltada exclusivamente para o meio urbano pouco contribui com esse propósito e tensiona os esforços de contenção do êxodo rural.

Mesmo que a turma Carlos Nelson Coutinho guarde forte vínculo com a realidade agrária, enfrentou limitações estruturais para superar a invisibilização das demandas do mundo rural. Segundo os dados, 23 estudantes continuaram vinculados aos assentamentos de origem: alguns como militantes, outros na produção e comercialização de alimentos. Contudo, apenas dois desses atuam como assistentes sociais ambos em

contextos urbanos. Esses dados revelam a necessidade premente de que o Serviço Social incorpore em sua agenda as lutas dos movimentos sociais do campo e compreenda o campo e a cidade como uma unidade dialética, como defende a Lusa (2019, p. 13), *“Essa reflexão já ecoa em parte dos debates da categoria, mas é necessário avançar por meio de alianças orgânicas com os movimentos sociais e da articulação verticalizada entre ensino, pesquisa e extensão”*.

Um dado de grande relevância, já sinalizado anteriormente, diz respeito à continuidade dos estudos. Até o momento da aplicação do questionário, 30,6% dos egressos estavam matriculados ou já haviam concluído cursos de pós-graduação. No nível *stricto sensu*, dois já haviam concluído o doutorado e outro estava em fase de finalização, todos na área de Serviço Social. Esses egressos hoje compõem o corpo docente de universidades públicas. O restante estava concentrado no mestrado, destacando-se os programas de Serviço Social e o mestrado em Geografia Agrária oferecido pela UNESP, em parceria com o Incra, o PRONERA e a Escola Nacional Florestan Fernandes.

Esse mestrado representa uma conquista significativa dos movimentos sociais e reforça a centralidade que a formação acadêmica vem assumindo, especialmente no MST. A expressiva taxa de continuidade dos estudos demonstra o impacto positivo e o efeito multiplicador do curso da ESS/UFRJ. A educação tornou-se uma prioridade estratégica para o movimento e, ao viabilizar o acesso à pós-graduação, tem representado uma importante ruptura com a lógica historicamente excludente da formação superior no Brasil.

A experiência da turma Carlos Nelson Coutinho revela, portanto, os limites e as potencialidades de um projeto formativo estritamente comprometido com a transformação social, reafirmando o papel fundamental da universidade pública na construção de alternativas emancipatórias.

EM DIÁLOGO: A PERCEPÇÃO DAS/OS EGRESSOS ACERCA DO PROJETO DOS PROJETO PEDAGÓGICO DA ESS/UFRJ

Para finalizar esta reflexão, entendeu-se ser necessário buscar nas experiências vividas pelos estudantes durante os cinco anos do curso, e que estão vivas em suas memórias, os avanços e lacunas que identificaram no curso e no projeto de formação no qual foram grandes protagonistas. A tensão que se manifestou desde o início, decorrente das dificuldades de encontrar no curso de Serviço Social um aliado nos projetos que alimentam os movimentos sociais e seus militantes, foi sendo completamente superada no decorrer do curso. Muitos destes estudantes ingressaram no curso somente com a expectativa de obter um grau superior, desconhecendo totalmente o que é o Serviço Social. O fragmento da entrevista abaixo demonstra isso:

"A gente vai aprender o que era o serviço social estudando, porque a opção pelo curso veio depois que o curso estava para muitas pessoas, depois que o curso era uma possibilidade real e não porque tinha vontade de ser assistente social."

Havia uma expectativa também por parte de algumas militantes, que já reconheciam alguns intelectuais e militantes do Serviço Social, de que a formação do curso estaria voltada unicamente para a formação política. Isso aparece em algumas entrevistas:

"A gente imaginava que ser assistente social vai ajudar a gente a fazer a revolução do Brasil. Só que quando você vai perceber o que é a profissão, as características, você tem que compreender que o papel da profissão não é via de regra fazer revolução. É uma profissão liberal, cujos significados socio-históricos estão inscritos na divisão técnica do trabalho e no interior do serviço social, ainda que a gente tenha conquistado uma hegemonia."

A compreensão do lugar da profissão nas relações sociais capitalistas foi sendo incorporada pelos estudantes no decorrer dos períodos, e as tensões foram se dissipando ao ponto de considerarem que o curso representou uma transformação para suas vidas e para sua formação militante e profissional. Quando aberto espaço para comentar a experiência da graduação na ESS/UFRJ de modo mais genérico, responderam:

"Uma excelente Escola, preocupada com a criticidade do estudo e com a socialização e qualificação técnica das práticas profissionais em/do serviço social."

"Foi uma das minhas maiores realizações. A qualidade de ensino é muito boa. Ter sido graduanda da UFRJ foi uma luta conquistada pela luta de muitas trabalhadoras e trabalhadores."

"Foi muito importante ver a primeira turma do campo se formar em assistentes sociais. A história do serviço social nasce nas cidades para atender os operários, mas hoje ele pode abranger o campo brasileiro também, que seja a voz da população excluída."

Ao mesmo tempo, ficou claro para os estudantes, por meio dos entrevistados, a existência de lacunas e limites vivenciados na formação, tanto no que se refere ao currículo formal quanto à formação desenvolvida em sala de aula.

"Os conteúdos foram ótimos, a base que fundamentou o curso foi ótima. Talvez nós pudéssemos pensar (não para ser hegemônico, para ser secundário mesmo) no elemento técnico. [...] Você pensar num semestre de questões técnicas. [...] quando você sai para trabalhar você precisa desse negócio, o operativo do serviço social."

Outro entrevistado também destacou como lacuna a dimensão técnico-operativa:

"Então, para mim fica só isso, a parte prática mesmo, mas aí é devido ao campo que eu acho que só quando a gente põe o pé em campo que a gente consegue medir e notar essas lacunas."

Este elemento técnico não pode ser desprezado em nossa formação. Como diz Netto, o Serviço Social é uma profissão interventiva por natureza:

"Salvo erro meu, não há serviço social sem intervenção. Um dos traços constitutivos da profissão é, precisamente, a dimensão prática-operativa. Em poucas palavras: não há serviço social sem intervenção prático-empírica. Contudo, o papel profissional da assistente social não pode, hoje, esgotar-se na intervenção, sob pena de a profissão permanecer tributária e residual em face das ciências sociais" (Netto, 1993, p. 56).

Para a ABEPSS (1996), o que caracteriza o Serviço Social é justamente sua condição de profissão interventiva no âmbito da questão social. Portanto, o estudo da dimensão técnica indissociável de seus fundamentos

teórico-metodológicos e ético-políticos, não deve ser secundarizado. Nesse sentido, os dados sugerem haver certa dificuldade de articulação desses conteúdos por parte de docentes e estudantes. Na UFRJ, a grade curricular conta com um conjunto robusto de disciplinas em que essa dimensão operacional ganha relevância, tais como: Oficina de Prática Profissional, Planejamento, Administração e Orçamento, Indicadores Sociais, Avaliação e Monitoramento, além dos componentes de estágio supervisionado e de debates transversais como Gênero, Identidades Culturais e Direitos Humanos. Embora todas tenham sido ofertadas para a turma Carlos Nelson Coutinho, cabe questionar: seria insuficiente a carga horária ou a forma e o conteúdo com que são abordadas? Fica como tarefa para a equipe desta pesquisa aprofundar a análise desse feedback junto ao corpo docente e discente da ESS/UFRJ.

Cabe também retomar um ponto já mencionado: havia uma expectativa inicial, por parte de integrantes da turma, mais voltada para a formação política e para o contato com docentes de grande relevância no pensamento acadêmico nacional do que propriamente com a habilitação profissional. Essa percepção reconfigura-se à luz dos dados da pesquisa: em sua maioria, os estudantes expressaram o desejo de exercer a profissão e a docência na área em algum momento. Possivelmente por isso, a dimensão interventiva passou a ocupar maior destaque no horizonte dos estudantes. Essa inflexão, no entanto, não invalida a necessidade de a unidade de ensino repensar sua matriz formativa, garantindo que o aprofundamento teórico e a radicalidade crítica não obscureçam a razão de ser da profissão e a operacionalidade técnica dos futuros profissionais.

Também foi ressaltada a relevância da formação generalista, sua profundidade teórica e os aportes para a ação política e militante dos egressos:

"O eixo central do curso é preparar a intervenção não só profissional, mas também a intervenção na realidade para transformá-la. Acho que esse é o saldo principal do curso. Porque se for fazer um curso técnico, não precisa ir para a UFRJ. Mas a contribuição do curso de Serviço Social da UFRJ foi e está sendo muito importante para o MST, qualificou a intervenção, qualificou a formação, muitos da

nossa turma foram fazer um mestrado, doutorado... Enfim, o curso de Serviço Social inaugurou uma fase importante na vida pessoal e na vida coletiva."

Também consideramos relevante destacar os conteúdos mencionados como lacuna no eixo "Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira", conforme as Diretrizes Curriculares da ABEPSS. Alguns dos concluintes entrevistados mencionaram lacunas no estudo desse eixo temático:

"Ano passado, eu participei de uma atividade com as professoras da PUC do mestrado e do doutorado, elas ficaram super encantadas. Eu trouxe essa dimensão do Serviço Social para a Escola Agrícola, que trabalha desde a agroecologia até às demandas específicas da realidade dos estudantes que são as famílias. Então, eles: Como assim você está dizendo que agroecologia também pode ser uma demanda de trabalho do profissional de Serviço Social?"

O estudo da formação brasileira e sua configuração atual evidencia especialmente a particularidade do debate sobre a questão agrária. Nota-se ainda um distanciamento da categoria profissional em mediar os impactos do capitalismo na vida dos trabalhadores do campo e da cidade e suas profundas conexões, bem como conhecer propostas alternativas ao paradigma vigente de produção de alimentos e de novas possibilidades de relações de trabalho. Isso se deve, em parte, a uma formação urbano-cêntrica, como afirma um dos entrevistados:

"A crítica que a gente vem fazendo é que há uma visão urbano-cêntrica no interior do Serviço Social e que, ao se estudar a questão agrária, ela fica refém da questão social. Como se, obrigatoriamente, ela precisasse ser uma expressão da questão social. Senão, eu não consigo estudar a questão agrária enquanto assistente social. [...] É das lacunas que eu consigo falar enquanto assistente social, enquanto graduado em Serviço Social. Mas, eu creio que a grade é bastante completa, no sentido de abranger a totalidade social."

Esse debate tem avançado nos últimos anos. Desde os estudos de Raquel Santos Sant'Ana em "Trabalho Bruto no Canavial", passando por diversas teses, dissertações e publicações da UFJF, até os debates em congressos da categoria e ações de extensão universitária. Concordamos com os entrevistados quanto à insuficiência desse conteúdo nos cursos de

Serviço Social. Como compreender a luta de classes no Brasil sem conhecer o agronegócio? Como pensar a economia política sem entender os impactos da economia agroexportadora?

Na ESS/UFRJ, o laboratório "Questão Agrária em Debate – QADE" atua há 10 anos com pesquisa, extensão e disciplinas eletivas sobre o tema, tanto na graduação quanto na pós-graduação. Em 2022 e 2023, com outras instituições, foi realizado o curso de extensão "Diálogos entre Questão Agrária, Questão Social e Serviço Social", que envolveu mais de 100 assistentes sociais e estudantes de todo o país. O GTP da ABEPSS "Questões Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social" também tem tido papel relevante nesse fortalecimento.

O retorno dessas reflexões à unidade será importante para os processos de autoavaliação da formação acadêmica. As lacunas ou ênfases reduzidas em determinados conteúdos não comprometem a qualidade da formação recebida, que foi destacada em diversos aspectos, incluindo a qualificação técnica e as melhorias nas condições de vida.

"O curso me proporcionou essa alteração na condição econômica familiar."

"Eu creio que o curso em Serviço Social contribui muito nesse sentido, nos ajudando a aprender, a estudar de verdade e a fazer uma análise de conjuntura, olhar para a realidade com um pouco de rigorosidade teórica e rigorosidade analítica. [...] Muito libertador, porque o conhecimento liberta. [...] Mas, mais do que isso, me fez superar muitas limitações e me fez crescer enquanto pessoa, enquanto ser humano, enquanto um ser genérico dentro dessa sociedade."

Vê-se, portanto, pelos relatos dos entrevistados e nas respostas ao formulário, que o curso de Serviço Social foi marcante na vida desses sujeitos, ampliando seus horizontes profissionais, sua visão de mundo e fortalecendo os princípios políticos que já traziam de suas organizações sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das reflexões acerca da experiência do PRONERA na ESS/UFRJ, apreende-se que o projeto constituiu um marco tanto para a unidade de formação quanto para os sujeitos nela envolvidos. Destacam-se, como indicadores desse impacto, o expressivo contingente de egressos que já ingressaram na pós-graduação (30%), o interesse de mais de 80% deles em exercer a profissão, ainda que as condições de mercado não tenham permitido a inserção imediata de todos na área e os depoimentos amplamente positivos, os quais sinalizam avanços significativos para o Serviço Social.

Essa modalidade de curso viabiliza o ingresso coletivo de sujeitos do campo na universidade e nos espaços sócio-ocupacionais da profissão, inserindo-os em um contexto de intensas disputas societárias e profissionais. A realização dessa experiência na Escola de Serviço Social contribuiu decisivamente para o fortalecimento de um projeto educacional democrático, popular e emancipatório, rigorosamente alinhado aos princípios norteadores da categoria.

Em suma, a implementação desse projeto na ESS/UFRJ cumpriu o objetivo de contemplar a demanda histórica dos movimentos sociais por educação superior, garantindo a socialização do saber científico a um segmento de trabalhadores tradicionalmente excluído desses espaços. Trata-se de uma práxis em perfeita sintonia com uma concepção de educação voltada para a emancipação humana e para a gestação de uma nova sociabilidade.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Brasília, 1996. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf.

ALMEIDA, José A. **O Golpe Contra a Reforma Agrária no Brasil**, ENPSS. 2022, Niteroi/RJ. Disponível em <<https://www2.ufjf.br/editora/wp-content/uploads/sites/113/2022/01/QUEST%C3%83O-AGR%C3%81RIA-E-POLITICAS-PUBLICAS.pdf>>.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Brasília, 1988 (atualizada).

Conselho Federal de Serviço Social – CFESS. **Perfil dos Assistentes Sociais no Brasil: Formação, condições de trabalho e exercício profissional**. Brasília (DF) 2022

DAL MORO, Maristela; MOREIRA, Elaine M. **A formação em Ensino Superior para Trabalhadores do Campo: balanço de uma experiência em Serviço Social**. GONÇALVES, Adelaide; BRITO, Liana; VICENTE, Lourdes (orgs). **Resistência Camponesa: histórias de teimosia e esperança**. Ed UECE, Fortaleza, 2020.

LUSA, Mailiz. **Questão agrária e serviço social: desafios no reconhecimento da matéria profissional no espaço rural**. III Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social: desafios contemporâneos, IV Seminário Nacional de Território e Gestão de Políticas Sociais e III Congresso de Direito à Cidade e Justiça Ambiental. Londrina PR, 2019.

NETTO, José Paulo. **O Serviço Social hoje**. Universidades Luziadas, Repositório, 1993. Disponível em: http://repositorio.ulusiada.pt/bitstream/11067/3911/1/is_7_1997_04.pdf.

CAPÍTULO 3

CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA TERRA – PRONERA/ UECE: MEMÓRIAS E REFLEXÕES NA LUTA PELA EDUCAÇÃO POPULAR

Virgínia Márcia Assunção Viana⁴
Liana Brito de Castro Araújo⁵
Maria Cristina de Queiroz Nobre⁶
Adinari Moreira de Sousa⁷
Laura Maria Cunha⁸

RESUMO:

Este artigo reflete sobre as vivências e os aprendizados do Curso de Serviço Social da Terra, realizado na Universidade Estadual do Ceará (UECE) por meio do PRONERA (2013-2018). Denominada "Turma Eldorado dos Carajás", a graduação reuniu estudantes de nove estados da federação e formou 49 assistentes sociais vinculados a diversas organizações, como o MST, MAB, CPT, MPA e comunidades quilombolas. A sistematização da memória coletiva nos âmbitos teórico-metodológico, pedagógico e administrativo fundamenta-se nas análises sobre a pedagogia da alternância e a teoria social crítica. Por fim, ressalta-se a relevância do PRONERA como uma conquista histórica dos movimentos sociais na luta pela educação popular do campo e pela reforma agrária.

Palavras-chave: Serviço Social da Terra UECE; PRONERA; Educação Popular.

ABSTRACT:

This article reflects on the experiences and learnings of the Bachelor's Degree in Land Social Work, held at the State University of Ceará (UECE) through PRONERA (2013-2018). Named the "Eldorado dos Carajás Class", the program gathered students from nine Brazilian states and graduated 49 social workers linked to various organizations, such as the MST, MAB, CPT, MPA, and Quilombola communities. The systematization of collective memory — spanning theoretical-methodological, pedagogical, and administrative dimensions — is grounded in analyses of the pedagogy of alternation and critical social theory. Finally, it highlights the relevance of PRONERA as a historical achievement of social movements in the struggle for popular rural education and land reform.

Keywords: Social Work UECE; PRONERA; Popular Education.

⁴ Assistente Social, Doutora em Educação – UFC/IEE-ULisboa, Professora Adjunta do Curso de Serviço Social, UECE.

⁵ Assistente Social, Doutora em Educação- UFC/ FH Potsdam, Professora Adjunta Aposentada Adjunta do Curso de Serviço Social, UECE

⁶ Assistente Social, Doutora em Sociologia-UFC/UNAM, Professora Associada Adjunta do Curso de Serviço Social, UECE

⁷ Assistente Social, Doutora em Políticas Sociais/ UnB, Professora Associada Adjunta do Curso de Serviço Social, UECE.

⁸ Assistente Social, Doutora em Serviço Social/UFPE, Professora Associada Adjunta do Curso de Serviço Social, UECE

INTRODUÇÃO

Foram muitas trincheiras e batalhas para chegarmos até aqui, as quais nos forjam enquanto sujeitos em construção na superação dos obstáculos ao longo dos anos de vivência acadêmica. Aperfeiçoando os aprendizados, reforçamos nossa convicção sobre o chão de onde viemos e nos fortalecemos enquanto militantes, lutadores e lutadoras, formandos e formandas da pedagogia da luta. Deixamos para a universidade não apenas monografias, mas, acima de tudo, a produção de um conhecimento crítico da realidade, pois a ciência só tem sentido se for construída com o povo e para o povo.

O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) nasceu em 1998 da articulação histórica dos movimentos sociais e sindicais de trabalhadores rurais pelo direito a uma educação com qualidade social. Desde então, milhares de jovens e adultos das áreas de reforma agrária têm garantido o direito à alfabetização e à continuidade dos estudos em diferentes níveis de ensino. O PRONERA constitui-se como uma política pública de Educação do Campo desenvolvida nos territórios reformados e assumida pelo Estado brasileiro, com o objetivo de fortalecer o meio rural enquanto espaço de vida em todas as suas dimensões: econômicas, sociais, políticas, culturais e éticas (Manual de Operações do PRONERA, 2004).

Essa ação representa o cumprimento de reivindicações históricas das organizações populares e o empenho institucional na promoção da justiça social no campo, por meio da democratização do acesso ao ensino superior e técnico. Isso abarca desde a alfabetização e a escolarização de jovens e adultos até a formação de educadores para escolas em assentamentos e a qualificação técnico-profissional de níveis médio e superior. A educação é compreendida, portanto, como meio central para viabilizar novos padrões de relações sociais no trabalho, na organização do território e na relação com a natureza nas áreas de reforma agrária.

Enquanto política pública, o PRONERA fundamenta-se na gestão participativa e na descentralização das ações entre as instituições envolvidas. Essas organizações, por meio dos projetos acadêmicos, criam oportunidades para intervenções em coparticipação com os movimentos sociais e sindicais, instituições de pesquisa e governos locais, em prol do desenvolvimento sustentável no campo, da construção da solidariedade e da justiça social.

É fundamental destacar que, a partir do cenário político de 2014 e com o golpe parlamentar, midiático e jurídico que interrompeu o mandato da presidenta Dilma Rousseff, desencadeou-se um severo retrocesso nas conquistas sociais. Um exemplo marcante desse período foi a aprovação da Emenda Constitucional nº 95/2016, que congelou os investimentos em políticas sociais por vinte anos. A partir desse marco, os movimentos sociais urbanos e do campo passaram a enfrentar uma escalada de criminalização, expressa de forma contundente nas investidas contra o MST.

Em São Paulo, o aparato estatal autorizou a invasão e a destruição parcial da Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), enquanto escolas do campo também foram alvo de ataques, como em Minas Gerais. Paralelamente, o Acórdão do Tribunal de Contas da União (TCU) impôs um controle federal asfixiante sobre o PRONERA, retirando as universidades públicas da condição de parceiras centrais do programa e exigindo processos de licitação para o acesso aos recursos. Ademais, as reestruturações promovidas no INCRA sufocaram a política de Educação do Campo, culminando na extinção formal do PRONERA pelo Decreto nº 10.252, em fevereiro de 2020.

Esses sucessivos ataques ao programa, contudo, não impediram a materialização do Curso de Serviço Social da Terra na Universidade Estadual do Ceará (UECE), que representou um esforço coletivo em torno de um projeto pedagógico teoricamente comprometido com os sujeitos do campo. Resgatar essa memória significa reviver e cancelar a importância

de um conhecimento crítico, vivo e orgânico, estritamente necessário à classe trabalhadora e, em especial, à militância camponesa.

No Ceará, o curso foi articulado pelo MST no início dos anos 2000 com um grupo de professoras da UECE já envolvidas em pesquisas em assentamentos. No plano de trabalho inicial, o convênio teria início em dezembro de 2011 e encerramento em setembro de 2015. No entanto, fatores políticos e orçamentários interferiram, e o curso foi aprovado em 2011, iniciado em 2013 e concluído em 2018, com etapas alternadas entre Tempo Escola e Tempo Comunidade, conforme os princípios da pedagogia da alternância.

A Turma Eldorado dos Carajás foi resultado da parceria entre a ENFF/MST, a UECE e o INCRA, através do PRONERA. O curso totalizou 3.180 horas, com 2.130 horas de disciplinas teóricas, 480 horas de prática, 360 horas teórico-práticas, 60 horas de orientação e 150 horas de atividades extracurriculares realizadas em Tempo Escola e Tempo Comunidade. O plano de trabalho previa a formação de 60 bacharéis oriundos de áreas de reforma agrária de diferentes estados do Brasil, com o objetivo de capacitá-los para enfrentar problemáticas presentes nos assentamentos, como desigualdades de gênero, violência, alcoolismo e outras expressões da questão social.

Desde 2008, houve intensa articulação entre os movimentos sociais e a UECE, mesmo diante das dificuldades em firmar o convênio com todas as partes envolvidas (INCRA, MST, CPT, MAB, MPA, quilombolas). O vestibular específico ocorreu em 2012, com cotas, e as primeiras etapas formativas se deram em 2013. No entanto, manifestações políticas no INCRA Fortaleza e greves nas universidades comprometeram o cronograma, adiando as etapas seguintes para 2016. A colação de grau ocorreu em 2018, com 48 formados.

A pedagogia da alternância exigiu a construção coletiva do processo ensino-aprendizagem para além da lógica convencional de semestres

regulares. Essa experiência possibilitou maior aproximação do Projeto Ético-Político do Serviço Social, reforçando os compromissos com a democracia, a justiça social e os movimentos sociais. Destaca-se, ainda, a realização das Jornadas Universitárias pela Reforma Agrária (JURA), durante o Abril Vermelho, como prática militante e formativa.

Neste artigo, busca-se contextualizar e analisar a experiência do Curso Serviço Social da Terra na UECE, refletindo sobre o ensino superior, a dinâmica pedagógica e os desafios da educação popular em articulação com os movimentos sociais, na busca por um conhecimento crítico como ferramenta de luta e resistência.

OS DESAFIOS PEDAGÓGICOS DO ENSINO SUPERIOR NA EDUCAÇÃO POPULAR COM MOVIMENTOS SOCIAIS: experiência e vivências do PRONERA Serviço Social na UECE

O planejamento e as avaliações coletivas ao longo do processo de formação nas etapas do PRONERA Serviço Social na UECE nos remeteram à sistematização de relatórios anuais dessas fases, nos quais destacamos aspectos administrativo-burocráticos e político-pedagógicos nas dimensões técnico-operativas e teórico-metodológicas do processo de ensino-aprendizagem que merecem ser enfatizadas.

Da primeira etapa, em 2013, com a oferta do primeiro e do segundo semestres, vale destacar, na perspectiva administrativo-burocrática, que: a) as orientações da UECE para convênios impunham exigências burocráticas para a liberação dos recursos e financiamento total da contratação de pessoal administrativo e docente, visto que professoras/es efetivas/os não podiam ser lotadas/os no projeto; b) a demora na definição da contrapartida do governo estadual, por meio da UECE, atrasou os processos de licitação e a garantia da infraestrutura necessária ao desenvolvimento da formação das/os educandas/os em Serviço Social; c) o caminho de aprovação do PRONERA Serviço Social no colegiado do curso, nas instâncias decisórias da UECE e no INCRA foi finalizado em 2011, mas as

atividades acadêmicas só foram iniciadas em 2013, após pressão dos movimentos sociais, com ameaças de ocupação da reitoria.

Dos aspectos político-pedagógicos na dimensão técnico-operativa, destacamos: a) as dificuldades em implementar o projeto do curso, desde os desafios para sua aprovação inicial no curso regular, na UECE e no INCRA, até a seleção de pessoal administrativo e docente; b) a definição final da proposta cooperada de formação acadêmica construída com o MST, considerando questões pedagógicas, perfil do grupo, contrapartida das/os educandas/os, debate sobre o "kit aluno/a" (para aquisição de livros básicos) e o perfil do/a professor/a do Tempo Escola (TE) e do Tempo Comunidade (TC).

Destaca-se a importante parceria com a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) e outras universidades, com professoras/es convidadas/os para a abertura de semestres e ministração de disciplinas em coparticipação com a equipe. Contamos com o professor Lúcio Costila (UNAM), a professora Zaira Sabry (UFMA), professoras/es efetivas/os da UECE e professoras/es contratadas/os, compartilhando os conteúdos programáticos com momentos unificados entre as turmas regulares e a turma do PRONERA. A colaboração de docentes da UECE possibilitou a discussão de temáticas fundamentais, como: a Questão Agrária no Brasil (prof. José Levi Furtado Sampaio/UFC), Políticas de Cotas e Ações Afirmativas (professoras Zelma Madeira/UECE e Maria das Dores Ayres Feitosa/INCRA), o Projeto Político-Pedagógico do curso (professora Cristina Nobre), Organização Política das/os Assistentes Sociais (representações do CRESS, ABEPSS, CALSS, ENESSO), Serviço Social no Contexto da Crise do Capital (professor José Paulo Netto), pesquisa sobre as ações do PRONERA (professora Célia Brito), entre outras.

Em relação às dimensões teórico-metodológicas e aos desafios ético-políticos, desde o início das atividades acadêmicas a coordenação realizou uma pesquisa sobre a formação. Um dado interessante nos chamou a atenção no processo ensino-aprendizagem: como professoras/es

efetivas/os da UECE não poderiam ser lotadas/os nas disciplinas, foi necessário selecionar docentes com perfil profissional que agregasse experiência em sala de aula, engajamento com movimentos sociais e aproximação teórica com as questões do campo, o que não foi plenamente possível no início. Como já dizia Marx, todo começo é difícil. Enfrentamos dificuldades na relação entre professores/as e estudantes, entre elas: i) as/os educandas/os traziam uma rica formação política e esperavam respostas imediatas às suas questões; houve impacto ao se depararem com uma estrutura acadêmica mais rígida e fragmentada; todos aprendemos com esse processo; ii) a organização curricular por semestres e conteúdos muitas vezes pouco articulados causou desconforto, dada a dificuldade de articulação dos temas no tempo reduzido disponível; isso afetou sobretudo as disciplinas com conteúdos mais novos. A partir do segundo semestre, adotamos um modelo de tempo integral com disciplinas concentradas, o que melhorou o processo; iii) também foi observado um desequilíbrio entre conteúdos ministrados, tempo de estudo e produção escrita.

No primeiro semestre de 2013, como ainda não havia confirmação dos processos licitatórios, foi pactuado que as/os educandas/os arcariam com os deslocamentos até Fortaleza. As hospedagens e parte da alimentação foram garantidas pelos movimentos sociais e pela ENFF. A FUNECE disponibilizou um ônibus para o transporte entre alojamento e campus, e o restaurante universitário forneceu alimentação e impressão de apostilas.

Um aspecto positivo nesta etapa foram as Atividades Complementares Extracurriculares, como: a) Curso “Emancipação e Consciência de Classe” (prof. Mauro Iasi); b) debate sobre “Nova Realidade Agrária e Agronegócio” (João Pedro Stédile e Francisco Amaro); c) palestra sobre as manifestações de junho de 2013 (Mauro Iasi); d) audiência pública na Assembleia Legislativa do Ceará sobre os 15 anos do PRONERA; e) aula pública no INCRA com apresentação da turma à superintendência e procuradoria; f) debate sobre previdência social (professora Lúcia Lopes); g) evento sobre o dia do/a assistente social, com mesa sobre feminismo e exploração de classe; h) debate com Maria Lúcia Duriguetto, Sâmia Ramos e Maria Luiza Fontenele

sobre Estado, movimentos sociais e Serviço Social. A etapa contou com 18 monitores voluntários das turmas regulares.

Essas atividades fortaleceram a integração entre o curso regular e a turma do PRONERA, inclusive com o mestrado em Serviço Social. Nessa etapa, houve nove evasões e quatro desistências, o que levou à realização de um segundo vestibular para preenchimento de 13 vagas.

A organicidade da Turma Eldorado dos Carajás, definida pelas/os próprias/os educandas/os, é uma marca importante do PRONERA. Foram eleitos Núcleos de Base (NB), que cuidaram da organização dos espaços (salas, dormitórios, cozinha, banheiros), apoiaram atividades acadêmicas e realizaram a mística diariamente. Essa prática de acolhida e fortalecimento coletivo, com música, poesia, alvoradas, manteve-se mesmo nos períodos de regime intensivo fora da UECE, sendo fundamental para manter o vínculo com as raízes e o ânimo na jornada de construção do conhecimento crítico e coletivo.

“Ninguém Solta a Mão de Ninguém”: a busca do conhecimento como ferramenta de luta e resistência coletiva

Conforme mencionado anteriormente, o fluxo do Curso de Serviço Social/PRONERA na UECE sofreu interrupções em virtude de atividades políticas que demandaram a participação de grande parte dos educandos e educandas, somadas à greve na universidade no bimestre final de 2013 e no primeiro trimestre de 2014. Esse cenário interferiu no andamento dos certames licitatórios destinados a assegurar a infraestrutura de alojamento, alimentação, contratação de pessoal administrativo e corpo docente. Assim, a retomada das atividades acadêmicas impôs novas exigências, visto que as empresas vencedoras das licitações iniciais não corresponderam às especificidades do regime de aulas intensivas, principalmente no que tange à qualidade, quantidade e pontualidade das refeições, o que gerou desgastes na concentração e no desempenho da turma.

Nas etapas subsequentes, consolidou-se o ensino intensivo das disciplinas no Centro de Ensino e Treinamento em Extensão da Ematerce (CETREX/Caucaia), espaço onde foram estruturados o alojamento, as salas de aula, a biblioteca, a ciranda infantil, o quarto de repouso para docentes e a área de lazer. O Centro de Formação Frei Humberto foi contratado via licitação e assumiu os serviços de alimentação, resultando em maior satisfação entre os estudantes. A proposta pedagógica de divisão da turma por eixos temáticos para o desenvolvimento das pesquisas e construção dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs), aliada à organização e ao monitoramento dos estágios supervisionados, mostrou-se fundamental para a continuidade e a conclusão da graduação.

O conjunto dessas estratégias individuais e coletivas, pautado por inovações no processo de ensino-aprendizagem, garantiu o êxito nas aprovações, a conclusão da grade curricular e a colação de grau de 48 educandos que permaneceram até o encerramento do Curso de Serviço Social da Terra. Como ensina Paulo Freire (1978, p. 141-145), “não basta viver em sociedade, é necessário participar, intervir coletivamente para modificar o que há de desumano [...] No processo de reinventar o mundo [...] o domínio da linguagem e da escrita é fundamental”.

A partir do quinto semestre, o curso passou a exigir novos enfrentamentos, especialmente com a inserção do estágio supervisionado. Dada a metodologia que articula Tempo-Escola e Tempo-Comunidade, a operacionalização do estágio adquiriu contornos mais complexos, tornando-se imprescindíveis os seguintes elementos:

a) A formulação de um Projeto de Estágio Supervisionado atento às singularidades da pedagogia da alternância, pactuando-se 80 horas de atividades em Fortaleza (em regime concomitante de 60 dias junto às demais disciplinas dos semestres V e VI) e 158 horas no município mais próximo da comunidade ou assentamento de origem, sob a supervisão de um assistente social de campo;

b) A realização de mutirões para abertura de campos de estágio e a celebração de convênios da UECE com espaços sócio-ocupacionais em Caucaia, Fortaleza e nos municípios de origem dos discentes;

c) A continuidade do planejamento, execução e monitoramento em âmbito colegiado;

d) A articulação junto à Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) para a obtenção de bolsas de estudo, cujos recursos foram coletivizados e geridos em benefício comum, subsidiando despesas com deslocamento para os campos de estágio, impressão de materiais pedagógicos e atividades de formatura;

e) A regularização e o monitoramento sistemático da documentação do convênio junto ao INCRA/SICONV (Termos Aditivos e Ajustes de Plano de Trabalho);

f) A oferta da segunda etapa do Curso de Português para os estudantes;

g) A construção da III Jornada Universitária pela Reforma Agrária (JURA), em parceria com a UECE e a UFC.

A experiência docente no PRONERA/Serviço Social na UECE, amplamente socializada em artigos, livros e produções acadêmicas, confirma o trabalho coletivo como motor revigorante do processo pedagógico e como potente ferramenta de formação humana, política e profissional:

A experiência de construção do Serviço Social da Terra diz respeito também à coordenação de uma forma de trabalho que contou com a participação de diferentes sujeitos num processo contínuo de tomada de decisões, de uma análise coletiva da realidade; do planejamento, execução e avaliação a partir das necessidades da turma e das exigências da sua

formação. Um processo engendrado com base em todo o processo vivido. Esta dinâmica se objetivou a partir da necessidade de se repensar a estrutura de organização do curso, da análise da prática social, das ações políticas, pedagógicas e organizacionais do projeto. Isto exigiu um olhar sobre a articulação e inter-relação dos sujeitos envolvidos e do papel dos nossos parceiros, o que interferiu, de uma maneira ou de outra, na nossa prática acadêmica e no exercício permanente de interlocução entre academia e movimentos sociais. Neste percurso, nos desafiámos a construir um diálogo entre o conhecimento científico, os saberes e as práticas da pedagogia da luta do MST (Caldart, 1997). (Gonçalves et al., 2020, p. 174)

Os semestres finais do Curso PRONERA Serviço Social, em 2018, sintetizaram toda a aprendizagem acumulada na construção coletiva do projeto e reafirmaram a convicção de que “ninguém solta a mão de ninguém” nesse processo educativo. A realização dos semestres VII e VIII foi voltada à sistematização das pesquisas e à produção dos trabalhos de conclusão de curso, em um contexto político marcado pela intensificação da perseguição e criminalização dos movimentos sociais, pela prisão do ex-presidente Lula (PT) e pela ascensão do neofascismo, representado pela candidatura de Jair Bolsonaro (PL). Concluir o curso ainda em 2018, antes do início do novo mandato presidencial, tornou-se uma meta essencial.

O tempo comunidade, entre os semestres VII e VIII, foi dedicado à coleta de dados da pesquisa de campo (questionários, entrevistas, observação participante, tabulação, sistematização e análise), sendo fundamental para a construção das monografias. Todas/os educandas/os foram aprovadas/os em todas as atividades acadêmicas, inclusive nas duas disciplinas de estágio supervisionado, cujos relatórios e declarações foram emitidos pelas/os supervisoras/es de campo e acadêmicas/os.

As demais disciplinas foram direcionadas ao estudo e construção das monografias, com ênfase nos temas comuns presentes nos objetos de pesquisa. Cada professor/a organizou os grupos de educandas/os conforme seus temas de estudo. Os principais temas abordados foram:

questão agrária, gênero, juventude, família, saúde, educação e direitos sociais. A disciplina de pesquisa orientou a elaboração do primeiro capítulo das monografias durante o Tempo Comunidade. O acesso à biblioteca especializada e à rede wi-fi também contribuiu significativamente para a produção dos trabalhos.

Durante os seis anos de vigência do Curso de Serviço Social da Terra – PRONERA/UECE, ainda foi solicitado o aditamento do recurso da aplicação financeira do Convênio nº 760.545/2011, no valor de R\$ 128.778,76 (cento e vinte e oito mil, setecentos e setenta e oito reais e setenta e seis centavos), a serem aplicados na fase final do curso. No entanto, o pedido foi indeferido pela Procuradoria Jurídica da UECE, sob a justificativa de que ainda havia saldo no plano de trabalho a ser utilizado na execução do objeto.

Nada disso, no entanto, desmotivou a alegria coletiva de ver uma turma do Serviço Social realizar, em uma semana, um seminário público de defesas de monografias, com a presença de assistentes sociais e profissionais nas bancas, e com prática interventiva em uma ampla diversidade de espaços sócio-ocupacionais e áreas de atuação nos movimentos sociais. Foi um momento extraordinário, que confirmou a célebre poesia de Fernando Pessoa: “Valeu a pena? Tudo vale a pena se a alma não é pequena”.

A colação de grau das/os quarenta e oito (48) educandas/os ocorreu no dia 29/11/2018, no Auditório Central da UECE, com a presença das famílias, do secretário estadual de Desenvolvimento Agrário, Francisco de Assis Diniz; da representante do INCRA, Liliane Tavares; do representante do MST/CE, Jenivando Santos; do deputado estadual Renato Roseno (PSOL); e de representantes do SINDUECE, Virgínia Assunção; do MST/PE, Doris Soares; da EMATERCE, Bartolomeu Cavalcante; do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Samuel Oliveira; e da Comissão Pastoral da Terra (CPT), Tiago Valentino.

Outra atividade de encerramento foi a Aula da Saudade, realizada em 26 de novembro de 2018, com a presença de educandas/os, professoras/es, monitores/as, supervisoras/es de campo, técnicos/as de apoio e convidados/as. Foi um momento marcado por alegria, emoção e gratidão pela conclusão do curso. Destacou-se o reconhecimento coletivo ao trabalho desenvolvido por todas/os que contribuíram com a formação das/os 48 educandas/os (87% da turma), bem como a aprovação oficial do curso no Conselho Estadual de Educação, em 20 de novembro de 2018. O discurso da representante docente da Turma Eldorado dos Carajás sintetiza essa desafiante e instigante jornada do conhecimento com os movimentos sociais na UECE: “Este curso se tornou possível porque vocês, trabalhadores e trabalhadoras do campo, resistem e lutam cotidianamente por outra sociabilidade (...) Vocês nos tensionaram aqui na UECE e conquistaram esta formação acadêmica em Serviço Social.” (UECE, 2019, p. 30)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, constata-se que a inserção do PRONERA nas universidades viabilizou a conquista de espaços na UECE, no âmbito estadual e no cenário nacional. Firmou-se o compromisso concreto de abrir a universidade aos Movimentos Sociais do Campo, sobretudo no contexto da luta de classes que essas organizações protagonizam, contrapondo-se inclusive ao monopólio do conhecimento acadêmico. Esse processo histórico iniciou-se em 2008, período em que o MST apresentou suas demandas à reitoria da UECE, dando início à construção de uma parceria que resultaria na consolidação da Turma de Serviço Social da Terra, por meio do Convênio FUNECE/INCRA/PRONERA.

Essa turma, constituída por estudantes oriundos de áreas de reforma agrária integrantes do MST, CPT, MAB, MPA e de comunidades quilombolas dos estados do Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Alagoas, Bahia e Rio Grande do Sul, representa a disposição coletiva de romper com as barreiras institucionais da universidade, em consonância com as palavras de ordem por eles próprios defendidas.

A experiência desenvolvida na UECE (em articulação com a graduação em Serviço Social da Terra da UFRJ) reafirma o compromisso histórico do curso de Serviço Social, com trajetória superior a sessenta anos, com o Projeto Ético-Político da categoria profissional dos assistentes sociais no Brasil. Esse projeto preconiza, entre seus princípios fundamentais, o dever ético de “apoiar e/ou participar dos movimentos sociais e organizações populares vinculados à luta pela consolidação e ampliação da democracia e dos direitos de cidadania” (CFESS, 1993), comprometendo-se com “um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero” (CFESS, 1993).

Em 2023, o PRONERA completou 25 anos de existência, marcados por trajetórias de lutas, resistência e avanços sociais. Em âmbito nacional, o programa foi responsável pela formação de 191.234 estudantes, distribuídos em 531 cursos que abrangeram desde a alfabetização e a Educação de Jovens e Adultos (EJA) nos ensinos fundamental e médio até graduações e pós-graduações. No Ceará, foram atendidos 11.316 jovens e adultos, conforme dados da Assessoria de Comunicação do INCRA no estado, contemplando iniciativas como alfabetização, ensino fundamental (1º e 2º segmentos), Magistério da Terra, Serviço Social da Terra, Jornalismo da Terra, Pedagogia da Terra, licenciaturas em História e Geografia, escolarização de nível médio e especialização em Residência Agrária.

No tocante à Turma de Serviço Social da Terra na UECE, verifica-se que seus egressos têm atuado de forma qualificada nos assentamentos de reforma agrária, fortalecendo as feiras produtivas, colaborando com a estruturação dos Armazéns do MST e engajando-se na defesa da soberania alimentar e da produção agroecológica livre de agrotóxicos. Adicionalmente, atuam na organização de cozinhas comunitárias, na distribuição de alimentos saudáveis e na consolidação de ações de solidariedade de classe. Registra-se, ainda, que parcela significativa desses egressos deu continuidade à formação acadêmica em programas de

pós-graduação, a exemplo da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), no Ceará, enquanto outros assumiram instâncias de direção política, como a Direção Nacional do Setor de Produção do MST, a Direção Estadual do MST e as Brigadas de Educação, entre outras frentes de atuação.

Vida longa ao PRONERA e às lutas e resistências campesinas!

*“Renovar a crítica, a luta, a militância, a resistência
Lembrar e instigar nossa dimensão de sujeitos coletivos
Acender e enfrentar na formação profissional os desafios ético-políticos do nosso tempo.*

*Quanta instigação!
Tem tropeços, atropelos, incertezas e redefinições
Muito companheirismo, camaradagem, cuidado, caminhada e luta lado a lado.
Descobertas diárias, partilhas que alimentam o corpo e a alma.
De vocês, educandos/as, ouvi muito sobre o sentido da vida com o Movimento:
‘Que a luta me define, me faz sentir útil. Viver é estar disposta a aceitar novas experiências.’*

*‘Do desafio de quebrar barreiras na leitura e estudar.’
‘Eu não quero morrer queimando meu umbigo em casa de patrão. Vou pro Movimento!’*

*‘Quero terminar esse curso com unhas e dentes.’
‘O sonho da graduação vem com o MST e quero contribuir com qualificação para o MST.’*

*‘Há trincheiras de luta também no conhecimento.’
‘A identidade é com a luta e sair daqui militantes.’
‘Não consigo me ver fora do MST, senão seria um passarinho sem asas.’
‘Sou sem terrinha do MST. Acordo todo dia pra lutar. Você vai ver.’*

O PRONERA Serviço Social veio reafirmar que, no saber e na luta, construímos uma profissão que ousa contrapor esta ordem social capitalista que nos nega os direitos e a vida.

*Vamos juntos/as, somos fortes! No coletivo, muitas lutas diárias faremos!
E, conquistas viveremos!
Tenhamos a clareza de que todo esforço, a cada dia do tempo comunidade, não será em vão.*

Na certeza de que estaremos juntos/os novamente em julho próximo!”

(Profa. Virgínia Assunção – maio/2018)

REFERÊNCIAS

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Diretrizes Curriculares para o curso de Serviço Social**. Brasília: ABEPSS, 1996.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). PRONERA: 25 anos escrevendo novos caminhos por meio da educação. Brasília: INCRA, 27 jun. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/noticias/pronera-25-anos-escrevendo-novos-caminhos-por-meio-da-educacao>. Acesso em: 25 jun. 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Parcerias realizadas pelo Pronera no Ceará beneficiaram 11.316 jovens e adultos em 25 anos. Brasília: INCRA, 27 jun. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/noticias/parcerias-realizadas-pelo-pronera-no-ceara-beneficiaram-11-316-jovens-e-adultos-em-25-anos>. Acesso em: 25 jun. 2025.

ARAÚJO, L. B. C. e ACCIOLY, M. S. Questão Agrária e Luta pela Terra no Brasil: análise fundamentada nas categorias questão social e movimentos sociais rurais. IN. CUNHA, A. M. e SILVEIRA, I. M. M. **Expressões da Questão Social no Ceará**. Fortaleza: EdUECE, 2014.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA). **Manual do Pronera: Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária**. Brasília, 2006.

CALDART, R. **Educação em Movimento: formação de educadoras e educadores no MST**. Petrópolis: Vozes, 1997.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

_____. **Pedagogia da Autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

GIMONET, J. C. Nascimento e desenvolvimento de um movimento educativo: as Casas Familiares Rurais de Educação e Orientação. In: **Seminário Internacional da Pedagogia da Alternância: Alternância e Desenvolvimento**, 1999, UNEFAB, Salvador.

GONÇALVES, Adelaide; BRITO, Liana; VICENTE, Lourdes. **RESISTÊNCIA CAMPONESA:** histórias de teimosia e esperança. 1ª edição. Fortaleza- CE: Editora UECE, 2020.

STÉDILE, J. P (org). **A Questão Agrária no Brasil.** O debate na década de 2000. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2013.

UECE (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ). Projeto Político-Pedagógico do Curso de Serviço Social. Fortaleza, 2011. (Digitado).

_____. **Relatório Final de 2013 do Curso de Serviço Social da Terra:** UECE/PRONERA/INCRA/MST. Fortaleza, 2014. (Digitado).

_____. **Relatório de Gestão do Semestre III do Curso de Serviço Social da Terra:** UECE/PRONERA/INCRA/MST. Fortaleza, 2015. (Digitado).

_____. **Relatório de Gestão de 2018 do Curso de Serviço Social da Terra:** UECE/PRONERA/INCRA/MST. Fortaleza, 2019. (Digitado).

CAPÍTULO 4

A EDUCAÇÃO DO CAMPO EM DEBATE E O PAPEL TRANSFORMADOR DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DO PRONERA, NA UFT

Maria Helena Cariaga Silva⁹
Maria José Antunes da Silva¹⁰
Josenice Ferreira dos Santos Araújo¹¹
Rosemary Negreiros de Araújo¹²
Ingrid Karla da Nóbrega Beserra¹³

RESUMO:

Este relato de experiência analisa a implementação do curso de Serviço Social na Universidade Federal do Tocantins (UFT), campus de Miracema, viabilizado por meio do convênio entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera). Pautada na pedagogia da alternância, a iniciativa visa à formação de estudantes camponeses dos estados do Maranhão e do Tocantins, evidenciando a relevância socioexistencial desse processo, bem como os desafios políticos e pedagógicos enfrentados em sua consolidação.

Palavras-chave: Serviço Social da Terra; Pronera; Educação Popular.

ABSTRACT :

This experience report analyzes the implementation of the Bachelor's Degree in Social Work at the Federal University of Tocantins (UFT), Miracema campus, made possible through a partnership between the National Institute for Colonization and Agrarian Reform (INCRA) and the National Program for Education in Agrarian Reform (Pronera). Grounded in the pedagogy of alternation, the initiative aims to train peasant students from the states of Maranhão and Tocantins, highlighting the socio-existential relevance of this process, as well as the political and pedagogical challenges faced in its consolidation.

Keywords: Social Work; Pronera; Popular Education.

INTRODUÇÃO

⁹ Professora do curso de graduação e pós-graduação em Serviço Social na Universidade Federal do Tocantins, Campus de Miracema, TO, Brasil. Doutorado pela PUC/SP em Serviço Social. E-mail mhcariaga@uft.edu.br.

¹⁰ Professora do curso de graduação e pós-graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Tocantins. Miracema, TO, Brasil. Doutora em Política Social pela UnB. E-mail mariajose77@uft.edu.br.

¹¹ Professora do curso de graduação e pós-graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Tocantins. Miracema, TO, Brasil. Doutora em Política Social pela UnB. E-mail joseniceferreira@uft.edu.br.

¹² Professora do curso de graduação e pós-graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Tocantins. Miracema, TO, Brasil. Doutora em Geografia Humana Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: rosearaujo@uft.edu.br.

¹³ Professora na Universidade Federal do Tocantins (UFT). Coordenadora de Estágio do Curso de Serviço Social do Pronera. Doutora em Política Social. E-mail: ingrid.nobrega@mail.uft.edu.br.

O presente relato aborda as reflexões e experiências do curso de Serviço Social da Terra, atualmente em desenvolvimento na Universidade Federal do Tocantins. Este curso foi implementado em colaboração com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), conforme as diretrizes do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera).

O Pronera integra as estratégias vinculadas à Política Nacional de Educação do Campo, criada pelo Decreto 7.352, de 2 de novembro de 2010 (Brasil, 2010). Esse decreto reconhece, em seu Artigo 1º, que a população do campo é composta por “agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da reforma agrária, trabalhadores assalariados rurais, quilombolas, caiçaras, povos da floresta, caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural” (Brasil, 2010).

O Programa é resultado de mobilizações e lutas camponesas pelo acesso à educação formal, mas apresenta diversos gargalos (administrativos, políticos, teórico-metodológicos, entre outros) que merecem ser debatidos. Ressalta-se que, em 2023, completaram-se 25 anos da realização da I Conferência de Educação do Campo e da criação do Pronera. Esse processo histórico revela avanços e retrocessos no direito à educação do campo.

Diversos trabalhadores e trabalhadoras do Brasil já foram beneficiados pelo Programa, que oferece formação desde a alfabetização até o ensino superior. Muitos desses estudantes chegaram ao doutorado após a inserção no sistema de ensino formal. No Tocantins, a primeira turma de ensino superior foi o curso de Serviço Social. Atualmente, os alunos se encaminham para o último ano da formação, cursando o 7º período e realizando estágios. A turma conta com 20 estudantes de diferentes cidades do Tocantins e do Maranhão.

Este trabalho visa expor a experiência com o curso, trazendo dados empíricos e reflexões sobre a realidade. Para isso, serão discutidos: o processo histórico de criação do curso de Serviço Social do Pronera; estratégias de acolhida, permanência e realização dos estágios; os desafios da pedagogia da alternância e da assistência estudantil; e as demandas pela continuidade do curso em tempos de pandemia, austeridade fiscal e movimentos paredistas.

Trajetória do curso de Serviço Social/Pronera

A proposta de criação da graduação emergiu das demandas históricas de trabalhadores rurais, assentados e acampados. Esse pleito se fortaleceu a partir de articulações entre lideranças dos movimentos sociais e docentes da Universidade Federal do Tocantins (UFT), culminando na realização de um seminário sobre a temática. O processo de formalização institucional envolveu reuniões e o encaminhamento de pleito formal ao Câmpus de Miracema do Tocantins, solicitando a implementação do curso com o objetivo de oferecer formação qualificada a jovens e adultos do meio rural. Embora as discussões seminais tenham ocorrido em 2015, o processo seletivo foi viabilizado apenas no final de 2018, em decorrência de entraves políticos, estruturais e acadêmicos. As atividades letivas iniciaram-se oficialmente em 2019, acolhendo 37 discentes procedentes dos estados do Pará, Maranhão e Tocantins.

O estado do Tocantins, ente federativo criado pela Constituição de 1988, localiza-se na transição da Região Norte com o Centro-Oeste e Nordeste, fazendo fronteira com Maranhão, Piauí, Bahia, Goiás, Mato Grosso e Pará. Com área territorial de 277.466,763 km² e população estimada em 1.572.866 habitantes (IBGE, 2020), distribuída por 139 municípios, apresenta maior adensamento populacional em polos como Palmas, Araguaína, Gurupi, Porto Nacional e Paraíso do Tocantins. A política de desenvolvimento econômico regional, ancorada na expansão de distritos agroindustriais, tem impulsionado a monocultura de grãos e a pecuária extensiva, configurando o território como vetor de expansão do agronegócio rumo à Região Norte.

Nada obstante sua constituição recente, o estado perpetua práticas políticas marcadas pelo patrimonialismo, clientelismo e conservadorismo (RAICHELIS, 2010). Conforme analisa Fernandes (2005), a autocracia burguesa opera na manutenção da ordem e do sistema capitalista, reiterando relações históricas de dominação. Nesse cenário, a interiorização do curso de Serviço Social/Pronera constitui uma mediação metodológica fundamental para o acesso à educação superior pública por sujeitos do campo. Trata-se de uma fissura na engrenagem descrita por Chauí (2000), para quem o acesso à educação no Brasil historicamente se reproduz como um privilégio de classe, e não como um direito universal.

O corpo discente é composto por sujeitos oriundos de comunidades camponesas, assentamentos, acampamentos, populações ribeirinhas, quilombolas e pescadores artesanais organizados em movimentos sociais. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), por exemplo, tensiona essa realidade ao pautar a Reforma Agrária, a agroecologia e a Educação do Campo como eixos indissociáveis (CARVALHO; MENDES, 2014). Para os referidos autores, o avanço do agronegócio e a persistência do latifúndio interpõem barreiras complexas à luta pela terra e pelo direito à escolarização formal.

A inserção e a permanência na educação superior em um país estruturado por profundas desigualdades sociais configuram-se como atos de resistência. Como observa Iamamoto (2007), as expressões da questão social manifestam-se de forma contundente sobre populações negras, indígenas, quilombolas e camponesas, obstaculizando sua trajetória escolar. Embora as lutas sociais tenham sido determinantes para a consagração legal da Educação do Campo (FERREIRA, 2018), a efetivação desses direitos é permeada por contradições. A universidade pública, espaço tradicionalmente elitizado, passa a tensionar sua própria função social ao acolher sujeitos historicamente expropriados (MARX, 2013), os quais enfrentam barreiras objetivas e simbólicas para assegurar sua permanência.

Desse modo, a construção coletiva da graduação materializa-se como uma conquista multipartidária. Docentes da UFRJ, UFMA, além de representantes da ABEPSS, INCRA, MST e MAB, articulam-se na condução das dimensões ético-política, técnico-operativa e teórico-metodológica da formação profissional. Essa inserção orgânica fortalece as bases territoriais dos acampamentos e assentamentos, confrontando a lógica de exploração que alicerça a sociabilidade burguesa. Como destaca Santana (2016), o Pronera configura-se como uma política pública dinâmica e contra-hegemônica, capaz de articular movimentos sociais, organizações sindicais e instituições de ensino em defesa da vida no campo e da dignidade humana.

Em suma, o ingresso dessa coletividade na UFT sublinha a relevância de políticas de ação afirmativa em territórios em disputa, reforçando a necessidade de revigorar os movimentos sociais frente a um sistema excludente. A articulação intrínseca do curso com a práxis e a vida cotidiana dos trabalhadores expressa uma trincheira de resistência frente às ofensivas do capital no campo. Os tópicos subsequentes analisarão a representatividade da “Turma Maria Trindade” e sua atuação no âmbito desse contexto desafiador.

O CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DO PRONERA: ESTRATÉGIAS E DESAFIOS

O curso de Serviço Social do Pronera no estado do Tocantins, sediado no Câmpus de Miracema e materializado na “Turma Maria Trindade”, adota uma estratégia singular de acolhimento institucional. No início de cada período letivo, realiza-se um seminário de abertura com a participação de pesquisadores dedicados ao debate de temáticas candentes da área, eventos para os quais são convidados apoiadores do projeto e representantes das instituições coprodutoras de sua implementação. Em 2019, por ocasião da aula inaugural da graduação, organizou-se um seminário de ampla repercussão; contudo, a programação oficial foi vetada pelo Governo Federal da época, sob a alegação de incompatibilidade

institucional com atividades que contassem com a presença de militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), conjuntura que tencionou, inclusive, tentativas de cancelamento do próprio curso.

Esse episódio insere-se em um panorama macroestrutural no qual, entre os anos de 2016 e 2022, a sociedade brasileira sofreu os impactos da política de austeridade fiscal imposta pela Emenda Constitucional nº 95, responsável pelo congelamento das despesas primárias por duas décadas. Como agravante, a gestão do poder executivo no quadriênio 2019-2022 promoveu um desmanche sistemático das políticas direcionadas à Educação do Campo. A esse respeito, Dutra e Brisolla (2020) destacam que referida emenda constitucional reconfigurou a operacionalização do regime fiscal ao limitar a participação das despesas primárias em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), culminando na retração do Estado na garantia dos direitos sociais e inviabilizando o aporte financeiro na educação pública.

À revelia desses entraves de ordem conjuntural, as ações de resistência asseguraram a perenidade dos seminários de abertura, os quais alcançaram sua sétima edição como espaços de referência para o corpo discente e para a comunidade acadêmica do Câmpus de Miracema da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Localizado a 80 quilômetros da capital, Palmas, esse câmpus abriga apenas quatro cursos de graduação: Pedagogia, Serviço Social, Psicologia e Educação Física. Nesse cenário de escassez institucional, o curso do Pronera atua como vetor de consolidação da educação popular e de interiorização dos movimentos sociais na universidade, tensionando a lógica historicamente elitizada da educação formal por meio de práxis contra-hegemônicas. Essa diferenciação substancia-se tanto nos princípios fundamentais do Projeto Ético-Político do Serviço Social quanto na bagagem política acumulada pelos estudantes em suas trajetórias organizativas.

Articulada à matriz freiriana da década de 1960, a Educação do Campo contrapõe-se à racionalidade dominante ao visibilizar as contradições do

Estado frente às demandas das populações camponesas. Nesse sentido, o Pronera constitui uma mediação concreta de valorização dos saberes populares. Conforme assevera Brandão (2002), a educação popular, enquanto constructo do saber comunitário, institui-se como patrimônio cognitivo daqueles que, subjugados pela divisão social do trabalho, foram historicamente alijados das instâncias de poder. Na dinâmica curricular do curso, essa perspectiva expressa-se na realização da mística durante os seminários, atividade que congrega leitura de manifestos, poesias e expressões artísticas, configurando um ato de reflexão e memória política.

O processo de ensino-aprendizagem estrutura-se, portanto, a partir da cultura camponesa, das experiências produtivas e do trabalho cotidiano, integrando os conteúdos curriculares à realidade concreta dos estudantes, alinhado ao que Ferreira (2018) conceitua como indissociabilidade entre reflexão e ação na pedagogia do movimento. Outrossim, o intercâmbio dessas vivências com os discentes dos cursos regulares da UFT oxigena o debate acadêmico, expandindo os horizontes da pedagogia da alternância. Todavia, a permanência estudantil da "Turma Maria Trindade" exige um enfrentamento permanente frente às investidas do capital no campo brasileiro, o qual, conforme pontuam Carvalho e Mendes (2014), encontra-se subsumido à lógica neoliberal de flexibilização laboral e expansão de mercados monopolistas. Superar tais assimetrias exige a aproximação constante entre coordenação e corpo discente, garantindo sua participação ativa no planejamento curricular e na gestão democrática das etapas formativas.

RESISTÊNCIAS E FORMAÇÃO POLÍTICA: A ESPECIFICIDADE DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DO PRONERA NA UFT

A materialização do Pronera no estado do Tocantins é perpassada por severos desafios estruturais, sobretudo no que tange à garantia das condições de assistência estudantil em transporte, alimentação e moradia. Sob a égide da pedagogia da alternância articulada entre o "tempo universidade" e o "tempo comunidade", a institucionalidade do programa

impõe limitações rígidas: os recursos financeiros alocados são restritos à rubrica de custeio (locação de imóveis, água e energia elétrica), sendo vedada a aplicação em despesas de capital para a aquisição de material permanente. Consequentemente, as moradias estudantis carecem de infraestrutura básica, como mobiliário, eletrodomésticos e equipamentos de ventilação, transferindo o ônus da subsistência aos discentes. Esse cenário de precariedade foi agudizado pelo início do curso em uma conjuntura política nacional marcada por diretrizes de austeridade fiscal que incidiram diretamente no desfinanciamento das políticas voltadas à educação do campo.

A esse panorama somaram-se os desdobramentos da pandemia de Covid-19, declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em março de 2020. Em estrito cumprimento aos protocolos sanitários, a UFT implementou o Ensino Remoto Emergencial. Todavia, o isolamento social explicitou as assimetrias no acesso às tecnologias digitais de informação, visto que expressiva parcela dos estudantes camponeses não dispunha de conectividade ou equipamentos (notebooks e roteadores) nos assentamentos, culminando em processos de infrequência e evasão decorrentes da necessidade de busca por subsistência econômica fora de seus territórios originários. Desse modo, as adequações pedagógicas implementadas tanto no tempo universidade quanto no tempo comunidade geraram profundas tensões e sofrimento psicossocial à população camponesa.

No semestre letivo de 2023.1, a inserção dos discentes no Estágio Supervisionado em Serviço Social inaugurou uma nova fase de desafios institucionais, haja vista a necessidade de descentralização dos campos de prática para os municípios do interior do Tocantins e do Maranhão, próximos às residências dos alunos. A Coordenação de Estágio deparou-se com uma retração de espaços sócio-ocupacionais nas áreas de assistência social, saúde e educação, agravada pela concorrência espúria com instituições privadas de ensino a distância (EAD). Adicionalmente, verificou-se a exigência ilegal de contrapartida financeira por parte de

algumas instituições de acolhimento prática incompatível com o Pronera e violadora do Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais, bem como a precarização das condições de trabalho dos supervisores de campo, caracterizadas por vínculos empregatícios temporários e ausência de infraestrutura física adequada. Nos semestres subsequentes (2023.2 e 2024.1), a transferência e a avaliação dos instrumentais de estágio continuaram comprometidas pela instabilidade tecnológica dos territórios.

Essas limitações estruturais refletem a lógica mercantilista que rege o ensino superior público brasileiro. Conforme adverte Lewgoy (2013), a contrarreforma do Estado e a adoção da racionalidade neoliberal convertem a universidade em uma entidade predominantemente administrativa e gerencialista, submetendo o processo de supervisão de estágio a mecanismos de controle formal que esvaziam sua função social. No âmbito das universidades interiorizadas, como o Câmpus de Miracema da UFT, Cariaga e Silva (2016) reiteram que o planejamento orçamentário centralizado negligencia os custos reais de fixação docente e de permanência estudantil (lazer, cultura, moradia e transporte). Tais amarras institucionais repercutem diretamente no desempenho acadêmico, uma vez que os discentes relatam dificuldades crônicas em conciliar as demandas do estágio sem subsídio para deslocamento com o trabalho produtivo nos assentamentos e a militância política.

No primeiro semestre de 2024, o calendário acadêmico presencial foi postergado para o período subsequente em virtude da deflagração da greve nacional das universidades públicas. Em caráter democrático, coordenação e estudantes pactuaram a reorganização do cronograma, salvaguardando a centralidade do estágio na formação profissional; assim, os discentes que concluíram o Estágio II progrediram para o Estágio III sob supervisão acadêmica contínua. Em suma, os percalços manifestos ao longo dessa trajetória reafirmam a premência de se defender e fortalecer as políticas de assistência estudantil e o financiamento público do Pronera, prerrogativas indispensáveis para assegurar a qualidade ética e técnica da formação profissional de assistentes sociais camponeses no interior do país

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde a sua gênese institucional, a materialização da graduação em Serviço Social por meio da parceria entre o Pronera e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) tem demandado o tencionamento e a superação de complexos óbices estruturais e orçamentários. O financiamento do projeto foi estruturado sob uma lógica de repasse per capita com previsão inicial para 60 acadêmicos, embora a matrícula efetiva tenha se consolidado em 37 discentes. Em termos macroeconômicos, a descontinuidade no fluxo de repasses financeiros em determinados períodos históricos tendeu à iminente paralisação das atividades pedagógicas. A sustentabilidade orçamentária do curso e a manutenção de seu calendário formativo só foram restabelecidas mediante o aporte de recursos viabilizados por emenda parlamentar impositiva alocada pelo Deputado Federal Célio Moura (PT/TO).

Adicionalmente ao estrangulamento financeiro, o cronograma pedagógico acumulou um passivo de aproximadamente dois anos de atraso, decorrente dos desdobramentos socio sanitários da pandemia de Covid-19. A transição compulsória para o Ensino Remoto Emergencial demandou, em etapa posterior, a reoferta programática de diversos componentes curriculares, haja vista que o processo de apropriação do conhecimento foi severamente obstaculizado pelas assimetrias no acesso às tecnologias digitais de informação e pelas barreiras de adaptação ao modelo virtual por parte dos estudantes camponeses. Com a reprogramação institucional voltada à conclusão da "Turma Maria Trindade" até dezembro de 2024, projeta-se a inserção desses novos profissionais na arena das lutas sociais, compreendendo o bacharelado em Serviço Social como conquista política contra-hegemônica frente às desigualdades de classe e à assimetria de poder constitutivas do capitalismo periférico.

Esses entraves operacionais não se isolam, mas explicitam as contradições estruturais da educação pública superior no interior do país,

cujas vulnerabilidades expressam-se na escassez crônica de fomento e na fragilidade das políticas de assistência estudantil. Nesse contexto coercitivo, a coordenação do curso, o corpo docente e os discentes articulam estratégias cotidianas de resistência balizadas pelos princípios do Projeto Ético-Político profissional. Essa práxis pedagógica consubstancia-se na indissociabilidade entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, assegurando que a futura intervenção profissional responda criticamente às refrações da questão social. Sob a categoria analítica da totalidade, fomenta-se a capacidade crítica discente para decodificar a conjuntura socioeconômica e a correlação de forças contemporânea, reiterando a premência do fortalecimento da assistência estudantil, bem como do financiamento público indissociável entre ensino, pesquisa e extensão, elementos indispensáveis para a consolidação de uma universidade pública, democrática e socialmente referenciada.

REFERÊNCIAS

BRASIL (2010). DECRETO Nº 7.352, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2010. Disponível em: Decreto nº 7352 (planalto.gov.br). Acesso em 16 de junho de 2023.

BRANDÃO, C. R. *Educação popular*. Editora Brasiliense, São Paulo: 2ª edição.

CARIAGA, Maria Helena; SILVA, Maria José Antunes. Caminhos da formação: os desafios da supervisão de estágio no curso de Serviço Social de Miracema do Tocantins. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 125, p. 85-100, jan./abr, 2016.

CARVALHO, S. M. G; MENDES, José Ernandi. Práxis educativa do Movimento 21 na resistência ao agronegócio. In: *Interface Journal*. V.6 (1), 2014, p. 45-73. Disponível em: <http://www.interfacejournal.net/wordpress/wp-content/uploads/2014/06/Interface-6-1-Carvalho-e-Mendes.pdf>. Acesso em 16 de junho de 2023.

CHAUÍ, M. Ideologia neoliberal e universidade. In: **os sentidos da democracia; políticas do dissenso e a hegemonia global/** Org, pela equipe de pesquisadores do Núcleo de Estudos dos Direitos da cidadania- NEDIC. -Petrópolis, RJ: Vozes; Brasília: NEDIC 1999.

DUTRA, Norivan; BRISOLLA, Livia. Impactos e Rupturas na Educação Superior Brasileira após a Emenda Constitucional 95/2016: o caso dos institutos federais. **Fineduca- Revista de Financiamento da Educação**. V.10.n.7, 2020.

ESTADO DO TOCANTINS (2013). Tocantins 25 anos: cidadãos que viram o Estado nascer e crescer. Disponível em: <https://www.to.gov.br/secom/noticias/tocantins-25-anos-cidadaos-que-viram-o-estado-nascer-e-crescer/6j8s3snp90qz>. Acesso em 19 de março de 2024.

FERNANDES, F. A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Globo, 2005.

FERREIRA, Suellen C. Educação do Campo na Educação Superior: as repercussões do Pronera na Educação Social, Profissional e Política de Egressos dos Cursos Ofertados na UFPB (Campus I). Dissertação de Mestrado. João Pessoa. UFPB, 2018.

IBGE (2020). Tocantins. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/panorama>. Acesso em 19 de março de 2024.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2007.

LEWGOY, Alzira. O Estágio Supervisionado em Serviço Social: desafios e estratégias para a articulação entre formação e exercício profissional. Brasília (DF), ano 13, n. 25, p. 63-90, jan./jun, 2013.

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. Trad. de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013. (Coleção Marx-Engels).

OLIVEIRA, Francisco de. Crítica à razão dualista e o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003.

RAICHELIS, R. Palestra em Seminário: CRAS no contexto dos municípios paulistas: características e tendências. São Paulo, 2010.

SANTANA, G. "Percepções, impactos e expectativas do curso de Serviço Social ESS/ UFRJ/ PRONERA". Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2016.

TOCANTINS (2018). Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social do Pronera-UFT. UFT. Miracema do Tocantins, 2018.

CAPÍTULO 5

EDUCAÇÃO DO CAMPO NO TOCANTINS: REPERCUSSÕES PARA AS FAMÍLIAS DO ASSENTAMENTO VALE DO BARREIRAS

Ronne Eterno Oliveira da Silva¹⁴
Sandra de Oliveira Gomes Pereira¹⁵

RESUMO:

A Educação do Campo emerge em contraposição às matrizes tradicionais de ensino que, historicamente, desconsideraram as especificidades socioeconômicas e as necessidades reprodutivas da população camponesa; contudo, sua consolidação institucional ainda enfrenta severos entraves conjunturais. Diante desse panorama, este artigo tem como objetivo analisar as repercussões da atual configuração da política de Educação do Campo no estado do Tocantins para as famílias residentes no Assentamento Vale do Barreiras, situado no município de Juarina.

Palavras-chaves: Políticas de Educação do Campo. Escola Família Agrícola. Assentamento Vale do Barreiras.

ABSTRACT:

Rural Education emerges as a counterpoint to traditional teaching models that have historically disregarded the socioeconomic specificities and needs of the peasant population; however, its institutional consolidation still faces severe structural challenges. Against this backdrop, this article aims to analyze the repercussions of the current configuration of Rural Education policy in the state of Tocantins for the families residing in the Vale do Barreiras Land Reform Settlement, located in the municipality of Juarina.

Keywords: Rural Education Policies; Family Agricultural School; Vale do Barreiras Settlement.

¹⁴ Graduado em Serviço Social pelo curso do Pronera UFT/ Câmpus Miracema do Tocantins.

¹⁵ Assistente social, mestra pelo Programa de Pós Graduação em Serviço Social pela UFT/Câmpus Miracema do Tocantins.

INTRODUÇÃO

Historicamente, o modelo de desenvolvimento socioeconômico brasileiro priorizou os interesses da elite agrária e as demandas de acumulação do grande capital. No âmbito educacional, as políticas públicas reproduziram essa mesma racionalidade excludente, negligenciando, por longo período, o direito a uma formação que coadunasse com as especificidades culturais, produtivas e sociais das populações camponesas. Esse cenário de subalternidade passou a ser tensionado por meio de intensas mobilizações e debates protagonizados por movimentos sociais camponeses e organizações da sociedade civil, culminando em conquistas significativas na consolidação da Educação do Campo. A promulgação da Constituição Federal de 1988 marcou essa transição ao consagrar a educação como direito fundamental e dever do Estado, balizada pelos princípios da igualdade de condições para acesso e permanência, além da garantia de um padrão de qualidade universal.

Nada obstante essa conquista jurídica, as assimetrias regionais e as profundas desigualdades estruturais ainda obstaculizam a materialização plena desses preceitos constitucionais na realidade concreta do meio rural. Diante desse panorama coercitivo, impõe-se a necessidade de analisar criticamente as contradições, os limites e as possibilidades que permeiam as políticas públicas educacionais direcionadas a essa parcela da sociedade.

Sob essa lente analítica, este artigo tem como objetivo apreender os impactos da atual configuração da política de Educação do Campo no estado do Tocantins, elegendo como universo empírico as famílias residentes no Assentamento Vale do Barreiras, situado no município de Juarina. A investigação resgata a historicidade da construção dessas políticas no cenário nacional, destacando a centralidade das Escolas Família Agrícola (EFAs) na consolidação dessa modalidade no território tocantinense e perscrutando as experiências cotidianas da referida

comunidade assentada. Busca-se, em suma, mapear os avanços institucionais e os retrocessos conjunturais desse processo, compreendendo que é justamente no bojo dessas disputas territoriais e ideológicas que se forjam as lutas pelo reconhecimento de direitos historicamente sonegados aos povos do campo.

A POLÍTICA EDUCACIONAL DO CAMPO NO BRASIL

Historicamente, as políticas educacionais direcionadas ao meio rural brasileiro foram estruturadas para salvaguardar os interesses de acumulação das elites econômicas. As transformações e os avanços normativos consolidados ao longo do tempo decorrem, fundamentalmente, das lutas e da resistência dos movimentos sociais camponeses frente a projetos societários antagônicos às suas demandas.

Como adverte Souza (2011, p. 99), a educação no Brasil nunca se configurou como prioridade do Estado, contudo, em relação ao campo, esse cenário de negligência assume contornos substancialmente mais graves. A outorga da primeira Constituição brasileira, em 1824, embora previsse a gratuidade da instrução primária universal, limitava o estatuto da cidadania à aristocracia agrária, alijando a população majoritariamente rural do acesso à escolarização formal (Lima; Neto, 2013). Após a Proclamação da República, em 1889, a criação do Ministério da Agricultura, Comércio e Indústria transferiu a responsabilidade pela instrução rural a essa pasta, sob o influxo de concepções europeias que visavam modernizar o país mediante a obrigatoriedade de abertura de escolas em propriedades latifundiárias (Souza, 2011). Sob essa égide, a burguesia recrudesceu preconceitos de classe contra os camponeses, estigmatizando-os como entraves ao desenvolvimento econômico e elegendo a educação como mecanismo de domesticação social.

Apenas na década de 1920 emergiu o primeiro movimento sistemático direcionado à educação rural, denominado Ruralismo Pedagógico. Financiado pelo latifúndio — temeroso pela perda de mão de obra barata, e

apoiado pelas elites urbanas preocupadas com o inchaço periférico, esse movimento operava na contenção do êxodo rural (Souza, 2011). Defendia-se a formulação de um currículo adaptado à realidade agrícola cuja finalidade precípua não era emancipar os sujeitos, mas sim refrear o fluxo migratório compulsório de trabalhadores não alfabetizados para os centros urbanos.

Na década de 1930, os embates sobre a escolarização pública se intensificaram. Se por um lado a Constituição de 1934 representou um marco ao consagrar a educação como direito de todos e dever do Estado, a instauração do Estado Novo em 1937 redirecionou essa política para a formação instrumental da força de trabalho, alinhando-a aos ditames do capital internacional e reiterando a subordinação do campesinato à burguesia industrial (Souza, 2011). Esse panorama foi agudizado na década de 1960, quando a crise do modelo desenvolvimentista, a intensa redistribuição espacial e a concentração econômica aceleraram a urbanização excludente e o esvaziamento demográfico do campo (Carvalho, 2019).

Até a década de 1980, a política educacional brasileira manteve-se sintonizada com as diretrizes de organismos internacionais, reproduzindo um modelo ineficaz para as populações camponesas. Inflexões substantivas foram deflagradas com a promulgação da Constituição Federal de 1988 e a subsequente Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, cujo artigo 28º normatiza o dever dos sistemas de ensino em promover as adaptações curriculares e metodológicas necessárias às peculiaridades da vida rural. Nesse cenário de transição, a Pedagogia da Alternância consolidou-se como proposta metodológica contra-hegemônica, viabilizando uma formação integral que articula o tempo universidade/escola ao tempo comunidade (Frasão; Dália, 2011).

Esse avanço institucional foi robustecido pelo Decreto nº 7.352/2010, que instituiu a Política Nacional de Educação do Campo, fixando a responsabilidade do Estado na garantia de acesso, permanência e

qualidade social das escolas do campo, integrando o ensino formal às práticas produtivas locais (Molina; Sá, 2012).

Nada obstante o arcabouço protetivo, persistem contradições no processo de descentralização regulado pelas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Como aponta Nunes (2013), a partilha de competências impôs aos municípios a gestão dos anos iniciais do ensino fundamental e aos estados os anos finais e o ensino médio, induzindo a uma reorganização desordenada das redes de ensino. Esse rearranjo culminou no fechamento em massa de escolas rurais e no consequente deslocamento forçado de estudantes para os centros urbanos, fragilizando os vínculos comunitários e territoriais (Nunes, 2013).

O aumento substancial das distâncias percorridas pelos discentes precariza as condições de permanência, compromete a qualidade pedagógica e vulnerabiliza a integridade física dos estudantes. Trata-se de uma dinâmica alinhada às críticas de Souza (2011) sobre a influência de agências financeiras internacionais voltadas ao esvaziamento do campo. Em suma, as barreiras de acesso, a escassez de financiamento e a precarização estrutural denotam que o direito à Educação do Campo permanece em disputa, exigindo a garantia material de condições reais para a efetivação de uma escola pública que respeite a especificidade dos povos camponeses.

A EDUCAÇÃO DO CAMPO NO ESTADO DO TOCANTINS E AS ESCOLAS FAMÍLIA AGRÍCOLA

Localizado na região Norte do país, o estado do Tocantins possui uma população de 1.511.460 habitantes, dos quais 258.653 residem em áreas rurais, segundo dados do IBGE (2022). No que se refere à educação, o Anuário Brasileiro da Educação Básica 2024 analisou o cenário da educação pública no estado. A tabela a seguir apresenta os principais resultados desse levantamento.

Tabela 1. Cenário da Educação básica no Tocantins/2024

Nível de ensino	de	Número de escolas/ TO	Alunos matriculados	Percentual de matrículas
Ensino infantil	Educação	664	71.114	100%
Ensino fundamental iniciais	anos	821	101.349	92%
Ensino fundamental finais	anos	630	99.184	80%
Ensino médio		326	61.844	70%

Fonte: Anuário Brasileiro da Educação Básica (2024). Elaborado pelos autores.

Conforme dados do Anuário Brasileiro da Educação Básica (2024), o perfil das matrículas da rede pública de ensino do Tocantins, na faixa etária de 4 a 17 anos, aponta que 83% dos estudantes estão concentrados em escolas urbanas, ao passo que 17% frequentam instituições localizadas em áreas rurais. No bojo das experiências educativas contra-hegemônicas construídas para contrapor essa assimetria territorial e garantir o direito a uma formação pública, qualificada e integral, destacam-se as Escolas Família Agrícola (EFAs).

De acordo com Schmitt (2017), as EFAs assumem o compromisso de promover a emancipação e a melhoria das condições de reprodução social da classe trabalhadora do campo mediante práxis pedagógicas balizadas pela Pedagogia da Alternância. Essa metodologia opera na articulação orgânica entre os conteúdos curriculares escolares e os saberes concretos vivenciados pelos educandos em seus territórios de vida e labor. Trata-se, portanto, de um projeto político-pedagógico que tensiona as relações de subalternidade impostas pela sociabilidade capitalista dominante, valorizando as especificidades do cotidiano camponês e viabilizando estratégias materiais para a permanência da juventude em suas comunidades de origem.

Ainda segundo Schmitt (2017), a primeira EFA do Tocantins foi inaugurada em 31 de janeiro de 1994, no município de Porto Nacional, como

resultado das lutas e reivindicações das comunidades rurais, com o apoio da organização não governamental Comunidade de Saúde, Desenvolvimento e Educação (Comsaúde) e do Centro de Tecnologias Alternativas (CTA).

A partir da formação com agricultores familiares, foi adquirida uma propriedade rural e equipada para a realização das atividades educativas. A experiência foi considerada exitosa e, diante da carência de escolas no campo, surgiu a proposta de criação da unidade escolar. Como afirma Schmitt (2017, p. 116), “esta primeira Escola Família Agrícola serviu de modelo e inspiração para a criação de outras EFAs no Estado do Tocantins”.

Atualmente, a Escola Família Agrícola de Porto Nacional (EFAPN) integra a rede estadual de ensino e é mantida com recursos dos governos estadual e federal. Atende cerca de 170 jovens camponeses que cursam os anos finais do ensino fundamental e o ensino médio integrado ao curso técnico. Esses jovens são oriundos de municípios vizinhos e pertencem a famílias de agricultores familiares, quilombolas, indígenas, entre outros grupos (Comsaúde, 2025).

Após a experiência exitosa da EFA de Porto Nacional, outras unidades foram criadas no Tocantins. Entre elas, destaca-se a Escola Família Agrícola Zé de Deus, situada em Colinas do Tocantins. Inaugurada no ano 2000, recebeu esse nome em homenagem ao camponês José de Deus Francisco do Nascimento, conhecido como Zé de Deus, assassinado em 1987 em conflitos agrários no Vale do Juari, quando lutava pelo direito à posse da terra (Schmitt, 2017).

A criação da escola resultou do diálogo entre movimentos sociais e o poder público no final da década de 1990, com o objetivo de atender à demanda da região, marcada pela instalação de diversos assentamentos rurais. Um estudo foi realizado para mapear a necessidade da implantação de uma EFA, cujo resultado foi apresentado ao então prefeito de Colinas. A proposta foi aceita e, ao longo de 1999, foram feitas adequações na

infraestrutura e realizadas visitas às comunidades camponesas e assentamentos para apresentar o projeto e os objetivos da escola. Em fevereiro de 2000, iniciaram-se as atividades escolares (Schmitt, 2017).

Ainda conforme a autora, a instituição consolidou uma expressiva rede sociotécnica de parcerias, articulando-se com a Cooperativa de Trabalho, Prestação de Serviços, Assistência Técnica e Extensão Rural (Coopter), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Colinas e a Paróquia São Sebastião, além de agências internacionais de fomento à educação pública. No que tange à sua vinculação administrativa, a unidade esteve sob a gestão do município de Colinas do Tocantins até 2016, período após o qual foi incorporada à rede estadual de ensino, sob a égide do Governo do Estado.

Sob a atual configuração institucional, a escola oferta o curso Técnico em Agropecuária integrado ao Ensino Médio, dispondo de uma infraestrutura que congrega salas de aula, secretaria, refeitório, alojamentos estudantis, sanitários coletivos e unidades de produção pedagógica direcionadas à ovinocultura, suinocultura, avicultura, piscicultura, horticultura e fruticultura. Essa estrutura subsidia ações pedagógicas direcionadas ao fortalecimento da identidade camponesa e da territorialidade. A missão institucional ancora-se no combate ao êxodo rural por meio de uma formação contextualizada, capacitando os jovens como agentes de transformação em suas comunidades originárias a partir de uma práxis agroecológica que prioriza a agricultura orgânica e a salvaguarda das Áreas de Preservação Permanente (APPs).

Cumprе enfatizar que as pressões e as reivindicações históricas dos movimentos sociais camponeses constituíram o alicerce dos avanços verificados na legislação educacional brasileira, tensionando o Estado pelo reconhecimento jurídico-político das especificidades da educação destinada às populações do campo (Caldart, 2012). Em consonância com essa perspectiva, Schmitt (2017) reitera que o protagonismo desses sujeitos

coletivos foi determinante para a emergência das Escolas Família Agrícola (EFAs) como matrizes alternativas e contra-hegemônicas de Educação do Campo no estado do Tocantins.

EXPERIÊNCIAS EDUCATIVAS DAS FAMÍLIAS QUE VIVEM NO ASSENTAMENTO VALE DO BARREIRAS EM JUARINA

O município de Juarina integra a Mesorregião Ocidental do Tocantins, limitando-se com as municipalidades de Couto Magalhães ao sul, Bernardo Sayão ao norte, Pequizeiro ao oeste e Conceição do Araguaia ao leste. Segundo o censo demográfico do IBGE (2022), sua população é de 2.243 habitantes, o que o posiciona na 120ª colocação no ranking populacional do estado. A estrutura econômica local ancora-se na pecuária de corte e na bacia leiteira, ao passo que a reprodução socioeconômica da população urbana deriva predominantemente do setor de prestação de serviços. No território desse município, localiza-se o Assentamento Vale do Barreiras, situado a 27 quilômetros da sede municipal e a 28 quilômetros de Couto Magalhães, implantado na margem direita do Rio Araguaia e na margem esquerda do Rio Barreiras. O processo de territorialização da comunidade iniciou-se em 2006, mediante a desapropriação de terras pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) para fins de reforma agrária, cuja imissão na posse efetiva consolidou-se em 2007.

Dados da Associação dos Assentados Vale do Barreiras indicam que o assentamento é constituído por 35 famílias originárias de núcleos urbanos adjacentes e de antigos assalariados de latifúndios regionais. Após a imissão na posse, a auto-organização comunitária viabilizou a edificação de infraestruturas coletivas básicas, dentre as quais uma escola rudimentar com paredes de madeira, cobertura de palha de babaçu e chão batido, destinada ao atendimento de educandos do ciclo de alfabetização ao 5º ano do Ensino Fundamental. Sob pressão da referida associação, o poder executivo municipal procedeu à contratação de um profissional docente para atuar na localidade, enquanto para os discentes do segundo ciclo do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) e do Ensino Médio foi assegurado o

transporte escolar até a zona urbana. Paralelamente, pactuou-se um plano de cooperação mútua entre a prefeitura e o Incra para a recuperação da via principal de acesso, englobando serviços de abertura, cascalhamento e instalação de bueiros.

No estágio inicial de consolidação do assentamento, as condições materiais das famílias eram marcadas por extrema vulnerabilidade. A ausência de fomento e de renda estável compelia os assentados ao trabalho assalariado temporário em fazendas e empreiteiras da região, gerando dinâmicas de ausência temporária do lote. Relatos orais evidenciam que a comunidade enfrentou períodos de insegurança alimentar severa, tensionando a permanência e a sustentabilidade dos lotes. A esse quadro somaram-se entraves como a exploração predatória dos recursos naturais em áreas de reserva legal e o abandono de parcelas de terra por sujeitos que as concebiam sob uma ótica meramente turística impulsionada pela proximidade com o Rio Araguaia, desprovida de intencionalidade voltada ao desenvolvimento da agricultura familiar. Diante disso, a atuação contínua da Associação dos Assentados estendeu-se para além do ordenamento técnico-espacial dos lotes, convertendo-se em um vetor de conscientização ecológica, captação de recursos e fixação no campo. Essa articulação política robustece os laços comunitários, amplia os níveis de organização interna e impulsiona a consolidação da produção agrícola familiar.

No âmbito educacional, todavia, os povos desse assentamento ainda enfrentam severos limites estruturais. Juarina não dispõe de uma Escola Família Agrícola (EFA) em sua rede de ensino. Como mapeado anteriormente, a unidade de alternância mais próxima está localizada em Colinas do Tocantins, a uma distância geográfica de aproximadamente 105 quilômetros. Esse isolamento institucional e a fricção do espaço imposta pelo longo deslocamento induzem expressiva parcela da juventude camponesa à migração compulsória para os centros urbanos ou, de forma mais drástica, à evasão escolar e à interrupção definitiva de suas trajetórias formativas

Segundo informações fornecidas pela Associação dos Assentados Vale do Barreiras, dos 35 jovens em idade escolar no assentamento, apenas 12 concluíram o ensino médio nos últimos cinco anos. Muitos abandonam os estudos porque precisam trabalhar na roça para ajudar na renda familiar. Outros não enxergam motivos para continuar estudando.

Os estudantes do Assentamento Vale do Barreiras, assim como os de outros assentamentos da região de Juarina, precisam percorrer longas distâncias para estudar em escolas voltadas à população do campo, especialmente as que adotam o regime de alternância. Além das dificuldades com transporte e do cansaço físico, esses estudantes ainda enfrentam problemas estruturais do sistema educacional brasileiro, o que compromete a qualidade do ensino. Com isso, o que está previsto na legislação educacional se distancia cada vez mais da realidade de quem vive, trabalha e aprende no campo.

Apesar dos avanços legais, a efetivação das políticas públicas de educação do campo ainda encontra muitos obstáculos. Frequentemente, governos estaduais e municipais demonstram resistência à implementação dessas diretrizes, seja pela falta de financiamento adequado, seja pela ausência de políticas voltadas à formação de professores especializados nessa modalidade. Além disso, a urbanização crescente e o avanço do agronegócio pressionam pela descaracterização da educação rural, o que reforça a importância da luta contínua dos movimentos sociais para garantir que a legislação seja aplicada na prática (Caldart, 2012).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A política de Educação do Campo constitui-se como uma matriz de resistência e transformação contra-hegemônica. Historicamente, contudo, a instrução rural no Brasil foi instituída sob a égide dos interesses das elites agrárias e industriais, subordinando as ações pedagógicas às demandas de reprodução do capital. Sob essa racionalidade, o Estado frequentemente negligenciou a centralidade da reforma agrária, priorizando uma lógica

mercadológica e excludente. Em contraposição a esses modelos tradicionais de ensino que desconsideram as especificidades socioeconômicas e culturais do meio rural, a Educação do Campo emerge com o propósito de edificar uma instituição escolar organicamente vinculada à realidade da classe trabalhadora, valorizando suas identidades, saberes e modos de vida. Conforme postulam Molina e Sá (2012), essa escola deve propiciar a formação integral dos sujeitos a partir da articulação indissociável entre trabalho, ciência e cultura, superando o legado de alienação imposto por currículos urbanocêntricos e descontextualizados.

Sob a perspectiva de uma práxis emancipatória, a escola do campo não apenas respeita, mas valida os conhecimentos e as práticas do campesinato. Para tanto, impõe-se a adoção de mediações pedagógicas que tomem a vivência concreta dos educandos como ponto de partida e de chegada, integrando os saberes tradicionais ao conhecimento científico universal. A inscrição desse modelo como direito social no ordenamento jurídico brasileiro é fruto direto das intensas mobilizações dos movimentos sociais camponeses. Embora a Constituição Federal de 1988 tenha assentado as bases da educação como direito universal e dever do Estado, a institucionalização da Educação do Campo consolidou-se formalmente com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996, cujo artigo 28 normatiza a obrigatoriedade de adequação dos conteúdos curriculares e das metodologias às peculiaridades da vida rural e de cada região.

Nada obstante o arcabouço normativo que preconiza o respeito às singularidades socioculturais e econômicas das comunidades rurais, verifica-se um hiato expressivo entre o texto legal e a materialidade vivenciada pelos estudantes camponeses e suas famílias. Os limites para a efetivação desse direito são nítidos no cotidiano do Assentamento Vale do Barreiras, cujos sujeitos enfrentam barreiras estruturais como o isolamento geográfico em relação às unidades escolares, a precariedade do transporte público, a escassez de recursos pedagógicos e o desfinanciamento crônico das instituições de ensino. Esse cenário força os discentes a vivenciar o

dilema entre a progressão escolar e a permanência no território. A superação dessa contradição impõe o fortalecimento material e político da escola do e no campo, garantindo sua proximidade geográfica, salvaguardando sua função social e política na consolidação da identidade camponesa e na contenção da evasão escolar e do êxodo rural.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição de 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidente da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 23 dez. 2024.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/22827-censo-demografico-2022.html>. Acesso em: 16 fev. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CEB nº 02, de 28 de abril de 2008**. Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. Brasília, DF. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/resolucao_2.pdf. Acesso em: 16 fev. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Presidente da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 16 fev. 2025.

CARVALHO, Rodrigo Coelho de. As migrações e a urbanização no Brasil a partir da década de 1950: um breve histórico e uma reflexão à luz das teorias de migração. *Revista Espinhaço*, [s.l.], v8, n. 1, p. 24-33, 2019. Disponível em:

<https://revistas.ufvjm.edu.br/revista-espinhaco/article/view/130>. Acesso em: 16 fev. 2025.

COMSAÚDE. Comunidade de Saúde, Desenvolvimento e Educação. Escola Família Agrícolas de Porto Nacional. Disponível em: <https://comsaude-to.com.br/>. Acesso em: 5 mar. 2025.

FRAZÃO, Gabriel Almeida; DÁLIA, Jaqueline de Moraes Thurler. *Pedagogia da alternância e desenvolvimento do meio: possibilidades e desafios para a educação do campo fluminense*.

CONFERÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO. *Anais do I Circuito de debates acadêmicos*. Brasília, 2011. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area3/area3-artigo16.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2025.

LIMA, Elianeide Nascimento; NETO, Bezerra. Políticas públicas e educação do campo: elementos para um debate. *In: SEMINÁRIOS GEPEC 2013. Anais eletrônicos*. São Paulo. Ufscar. 2013. Disponível em: <https://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/publicacoes-seminarios-do-gepec/seminarios-de-2013/1-educacao-do-campo-movimentos-sociais-e-politicas-publicas/a46-politicas-publicas-e-educacao-do-campo.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2025.

CALDART, Roseli Salete. Educação do campo. *In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). Dicionário da educação do campo*. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 259-267. E-book.

MOLINA, Mônica Castagna; SÁ, Laís Mourão. Escola do campo. *In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). Dicionário da educação do campo*. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 326 -332. E-book.

NUNES, Klívia de Cássia Silva. **Cenário da Educação do Campo no Estado do Tocantins.** In: SEMINÁRIOS GEPEC 2013. Anais eletrônicos. São Paulo. Ufscar. 2013. Disponível em: <https://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/publicacoes-seminarios-do-gepec/seminarios-de-2013/1-educacao-do-campo-movimentos-sociais-e-politicas-publicas/a05-cenario-da-educacao-do-campo-no-estado-do.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2025.

JUARINA. Prefeitura de Juarina. Disponível em: <https://juarina.to.gov.br/historia/> Acesso em: 5 mar. 2025.

SCHIMITT, Deodete Maria das Neves. **Escola Família Agrícola Zé de Deus e a formação de trabalhadores do campo em Colinas do Tocantins.** 2017. Tese (doutorado em Educação) - Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2017. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5874557. Acesso em: 5 mar. 2025.

SOUZA, Marilsa Miranda de. **Imperialismo e educação do campo.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. E-book.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. Anuário Brasileiro da Educação Básica 2024. São Paulo, 2024. Disponível em: <https://anuario.todospelaeducacao.org.br/index.html>. Acesso em: 16 fev. 2025

TOCANTINS. **Lei nº 2.139, de 3 de setembro de 2009.** Dispõe sobre o Sistema Estadual de Ensino e adota outras providências. 2009. Disponível em: <https://www.al.to.leg.br/legislacaoEstadual?pagPaginaAtual=126#:~:text=LEI%20N%C2%BA%202.139%2C%20DE%203,Ensino%20e%20adota%20outras%20provid%C3%AAncias>. Acesso em: 18 jan. 2025.

CAPÍTULO 6

O NÓ CRÍTICO ENTRE QUESTÃO AGRÁRIA E QUESTÃO SOCIAL NO SERVIÇO SOCIAL

Fernando de Oliveira¹⁶
Maria José Antunes da Silva¹⁷

RESUMO:

O presente artigo tem como objetivo analisar a relação entre a questão agrária e a questão social na literatura do Serviço Social, partindo do pressuposto de que a estrutura fundiária é um elemento central na particularidade da constituição da questão social brasileira. A investigação utilizou como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica, a fim de discutir o nó crítico entre ambas as categorias como determinantes históricos da realidade social do país. A partir das reflexões empreendidas, observou-se que na questão agrária brasileira manifestam-se múltiplas expressões da questão social, de modo a refletir a precarização das condições de vida da classe camponesa e a sistemática violação de seus direitos.

Palavras-Chave: Questão Social. Questão Agrária. Serviço Social.

ABSTRACT:

This article aims to analyze the relationship between the agrarian question and the social question in Social Work literature, based on the assumption that the land tenure structure is a central element in the particularity of the Brazilian social question. The investigation employed a literature review as its methodological procedure to discuss the critical nexus between both categories as historical determinants of the country's social reality. Based on the reflections carried out, it was observed that the Brazilian agrarian question manifests multiple expressions of the social question, reflecting the precarious living conditions of the peasant class and the systematic violation of their rights.

Keywords: Social Question; Agrarian Question; Social Work.

¹⁶ Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal do Tocantins/Pronera/Turma Maria Trindade, negro, camponês, militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)..

¹⁷ Professora do curso de graduação e pós-graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Tocantins. Miracema, TO, Brasil. Doutora em Política Social pela UnB. E-mail mariajose77@uft.edu.br.

INTRODUÇÃO

Esta investigação constitui um desdobramento das reflexões teórico-metodológicas gestadas no âmbito da disciplina de Projeto de Pesquisa I, no curso de Bacharelado em Serviço Social/PRONERA da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Propõe-se, a partir de uma matriz sócio-histórica, adensar o debate sobre as convergências entre a questão agrária no Brasil e a questão social, concorrendo para o fortalecimento dessa categoria analítica e subsidiar a intervenção profissional do assistente social junto aos povos do campo, das águas e das florestas. Sob essa ótica, o estudo apreende a relação de indissociabilidade entre ambas as categorias, partindo do pressuposto de que a estrutura fundiária assume centralidade na determinação da particularidade histórica da questão social brasileira.

A pesquisa problematiza a inserção do espaço rural na produção acadêmica contemporânea, tencionando o debate sobre a luta pela terra que deságua na formulação teórica e política da Reforma Agrária Popular. Compreende-se que a matriz clássica da reforma agrária, conforme acirrado acúmulo do Grupo de Estudos Agrários do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (GEA/MST), foi inviabilizada pela própria autocracia burguesa sob o influxo de políticas neoliberais e da globalização capitalista, caracterizada pela hegemonia do capital financeiro sobre o capital produtivo (MST, 2024). Essa postura de subserviência da burguesia interna ao capital imperialista ratifica sua incapacidade histórica em capitanear um projeto de desenvolvimento soberano e nacionalista. Tal limite estrutural forjou as condições objetivas e subjetivas para que o campesinato elaborasse sua própria contraproposta: a Reforma Agrária Popular, erguida como estratégia de enfrentamento direto ao latifúndio e ao agronegócio.

Esse modelo alternativo, orientado para o desenvolvimento multifacetado (econômico, social, político e cultural) do meio rural, engendra uma nova sociabilidade baseada em matrizes agroecológicas que recusam a espoliação ambiental. Sob o prisma metodológico, a Reforma Agrária

Popular traduz-se como expressão material da práxis, concebida como o complexo das objetivações humanas (Netto; Braz, 2007, p. 43), uma vez que traz em seu cerne a luta social de massas em suas dimensões econômica, política, ideológica e cultural, tendo como eixo estruturante a democratização da terra e dos bens da natureza.

A investigação assume, por conseguinte, a tarefa de perscrutar o percurso histórico da formação profissional em Serviço Social, identificando os limites e os desafios da produção teórica sobre a questão agrária. Afinal, é essa dinâmica que confere contornos específicos à questão social em solo nacional, sintonizada às particularidades de um capitalismo dependente marcadamente arcaico e estruturado sob o padrão exportador agro-minerador. Reivindica-se uma formação que incorpore organicamente a dimensão do campo e de suas ruralidades, habilitando os profissionais a decodificar as mediações da realidade rural e intervir de forma qualificada na formulação e execução de políticas sociais. Esse compromisso coaduna-se com os princípios do Projeto Ético-Político profissional, expressos no Código de Ética do Assistente Social de 1993, que orienta o posicionamento em favor da equidade, da justiça social e da universalização do acesso aos bens e serviços públicos (BRASIL, 1993).

Ademais, o estudo lança luz sobre os processos contemporâneos de recampesinização e autorreconhecimento, conceitos que desvelam as múltiplas trajetórias de reconexão ontológica do ser humano com a terra, exemplificadas pela inserção de populações historicamente urbanas na produção agrícola sob a vanguarda do MST (DUBEUX; DUBEUX; PEIXOTO, 2018). Esse fenômeno implica o advento do camponês enquanto sujeito autônomo da história, que constrói e é construído na cotidianidade de sua existência. Para dar materialidade a essa reflexão, o presente texto organiza-se em cinco seções complementares: 1. Introdução; 2. Questão agrária, questão social e as contribuições do Serviço Social; 3. Alguns elementos das raízes agrárias da expressão da questão social; 4. A questão agrária e as lutas de classe por terra; e 5. Considerações finais. Esta arquitetura textual visa fornecer subsídios contemporâneos ancorados nos

fundamentos históricos, teóricos e metodológicos que balizam a tradição crítica da profissão.

QUESTÃO AGRÁRIA, QUESTÃO SOCIAL E AS CONTRIBUIÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL

A questão agrária e a questão social no Brasil encontram-se ontologicamente imbricadas, sendo a estrutura fundiária um elemento determinante na particularidade histórica da constituição da questão social em solo nacional. A formação econômico-social brasileira assenta-se em raízes coloniais cujas especificidades engendraram uma "(...) colonização e estruturação econômica, dialeticamente integrada ao capitalismo, sendo parte integrante e constitutiva do seu desenvolvimento; quer dizer, da totalidade capitalista" (Mazzeo, 1997, p. 15). Sob essa perspectiva, a dinâmica agrária não constitui um fenômeno isolado, mas uma determinação estrutural que baliza as condições de reprodução das desigualdades sociais do país desde o período colonial, cujas bases remontam à transposição do instituto das Sesmarias para o território brasileiro a partir do século XVI (Diniz, 2005).

Conforme postula Iamamoto (1998), a questão social expressa o conjunto das desigualdades e injustiças que marcam a estrutura da sociedade capitalista, configurando-se, sob a lente da teoria social crítica, pela contradição fundamental entre capital e trabalho. No cenário brasileiro, essas clivagens extrapolam a esfera estrita da renda ou do consumo, materializando-se em refrações que demandam tanto o enfrentamento via políticas públicas quanto a deflagração da luta de classes para tensionar o modo de produção vigente. Desse modo, a apreensão da questão social exige uma análise dialética que incorpore as mediações de classe, gênero, raça e etnia, indissociáveis da dimensão territorial.

As matrizes da questão social brasileira vinculam-se ao processo violento de colonização que legou sequelas estruturais à

contemporaneidade. Determinadas correntes sociológicas identificam nesse percurso a gênese de uma subalternidade cultural e ideológica que obstaculizou o fortalecimento de uma identidade autêntica a partir dos povos nativos e da sua vasta diversidade (Rodrigues, 1993). Ademais, a colonização consolidou um modelo de desenvolvimento avesso à democratização da terra, fundado no latifúndio monopolista, na monocultura agroexportadora e na superexploração da força de trabalho sob a égide do modo de produção escravista (Marini, 1973). Como assevera Marini (1973), na condição de economia dependente, o capitalismo periférico brasileiro reproduz a superexploração do trabalho tanto rural quanto urbano e a reiteração de formas análogas à escravidão sob novos arranjos corporativos. Essas determinações forjaram a base de uma estrutura social cindida por opressões de classe, raça e gênero, com rebatimentos diretos na negação dos direitos humanos e nas relações sociais contemporâneas.

Face a esse panorama, a questão agrária reafirma-se como vetor central das desigualdades estruturais, temática sobre a qual o Serviço Social tem produzido constantes reflexões teóricas ante o acirramento das condições de vida no campo. O desfinanciamento de políticas de permanência rural e o avanço predatório do agronegócio impulsionam a expropriação violenta das populações camponesas por meio de cercamentos territoriais, violência no campo e processos de adoecimento coletivo decorrentes do uso intensivo de agrotóxicos e da pulverização aérea, que envenenam o metabolismo da natureza e os corpos humanos. Para descortinar tais contradições, a tradição crítica da profissão ancora-se no método de Marx (2009), compreendendo que a realidade social é condicionada pelas relações sociais de produção. O rompimento com essa lógica e com a violência sistemática que atinge o campesinato pressupõe a transição para uma sociedade emancipada, orientada por outro modelo societário (Sant'ana, 2018; Iamamoto, 2006). Sob esse prisma, Sant'Ana (2018) contribui para o debate ao situar a concentração fundiária e o latifúndio nas transformações macroestruturais da sociedade brasileira. A autora demonstra que a dinâmica agrária é indissociável das relações de poder e da estrutura de classes, sustentando que a efetivação da reforma agrária

deve contemplar tanto a redistribuição da propriedade da terra quanto a garantia material das condições de reprodução social e dignidade dos povos do campo.

A análise de Iamamoto (2006) sobre a questão agrária é orientada pela compreensão de que as desigualdades no campo são expressão das contradições estruturais da sociedade brasileira. Ela defende que a reforma agrária, além de uma questão de redistribuição de terras, deve ser entendida como parte de uma luta maior por justiça social e transformação das relações de classe. Para ela, o Serviço Social deve estar comprometido com o processo de transformação social, atuando ao lado dos movimentos sociais e com uma postura crítica diante da estrutura que perpetua a desigualdade e a exploração no campo.

O Serviço Social é uma profissão que se dedica à análise crítica da realidade social e à busca por soluções para o enfrentamento das desigualdades existentes. Tem como objeto de intervenção as expressões da questão social, o que demanda atenção especial à questão agrária, por se tratar de uma particularidade da questão social brasileira, como afirmam Moraes e Azar (2022).

O Serviço Social no Brasil tem se posicionado de forma convicta em relação à questão agrária e à questão social, mas ainda há um longo caminho a ser percorrido. A profissão reafirma, em seu projeto ético-político de 1993, seu compromisso com a promoção da justiça social e com a análise das desigualdades que marcam a sociedade brasileira, incluindo a questão agrária, que confere um contorno específico à questão social no país.

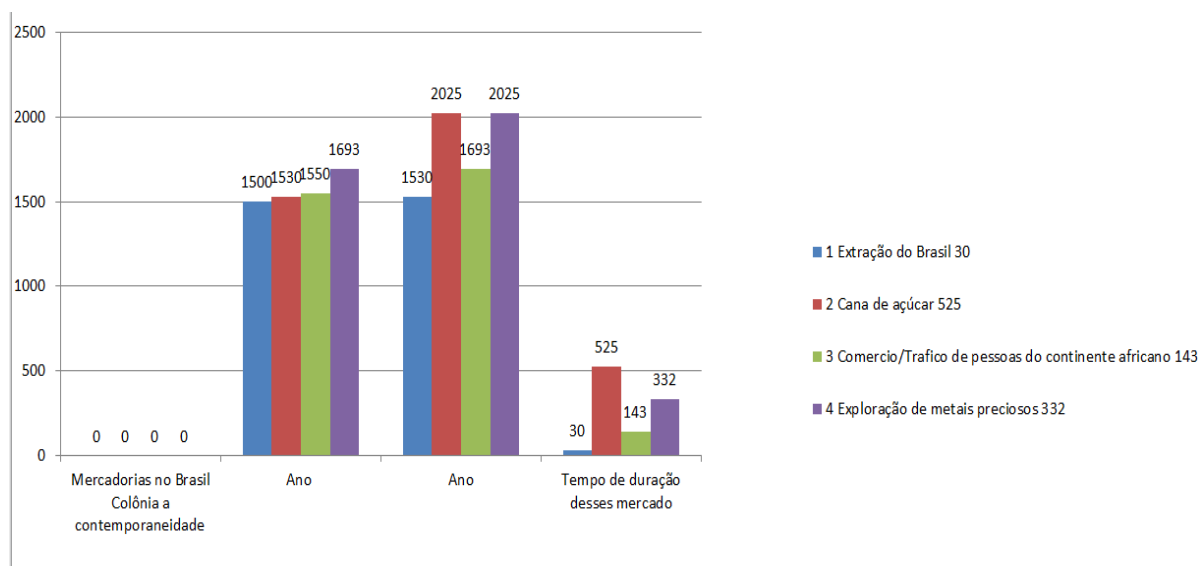
ALGUNS ELEMENTOS DAS RAÍZES AGRÁRIAS DA EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL

O Brasil é um país de capitalismo dependente (Marini, 1973), produtor de bens primários da natureza. O modo de produção aqui instaurado ainda é fortemente enraizado na questão da terra, com base agrária e

agro-mineral-exportadora, voltada à produção de matéria-prima para o mercado internacional. Diante dessa realidade, entende-se que a problemática da reforma agrária configura-se como um dos principais desafios para a construção de um modelo de justiça social no Brasil.

Destacam-se aqui aquelas que podem ser consideradas as primeiras mercadorias no contexto do Brasil colônia, algumas das quais permanecem até os dias atuais, conforme poderá ser observado no quadro 1 abaixo. Essa relação sempre esteve voltada para atender à demanda do mercado externo, ao qual o Brasil, desde sua ocupação, esteve submetido e subordinado.

GRÁFICO 1 – Mercadorias no Brasil: Colônia À Contemporaneidade



FONTE: Elaboração própria: com base em Silva (2025), Sousa (2025), Magalhães (2025).

As séries cronológicas expressas no Gráfico 1 sistematizam a ciclicidade e a perenidade das principais atividades econômicas que estruturaram o território brasileiro desde o período colonial até a contemporaneidade. O ciclo extrativista do pau-brasil circunscreveu-se ao período pré-colonial (1500–1530), ao passo que a agroindústria canavieira, introduzida em 1530, resguarda sua relevância produtiva até o presente. O tráfico transatlântico de africanos escravizados operou como engrenagem central de acumulação entre 1550 e sua abolição legal em 1850, interconectando-se, a partir de 1693, com a eclosão da economia

mineradora, cuja extração de metais preciosos permanece como vetor primário de exportação.

A cartografia dessas atividades visa desvelar a ontologia das mercadorias produzidas desde a colônia até a formação social republicana, evidenciando a persistência de um padrão exportador especializado que perpetua a condição de dependência e a vulnerabilidade externa do país. Essa dinâmica de subordinação macroeconômica foi agudizada pela expansão do modo de produção capitalista na América Latina, chancelada pela divisão internacional do trabalho que converteu as periferias em zonas provedoras de sobretrabalho, matérias-primas e bens primários em benefício do processo de reprodução ampliada do capital nos países centrais.

Em *O Escravismo Colonial*, Gorender (2016) caracteriza essa formação socioeconômica originária a partir do conceito de plantagem (plantation), categoria estruturada sobre o tripé do latifúndio compulsório, da monocultura e do trabalho escravizado. Esse modelo de desenvolvimento balizou as experiências consecutivas do pau-brasil, do açúcar e, ulteriormente, do complexo cafeeiro, forjando uma estrutura agrária rigidamente concentradora e extrovertida. A plantagem escravista constituiu uma organização econômica agrária intencionalmente delineada para solver as demandas de expansão do capitalismo comercial europeu. Sua função imanente não residia na subsistência ou no atendimento das necessidades internas dos produtores, mas sim na canalização de excedentes para o mercado mundial. Por assentar-se na exploração da força de trabalho escravizada e na hiperconcentração da terra, esse modo de produção cindiu a formação de um mercado consumidor interno dinâmico, hipertrofiando os nexos de dependência e subalternidade do país frente ao comércio exterior (Gorender, 2016).

Esse modelo foi reforçado durante o Império e a República, permitindo à elite agrária manter sua influência política e econômica. Durante esses períodos, conforme os dados apresentados, o Brasil viveu sob forte

influência dessa elite emergente, o que gerou um êxodo rural que mais tarde seria caracterizado como a expulsão da população do campo. Pequenos proprietários e povos originários foram empurrados para as cidades enquanto o controle das grandes propriedades ficava concentrado nas mãos de uma minoria, geralmente empresas ou famílias ligadas ao poder econômico. Muitos desses trabalhadores eram descendentes de ex-escravizados despossuídos de terra.

A questão agrária está intrinsecamente ligada à questão social no Brasil, tanto no campo quanto na cidade. A concentração de terras e a desigualdade rural refletem e aprofundam as desigualdades sociais do país. A expropriação dos povos do campo contribui para a precarização do trabalho rural, intensifica a marginalização social e dificulta a construção de uma sociedade justa e igualitária.

O Brasil possui uma estrutura agrária extremamente desigual, o que impacta diretamente sua questão social. A má distribuição de terras, com raízes no período colonial, é um dos principais fatores que explicam a concentração de riquezas nas mãos de poucos e a miséria de grande parte da população.

A questão agrária, portanto, não deve ser tratada como um problema isolado, mas sim como um elemento central da questão social brasileira. No contexto do capitalismo brasileiro, de consolidação tardia, a questão social está profundamente atrelada ao surgimento e agravamento da questão agrária, constituindo uma de suas particularidades mais marcantes.

A hiperconcentração fundiária engendra refrações que transcendem o espaço rural, atuando como vetor do êxodo compulsório e do consequente inchaço urbano, o que tensiona os sistemas de saúde, educação e assistência social. Desse modo, a contestação do monopólio da terra e a reivindicação da reforma agrária vinculam-se umbilicalmente à luta por justiça social, de modo que a democratização do acesso ao solo e aos bens da natureza constitui pressuposto material para assegurar a reprodução

social digna das populações camponesas e mitigar as desigualdades estruturais do país (Grupo de estudos agrários, 2024).

Essa dinâmica influencia diretamente as relações de classe, haja vista que o latifúndio historicamente constituiu a fração hegemônica da classe dominante, operando com expressivo poder de veto e direcionamento das decisões políticas e econômicas do Estado. Essa ingerência materializa-se em mecanismos de subvenção que beneficiam o agronegócio, tais como os sucessivos Planos Safra, anistias de dívidas e concessão de créditos com taxas de juros reais negativas. À guisa de ilustração, lideranças políticas governistas na Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins celebraram o perdão de R\$ 80 milhões em débitos do setor, enquanto, em âmbito nacional, a renúncia fiscal direcionada à cadeia produtiva da soja atingiu o montante de R\$ 57 bilhões (Bourscheit, 2023). A reforma agrária reafirma-se, portanto, como imperativo ético-político para a subversão dessas relações de poder, ultrapassando a mera distribuição de parcelas de terra ao incorporar a gestão sustentável dos recursos e a efetivação dos direitos humanos fundamentais (Grupo de estudos agrários, 2024).

O resgate histórico demonstra que o advento da Revolução de 1930 e a subsequente Era Vargas promoveram uma profunda centralização político-administrativa e impulsionaram um modelo econômico centrado na industrialização. Contudo, a despeito das transformações estruturais urbanas, a propriedade da terra permaneceu praticamente intocada, preservando o caráter excludente do sistema agrário (Bercovici, 2020). No esteio do processo revolucionário, frações do tenentismo articuladas no Clube 3 de Outubro formularam o “Esboço do Programa de Reconstrução Política e Social do Brasil”. O documento propunha uma intervenção estatal progressista que previa a limitação dos latifúndios próximos ao litoral e às vias de escoamento, o cultivo compulsório da terra sob pena de expropriação e conversão em núcleos coloniais, o fomento à pequena propriedade, a retomada de terras devolutas griladas, a progressividade do Imposto Territorial Rural (ITR), a criação de tribunais agrários e a extensão dos direitos trabalhistas ao campo (Bercovici, 2020, p. 187). Essa agenda,

contudo, foi obstaculizada pelas oligarquias e, posteriormente, durante a Assembleia Nacional Constituinte de 1946, as medidas de regulação agrária ensaiadas pelo Estado Novo foram revogadas sob a pecha de “entulho autoritário”, favorecendo a expansão latifundiária sobre as terras públicas e consolidando o que a historiografia econômica define como uma modernização conservadora (Bercovici, 2020).

Nos anos 1960, o aprofundamento da industrialização e os ensaios de modernização tecnológica do campo recolocaram a questão agrária no centro das disputas institucionais através das Reformas de Base. Todavia, a autocracia burguesa instaurada pelo golpe civil-militar de 1964 extirpou essa demanda da agenda pública. Sob a égide do regime ditatorial, a concentração fundiária e a superexploração do trabalho rural foram robustecidas por meio de políticas de crédito subsidiado ao grande capital, enquanto a contestação camponesa foi sistematicamente criminalizada. Esse processo de contenção violenta resultou no assassinato de lideranças, na perseguição de militantes e no desmantelamento forçado de importantes organizações de massas, como as Ligas Camponesas no Nordeste brasileiro, sufocando as possibilidades de democratização da terra naquele período histórico.

A QUESTÃO AGRÁRIA E AS LUTAS DE CLASSE POR TERRA

O cenário de transição democrática na década de 1980 culminou na promulgação da Constituição Federal de 1988, instituindo um novo pacto de direitos fundamentais. Contudo, malgrado o reconhecimento jurídico da função social da propriedade e dos pressupostos para a desapropriação, a Carta Magna não logrou alterar substancialmente a secular e hiperconcentrada estrutura fundiária do país limite estrutural constantemente denunciado por movimentos socioterritoriais sob a vanguarda do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Sob a perspectiva do antagonismo de classes, a formação social brasileira é cindida pela coexistência polarizada entre uma classe dominante associada constituída pelo latifúndio, frações industriais, grande capital comercial e

pela hegemonia no aparato político estatal e a classe trabalhadora, fragmentada entre o campesinato, o operariado urbano e as populações subalternizadas. Esse processo de dominação é reproduzido por mecanismos de opressão estrutural, em que o racismo institucional, a violência estatal e as barreiras institucionais operam como impedimentos à universalização dos direitos civis e sociais.

Nesse contexto de subalternidade, a contestação do monopólio da terra consolidou-se como eixo estruturante das lutas sociais, ganhando capilaridade a partir dos anos 1960. A efervescência dessa disputa manifestou-se de forma dramática no alvorecer da Nova República: dados sistematizados nos anos de 1980 e 1981 pela Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA) registraram a ocorrência de 1.363 conflitos agrários no país, mobilizando mais de 1,2 milhão de sujeitos na disputa por uma área superior a 40 mil hectares (Martins, 1986).

Destarte, a reforma agrária assume uma dimensão ontologicamente política e econômica, por constituir mediação indispensável à transformação das relações de produção. A redistribuição da propriedade da terra e o fomento material à agricultura camponesa despontam como imperativos para a mitigação das desigualdades estruturais. Ademais, a proposição da Reforma Agrária Popular impõe-se como resposta à crise ecológica global, dado que o modelo espoliativo do agronegócio engendra severos passivos socioambientais, materializados no desmatamento predatório, na exaustão e desertificação dos solos e na contaminação química dos corpos hídricos e lençóis freáticos

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A interlocução entre a questão agrária e a questão social no âmbito do Serviço Social ancora-se nas contradições estruturais do sistema capitalista, o qual engendra historicamente a expropriação das populações rurais e o aprofundamento das desigualdades. A questão agrária

apreendida a partir do monopólio da terra e da exploração da força de trabalho no campo vincula-se organicamente à questão social, materializando-se na precarização das condições de vida, na exclusão societária e na violação de direitos fundamentais. Enquanto expressão das relações de produção capitalistas, a questão social engendra antagonismos e conflitos de classe que, no cenário rural, ganham concretude na luta pela terra, na violência institucionalizada contra o campesinato e na invisibilização de suas demandas.

Ao debruçar-se sobre essa realidade, o Serviço Social assume o desafio teórico-metodológico de decodificar as especificidades do campo, articulando-as à totalidade social. Sob a égide dos fundamentos críticos da profissão, a dinâmica agrária é desvelada como expressão particular da questão social, demandando intervenções profissionais que superem visões fragmentadas. Como postula Iamamoto (1998), o exercício profissional do assistente social deve encontrar-se balizado pela crítica radical às estruturas de dominação e pelo compromisso com projetos societários orientados à emancipação humana. No meio rural, tal premissa exige o reconhecimento da reforma agrária e do acesso à terra como determinantes para a superação das desigualdades, pautando a mediação profissional pelo adensamento do diálogo com os movimentos socioterritoriais.

A concentração fundiária e a assimetria no acesso aos bens da natureza expressam os reflexos de uma política agrária excludente que penaliza camponeses, assalariados rurais e povos tradicionais. Torna-se imperativo, portanto, que o Serviço Social fortaleça esse debate na formação e no trabalho profissional, potencializando o pensamento crítico sobre a questão fundiária brasileira. A complexidade dos objetivos específicos delimitados funcionou como vetor desta investigação, cujo escopo centrou-se em mapear a produção científica sobre a temática, identificando os principais intelectuais e os marcos temporais de inserção desse debate na categoria. Mapear essa produção e desvelar a relação conceitual entre questão agrária e questão social ressalta o valor heurístico

deste estudo, sinalizando, outrossim, a necessidade de amadurecimento teórico continuado na profissão.

Em síntese, o objetivo precípuo foi demonstrar que a dinâmica agrária brasileira deve ser apreendida como um complexo de problemáticas indissociável da totalidade nacional, com rebatimentos recíprocos entre os espaços rural e urbano. Buscou-se superar leituras reducionistas ao evidenciar que, na particularidade histórica nacional, as bases do capitalismo dependente estruturaram-se a partir do campo, relegando o país à condição de economia agroexportadora subordinada às demandas de acumulação das potências centrais.

Sob este prisma, o campo é defendido como território de vida e reprodução social qualificada, o que pressupõe a universalização de políticas públicas e sociais que alcancem a massa camponesa. Conclui-se que o adensamento das pesquisas sobre a questão agrária pela tradição crítica do Serviço Social é um imperativo ético-político, concorrendo para a elevação da consciência de classe e para o fortalecimento das lutas em direção a uma nova sociabilidade livre da exploração do homem pelo homem.

REFERÊNCIAS

BERCOVICI, Gilberto. A questão agrária na Era Vargas (1930-1964). *História do Direito*: RHD, Curitiba, v. 1, n. 1, p. 183-226, jul.-dez. 2020.

BOURSCHEIT, Aldem. Brasil deixa de arrecadar R\$ 57 bilhões anuais com isenção fiscal da soja. *O Eco*. 19 out. 2023. Disponível em: <http://eco.org.br>. Acesso em: 15/02/2025.

BRASIL, Código de Ética do Serviço Social, 1993. https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso: 05/01/2025

DINIZ, Mônica. *Sesmarias e posse de terras: política fundiária para assegurar a colonização brasileira*, 2005. Disponível em: <https://memoria-spu.gestao.gov.br/publicacoes/sesmarias-e-posse-de-terras-politica-fundiaria-para-assegurar-a-colonizacao-brasileira-2/>. Acesso: 02/03/2025.

DUBEUX, Hugo; DUBEUX, Ana; PEIXOTO, Marcela. O fenômeno da recampenização na trajetória do Coletivo Aimirim: a busca da construção do Bem Viver e da prática Agroecológica no Sítio Pintor Bonito-PE. In: *Anais do VI CLAA, X CBA e V SEMDF – Vol. 13, Nº 1, Jul. 2018*. file:///C:/Users/maria/Desktop/Maria%20Jos%C3%A9%202025/pronera/Incra/Livro/junior_edimar,+589-Texto+do+resumo-594-1-2-20180718.pdf. Acesso em 02/03/2025.

GEA. *Grupos de Estudos Agrários*. <http://www.nupat.uefs.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=13>. Acesso: 09/12/2024

GORERNDER, Jacob. *O escravismo colonial*. 6. ed. São Paulo: Expressão Popular: Perseu Abramo, 2016.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *O SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE: Trabalho e formação profissional*, 1998.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *Trabalho e indivíduo social: um estudo sobre a condição operária na agroindústria canavieira paulista*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

MAGALHÃES, TIAGO LUÍS. “AS MINAS GERAIS E O SÉCULO DO OURO ANTECEDENTES DA DESCOBERTA DO OURO” Disponível em: <https://www.fafich.ufmg.br/pae/apoio/asminasgeraiseoseculodoouro.pdf>. Acesso Um: 04/02/2025.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência 1973**. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marini/1973/mes/dialetica.htm>. Acesso em 05/03/2025

MARTINS, J. S. **A militarização da questão agrária no Brasil: terra e poder**. Petrópolis-RJ: Ed. Vozes, 1986.

MARX, Karl. **Miséria da filosofia: resposta à filosofia da miséria, do Sr. Proudhon**. Tradução de José Paulo Netto. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia política. LIVRO I: O processo de produção do capital**. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MORAIS, Ana Clea Paiva; AZAR, Zaira Sabry. **A relação questão agrária e serviço social: uma abordagem a partir do ENPESS**. Eixo temático: Questões Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social. 2022. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/enpess-anais/public/arquivos/00641.pdf>. Acessado em: Movimento dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais Sem Terra. MST de 2025. <https://mst.org.br/2024/05/20/mst-politicas-para-reforma-agraria-e-orcamento-pelo-governo-federal/>. Acesso em 03/02/2025

MAZZEO, Antônio Carlos. **Origens da autocracia burguesa**. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 1997.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. São Paulo - SP: Cortez, 2007.

RODRIGUES, Nelson. **À sombra das chuteiras imortais**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SANT'ANA, Raquel Santos; MASSON, Gabriela Abrahão. **Serviço social e questão agrária: um debate necessário ao fortalecimento da direção crítica**

do projeto ético-político-profissional. Serv. Soc. Rev., Londrina, v. 21, n. 1, p. 195-216, jul./dez. 2018.

SILVA, Daniel Neves. "Pau-Brasil"; Disponível em:
<https://brasilecola.uol.com.br/históriab/pau-brasil.htm>. Acesso em:
03/02/2025

CAPÍTULO 7

ACAMPAMENTO OLGA BENÁRIO: LUTA E CONQUISTA DA TERRA

Maria das Graças Custódia de Deus¹⁸
Messias Vieira Barbosa¹⁹

RESUMO:

Este artigo teve como objetivo principal analisar a luta dos camponeses pela terra no antigo acampamento Olga Benário, atualmente reconhecido como Projeto de Assentamento Olga Benário. O estudo, de caráter bibliográfico e documental, fundamentou-se nos referenciais de Montaño (2010), Stedile (2012) e Barbosa (2016), além de fontes documentais do MST, registros oficiais do INCRA SR-26 e matérias publicadas em portais de notícias e artigos científicos. Debate-se aqui a luta pela terra, bem como os desafios e as conquistas do movimento, levando em consideração os avanços e retrocessos da classe camponesa no Tocantins. Busca-se compreender os processos de resistência e os desafios enfrentados pelo assentamento na produção e reprodução da vida, articulados à formação política e à consciência de classe. Portanto, o trabalho reafirma o debate sobre a questão agrária e a defesa de direitos fundamentais, propondo o modelo da reforma agrária popular. Essa política não apenas contribui para a redução das desigualdades e o enfrentamento da questão social, mas também promove o fortalecimento da cidadania e da democracia por meio da redistribuição de terras.

Palavras-chave: Luta pela Terra. MST. Questão Agrária. Reforma agrária.

ABSTRACT:

This article aimed to analyze the peasants' struggle for land in the former Olga Benário camp, currently recognized as the Olga Benário Settlement Project. This bibliographical and documentary study was based on the theoretical frameworks of Montaño (2010), Stedile (2012), and Barbosa (2016), as well as documentary sources from the MST (Landless Workers' Movement), official records from INCRA SR-26, and articles published in news portals and scientific journals. It debates the struggle for land, as well as the movement's challenges and achievements, considering the advancements and setbacks of the peasant class in Tocantins. The study seeks to understand the processes of resistance and the challenges faced by the settlement in the production and reproduction of life, articulated with political education and class consciousness. Therefore, this work reaffirms the debate on the agrarian question and the defense of fundamental rights, proposing the model of popular agrarian reform. This policy not only contributes to reducing inequalities and addressing the social issue, but also promotes the strengthening of citizenship and democracy through land redistribution.

Keywords: Land Struggle; MST; Agrarian Question; Agrarian Reform; Social Question.

¹⁸ Bacharela em Serviço Social, formada pela Universidade Federal do Tocantins e militante do Movimento dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais Sem Terra – MST. E-mail: eccomary@gmail.com.

¹⁹ Geógrafo e Mestre pela Universidade Federal do Tocantins, militante do Movimento dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais Sem Terra – MST e Professor da Secretaria Estadual de Educação do Tocantins. E-mail: mvieirabosa@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Este estudo tem como objetivo principal analisar a luta dos camponeses pela terra no antigo acampamento Olga Benário, atualmente denominado Projeto de Assentamento Olga Benário, sob a organização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), situado no município de Tabocão/TO, às margens da rodovia BR-235. De caráter bibliográfico e documental, a pesquisa utilizou referenciais teóricos fundamentados em Montaño (2010), Stedile (2012) e Barbosa (2016), além de fontes documentais do MST e registros oficiais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA SR-26). Utilizaram-se, complementarmente, matérias veiculadas em sites, portais de notícias e artigos científicos. O trabalho debate a luta pela terra, os desafios e as conquistas do movimento, levando em consideração os avanços e retrocessos da luta de classes, especialmente a da classe camponesa tocantinense.

As motivações para esta pesquisa emergem da vivência da autora como militante do MST, atuando diretamente na luta pela conquista da terra. Essa inserção abrange não apenas as famílias do antigo acampamento Olga Benário, mas também outras comunidades acampadas pelo movimento em diversos municípios do estado do Tocantins.

A terra, quando desvinculada de sua função social voltada à produção e reprodução do bem-estar, transfigura-se em “um bem privado, patrimônio de alguém” apropriado pelo capital. Lamentavelmente, essa dinâmica estruturou e ainda molda a história agrária do país, estando inclusive incorporada à legislação brasileira. Esse aparato e amparo legal por parte do próprio Estado (Artigos 184-191 da Constituição Federal de 1988) historicamente chancela e perpetua processos de exploração, expropriação e espoliação social e dos recursos naturais, atingindo sobretudo as populações do campo.

Vale destacar que, mesmo diante de conjunturas adversas e à luz dessas contradições, a classe trabalhadora constrói alternativas de resistência por meio de contestações e manifestações político-sociais contra o sistema opressor. Entre essas formas de organização, destaca-se o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que passou a mobilizar grandes massas de famílias camponesas. Progressivamente, essas famílias foram se territorializando na luta pela terra em diversas regiões do país.

Graças à organização social e à combatividade dos trabalhadores rurais, obteve-se avanços, ainda que aquém do necessário, culminando na distribuição de terras para cerca de 450 mil famílias (MST, 2025). Dessa forma, constata-se que a configuração atual da reforma agrária no Brasil é fruto direto das pressões e lutas encampadas pelos movimentos sociais.

Nesse sentido, o processo de territorialização do MST no Tocantins iniciou-se com a mobilização de famílias sem-terra que haviam sido expulsas de suas áreas e residiam, naquele momento, na periferia de Araguaína-TO e na região do Bico do Papagaio/TO. Essa organização retomou a resistência histórica dos posseiros outrora expropriados pelo Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT) durante a ditadura militar (1964-1985), além de resgatar o legado de Padre Josimo, assassinado pelo latifúndio na região em 10 de maio de 1986.

A trajetória do acampamento Olga Benário integra essa resistência camponesa, que consolidou uma base social disposta a lutar por seus direitos. Trata-se de um coletivo que recusa tanto a submissão aos processos de colonização quanto o êxodo urbano forçado como soluções para suas demandas existenciais. Assim, por meio da luta organizada, buscam os meios necessários para retornar e permanecer na terra, sobretudo em suas regiões de origem.

Esse embate vincula-se à continuidade de mais de 500 anos de disputa territorial no Brasil; mais de cinco séculos de enfrentamento ao

latifúndio e ao grande capital. Representa a resistência histórica da camponesa e do camponês, cujas famílias permanecem mobilizadas para acessar a terra, trabalhar e viver com dignidade.

O estudo também se propõe a analisar as políticas públicas de reforma agrária implementadas pelas diferentes esferas governamentais no Tocantins. Identifica-se, de modo geral, uma profunda ineficiência institucional que, por vezes, assume contornos de discriminação institucionalizada contra os acampados e assentados da reforma agrária.

Compreende-se que somente a partir da luta coletiva, da organização social e do acesso à formação política e técnica instrumentalizando os sujeitos com conhecimento e preparo crítico torna-se possível tensionar as estruturas de poder, travar o embate e exigir o cumprimento integral das garantias legais que obrigam o Estado a efetivar políticas públicas universais para os beneficiários dos projetos de reforma agrária.

QUESTÃO AGRÁRIA E ELEMENTOS FUNDIÁRIOS DO ESTADO DO TOCANTINS

O latifúndio surge no Brasil a partir de 1500 com a chegada do colonizador europeu. A primeira forma de distribuição de terras foram as Capitanias Hereditárias, destinadas à concessão de grandes extensões territoriais para os donatários geralmente amigos e prestadores de serviços à Coroa portuguesa (Caderno de Formação 33, p. 15). Séculos mais tarde, esse ordenamento foi reconfigurado por meio da promulgação da primeira Lei de Terras do Brasil (Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850), que permitiu a propriedade privada da terra, transformando-a em mercadoria e legalizando sua compra e venda. Esse mecanismo jurídico atendeu aos interesses dos grandes fazendeiros e criou barreiras estruturais para impedir que a população negra escravizada, em vias de libertação, tivesse acesso ao solo (Martins apud Barbosa, 2016).

Posteriormente, o Estatuto da Terra (Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964) foi outorgado com o objetivo de regulamentar a política agrícola e a reforma agrária no país. No entanto, a aplicação dessa legislação evidenciou uma intencionalidade de incentivar a migração de latifundiários da região Sul para as regiões Norte e Centro-Oeste. Durante esse período, o regime militar utilizava a modernização conservadora e a colonização dirigida para conter as tensões sociais e desarticular as lutas camponesas dos povos que tradicionalmente habitavam essas áreas.

Em contraposição ao modelo excludente, a Constituição Federal de 1988 preservou o dispositivo da reforma agrária em seu artigo 184, ao estabelecer que compete à União desapropriar, por interesse social e para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social. Nesse sentido, a destinação da terra, de acordo com Silva (2018), fundamenta-se na doutrina da função social da propriedade, pela qual toda riqueza produtiva possui uma finalidade socioeconômica; logo, quem a detém deve fazê-la frutificar em benefício próprio e da coletividade.

Sob essa ótica, compreende-se a questão agrária a partir das relações de posse e uso da terra, conforme asseveram Dias e Carvalho (2022, p. 4), ao defini-la como o “conjunto de interpretações e análises da realidade agrária na forma de organização e posse, à propriedade, no uso e na utilização das terras”. Assim, a estrutura fundiária de um país reflete o resultado histórico das disputas entre latifundiários e camponeses. No Brasil, as classes dominantes seguem defendendo o atual modelo agrário, marcado historicamente por uma das maiores concentrações de terra do mundo.

Como desdobramento dessa política de controle territorial na Amazônia Legal, foram criados, em 1980, o Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT) e o Grupo Executivo do Baixo Amazonas (GEBAM). O intuito central dessas estruturas era centralizar a gestão dos conflitos agrários sob a tutela da segurança nacional, visando sobretudo neutralizar a organização política e a resistência dos camponeses na região.

O estado do Tocantins ocupa o 11º lugar em extensão territorial no país, com uma área de 277.466,763 km², correspondente a aproximadamente 5,3% da Amazônia Legal, e conta com uma população de 1.511.460 habitantes distribuídos em seus 139 municípios (IBGE, Censo 2022). Ao longo de seu processo de formação socioeconômica, embora o estado tenha recebido intensos fluxos migratórios, não houve uma desconcentração de sua estrutura fundiária. Ao contrário: à medida que a população cresceu, intensificaram-se também os índices de concentração de terras (Barbosa, 2016).

No cenário tocaninense, a disputa territorial sempre foi marcada por conflitos severos e pela resistência popular. Um dos casos mais emblemáticos dessa realidade foi o assassinato do Padre Josimo Moraes Tavares, proeminente defensor dos direitos camponeses na região do Bico do Papagaio, em 10 de maio de 1986. A conivência ou omissão do Estado frente às ações da elite agrária demonstra o desinteresse institucional na garantia do direito à terra, o que minimiza a violência sofrida pelos trabalhadores e perpetua um ciclo permanente de violações fundadas no monopólio da propriedade.

Diante disso, esse panorama histórico e geográfico torna-se o elemento-chave para que o MST legitime a defesa da reforma agrária, mantendo o enfrentamento direto ao latifúndio, à monocultura e ao modelo agroexportador do agronegócio. O movimento busca construir a Reforma Agrária Popular, centrada na produção de alimentos saudáveis, no fortalecimento da agroecologia, na democratização da terra, na soberania alimentar e na garantia das condições de permanência dos homens e das mulheres no campo.

ORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é um movimento social popular, autônomo e de massas, consolidado em 1984

durante o seu Primeiro Encontro Nacional, na cidade de Cascavel, Paraná. Tem como objetivos centrais a luta pela terra, a realização da reforma agrária e a transformação social. Atualmente, o movimento encontra-se organizado em âmbito nacional, estando territorializado em 24 estados e no Distrito Federal.

No estado do Tocantins, o MST inseriu-se em 1997, ano em que realizou sua primeira reunião na capital, Palmas. A primeira ocupação de terras no território tocantinense ocorreu em 1º de janeiro de 1998, no município de Palmeiras, situado na região do Bico do Papagaio. Essa ação culminou na criação do primeiro assentamento do movimento no estado, sendo interpretada pela classe camponesa sem-terra como um ato de resistência e, de modo oposto, pela elite agrária local como um obstáculo ao desenvolvimento regional.

Atualmente, o movimento estende sua presença por quase todas as regiões do Tocantins, tendo viabilizado a conquista de 17 assentamentos e a organização de 10 acampamentos. Esses espaços de resistência sofrem pressões e impactos severos decorrentes da expansão do modo de produção capitalista e do agronegócio. Tais interferências manifestam-se desde a exploração da força de trabalho e práticas de envenenamento por agrotóxicos até processos de expropriação e expulsão de camponeses e camponesas, dinâmicas que visam assegurar a reconcentração fundiária em benefício do latifúndio.

Dada a sua relevância como movimento social do campo voltado ao fortalecimento da luta camponesa, o MST é frequentemente demandado por famílias despossuídas para articular novos acampamentos no estado. Essa articulação impulsiona o projeto de conquista da terra, ainda que para isso as famílias necessitem enfrentar as vulnerabilidades cotidianas das ocupações, sejam elas estabelecidas temporariamente à beira de rodovias ou no interior de latifúndios destinados à reforma agrária.

Cabe enfatizar a distinção teórica entre movimento social e mobilização social. Conforme formula Carlos Montaña (2010), o movimento social caracteriza-se como uma organização dotada de relativo grau de formalidade e estabilidade, cuja atuação ultrapassa atividades isoladas e não se esgota após a conclusão de uma pauta específica. Em contrapartida, a mobilização social constitui uma estratégia conjuntural de articulação e ação política e cívica. Sob essa ótica, o MST consolida-se como um movimento social de caráter permanente que emprega sua capacidade de mobilização de massas como instrumento tático para construir, tensionar e fortalecer a luta camponesa em defesa da terra.

ORGANIZAÇÃO, LUTA POLÍTICA E RESISTÊNCIA NO ACAMPAMENTO: ÀS MARGENS DA RODOVIA BR - 153

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é um movimento social popular, autônomo e de massas, consolidado em 1984 durante o seu Primeiro Encontro Nacional, na cidade de Cascavel, Paraná. Tem como objetivos centrais a luta pela terra, a realização da reforma agrária e a transformação social. Atualmente, o movimento encontra-se organizado em âmbito nacional, estando territorializado em 24 estados e no Distrito Federal.

No estado do Tocantins, o MST inseriu-se em 1997, ano em que realizou sua primeira reunião na capital, Palmas. A primeira ocupação de terras no território tocantinense ocorreu em 1º de janeiro de 1998, no município de Palmeiras, situado na região do Bico do Papagaio. Essa ação culminou na criação do primeiro assentamento do movimento no estado, sendo interpretada pela classe camponesa sem-terra como um ato de resistência e, de modo oposto, pela elite agrária local como um obstáculo ao desenvolvimento regional.

Atualmente, o movimento estende sua presença por quase todas as regiões do Tocantins, tendo viabilizado a conquista de 17 assentamentos e a organização de 10 acampamentos. Esses espaços de resistência sofrem

pressões e impactos severos decorrentes da expansão do modo de produção capitalista e do agronegócio. Tais interferências manifestam-se desde a exploração da força de trabalho e práticas de envenenamento por agrotóxicos até processos de expropriação e expulsão de camponeses e camponesas, dinâmicas que visam assegurar a reconcentração fundiária em benefício do latifúndio.

Contribuição das Mulheres

Além da reivindicação pelo direito fundamental ao acesso à terra, as mulheres desempenharam um papel crucial no processo de organização e condução do território. Ao mesmo tempo, travavam suas próprias batalhas emancipatórias para se afirmarem como sujeitos históricos que anseiam por uma realidade livre das opressões impostas pelo sistema capitalista e patriarcal. Nos momentos de incerteza e desânimo coletivo, a resiliência e a força das camponesas funcionavam como elementos de animação e coesão para a base do movimento.

Nesse contexto, a atuação feminina articulou-se de forma solidária à participação dos companheiros, seja nas ocupações, nas atividades de formação política ou nas ações de enfrentamento. Em diversas ocasiões, a resposta estatal manifestou-se com extrema truculência, resultando na prisão de companheiros, filhos e filhas, o que impôs duras penalidades afetivas e materiais a essas mulheres.

Entre as ações de destaque protagonizadas pelas camponesas do acampamento, sobressai a ocupação da superintendência do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) no Tocantins, realizada no dia 8 de março de 2016. A mobilização contou com a participação de aproximadamente 300 mulheres de diversas regiões do estado, sob o lema "Mulheres em Luta: em defesa da natureza, contra a violência e o agronegócio". Durante o ato de protesto, cinco militantes foram detidas pelo aparato policial.

Esses episódios de repressão, embora gerassem indignação, também fortaleciam a identidade coletiva e a resistência das mulheres Sem Terra do acampamento Olga Benário. Para além da obstinação na luta pela reforma agrária, elas utilizavam esses espaços públicos para denunciar à sociedade os impactos da violência de gênero e da criminalização institucional que sofrem diariamente ao reivindicarem direitos historicamente negados.

No decorrer do processo de ocupação, as famílias enfrentaram a dura realidade de residir temporariamente às margens da rodovia federal BR-153, desprovidas de políticas sociais básicas. Mais uma vez, as mulheres tensionaram o poder público local para cobrar direitos constitucionais, como o acesso à saúde pública universal por meio do Sistema Único de Saúde (SUS). Em decorrência dessas pressões, o acampamento passou a receber o atendimento periódico de agentes comunitários de saúde enviados pelo município de Tabocão/TO. Diante da insuficiência dessa cobertura estatal, as famílias mobilizaram seus próprios conhecimentos comunitários para viabilizar o cuidado em saúde.

Adaptando-se às vulnerabilidades do território, a comunidade recorreu aos saberes tradicionais, organizando a produção de hortas com ervas medicinais voltadas à prevenção e ao tratamento de enfermidades. Nesse período de privações, o saber popular desempenhou um papel incontestável na sobrevivência do grupo, visto que as barreiras geográficas e financeiras muitas vezes impediam o deslocamento até a unidade urbana de saúde. Nessas circunstâncias, a atuação de benzedadeiras e benzedores, por meio de rezas e preparos de chás fitoterápicos, supria as demandas imediatas, evidenciando uma ética de cuidado pautada nas relações humanistas e na solidariedade de classe.

A efetivação de políticas sociais e assistenciais é de fundamental relevância para as comunidades rurais. Contudo, mecanismos setoriais específicos, como a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas (PNSICFA) - instituída pela Portaria nº 2.866, de 2 de dezembro de 2011, do Ministério da Saúde, frequentemente

enfrentam severos gargalos de implementação pelos poderes executivos municipais, distanciando o direito legalizado da realidade concreta vivenciada pelos povos do campo.

Resistência e o Golpe Político em 2016

Diante da morosidade institucional em obter respostas e alcançar os objetivos pretendidos, o MST e as famílias acampadas recorreram aos instrumentos de pressão legítimos de que dispunham: a realização de manifestações e atos políticos de denúncia para tensionar o poder público e evidenciar a estagnação da política de reforma agrária. Sob essa estratégia, no dia 7 de maio de 2014, os militantes interditaram a rodovia Belém-Brasília (BR-153) para exigir celeridade no processo de desapropriação da Fazenda Araguaína. O bloqueio da rodovia estendeu-se por mais de 12 horas, gerando um congestionamento superior a 40 quilômetros, e a via só foi desobstruída após a interlocução do superintendente regional do INCRA, que firmou um novo compromisso de agilizar os trâmites legais.

É fundamental ressaltar que o direito à livre manifestação e à reunião encontra-se plenamente assegurado pelo artigo 5º da Constituição Federal de 1988, o qual estabelece, em seu inciso XVI, que "todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização" (Brasil, 1988). Trata-se, portanto, do uso de uma garantia constitucional como ferramenta de salvaguarda e exigência de outros direitos fundamentais.

Contudo, a inoperância administrativa da superintendência do INCRA (SR-26) no estado do Tocantins, somada à ausência de aportes financeiros por parte do Governo Federal para efetivar o pagamento de aquisição do imóvel rural conforme negociado, inviabilizou a conversão da área pretendida em um projeto de assentamento, frustrando as expectativas das famílias e a planificação do movimento.

Esse revés coincidiu com um período de profunda instabilidade macroeconômica e política no país, culminando no afastamento e posterior destituição da presidente Dilma Rousseff em 2016, processo este analisado por diversos setores acadêmicos e movimentos sociais como um golpe parlamentar institucional. O MST engajou-se ativamente em múltiplas frentes de mobilização em defesa da legalidade democrática daquele governo. Paralelamente, a conjuntura evidenciou os limites estruturais do próprio Estado que, mesmo sob gestões de caráter progressista ou popular, demonstrou sérias amarras e conciliações que impediram o avanço concreto da democratização da terra.

Após a confirmação oficial de que as negociações da Fazenda Araguaína haviam sido frustradas, o movimento ainda realizou uma nova investida ocupando parte do território como resistência. Entretanto, em decorrência do deferimento de uma liminar judicial de reintegração de posse, as famílias foram compelidas a se retirar da área no dia 28 de outubro de 2016, encerrando um ciclo de ocupação iniciado no dia 1º daquele mesmo mês.

OCUPAÇÃO DA FAZENDA SINUELO: PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO, E LUTA POLÍTICA.

Em 21 de abril de 2017, foi realizada a ocupação da Fazenda Sinuelo, localizada às margens da BR-235, sentido cidade de Pedro Afonso-TO, com cerca de 500 famílias. A fazenda ocupada ficou popularmente conhecida como Fazenda da Maconha, após, em 2006, ter sido flagrada com um grande carregamento de 7 toneladas de cocaína. A Polícia Federal, após investigações, encaminhou o caso ao Ministério Público Federal (MPF), para que fossem tomadas as providências legais cabíveis.

A ocupação foi embasada no artigo 243 da Constituição Federal, que dispõe:

Art. 243. As propriedades rurais e urbanas de qualquer região do País onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas ou a exploração de trabalho escravo na forma da lei serão expropriadas e destinadas à reforma agrária e a programas de habitação popular,

sem qualquer indenização ao proprietário e sem prejuízo de outras sanções previstas em lei, observado, no que couber, o disposto no art. 5º. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 81, de 2014).

A luta do MST-TO pela Fazenda Sinuelo, conhecida como Fazenda da Maconha, iniciou-se em 2017. Desde o início da formação do acampamento Olga Benário, às margens da rodovia BR-153, em 2013, o MST ouvia relatos de populares sobre uma área de terra do INCRA conhecida como Fazenda da Maconha. Ao mesmo tempo, as pessoas afirmavam que a área era ruim para a agricultura, composta apenas por terra de areia branca, o que diminuía o interesse por ela.

Com o passar do tempo e diante da continuidade da luta e da ausência de outras perspectivas, a comunidade se organizou para viabilizar a nova ocupação, que poderia ser transformada em assentamento conforme as movimentações políticas, legais e jurídicas relacionadas à aquisição da área da fazenda pelo INCRA – SR-26, Estado do Tocantins.

Fica explícito que, mesmo diante de todas as evidências de que a área ocupada não cumpria sua função social, conforme determina a Constituição de 1988 no artigo 184, que estabelece ser competência da União desapropriar, por interesse social e para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, os órgãos competentes não agiram ou não quiseram agir.

As famílias, amparadas na lei e entendendo que a área seria desapropriada, se organizaram com moradias improvisadas, que serviam de abrigo, pois eram a única opção para muitas delas. Com essa mesma ideia, iniciaram plantações de hortas, feijão, mandioca e, principalmente, melancia, que era o principal produto. Também criavam pequenos animais, como porcos e galinhas, para o sustento familiar, sem imaginar o que estava por vir.

No dia 15 de setembro de 2017, o acampamento sofreu um brutal despejo judicial, realizado por forças de segurança com grande aparato,

incluindo veículos terrestres, helicópteros, polícia militar, polícia civil e polícia federal, entre outros órgãos de repressão do Estado.

Embora estivessem presentes órgãos de direitos humanos no momento do despejo, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Conselho Regional de Serviço Social (CRESS), não houve nenhuma negociação sobre a realocação das famílias, deixando apenas a indignação de quem foi deixado à própria sorte.

Na realidade, observa-se que, ao lutar pela terra para quem dela necessita para trabalhar, ao resistir à expropriação, expulsão, despejo e ao ocupar terras ociosas de grandes propriedades privadas ou públicas, o trabalhador questiona o atual direito de propriedade e suas consequências sociais (Caderno de Formação nº 33, p. 10).

Reocupação da fazenda Sinuelo, organização, luta política e resistência na terra.

Diante da morosidade institucional em obter respostas e alcançar os objetivos pretendidos, o MST e as famílias acampadas recorreram aos instrumentos de pressão legítimos de que dispunham: a realização de manifestações e atos políticos de denúncia para tensionar o poder público e evidenciar a estagnação da política de reforma agrária. Sob essa estratégia, no dia 7 de maio de 2014, os militantes interditaram a rodovia Belém-Brasília (BR-153) para exigir celeridade no processo de desapropriação da Fazenda Araguaína. O bloqueio da rodovia estendeu-se por mais de 12 horas, gerando um congestionamento superior a 40 quilômetros, e a via só foi desobstruída após a interlocução do superintendente regional do INCRA, que firmou um novo compromisso de agilizar os trâmites legais.

É fundamental ressaltar que o direito à livre manifestação e à reunião encontra-se plenamente assegurado pelo artigo 5º da Constituição Federal de 1988, o qual estabelece, em seu inciso XVI, que "todos podem reunir-se

pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização" (Brasil, 1988). Trata-se, portanto, do uso de uma garantia constitucional como ferramenta de salvaguarda e exigência de outros direitos fundamentais.

Contudo, a inoperância administrativa da superintendência do INCRA (SR-26) no estado do Tocantins, somada à ausência de aportes financeiros por parte do Governo Federal para efetivar o pagamento de aquisição do imóvel rural conforme negociado, inviabilizou a conversão da área pretendida em um projeto de assentamento, frustrando as expectativas das famílias e a planificação do movimento.

Esse revés coincidiu com um período de profunda instabilidade macroeconômica e política no país, culminando no afastamento e posterior destituição da presidente Dilma Rousseff em 2016, processo este analisado por diversos setores acadêmicos e movimentos sociais como um golpe parlamentar institucional. O MST engajou-se ativamente em múltiplas frentes de mobilização em defesa da legalidade democrática daquele governo. Paralelamente, a conjuntura evidenciou os limites estruturais do próprio Estado que, mesmo sob gestões de caráter progressista ou popular, demonstrou sérias amarras e conciliações que impediram o avanço concreto da democratização da terra.

Após a confirmação oficial de que as negociações da Fazenda Araguaína haviam sido frustradas, o movimento ainda realizou uma nova investida ocupando parte do território como resistência. Entretanto, em decorrência do deferimento de uma liminar judicial de reintegração de posse, as famílias foram compelidas a se retirar da área no dia 28 de outubro de 2016, encerrando um ciclo de ocupação iniciado no dia 1º daquele mesmo mês.

Educação Permanente

O processo de formação é complexo e amplo, pois trata da elevação permanente, em todos os sentidos, do nível de conhecimento e da experiência de vida dos trabalhadores. É um processo infinito e sistemático de reflexão sobre a prática, de busca de conhecimentos já produzidos socialmente e de produção e socialização de novos saberes a partir das realidades concretas vividas.

Tendo isso como um de seus objetivos para a transformação social, o MST e as famílias trabalham o setor de educação, que visa combater as cercas do latifúndio do saber, que insiste em manter a ignorância na classe trabalhadora, especialmente nas populações do campo, ao negar-lhes o direito e o acesso aos meios de inserção nos espaços de aprendizagem formais. Não se trata apenas de alfabetizar pessoas, o que é “simples”, mas de democratizar o conhecimento para um número maior de pessoas. “Nenhuma organização tem futuro se não formar seus próprios quadros em todas as frentes do conhecimento humano”, como destaca Stedile (2012, p. 77).

Com essa compreensão, a comunidade fortaleceu a luta pela educação, tanto a informal, que não está regulada pelas leis de educação impostas pelo sistema, quanto a formal, que confere diploma e certificado oficiais. Assim, as famílias buscam valorizar o conhecimento já consolidado da classe trabalhadora, e uma dessas estratégias é o fortalecimento do Programa Nacional de Educação nas Áreas de Reforma Agrária (PRONERA), programa que tem como objetivo a inclusão em todas as áreas do conhecimento, rompendo as cercas do latifúndio do saber.

O PRONERA é uma política pública criada em 1998 por meio de portaria do Ministério Extraordinário da Política Fundiária (MEPF). Surgiu a partir de reivindicações dos movimentos sociais, resultado de intensas lutas especialmente após o massacre de Eldorado dos Carajás, e permite o acesso à educação formal, essencial para os povos do campo.

Uma das maiores conquistas da comunidade nesse período de quase dez anos de luta, seja às margens da BR-153 ou na fazenda Sinuelo, foi o ingresso de muitos camponeses e camponesas sem-terra na universidade para a graduação em diversos cursos, como Agronomia, Direito e Serviço Social. Foi a partir dessa inserção no ensino superior que o MST e as famílias tiveram a certeza de que o acampamento deveria contar com um centro de formação política.

Diante disso, os integrantes do acampamento Olga Benário organizam-se junto a outros acampados e assentados de áreas conquistadas pelo MST para a construção desse centro. O espaço de aprendizagem não será exclusivo da comunidade ou do movimento, mas aberto também aos demais movimentos sociais e às universidades (estaduais ou federais) consolidando-se como um local de debates e aprendizados para a classe trabalhadora.

O inesperado: Pandemia do Coronavírus (COVID-19)

No ano de 2020, mais precisamente no mês de março, as famílias tiveram que enfrentar uma situação bastante peculiar, até então pouco imaginada: o distanciamento social, que impactou as famílias do acampamento e o mundo todo. Essa realidade, inesperada tanto para a comunidade aqui citada quanto para o restante do planeta, de certa forma estimulou novas formas de luta e resistência.

Durante a pandemia do coronavírus (COVID-19), que afetou milhões de pessoas no Brasil, as famílias do acampamento precisaram se proteger para que suas atividades diárias não fossem interrompidas, pois dependiam da própria produção de alimentos para sua sobrevivência.

Enquanto os órgãos de saúde orientavam a população quanto ao uso de máscara, à higienização das mãos com água e sabão, ao uso de álcool gel e à limpeza das áreas comuns como forma de prevenção, no acampamento isso era quase impossível. As casas eram construídas com

lonas, palhas de palmeira de coco babaçu e barro, dificultando a higienização recomendada, além do acesso limitado a máscaras e álcool gel.

Enquanto as populações urbanas enfrentavam dificuldades alimentares, a população do campo produzia alimentos saudáveis. Vale destacar que o MST foi o movimento do campo que mais se solidarizou durante a pandemia, distribuindo aproximadamente oito mil toneladas de alimentos. Nesse período, o acampamento fortaleceu a produção coletiva de alimentos para práticas de solidariedade, tanto no município de Tabocão quanto na capital Palmas, com a distribuição de mais de duas toneladas de alimentos produzidos pelas famílias sem-terra acampadas na então Fazenda Sinuelo.

Durante o distanciamento social, as famílias precisaram se reinventar nas formas de resistência, organizando diversas estratégias para manifestações políticas, utilizando uma das ferramentas pouco acessíveis à classe trabalhadora: a tecnologia dos meios de comunicação, especialmente a internet. Apesar das dificuldades para compreender seu funcionamento, as famílias conseguiram dar visibilidade às articulações nas datas de luta do calendário nacional do MST e à divulgação das ações solidárias realizadas. Por outro lado, essa exposição também trouxe novas dificuldades, especialmente as investidas do agronegócio, que usou o momento da pandemia para agir contra o acampamento.

O acampamento possui uma organização coletiva que garante a segurança de todos, o desenvolvimento dos trabalhos coletivos, as reuniões, a produção de alimentos, o funcionamento da escola e demais atividades. Essa estrutura possibilita a formação política, uma das bases do acampamento. Foi nesse contexto que surgiu a discussão sobre fazer um parcelamento provisório em áreas menores, destinadas à construção das casas e à produção individual de cada família, visando melhor divisão das atividades e a experiência de como funcionaria o acampamento quando se tornasse assentamento. Para isso, foi necessária uma ampla discussão entre

moradores e movimento social para planejar a organização espacial do território, considerando o bem viver e a sociabilidade, buscando promover a integração entre o coletivo e o individual.

O parcelamento surgiu da necessidade de garantir o território frente aos ataques do agronegócio aos camponeses, mas deixou como reflexão a necessidade de repensar essa forma de auto-organização como método, pois o parcelamento pode tanto fortalecer quanto fragmentar a luta. A partir dessa organização, ficou evidente que, apesar de garantir o território, o parcelamento também impacta a dinâmica do coletivo. A imagem abaixo demonstra o parcelamento da auto-organização das terras realizada pelo movimento.

CRIAÇÃO OFICIAL DO ASSENTAMENTO OLGA BENÁRIO: DA ORGANIZAÇÃO ESPACIAL À REALIZAÇÃO DO SONHO.

Após trâmite jurídico junto ao Fórum da Comarca de Guaraí (TO), com base no artigo 243, parágrafo primeiro, da Constituição Federal de 1988 e na Lei nº 8.257, de novembro de 1991, a área pertencente à Fazenda Sinuelo foi destinada à Superintendência Regional do INCRA (SR-26) para a implantação de um projeto de assentamento de reforma agrária.

Depois de quase dez anos de muita resistência e pressão, o INCRA, por meio da Portaria nº 450, de 9 de abril de 2024, finalmente criou o Projeto de Assentamento Olga Benário. Localizado no município de Tabocão, estado do Tocantins, o assentamento conta com 724 hectares de terra destinados ao desenvolvimento de 58 famílias. Nessa mesma área, o MST travou, ao longo de mais de sete anos, intensas batalhas que incluíram duas ocupações, uma reintegração de posse violenta, decisões jurídicas divergentes e laudos agrônômicos contraditórios. Todo esse processo contou com uma assessoria jurídica pública eficiente, empreendida pela Defensoria Pública do Estado (DPE), Defensoria Pública da União (DPU) e Ministério Público Federal (MPF).

Embora comemorem a conquista da terra, as famílias compreendem que ainda haverá longos embates para que a sociedade entenda que a democratização do acesso ao solo é uma bandeira de toda a classe trabalhadora. Essa conscientização é fundamental para que se reconheça a gravidade da questão agrária brasileira, marcada por uma estrutura extremamente desigual e por uma produção agrícola voltada ao mercado mundial, em detrimento das necessidades alimentares da própria população (MST, 2024, p. 12).

É importante destacar o contexto em que essa conquista ocorre. Considerada um fato histórico, a consolidação de um assentamento do MST no Tocantins ganha contornos ainda mais relevantes por situar-se no berço do agronegócio. O município de Tabocão é vizinho de Pedro Afonso, cidade onde, em 1996, foi instalado o Projeto Nipo-Brasileiro, por meio do Programa de Cooperação para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER III). Segundo Oliveira (2017, p. 241), a disputa territorial nessa região não ocorre apenas entre proprietários locais e investidores provenientes das regiões Sul e Sudeste do país, mas envolve diretamente grandes multinacionais, como a Bunge, majoritária no agronegócio regional.

Para as famílias e o movimento, a conquista do assentamento é resultado da luta pela terra, mas também da própria luta de classes. Representa o acúmulo de forças para a implementação de um projeto de reforma agrária popular que caminha na contramão dos interesses da burguesia agrária, confirmando que a estrutura social brasileira só se altera por meio da mobilização popular base para a transformação das desigualdades estabelecidas pelo modelo de desenvolvimento capitalista.

Assim, a celebração dessa vitória traz o entendimento profundo de que lutar vale a pena. Trata-se de uma história a ser contada e disseminada para mostrar que a classe trabalhadora organizada pode vencer. Aqueles que ficaram pelo caminho estão representados nos que hoje permanecem de pé. Os mesmos que, ao se organizarem à beira da estrada para batizar o acampamento, escolheram o nome de Olga Benário mulher que combateu a

opressão e foi executada pelo nazismo em uma câmara de gás. Daquela escolha em diante, ecoou um grito com as palavras: “LUTEI PELO BOM, PELO JUSTO E PELO MELHOR MUNDO”, frase que continuará ressoando por muito tempo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A apropriação privada da terra e a exploração do trabalho no campo são formas de acumulação que geram pobreza e desigualdade, tornando a redistribuição fundiária uma solução fundamental para corrigir as injustiças sociais históricas. A reforma agrária, portanto, não se restringe a uma questão econômica, mas constitui um ato político e social, pois representa a democratização do acesso ao solo e a viabilidade de desenvolvimento para os povos do campo.

Torna-se necessária uma análise aprofundada, em especial, sobre o que estabelece a Constituição Federal no que se refere às áreas destinadas à reforma agrária, uma vez que as contradições da lei ficam explícitas ao longo do trabalho aqui apresentado. É de suma importância que o Estado seja central nessa discussão, já que atua como mediador institucional, embora frequentemente demonstre alinhamento com a elite agrária e com um modo de produção que exclui e violenta o camponês.

Quando o poder público não efetiva as políticas como deveria conforme preconiza o artigo 184 da Carta Magna, geram-se desfechos muitas vezes extremamente conflituosos. Mesmo com a atuação de órgãos de direitos humanos junto aos movimentos sociais, a recorrência desses conflitos evidencia que o Estado ainda não compreende plenamente a legitimidade da luta pela terra e seus desdobramentos.

Diante desse cenário, identifica-se a necessidade urgente de articular diversas políticas sociais aos temas aqui levantados. Esses processos de enfrentamento geram mudanças profundas na cultura política local, demonstrando a importância do acesso aos direitos básicos garantidos

pela Constituição Federal de 1988, tais como saúde, educação, direito ao território e liberdade de organização popular.

O assentamento Olga Benário surge, assim, como um espaço de contraponto ao modelo consolidado pelo agronegócio na região, materializando um outro modo de produção e de reprodução da vida. É preciso atentar para o peso histórico dessa conquista do MST e das famílias sem-terra, um feito inédito no estado do Tocantins por situar-se justamente no berço da capital agroindustrial. O município de Tabocão é vizinho de Pedro Afonso, onde, em 1996, foi instalado o Projeto Nipo-Brasileiro, por meio do Programa de Cooperação para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER III).

Portanto, afirma-se a urgência do debate sobre a questão agrária, pois ela envolve a defesa direta de direitos fundamentais. A partir desta reflexão, defende-se o modelo de reforma agrária popular como o caminho a ser efetivado, visto que promove a desconcentração fundiária, contribuindo não só para a redução das desigualdades, mas também para o fortalecimento da cidadania e da própria democracia.

Por fim, a intenção deste estudo não é esgotar a problemática, mas chamar a atenção da sociedade para as contradições que o monopólio da terra e o modo de produção capitalista impõem à vida do povo brasileiro, especialmente àqueles que resistem e produzem no campo.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Messias Vieira. **Reforma agrária no Tocantins: uma análise da luta e conquista da terra a partir do assentamento Paulo Freire I e II**, Rio dos Bois - Tocantins. / Messias Vieira Barbosa. – Porto Nacional, TO: UFT, 2016.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. **Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988**, com as alterações determinadas pela

Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo nº 186/2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano, **MST - formação e territorialização**. São Paulo: Hucitec, 1996.

GUIMARÃES, Alberto Passos. As Três Frentes da Luta de Classes no Campo Brasileiro - 1960. in **A questão agrária no Brasil: O debate tradicional - 1500-1960** / João Pedro Stedile (org.) 1 edição- São Paulo: Editora Expressão Popular, 2005.

"Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora"
<https://www.abepss.org.br/enpess-anais/public/arquivos/00591.pdf>. Acesso em fevereiro de 2025.

LEI Nº 8.257, DE 26 DE NOVEMBRO DE 1991. Dispõe sobre a expropriação das glebas nas quais se localizem culturas ilegais de plantas psicotrópicas e dá outras providências. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8257.htm. Acesso em fevereiro de 2025.

MARTINS, José de Souza, **A Militarização da Questão Agrária no Brasil** (Terra e poder o problema da terra na crise política) Editora Vozes, 1984.

MONTANÃ, Carlos. **Estado, classe e movimento social**. Carlos Montaña, Maria Lúcia Duriguetto. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2010. - (Biblioteca básica de serviço social).

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). **Caderno de formação**. n. 33: Latifúndio - o pecado agrário brasileiro. São Paulo: MST, fev. 2000.

OLIVEIRA, Sebastião de Souza. **O avanço do capitalismo no Cerrado brasileiro e a metamorfose do latifúndio no município de Pedro Afonso.**N. Tocantins/Sebastião de Souza Oliveira Presidente Prudente: 2017.

Polícia dá início a reintegração de posse em fazenda em Fortaleza do Tabocão. <https://globoplay.globo.com/v/6160750>. Acessado em fevereiro de 2025.

Polícia Federal apreende sete toneladas de cocaína em Palmas. <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/6/06/cotidiano/1.html>, Acesso em fevereiro de 2025.

Programa Agrário do MST – Textos para debates” é uma publicação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. 2 edição- janeiro 2024.

REIS, C. S. A função social da propriedade rural e o acesso à terra como respeito à dignidade da pessoa humana. **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XI, n. 53, maio 2008. Site do MST <https://mst.org.br/quem-somos/>.

STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo, 2012.

CAPÍTULO 8

MEMÓRIAS DE UMA MULHER EM LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA NO TOCANTINS (TO): CONFLITOS E RESISTÊNCIAS

Maria Vicência Prima de Araújo²⁰

Rosemary Negreiros de Araújo²¹

RESUMO:

O artigo intitulado Memórias de uma mulher em luta pela reforma agrária no Tocantins (TO): conflitos e resistências apresenta aspectos da trajetória de vida da autora-narradora em diálogo com as complexas dinâmicas que envolvem a disputa fundiária no estado, com foco especial nas implicações sociais, econômicas e políticas dessa problemática. O texto adota a metodologia da história de vida, construída a partir da colaboração entre duas autoras que buscam, por meio do relato da autora-narradora, reconstruir sua memória social e militante. O estudo aponta para a urgência de um compromisso político e social com a justiça agrária, destacando a relevância da formação de redes de apoio e solidariedade entre os diversos atores envolvidos na luta pela terra. Dessa forma, a obra contribui para a compreensão das complexidades da reforma agrária e dos conflitos no campo, oferecendo uma perspectiva crítica que serve como base para futuras pesquisas e para a formulação de políticas públicas voltadas à promoção da equidade e da justiça social no Brasil.

Palavras-chave: Memória e história de vida, Reforma Agrária, Conflitos no campo no Tocantins.

ABSTRACT:

The article entitled Memórias de uma mulher em luta pela reforma agrária no Tocantins (TO): conflitos e resistências [Memoirs of a woman struggling for agrarian reform in Tocantins (TO): conflicts and resistances] presents aspects of the author-narrator's life trajectory in dialogue with the complex dynamics involving the land dispute in the state, with a special focus on the social, economic, and political implications of this issue. The text adopts the life history methodology, built upon the collaboration between two authors who seek, through the account of the author-narrator, to reconstruct her social and militant memory. The study points to the urgency of a political and social commitment to agrarian justice, highlighting the relevance of building support and solidarity networks among the various actors involved in the struggle for land. Thus, the work contributes to the understanding of the complexities of agrarian reform and rural conflicts, offering a critical perspective that serves as a foundation for future research and for the formulation of public policies aimed at promoting equity and social justice in Brazil.

Keywords: Memory and Life History; Agrarian Reform; Rural Conflicts in Tocantins.

²⁰ Bacharela em Serviço Social – Pronera/UFT. E-mail: netacamponesa@hotmail.com.

²¹ Professora de História na graduação em Serviço Social/UFT, no Serviço Social/Pronera/UFT e no PPGSSocial da Universidade Federal do Tocantins – UFT, Campus de Miracema-TO. Doutora em Geografia pela Universidade Federal do Ceará Centro de Ciências (2016). E-mail: rosearaujo@mail.uft.edu.br.

INTRODUÇÃO

Este texto tem como ponto de partida minha trajetória de vida, construída a partir de memórias e vivências no cenário da luta pela terra no Tocantins. Ao revisitar minha infância e a convivência familiar, busco resgatar experiências marcadas por conflitos agrários e pelo processo de reforma agrária no estado, entrelaçando lembranças pessoais com a história coletiva de trabalhadores e trabalhadoras do campo.

A pesquisa apoia-se em referências bibliográficas que dialogam com a história local, regional e nacional, mas estrutura-se, sobretudo, a partir da história de vida da autora. Essa caminhada pessoal é compreendida como expressão de um processo mais amplo de disputa por direitos, pois, como nos lembra Ecléa Bosi (1994), a memória individual é inseparável da memória coletiva; cada lembrança constitui um ponto de vista sobre a experiência comum.

Essa compreensão orienta a escolha metodológica deste estudo, que utiliza a história de vida como instrumento de reflexão crítica, social e política. Como define Pereira (2000), trata-se de um relato construído a partir das memórias do narrador com a mediação do pesquisador uma construção conjunta entre quem vive e quem interpreta a realidade.

Escrever minha própria história, nesse sentido, significa também refletir sobre uma problemática coletiva: os conflitos no campo e os desafios da reforma agrária no Tocantins. Desde sua criação, em 1988, o estado enfrenta a permanência de estruturas fundiárias excludentes, marcadas pelo latifúndio que concentra terras em detrimento de pequenos agricultores, indígenas e comunidades tradicionais.

Diante dessa realidade, a motivação para esta escrita nasce de dois compromissos: resgatar e honrar as lembranças da minha família e de tantas outras que lutaram pela terra, e dar voz a histórias que por muito

tempo foram silenciadas. O objetivo é contribuir para uma reflexão crítica sobre os caminhos já trilhados e aqueles que ainda precisam ser construídos na busca por justiça agrária.

MEMÓRIAS DE VIDA MARCADA PELO CONFLITO AGRÁRIO COMO ASSENTADA DA REFORMA AGRÁRIA PARA A UFT/ MIRACEMA

Sou Maria Vicência Prima de Araújo: mulher, negra, mãe, avó de três netos e assentada da reforma agrária. Nasci em Araguaína (TO), fui criada na região de São Geraldo do Araguaia e sou filha de uma quebradeira de coco uma mulher forte e resiliente que dedicava suas manhãs à colheita e à quebra dos frutos para extrair o óleo que sustentava nossa casa. Vi de perto como suas mãos calejadas e seus olhos determinados refletiam a luta diária pela sobrevivência. O coco não era apenas um fruto; era a base do nosso sustento e da nossa alimentação.

Minha mãe ensinou-me a importância do trabalho duro e o valor da terra. Cada fruto quebrado representava uma pequena vitória, e cada gota de óleo extraída trazia esperança. Ela não se limitava aos cuidados domésticos; estava sempre na labuta, buscando formas de fazer render cada centavo. Muitas vezes, transportava os produtos da colheita para vender na cidade vizinha, enfrentando longas distâncias e o sol escaldante em prol da nossa subsistência. Lembro-me das histórias que ela contava sobre como o resultado dessas vendas ajudava a colocar comida na mesa, garantir o material escolar e, eventualmente, comprar algo especial para nós. O cheiro do óleo de coco, quente e fresco, invadia a casa e misturava-se às risadas, às conversas e ao espírito comunitário que ela cultivava com as vizinhas.

Sua força e determinação me inspiraram profundamente e moldaram quem sou hoje. Aprendi desde cedo que, assim como o coco, a vida pode ser dura, mas também guarda suas recompensas. Minha mãe foi uma verdadeira guerreira, e suas lições sobre resiliência e amor pelo trabalho permanecem comigo, guiando-me a valorizar cada conquista, por menor

que pareça. Minha infância e juventude foram vivenciadas na colônia, marcadas pelo conflito da reforma agrária no estado do Pará, mais especificamente no Lote 08, então localizado no município de São Geraldo — território que hoje pertence ao município de Piçarra.

Tivemos uma infância muito difícil. Éramos sete irmãos pequenos e meu pai sofria muito. Lembro-me das feridas que se abriam em suas costas e demoravam dias para cicatrizar, resultado do peso das mercadorias que ele carregava a pé por 40 quilômetros até onde morávamos. Ele não podia sair para trabalhar no mercado convencional, pois precisava se dedicar integralmente à militância, atuando apenas em regime de mutirão. Essa era uma estratégia de autodefesa para estar sempre junto aos companheiros. Por conta disso, enfrentávamos severas restrições financeiras, contando apenas com o básico para sobreviver.

Essa realidade dialoga diretamente com as formulações de Fernandes (2012, p. 747), ao analisar que, “nessa condição de subalternidade, a maioria absoluta do camponato brasileiro entrega a riqueza produzida com seu trabalho ao capital, vivendo em situação de miséria”. Esclarecendo esse mecanismo, o autor pontua que “essa miséria é gerada cotidianamente pelas relações capitalistas, que, depois de se apropriarem da riqueza produzida pelo trabalho familiar camponês, também se apropriam de seu território”. O geógrafo destaca, ainda, que, “ao perder a propriedade, seu espaço de vida, seu sítio, sua terra e território, a família camponesa é desterritorializada”, concluindo que, “como reação a esse processo, ocorrem a luta pela terra e as ocupações, na tentativa de criação e recriação da condição camponesa: camponato e território são indissociáveis, e a separação entre eles pode significar a destruição de ambos”.

Ainda na infância, o que nos deixava felizes eram as brincadeiras, como roda, dança da carrapeta, ciranda, pular corda, esconde-esconde, cair no poço e muitas outras. Fazíamos arapuça, jogávamos pedra de

baladeira e usávamos os buldoques²², que meu pai fazia para nós. Minha irmã e eu brincávamos de boneca de milho, pois nunca tivemos uma boneca artificial. Nem meus irmãos puderam brincar de carrinho de plástico, pois meu pai não tinha condições de comprar. Mesmo com essas dificuldades, eu era feliz na simplicidade.

Sou a caçula de dezenove irmãos e, na infância, morávamos em uma área de intenso conflito fundiário. Vivíamos na região de São Geraldo (PA), um território marcado pelas tensões da disputa pela terra e pela resistência dos moradores. Naquela época, o medo e a esperança caminhavam juntos. Meu pai, um homem de princípios firmes e engajado na busca por igualdade, era militante do movimento sindical e esteve na linha de frente da defesa dos direitos dos trabalhadores. Ele aproximou-se e articulou-se com os combatentes da Guerrilha do Araguaia, movido pela convicção de que a terra deveria pertencer àqueles que nela vivem e trabalham.

Essa conexão com os guerrilheiros demonstrava como a questão agrária e os direitos trabalhistas estavam profundamente interligados na região. Juntos, eles se uniram em defesa de um ideal maior de transformação social em meio a um cenário de extrema opressão e desigualdade. As noites eram longas e cheias de incertezas, mas também preenchidas por conversas acaloradas sobre sonhos de um futuro melhor. Eu o via sair determinado para as reuniões clandestinas e sentia uma mistura de orgulho e medo. Sabíamos que aquela resistência era necessária para defender o direito fundamental a uma vida digna.

Nessas horas em que o pessoal e o solidário se fundiam, nossas memórias nunca estavam isoladas. Como ressalta Halbwachs (2003, p. 30), “nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos

²²Popularmente chamado de "buldoque" na região em que eu habitava, trata-se de um instrumento utilizado para atirar pedras, composto por um arco com um elástico esticado e preso nas extremidades, cujo disparo é acionado por um gatilho. O artefato também é conhecido em outras localidades como estilingue ou atiradeira (Dicio, s.d.).

envolvidos e com objetos que só nós vimos. É porque, na realidade, nunca estamos sós."

Cresci, portanto, em um ambiente onde a resistência era parte intrínseca da nossa rotina. Os dias eram difíceis, mas atenuados pela solidariedade entre os vizinhos, que compartilhavam os mesmos ideais de liberdade. As reuniões familiares frequentemente transformavam-se em debates e orientações sobre direitos e políticas de enfrentamento às injustiças. A coragem de meu pai e de seus companheiros funcionava como uma luz na escuridão, ensinando-me o valor do coletivo, da força da união e da bravura em defesa do que é justo. Essa vivência moldou minha compreensão sobre a estrutura social e a importância de não nos calarmos.

Ser filha de um militante sindical e herdeira dessa memória do Araguaia significa carregar um legado que transcende gerações. A coragem daquelas mulheres e homens continua a ecoar em mim, motivando-me a seguir firme na construção de um mundo mais justo e igualitário, onde a classe trabalhadora possa, finalmente, ter voz e o seu lugar de direito na terra.

Essa bravura manifestava-se não apenas nas lutas sindicais, mas também em momentos extremamente arriscados da história política brasileira. Lembro-me, por exemplo, de quando meu pai fazia a travessia dos guerrilheiros pelo rio; ninguém podia saber que ele era amigo e aliado de Dina, codinome de Dinalva Conceição Oliveira Teixeira. Recordo-me com clareza de que ela chegou a se esconder em nossa casa. Dina tombou na guerrilha e, no ano seguinte ao término do conflito, foi realizada uma busca por suas ossadas no Rio Araguaia, em frente às cidades de Xambioá (TO) e São Geraldo do Araguaia (PA), mas nada foi encontrado.

Daquele grupo de guerrilheiros na nossa região, restou apenas o seu Amaro, que era carioca. Ele morou um tempo na Colônia e depois se mudou para a cidade de São Geraldo. Quando nós, crianças, íamos buscar água para encher os potes, frequentemente nos deparávamos com os

combatentes na mata. Tínhamos muito medo deles, pois surgiam com roupas rasgadas, cabelos e barbas crescidos; por isso, a gente dizia que eram o “Capelobo”.

Com o decorrer do tempo, em 1979, um grupo de moradores ocupou uma área que se tornaria um marco na história da comunidade. Nesse espaço havia uma antiga estrutura de pedra natural que, além de se destacar pela robustez, desempenhou um papel fundamental na proteção dos filhos dos posseiros. Suas paredes frias tornaram-se um abrigo acolhedor. Quando os confrontos entre os trabalhadores e os pistoleiros se acirravam, minha mãe nos escondia ali. Ela preparava a comida às pressas, de qualquer jeito, para que nos alimentássemos protegidos dentro daquela casa de pedra.

Naquela época, o principal amparo dos posseiros vinha dos padres e religiosos, que inclusive levavam vermífugos e assistência médica para a comunidade. Lembro-me de todos: padre Aristides, missionária Fernanda, padre Miguel e missionária Marinez. Algum tempo depois, os padres e treze posseiros foram presos pela ditadura militar. Diante da ausência do Estado, continuávamos sem escola formal, o que levou minha irmã mais velha a assumir a tarefa de alfabetizar a mim, aos nossos irmãos e aos filhos dos vizinhos.

O cenário de violência era constante. Quando o companheiro Raimundo, conhecido como Gringo, foi assassinado, foram os militantes desse grupo do qual meu pai fazia parte que acolheram sua esposa e seus dois filhos pequenos. Para despistar as ameaças, ela precisava mudar de abrigo constantemente, ficando cada dia em uma casa diferente. Mesmo com o luto do marido executado, ela permaneceu firme na organização popular: tornou-se diretora das escolas da colônia, organizou uma escolinha para as crianças do assentamento e conseguiu uma professora. Esse gesto sintetiza a reação das classes sociais e a dinâmica de um povo que aprendeu, na prática, a forjar maneiras de lutar pela vida. A luta de

classes se expressa em todos os âmbitos da nossa existência cotidiana, tensionando o poder de mando que as elites impõem.

A educação do campo, portanto, é fruto direto dessas reivindicações, pois, historicamente, os meios necessários para que a escola contribuísse com uma formação humana, livre e universal foram negados à classe trabalhadora ou realizados de maneira severamente limitada sob as amarras da sociedade capitalista.

Como ainda não tínhamos um prédio escolar, as primeiras aulas formais aconteciam na própria casa da viúva do companheiro Gringo. Não havia carteiras; os pais dos alunos confeccionavam os bancos de madeira. O tempo passou e consegui continuar os estudos. Porém, quando completei dez anos, passei a ser severamente maltratada pela nova professora. Naquela época, frequentei uma sala de aula onde as sombras do preconceito e da discriminação racial faziam parte do meu cotidiano. Aquela docente, que deveria exercer o papel de guia e apoio pedagógico, tratava-se com profunda crueldade. Ela me chamava abertamente de "macaca", um insulto violento que refletia não apenas o racismo dela, mas a visão desumanizadora que a sociedade colonialista nutria sobre a minha cor e a minha condição social.

Naquele ambiente, eu sentia o desprezo deliberado pelo meu valor como estudante e ser humano. A dor e a humilhação eram intensas. Cada riso abafado dos colegas de classe, quando eu era interpelada por aquele termo racista, dilacerava-me por dentro, como se a minha identidade e a minha origem não valessem nada. No entanto, mesmo diante de tamanha violência, algo de resistência começou a florescer em meu íntimo. Percebi que a cor da minha pele e a minha ancestralidade não definiam a minha capacidade nem o meu potencial. Aquela experiência dolorosa transmutou-se em força motriz: aprendi a valorizar minha identidade negra e a buscar o conhecimento como arma de libertação. Minha vontade de aprender a ler e escrever era tão vital que me fez suportar os insultos e os apelidos pejorativos daquela professora.

Ironicamente, consolidei minha alfabetização escrevendo cartas para os padres que estavam encarcerados. Ao final de cada mês, um trabalhador da colônia os visitava na cadeia e levava nossas correspondências para relatar como andava a resistência do lado de fora, trazendo de volta as orientações políticas para a continuidade do movimento. Minha infância, adolescência e juventude transcorreram nesses termos: sempre obstinada em estudar, apesar das barreiras de acesso.

Em 1984, casei-me e mudei-me para a região de São Félix do Xingu, no Pará, onde tive meus três filhos. Os anos seguintes trouxeram novos golpes da violência agrária: em 1993 perdi meu pai e, em 1997, meu esposo foi assassinado por um pistoleiro a mando do latifúndio. Encontrando-me sozinha, responsável por três crianças pequenas e sob iminente risco de morte decorrente de constantes ameaças, fui obrigada a migrar para o estado do Tocantins, reiniciando mais uma vez a nossa trajetória de refúgio e resistência.

Em 1998 conseguiu um lote da reforma agrária no município de Nova Olinda, TO. Em 2000 fui convidada para participar, pela primeira vez, de um programa de alfabetização para jovens e adultos, promovido pelo Pronera, que já estava em sua segunda edição. Nessa época, participei junto a meu amigo Cacheado²³ Como era chamado Raimundo Nonato Silva de Oliveira, uma pessoa com quem aprendi muito. Infelizmente, no dia 13 de dezembro de 2022, ele foi brutalmente assassinado.

Hoje presto uma homenagem sincera ao meu querido amigo, que partiu de forma trágica, mas cujo legado de luta e coragem permanece vivo

²³Raimundo Nonato Oliveira, popularmente conhecido como Cacheado, foi um destacado militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no estado do Tocantins, assassinado no município de Araguatins (TO). Ele iniciou sua trajetória de militância nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), participando ativamente da Pastoral da Juventude Rural (PJR), vinculada à Comissão Pastoral da Terra (CPT). Nos anos 2000, ingressou no MST e contribuiu expressivamente com movimentos sindicais e partidos políticos de esquerda, como o PT, o PCdoB e o PSOL. Tanto o movimento social quanto o próprio Cacheado foram historicamente criminalizados e perseguidos por latifundiários e grandes grileiros de terras públicas na região do Bico do Papagaio. No decorrer do governo de Jair Bolsonaro, as ações de criminalização e as ameaças de morte contra militantes sociais — sobretudo os defensores da reforma agrária — tornaram-se ainda mais evidentes, acirrando-se drasticamente durante o período eleitoral e pós-eleitoral do ano de 2022 (Engelmann, 2022).

em nossos corações. Ele não era apenas um amigo, mas um verdadeiro guerreiro, sempre disposto a lutar por justiça e pelos direitos de todos, especialmente na busca por uma educação digna e pela reforma agrária. Seu sonho de se formar em Serviço Social era movido pela vontade de fazer a diferença, de transformar vidas e promover a inclusão. Ele acreditava que a formação acadêmica era uma ferramenta poderosa na luta por direitos e dedicava suas horas a estudar e a mobilizar outros jovens em torno dessa causa.

Minha trajetória de militância no estado do Tocantins consolidou-se em 1998, logo após a perda do meu esposo — um lutador valente, assassinado no coração do Pará, em 1997, por defender o direito à terra e à dignidade camponesa. Diante do perigo iminente e das ameaças do latifúndio, migrei com meus três filhos pequenos e instalei-me no Projeto de Assentamento Água Branca, no município de Nova Olinda (TO). Naquela comunidade, iniciei a organização coletiva criando grupos de mulheres voltados para a geração de renda, hortas comunitárias, cursos de tempero natural, pintura em tecido, decoupage e alfabetização. Como a escola funcionava na vila, as mulheres deslocavam-se diariamente a pé, movidas pelo desejo de emancipação.

A busca pela reforma agrária e por melhores condições de vida no campo sempre esteve umbilicalmente ligada à defesa do direito à educação. Compreendendo que a minha própria qualificação era parte desse compromisso político, priorizei os estudos mesmo diante das maiores adversidades. Em 2005, contudo, enfrentei um profundo abalo emocional com o falecimento de minha mãe. Foi um período doloroso e de difícil estabilização, mas, gradativamente, encontrei forças para retomar a caminhada.

Em 2008, fui convidada a cursar o Magistério na Escola Família Agrícola (EFA) de Porto Nacional (TO), por meio do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera). A EFA cumpre um papel indispensável ao promover o acesso do jovem camponês à escola através da

Pedagogia da Alternância, incentivando a produção sustentável e aprimorando a agricultura familiar. Concluí essa etapa em 2011 e, convicta da importância do Pronera para as populações camponesas, dei continuidade à minha formação. Em 2013, ingressei no curso Técnico em Agroindústria, viabilizado por um termo de cooperação entre a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), o Instituto Federal de Brasília (IFB) e o Pronatec, totalizando uma carga horária de 1.200 horas.

O avanço na qualificação técnica e política, no entanto, foi repetidamente entrecortado pela violência agrária. Em 2015, o latifúndio ceifou a vida de mais um integrante da minha família: um dos meus irmãos mais velhos foi assassinado dentro de um acampamento militante no município de Wanderlândia (TO). Posteriormente, ao longo do meu percurso, perdi outros três irmãos. Diante de tamanha brutalidade, a memória de meus entes queridos transmutou-se em combustível para o enfrentamento de um sistema que silencia os vulneráveis.

Em 2018, quando surgiu a primeira graduação em Serviço Social ofertada pelo Pronera no Tocantins, meu grande amigo e companheiro de ideais, Raimundo Nonato Oliveira, o Cacheado, e eu prestamos o vestibular. Fomos aprovados e iniciamos o curso com entusiasmo. Infelizmente, as forças repressivas do campo interromperam o sonho de Cacheado de tornar-se assistente social, assassinando-o covardemente no Bico do Papagaio.

Além de sua paixão pela educação, Cacheado uniu-se à luta fundiária por reconhecer nela a chave para a sobrevivência digna das famílias camponesas. Sua determinação era admirável. Embora sua partida tenha interrompido uma jornada marcada pela solidariedade, sua bravura continuará a nos inspirar. Celebramos sua memória prometendo fazer valer os ideais pelos quais ele tombou. Seu espírito de luta permanece vivo em cada companheiro e companheira. Sua história não será esquecida, querido amigo Cacheado.

Paralelamente aos estudos, intensifiquei minha atuação institucional. Em 2003, integrei-me ao Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), espaço no qual lutei incansavelmente pelos direitos das mulheres rurais até 2016. Durante esse período, assumi a diretoria regional da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Tocantins (FETAET) e presidi o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) por oito anos, dedicando-me à garantia de condições dignas de trabalho no meio rural. Atualmente, permaneço como diretora agrária do sindicato, sou funcionária da Secretaria Municipal de Agricultura de Nova Olinda (TO) e sigo militando no Partido dos Trabalhadores (PT).

As leituras e debates travados durante a graduação em Serviço Social foram determinantes para o meu amadurecimento intelectual. As disciplinas acadêmicas forneceram o aporte teórico necessário para refletir criticamente sobre o meu tema de pesquisa, cujo problema central volta-se para a minha própria história de vida, articulando-a com as categorias macroestruturais da reforma agrária e dos conflitos sociais no campo.

A questão agrária e a violência no meio rural estão profundamente enraizadas na formação socioeconômica do Brasil. No Tocantins, essas contradições ganham relevância pelas particularidades regionais. Conforme aponta Barbosa (2016), a partir de dados do IBGE de 2012, o estado ocupava a décima posição em extensão territorial no país, com uma área de 277.720,520 km², o que correspondia a 5,3% do território da Amazônia Legal. Em 2018, a população estimada era de 1.555.229 habitantes, distribuída por 139 municípios.

A configuração demográfica dessa população foi impulsionada por intensos fluxos migratórios iniciados na década de 1970, atraindo famílias originárias de estados como Maranhão, Goiás, Piauí, Pará, Ceará, Bahia e Minas Gerais. O autor ressalta que, embora o Tocantins tenha abrigado esse contingente populacional diversificado, sua estrutura fundiária permaneceu inalterada. Pelo contrário: à medida que a densidade demográfica expandia-se, os índices de concentração da terra agudizavam-se, tanto no

número de propriedades latifundiárias quanto na extensão em hectares desses imóveis rurais.

Nesse cenário, a região Norte do estado sobressai como um território hegemônico por múltiplas formas de exploração capitalista, as quais englobam a mineração predatória, a construção de usinas hidrelétricas com barramento de rios e o avanço do agronegócio caracterizado pela agricultura empresarial e por cadeias integradas de insumos e processamento industrial. São esses vetores econômicos que definem o violento modelo de desenvolvimento capitalista no campo tocantinense.

Considerando esse panorama complexo e marcado por tensões fundiárias, a motivação para investigar o tema é, portanto, íntima e pessoal. Ela reflete minha própria trajetória de vida e as experiências que vivenciei durante a infância na região, entre 1975 e 1980, um período profundamente marcado pelos desdobramentos da Guerrilha do Araguaia.

Minhas reflexões sobre reforma agrária

Minha experiência de vida e formação, aqui relatadas em diálogo com as leituras e reflexões vivenciadas em diversos grupos e momentos, permitiram-me elaborar as concepções a seguir sobre a reforma agrária e minha constituição social, educacional e política.

Embora na infância eu ainda não compreendesse a real dimensão dos conflitos no campo e das disputas em torno da questão agrária, o que presenciei e vivenciei naquele período permanece profundamente gravado em minha memória. Mesmo sendo muito criança, as lembranças da busca por direitos e da confrontação à opressão marcaram minha trajetória. Meu pai, um sindicalista engajado, e minha mãe, uma quebradeira de coco, representaram dois universos interligados: a luta pela dignidade no trabalho e a afirmação de um modo de vida que valorizasse a cultura, a identidade e as tradições locais.

Essas vivências de resistência e de busca por justiça social, que faziam parte do nosso cotidiano, moldaram desde cedo minha compreensão sobre as desigualdades estruturais que afligem o campo brasileiro. As memórias partilhadas em casa, somadas ao clima de tensão e resiliência que caracterizava a região, despertaram em mim a inquietação e o desejo de compreender as raízes históricas dos conflitos agrários que persistem até a contemporaneidade.

A Guerrilha do Araguaia, embora cercada de silenciamentos à época, refletia um contexto mais amplo de disputa pela terra e por direitos, no qual milhares de sujeitos políticos buscavam libertar-se das amarras de um sistema que marginaliza suas vozes e necessidades. Esse enfrentamento manifestava-se nas ações de homens e mulheres que, a exemplo do meu pai, levantaram-se contra a injustiça e a profunda desigualdade social.

Assim, a pesquisa sobre a reforma agrária e os conflitos no campo justifica-se não apenas por sua incontestável relevância acadêmica, mas também pela necessidade ética de resgatar e visibilizar essas trajetórias de luta, resistência e esperança.

Explorar a história da reforma agrária e os embates territoriais no Tocantins é, portanto, uma forma de honrar a memória de minha família e de tantas outras que enfrentaram violências semelhantes. É a oportunidade de trazer à tona vozes historicamente silenciadas e de contribuir para a construção de um futuro no qual o direito à terra e a dignidade humana sejam, finalmente, garantidos a todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, busquei refletir sobre as complexidades das relações sociais no campo, as determinações dos conflitos e as possibilidades de transformação real. Almejei, com isso, não apenas registrar experiências, mas reafirmar o compromisso ético-político com a justiça social que alicerça a minha trajetória de vida.

A História de Vida, enquanto escolha teórico-metodológica, permite empreender uma reflexão crítica a partir das memórias, tensionando-as em relação aos aspectos sociais, econômicos, educacionais e políticos que configuram essa problemática. Minha caminhada junto aos movimentos sociais populares, vivenciando os embates pela reforma agrária desde a infância, constituiu o ponto de partida dessa práxis. Essa trajetória intelectual e militante, gestada no seio das lutas camponesas, consolidou-se e expandiu-se por meio da formação proporcionada pela Escola Família Agrícola (EFA) e pelos cursos do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera).

Certamente, a reforma agrária permanece como um dos temas mais distorcidos do debate público contemporâneo. Os conflitos políticos no Brasil, frequentemente retratados de forma reducionista pela grande mídia, encontram-se cercados por uma saturação de informações superficiais e paixões ideológicas desproporcionais. Multiplicam-se discursos pretensamente autoritários vindos dos mais diversos setores da sociedade civil, cujos atores emitem julgamentos contundentes e definitivos sem o devido acúmulo prático ou teórico. Contudo, são escassas as análises que de fato detêm o conhecimento histórico e a propriedade científica necessários para propor respostas eficazes às expressões da questão social envolvidas.

Mesmo no ambiente acadêmico, constata-se interpretações tardias, desatualizadas e alheias à realidade factual do campo, movidas pelo voluntarismo de quem desconhece a dinâmica territorial. Por vezes, adentra-se em uma vertente que confunde o rigor da pesquisa engajada com panfletarismo propagandístico, senso comum e personalismos infundados. Essa postura representa um grave desrespeito aos trabalhadores rurais que, cotidianamente, arriscam a própria vida para produzir e sobreviver. Na concretude da existência, esses sujeitos elegem o enfrentamento e as ocupações de terra como último recurso de resistência, na legítima esperança de romper com a subalternidade e alcançar uma vida

digna.

Estamos diante de uma conjuntura histórica na qual interesses opostos se entrelaçam e forças divergentes tensionam o ordenamento social. Não são apenas as classes populares que anseiam por uma reforma agrária e pelo questionamento da função social da propriedade camponesa; o Estado e frações das classes dominantes incluindo intelectuais, setores das forças armadas e instituições religiosas, também são compelidos a intervir nessa reavaliação, ainda que sob lógicas distintas, disputas de narrativas e profundas contradições internas.

A questão agrária, na atualidade, condensa um emaranhado de passivos históricos e desafios oriundos de um processo de colonização extenso e inacabado. Neste trabalho, procuramos analisar criticamente as diretrizes de reforma agrária da gestão governamental recente, especialmente no que tange às inflexões que vêm impactando sua concepção e execução no cenário presente. Buscou-se, sob essa ótica dialética, desvelar as disputas de projetos e os conflitos que circundam a política agrária contemporânea.

O propósito consistiu, portanto, em confrontar visões macroestruturais, diretrizes institucionais e ações governamentais com aquilo que, do ponto de vista sociológico, constitui o horizonte de possibilidades históricas para a efetivação da reforma agrária no Brasil. Ao adotar a História de Vida como eixo condutor, foi possível evidenciar como as experiências singulares revelam as dimensões universais da luta pela terra, iluminando as contradições, os retrocessos e as permanências que marcam o desenvolvimento do campo brasileiro.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Vanalda Gomes. As Consequências da Guerrilha do Araguaia para os Indígenas Aikewara. *Cadernos de Pesquisa do CDHIS* | Uberlândia | vol. 37 n.1 | jan./jun. 2024.

Autobiografias. *História Oral*, n. 3, 2000. Disponível em <https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/26>. Acesso em 10 de março de 2025.

BARBOSA, Messias Vieira. *Reforma agrária no Tocantins: uma análise da luta e conquista da terra a partir do assentamento Paulo Freire I e II*, Rio dos Bois-Tocantins. 2016.

BOSI, E. *Memória e sociedade: lembranças de velhos* (3a ed.). São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CAMACHO, Rodrigo Simão. A contribuição do pensamento de Carlos Rodrigues Brandão para a Educação do Campo: diálogos pedagógicos e campesinistas, interdisciplinares e interdependentes. *Campo-Território: revista de Geografia Agrária*, Uberlândia, v. 19, n. 53, p. 51-80, abr. 2024. Disponível em <file:///C:/Users/clien/Downloads/71464-form.pdf>. Acesso em 12 de março de 2025.

CORDEIRO, Zeneide Pereira. *Leituras sobre os Awá da mata*. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais/cch, Universidade Federal do Maranhão, São Luis, 2024. Disponível em <file:///C:/Users/clien/Downloads/ZENEIDE%20PEREIRA%20CORDEIRO.pdf>. Acesso em 20 de maio de 2025.

Dicionário online de Português. Disponível em <https://www.dicio.com.br/bodoque/>. Acesso em 10.02.2025.

ENGELMANN, Solange. *Militante do MST é assassinado na região do Bico do Papagaio*. em Tocantins. 13 de dez de 2022. Disponível em <https://mst.org.br/2022/12/13/militante-do-mst-e-assassinado-na-regiao-do-bico-do-papagaio-no-tocantins/#:~:text=O%20Militante%20do%20Movimento%20dos,de%20arma%20de%20fogo%2C%20no>.

FIGUEIRA, Ricardlo Rezende. **Gringo e Oneide**: uma história no Araguaia. Revista Terceira Margem Amazônia, v. 8, n. 20, p. 95-111, 2023. Disponível em <https://www.revistaterceiramargem.com/index.php/terceiramargem/article/view/509/365>.

HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003, 224p.

Memorial da Resistência de São Paulo. Disponível em <https://memorialdaresistenciasp.org.br/pessoas/dinalva-oliveira-teixeira/>. Acesso em 30 de dezembro de 2024.

PEREIRA, Lígia Maria. **Algumas Reflexões sobre Histórias de Vida, Biografias e autobiografias**. Dossiê - Memória e trabalho. v. 3 (2000). Disponível em <https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/26/20>. Acesso em 10 de maio de 2025.

CAPÍTULO 9

MEMÓRIAS ENTRECruzADAS COM A VIDA ESCOLAR E ACADÊMICA, MIGRAÇÃO E EXTRATIVISMO NO CERRADO DO TOCANTINS (TO)

Cícera Nascimento da Silva²⁴

Rosemary Negreiros de Araújo²⁵

RESUMO:

O presente artigo tem como base o memorial que integra o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de Cícera Nascimento da Silva, defendido na graduação em Serviço Social pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) da Universidade Federal do Tocantins (UFT), Câmpus de Miracema. A partir do método da História de Vida, o texto resgata aspectos selecionados de sua trajetória pessoal, escolar e acadêmica, com ênfase na migração familiar do interior do Ceará para o antigo norte goiano, em 1981, até sua fixação em Miracema do Norte — atual Miracema do Tocantins. Nesse município, a autora-narradora cresceu, estudou e desenvolveu saberes tradicionais atrelados às práticas de extrativismo no Cerrado, tais como a colheita, o beneficiamento e a comercialização de frutos nativos. O estudo evidencia como essa práxis e a vivência comunitária foram determinantes para sua constituição enquanto estudante, profissional e sujeito social.

Palavras-chave: Minhas memórias. Vida pessoal, escolar e acadêmica, Migração e adaptação ao Cerrado, Frutos do Cerrado tocantinense.

ABSTRACT:

This article is based on the memorial that integrates the Course Completion Assignment (TCC) of Cícera Nascimento da Silva, defended in the Social Work undergraduate program through the National Program for Education in Land Reform (Pronera) at the Federal University of Tocantins (UFT), Miracema Campus. Based on the Life History method, the text retrieves selected aspects of her personal, school, and academic trajectory, emphasizing her family's migration from the countryside of Ceará to the former northern region of Goiás in 1981, up to their settlement in Miracema do Norte currently Miracema do Tocantins. In this municipality, the author-narrator grew up, studied, and developed traditional knowledge linked to extractivist practices in the Cerrado, such as harvesting, processing, and marketing native fruits. The study demonstrates how this praxis and community experience were decisive for her constitution as a student, a professional, and a social subject.

Keywords: My Memories; Personal, Educational, and Academic Life; Migration and Adaptation to the Cerrado; Native Fruits of the Tocantins Cerrado.

²⁴ Bacharela em Serviço Social – Pronera/UFT. E-mail: ciceranascimentosilva105@gmail.com.

²⁵ Professora de História na graduação em Serviço Social, no curso de Serviço Social pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) e no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal do Tocantins (UFT), Câmpus de Miracema (TO). Doutora em Geografia pelo Centro de Ciências da Universidade Federal do Ceará (UFC, 2016). E-mail: rosearaujo@mail.uft.edu.br.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é descrever a trajetória pessoal, acadêmica e profissional da autora-narradora, situando-a em seu respectivo contexto histórico e sociocultural, em estreita articulação com o extrativismo vegetal no Cerrado. Essa história de vida, tecida a quatro mãos, possibilita um exercício de reflexão crítica partilhada a partir da própria narrativa.

A metodologia adensada neste trabalho fundamenta-se na abordagem da História de Vida, utilizando como fonte primordial o memorial acadêmico elaborado durante o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Trata-se de uma tessitura autobiográfica que viabiliza analisar experiências singulares e acadêmicas, tensionando-as junto à realidade socioambiental da região. Essa perspectiva metodológica valoriza o relato subjetivo como mediação fundamental para a compreensão dos processos de constituição identitária e social no campo.

Neste relato de vida, no qual compartilho minha trajetória, apresento como se deu a formação da minha identidade como pessoa, mulher, estudante e profissional, vivendo do extrativismo e de outros pequenos serviços, como faxinas em residências, para complementação de renda. Porém, é no extrativismo que encontro a minha sobrevivência e a da minha família. Esse aprendizado, que me acompanha desde a infância e adolescência, tornou-se, na vida adulta, meu modo de vida, meu sustento. Refiro-me aqui a todo o processo envolvido no trabalho com os frutos do Cerrado, desde a colheita até o beneficiamento²⁶, como a produção de doces, óleos e sucos até a comercialização na feira ou de porta em porta.

A motivação para investigar essa temática baseia-se no intuito de dar visibilidade à minha história de vida e à de minha família, que, como muitas outras do interior do país, migraram para o norte goiano, incentivadas por

²⁶ O “beneficiamento” aqui referido é uma das etapas do extrativismo, a fim de possibilitar sua utilização de forma comercial, maior oferta no mercado e qualidade de comercialização. Para melhor aproveitamento, os frutos são transformados em doces, geleias, óleo, dentre outros.

uma propaganda que prometia melhores condições de vida, com chuvas regulares, terras férteis para plantar e colher, além de maior acesso à saúde e à educação para os filhos.

Nesse contexto, relato minha trajetória iniciada na localidade de Barro, no estado do Ceará. Em seguida, descrevo a migração de minha família para o norte goiano, onde vivemos em diversos municípios até chegar a Miracema do Norte, hoje Miracema do Tocantins. Compartilho os desafios enfrentados na vida escolar, os aprendizados com ervas medicinais e frutos do Cerrado, bem como as formas de beneficiá-los para uso familiar e comercialização na feira. Por fim, abordo minha entrada no curso de Serviço Social da UFT, campus Miracema.

DO CEARÁ PARA O NORTE DE GOIÁS, HOJE TOCANTINS: DESAFIOS NA INFÂNCIA

Nasci no dia 26 de maio de 1981, em uma fazenda de cultivo de algodão próxima ao município de Barro, no estado do Ceará, localidade onde meus pais residiam. Vim ao mundo pelas mãos de uma parteira, minha avó paterna, Maria Regina, assistida por meu pai, João. Embora o amparo dessas mulheres tradicionais fosse a realidade da maioria das gestantes daquela região, a ausência crônica de assistência médica formal revela o grau de vulnerabilidade e desassistência a que as mulheres pobres do interior do país estavam submetidas, dependendo exclusivamente desses saberes ancestrais para a realização do parto domiciliar.

Minha mãe enfrentou um trabalho de parto complexo e doloroso. Pouco após o nascimento, adoeci gravemente em um contexto no qual o atendimento médico-hospitalar era escasso e geograficamente distante, visto que habitávamos uma área isolada e desprovida de infraestrutura básica. Inicialmente, fui tratada com fitoterapia e remédios caseiros que, contudo, não surtiram o efeito esperado. Diante da gravidade do quadro, meus pais transportaram-me até um médico na cidade de Juazeiro do Norte

(CE), em um percurso extenuante que durou dois dias a cavalo. Contrariando os prognósticos severos da época, sobrevivi.

A origem do meu nome está intimamente atrelada a esse episódio de superação. Diante da iminência da minha morte, e ancorados na forte devoção popular da região, meus pais recorreram à fé e fizeram uma promessa ao Padre Cícero Romão Batista. O voto estabelecia que, caso eu resistisse e obtivesse a cura de uma grave ferida que trazia no pescoço, eu seria batizada como Cícera. Além disso, em sinal de agradecimento, eles confeccionariam uma escultura em ex-voto representativa da parte curada para ser depositada aos pés da estátua do religioso, no Horto, em Juazeiro do Norte.

A MIGRAÇÃO PARA GOIÁS

Meus pais convidaram os demais parentes a irem para lá tentar a vida. Aproveitando uma carreta que faria o transporte de suínos do Ceará para Goiás a qual, segundo relatos, foi deixada em Mossoró (RN) e depois carregada com sal para Juazeiro (CE), meu pai fretou o veículo para transportar as famílias. Ao todo, éramos cinquenta e duas pessoas, entre adultos e crianças. A extenuante viagem durou quatro dias e, apesar de todas as intempéries, chegamos ao município de Miranorte, onde nos instalamos inicialmente em um barracão comunitário.

Contudo, as dificuldades persistiam. No trajeto da migração, a severidade das condições ceifou a vida de duas crianças; uma delas era meu irmão mais velho, Josevaldo. Éramos quatro irmãos: Josevaldo, Cícero, Nilson e eu, então uma recém-nascida de apenas quatro meses. Minha mãe narra que, ao desembarcarem em Miranorte na época, pertencente ao antigo norte goiano, essas famílias permaneceram aglomeradas, sobrevivendo graças à solidariedade da população local até que, gradativamente, os homens encontraram trabalho nas fazendas da região.

Meu pai logo conseguiu colocação na fazenda do senhor Adailton, no município de Dois Irmãos. De acordo com as memórias maternas, assim que chegamos à propriedade, ele ergueu um barraco coberto com palha de babaçu, utilizando as madeiras remanescentes da derrubada da roça, e imediatamente iniciou o plantio. O proprietário cedia o espaço para moradia sob o regime de parceria, exigindo em troca a metade de toda a produção de subsistência.

Permanecemos nesse local por um período considerável. Posteriormente, mudamo-nos para outra propriedade onde meu avô materno havia conseguido trabalho: a fazenda Jussara, em Miranorte. Residimos ali por um bom tempo, desprovidos de uma fonte de renda monetária e dependendo estritamente do cultivo da terra. Com o nascimento de novos filhos e diante dos impactos sociais da época, meus pais viram-se obrigados a migrar novamente, fixando-se na Agrovila, no município de Pedro Afonso.

Naquele período, eu já completara cinco anos. A transferência ocorreu em um caminhão que realizava a linha até Pedro Afonso. Ao chegarmos, deparamo-nos com um barraco em adiantado estado de deterioração. As paredes eram de pau a pique, a cobertura de palha, não havia portas e o chão era de terra batida; a impressão era de que os animais silvestres frequentavam o espaço em busca de sombra. A habitação situava-se próxima ao córrego Grotta do Cedro, de águas cristalinas, onde meus irmãos e eu adorávamos nos banhar, enquanto minha mãe descascava cana para chuparmos, muitas vezes, o único alimento disponível naquele momento.

Essa propriedade localizava-se em um assentamento denominado Bom Tempo. Meu pai havia adquirido uma parcela daquela terra, com os direitos de posse assegurados. Permanecemos ali minha mãe, meus cinco irmãos e eu, enquanto meu pai retornou a Miranorte para buscar os pertences restantes. Parte dos bens acumulados ao longo dos cinco anos em que vivemos na região desde a nossa vinda do Ceará precisou ser vendida para viabilizar a compra da referida posse.

Minha mãe repetia: "Pelo menos não vamos precisar mais nos mudar", era o que acalentávamos. Nos primeiros dias, sempre muito cuidadosa e sábia, ela cozinhava o que conseguíamos coletar até o retorno do meu pai, utilizando um fogão improvisado sobre uma trempe de pedras. Meus irmãos mais velhos, Cícero e Nilson, confeccionavam arapucas para armar na mata virgem, capturando espécies da fauna local como nambus, perdizes, jacus, seriemas e, ocasionalmente, tatus, que eram abundantes na região.

Nós, as crianças menores, passávamos os dias brincando, banhando-nos e pescando no córrego. À noite, o foco de nossa mãe concentrava-se em atizar a fogueira para afugentar o perigo dos animais peçonhentos e predadores. Nossa acomodação era improvisada: uma estrutura de forquilhas e varas conhecida na região como tarimba. O colchão, confeccionado com palha de bananeira e sacos de estopa, foi fruto da doação de vizinhos próximos. Nossas cobertas consistiam em pernas de calças costuradas com fios desfiados de sacos de nylon, uma única colcha para os seis filhos, mas que nos aquecia nas noites frias através do aconchego dos corpos abraçados.

Lembro-me nitidamente de que, ao deitarmos, os menores choravam, provavelmente pela privação do leite, inexistente naquele contexto. Era por meio da sabedoria popular e da inventividade que nossa mãe conseguia alimentar os pequenos, utilizando os recursos disponíveis para preparar as mamadeiras, como a garapa da cana-de-açúcar e ovos de uma pata esquecida pelos antigos moradores.

Apesar das severas privações, a infância guardava seus encantos. Todas as noites, nossa mãe reunia-nos para contar histórias, muitas das quais acredito que ela própria criava. Embora fosse analfabeta, possuía uma profunda formação humana e mobilizava tudo o que podia para estancar o choro das crianças. Toda noite, o canto de uma ave que nos assustava ecoava na mata com seu som peculiar. Anos mais tarde, descobri

tratar-se da acauã. Sob aquele som, permanecíamos estáticos e silenciosos até que o sono nos vencesse.

Recordo-me, em especial, de uma história que ela narrava e que exercia o poder de me fazer esquecer a crueza da nossa pobreza, alimentando a crença de que nossa realidade poderia mudar. Era o conto de duas mulheres, uma abastada e outra empobrecida. A mulher pobre trabalhava na residência da rica fazendo pães. Diariamente, antes de ir embora, sovava a massa para o dia seguinte e, deliberadamente, não lavava as mãos. Ao retornar ao lar, onde seus filhos a esperavam famintos, ela higienizava as mãos em uma panela com água quente e, com os resíduos de massa que haviam ficado incrustados em seus dedos, preparava um mingau para alimentá-los.

Com esses enfrentamentos desde a mais tenra idade, fomos superando as etapas mais acerbadas de nossas vidas. Foram muitas idas e vindas, incluindo um breve retorno de toda a família ao Ceará acompanhando nossos avós, até o estabelecimento definitivo neste território. Transpusemos inúmeras adversidades, amparados no trabalho extenuante de nossos pais e avós e, fundamentalmente,

COMO INICIEI MEUS ESTUDOS: OS PRIMEIROS CONTATOS COM A ESCOLA

Iniciei meus estudos formais por volta dos seis anos de idade, na Escola Bom Tempo, localizada na área rural do município de Pedro Afonso/TO. A infraestrutura escolar reduzia-se a um rancho de formato arredondado, coberto com palhas de piaçava. As atividades pedagógicas eram conduzidas por duas docentes, Maria Inês e Lídia, trazidas para a comunidade pela mediação de um pastor evangélico chamado Alan. O acesso à escola exigia das crianças uma longa caminhada por trilhas, os "trilheiros" abertos à foice, machado e enxada pelo esforço coletivo dos pais.

O cotidiano escolar estruturava-se a partir de leituras dirigidas, cantos e tarefas de cópia. Devido à escassez de recursos didáticos na

localidade, as professoras deslocavam-se uma vez por mês até a zona urbana de Pedro Afonso para reproduzir reprograficamente (xerocar) os materiais. Desse modo, dispúnhamos de apenas uma atividade impressa mensal, dinâmica aplicada a todas as séries, cujo grau de complexidade variava conforme o nível da turma. Desse processo formal de ensino, restam-me poucas lembranças guardadas na memória.

Em contrapartida, o trajeto de ida e volta da escola emerge em minhas recordações revestido de profunda alegria, constituindo o período mais profícuo daquela fase. Partíamos às seis horas da manhã para alcançar a unidade escolar às oito horas. Eu me fascinava com a sinfonia dos pássaros e com o ato lúdico de afugentar a fauna silvestre que cruzava nossos caminhos: jacus, mutuns, joões-de-barro, guriatãs, curiós, araras, além de macacos, veados e répteis. Os nomes dessas espécies, inicialmente desconhecidos, eram partilhados pelas crianças mais velhas. Configurava-se, assim, uma autêntica práxis de educação popular e ambiental no percurso, em um tempo histórico no qual a cobertura vegetal do bioma mantinha-se preservada.

Essas vivências itinerantes inscreveram marcas profundas em minha relação com o território. A imersão na natureza, a circulação de saberes espontâneos entre os pares e a presença imponente do Cerrado constituíam uma matriz formativa tão densa quanto os conteúdos ministrados em sala de aula. Sob essa perspectiva, ganha centralidade a reflexão teórica de Aguiar e Lopes (2020):

O grande aprendizado que nos trazem é que o Cerrado é um lugar de riquezas e muitas belezas, e que isso só se manteve até os dias de hoje em função de seus povos, que foram responsáveis por conservá-lo por milhares de anos, pois têm como horizonte uma perspectiva de vida (Aguiar; Lopes, 2020, p. 65).

Cumpramos destacar que o Cerrado se caracteriza por uma expressiva sociobiodiversidade. Contudo, essa integridade ecológica e cultural

encontra-se sob constante fricção frente ao avanço do capital na fronteira agrícola, conforme adverte a literatura crítica:

Este bioma destaca-se por prestar serviços ambientais importantes para o equilíbrio ecológico do planeta e por abrigar um sem-número de comunidades tradicionais que têm na utilização dos seus recursos fonte de sobrevivência física e cultural. Entretanto, encontra-se ameaçado pelo modelo de desenvolvimento hegemônico que, fomentando a expansão da produção de commodities para exportação em sistemas de grandes monoculturas, devasta a sua biodiversidade e dificulta as condições de existência das comunidades que ali vivem e trabalham (Melo, 2013, p. vii).

Malgrado a indissociável riqueza desse ecossistema, o currículo escolar prescrito pelos docentes desconsiderava por completo as especificidades da cultura local e os saberes tradicionais atrelados ao território camponês. O processo de ensino-aprendizagem alinhava-se a um modelo pedagógico marcadamente conservador e bancário. O erro na recitação da tabuada ou o insucesso na decodificação de fragmentos textuais eram severamente punidos por meio de castigos físicos. Foi nesse cenário de violência institucionalizada que experimentei os meus primeiros "bolos de palmatória", prenúncio de uma trajetória escolar marcada pelas barreiras do preconceito de classe e de lugar.

As famílias camponesas e urbanas de baixa renda enfrentavam privações severas, significativamente mais agudas do que as observadas na atualidade, sobretudo no que tange ao acesso à alimentação, vestuário e insumos escolares, haja vista a inexistência das políticas de proteção social que hoje conhecemos. Essa realidade de espoliação ecoa na denúncia de uma camponesa do Cerrado, proferida durante uma audiência pública realizada em dezembro de 2017, no município de Correntina, Bahia:

Somos vítimas de um processo de desenvolvimento que não nos considera, que não nos respeita. Que os nossos filhos, e os filhos que ainda vamos ter, tenham acesso aos gerais, que possam ir passear e ver as

veredas, catar pequi, comer mangaba, comer puçá, que possam ter a vida que nós tivemos, a infância que nós tivemos. O que nós queremos é isso. Que respeitem nosso povo (Porto-Gonçalves, 2019, p. 7).

A fala dessa camponesa possui uma potência tocante, pois reflete a minha própria vivência: o anseio pela permanência no território junto à família, o direito à terra, o contato com a natureza e o usufruto de uma infância em liberdade. Essas experiências fundantes foram bruscamente interrompidas por decisões que fugiam ao controle de nossas mãos. Malgrado as adversidades, o convívio com meus pais, irmãos e comunidade era um espaço de acolhimento. Contudo, por volta dos sete anos de idade, essa sociabilidade foi apartada de mim, determinando o primeiro grande revés na minha trajetória estudantil: fui enviada para residir com meus avós na fazenda Dois Riachos, onde eles trabalhavam como vaqueiros. Tratava-se de uma deliberação parental que, dada a minha condição infanto-juvenil, não passível de contestação, afetou-me multidimensionalmente. Diante da ausência de estruturas escolares naquela localidade, vi-me obrigada a interromper os estudos. Recordo-me de chorar copiosamente, imersa em uma profunda saudade do núcleo familiar e do cotidiano compartilhado.

A nostalgia intensificava-se quando minha mãe e meus irmãos visitavam os avós durante o recesso escolar. Eles passavam o mês de férias e retornavam, enquanto eu permanecia. Foi nesse período de isolamento compulsório que passei a introverter-me, buscando refúgio no ecossistema local, especialmente na interação com os frutos nativos do Cerrado. Costumava cavalgar sem rumo pelos capões de mato, onde passava o dia. Ao encontrar frutos desconhecidos, adotava um método empírico de observação: oferecia-os ao cavalo e, se ele os consumisse, eu também os provava; caso contrário, descartava-os. Transcorria os dias entre brincadeiras na mata, no acolhimento das sombras e à beira do córrego, onde dialogava com meu próprio reflexo nas águas, contorno lúdico que mediou parte da minha infância.

Aos onze anos, ainda sob a tutela dos meus avós, retomei a escolarização em uma unidade nucleada e distante, na localidade denominada Jussara. A docente, conhecida como professora Ana, possuía apenas o ensino fundamental completo (antiga 8ª série) e reunia as crianças da vizinhança rural para lecionar. O percurso pedestre era extenso e eu o realizava de forma solitária. Embora devesse caminhar em companhia de outras crianças da região, sofria rejeição por parte delas, que me estigmatizavam por meus hábitos de adentrar a mata, confundindo-me com a mística figura da “mãe da caça”. Apesar da caminhada solitária, sentia-me movida pelo desejo premente de nomear cientificamente ou socialmente a flora que consumia nos capões. Assim, aportava à escola com as mãos repletas de frutos colhidos pelo caminho, interrogando a educadora sobre suas respectivas identidades.

Nesse processo de letramento empírico, passei a categorizar o baru, a mangaba, o murici, a pitomba do cerrado, o coquinho catolé, o coco rasteiro, o tucum, o abacaxi rasteiro, o croá e uma vasta gama de outras espécies do Cerrado goiano, hoje compreendido no território tocantinense. No ambiente escolar, a docente utilizava a histórica cartilha Caminho Suave. Meu repertório escolar era quase nulo; o isolamento na fazenda dos avós, desprovido de lápis e cadernos, havia apagado as primeiras noções de escrita outrora adquiridas.

Nesse período de escassez material, recordo-me de aguardar pacientemente que meu avô consumisse seus cigarros envoltos em papel de seda, apenas para apropriar-me do invólucro externo: um pequeno fragmento de papel pardo e áspero. Munida de uma caneta resgatada da gaveta da máquina de costura de minha avó, efetuava rabiscos aleatórios, simulando a redação de uma correspondência para minha mãe. Posteriormente, depositava o papel sobre o mourão do curral, alimentando a fantasia infantil de que a “pomba-correio” das narrativas orais interceptaria a mensagem, levando até ela o meu clamor para que me buscasse. Por meio dessa tessitura imaginária, eu já decodificava,

intuitivamente, uma das funções sociais da escrita: a mediação de mensagens urgentes à distância.

No entanto, no espaço escolar, a condição de não saber ler e escrever converteu-se em alvo de violência psicológica entre pares (o bullying). Os colegas hostilizavam-me, proferindo frases como: “Nunca vi bicho do mato aprender a ler”, em virtude da minha incapacidade de acompanhar o ritmo de leitura da cartilha. O convívio com os discentes da primeira série foi marcado pelo constrangimento de ser alvo de adjetivos pejorativos por estar vinculada à alfabetização inicial aos onze anos de idade. Hoje, ao resgatar essas barreiras enfrentadas na infância, com reflexos profundos na minha vida acadêmica, compreendo que essas fraturas me ensinaram que a escrita transcende o mero conteúdo curricular; ela constitui-se como instrumento de expressão, emancipação e pertencimento social, como bem asseveram as discussões sobre letramento:

A linguagem faz parte da vida cotidiana do ser humano, é algo intrínseco e não tem como viver apartado desta realidade; as práticas de leitura e de escrita fazem parte da vida social dos indivíduos que se encontram imersos em uma cultura onde o escrito configura-se, também, como um dos importantes meios de interação entre esses sujeitos (Rodrigues; Souza, s/d, p. 1).

Eu habitava, portanto, esse universo particular forjado na franja entre a ancestralidade familiar e a biodiversidade do Cerrado, porém marginalizada dos códigos da cultura escrita. Persistia, contudo, a pulsão pelo ato de ler, de escrever, de compreender e de me fazer sujeita ativa naquele mundo. Todavia, naquele momento histórico, eu não dispunha dos insumos estruturais necessários

Nesse contexto, são inúmeros os usos que os sujeitos fazem dessas habilidades na vida cotidiana, a exemplo de ler um livro para fruição e distração, apropriar-se de um conhecimento técnico, obter informações imediatas, identificar a linha correta do transporte coletivo, decodificar o

menu de um restaurante ou, ainda, registrar ideias e anotações mnemônicas. Tais atividades constituem-se essencialmente como “formas de utilização social da língua escrita” (Rodrigues; Souza, s/d, p. 1).

Em minha infância, contudo, o acesso a leituras, livros e materiais escolares foi sobremaneira restrito. Meus pais viviam mergulhados na urgência da subsistência material. Mesmo cientes de que a educação formal é um divisor de águas na sociedade contemporânea, eles não dispunham de condições econômicas para nos afluenciar esse direito, tampouco possuíam capital cultural para mediar nossos estudos no ambiente doméstico. Ainda assim, empenhavam-se nos limites de suas forças.

Na casa de meus avós, o distanciamento da cultura escrita era ainda mais acentuado. A dinâmica escolar passava à margem daquele cotidiano, realidade agravada pelo fato de que minha integração àquele lar ocorrera sob mútua resistência inicial, dado que minha transferência se deu a contragosto de ambas as partes. Todavia, decorrido cerca de um ano, meus avós passaram a inserir-me nas atividades laborais domésticas. A horta de minha avó converteu-se, gradativamente, em um autêntico “canteiro de aprendizagem”. O espaço abrigava uma expressiva diversidade de hortaliças e plantas medicinais voltadas à preparação de infusões e chás terapêuticos, manejados por ela sempre que algum familiar ou vizinho manifestava agravos à saúde.

Fui motivada, assim, pelo desejo de catalogar empiricamente os nomes daquelas plantas e desvelar suas propriedades fitoterápicas. No canteiro de minha avó, cultivavam-se espécies como dipirona, guaraná, arruda, umburana, hortelã, poejo, funcho, capim-santo e erva-cidreira, entre outras. Esses recursos botânicos desempenhavam um papel crucial na atenção à saúde da comunidade local, sobretudo porque o isolamento geográfico dificultava o deslocamento até a zona urbana para consultas médicas ou aquisição de fármacos alopáticos. Desse modo, os chamados “remédios do mato” configuravam-se como a única via de cuidado disponível.

Aos treze anos, retornei ao núcleo familiar paterno. Minha mãe residia, então, na zona urbana de Rio Sono (TO), mudança motivada pelas severas privações do meio rural e pela ausência de continuidade escolar para meus irmãos, visto que as escolas do campo daquela localidade ofertavam o ensino apenas até o quarto ano do Ensino Fundamental. À época, minha mãe vivenciava uma gestação de risco de minha irmã caçula, Luciana. Em decorrência do parto, ela enfrentou um grave adoecimento que resultou em sua internação hospitalar. Esse evento precipitou meu retorno definitivo ao lar, assumindo, dada a minha condição de filha mais velha, a responsabilidade direta pelo cuidado dos irmãos menores.

Em Rio Sono, fui matriculada em uma escola local cujo nome o tempo apagou de minhas memórias, visto que nela permaneci por um breve período. Habituada à liberdade do meio rural, estranhei o novo ecossistema urbano e a rigidez do espaço escolar. No intervalo das aulas, eu frequentemente evadia-me da instituição em companhia de duas colegas indígenas, cujos nomes soavam como Semikar e Sazonai. Atravessávamos o rio Sono a bordo de uma balsa improvisada com troncos de bananeira para passarmos a tarde na aldeia. Ao constatar minha ausência no final do dia, minha mãe clamava por mim da margem oposta do rio; um ancião local, prontamente, solicitava a um jovem indígena que me reconduzisse na canoa. No dia seguinte, o ciclo de evasão e imersão repetia-se, impulsionado pelo meu apego inegociável ao contato com a natureza.

Na comunidade indígena, estabeleci um vínculo memorável com um ancião, possivelmente um pajé, que costumava sentar-se em um cepo de madeira empunhando um cajado. Sentada ao chão, eu ouvia atentamente suas narrativas orais. Minha curiosidade orbitava a identificação das frutas e a utilidade terapêutica das cascas de árvores. Foi nesse espaço de alteridade que incorporei parte significativa dos meus saberes tradicionais, compreendendo as propriedades e os modos de preparo da casca da mutamba, do inharé, da raiz do cansação rasteiro, da casca do barbatimão, da calunga e de tantas outras espécies florestais. Naquela aldeia, também fui iniciada no manejo alimentar do pequi, aprendendo com

os indígenas as técnicas de extração de seu óleo e seus múltiplos benefícios nutricionais.

Aos quinze anos, regressamos ao assentamento na Agrovila, onde a infraestrutura comunitária já dispunha de uma escola que ofertava o ensino até o nono ano. Essa etapa marcou uma transição em nosso modo de vida. Minha mãe e meus irmãos já dominavam o repertório sobre a flora nativa e suas formas de consumo. A subsistência familiar tendeu à estabilização à medida que passamos a associar o extrativismo do Cerrado à agricultura de subsistência, sincronizando os ciclos de colheita da mata com os períodos de colheita da roça, o que promoveu uma nítida melhoria no aporte nutricional de todos.

Incorporamos ao nosso cardápio o pequi, o inhame, a folha de taioba, a vinagreira (cientificamente denominada *Hibiscus sabdariffa*), o broto de bambu, a guariroba (também designada na região como pati) e a cabaça de rama. Ao apropriar-se desses recursos, minha família internalizou saberes que transcendiam o mero cultivo, consubstanciando um uso consciente e respeitoso dos bens comuns. Ao refletir retrospectivamente sobre essa dinâmica, constato que as modalidades de uso sustentável dos recursos naturais ultrapassam a dimensão econômica tradicional. Conforme assevera Melo (2013, p.3-4):

pois mesmo sendo bioma extremamente rico em biodiversidade, trajetória social e cultural, encontra-se sob forte ameaça de extinção devido à predominância de formas predatórias de ocupação, principalmente a grande produção de commodities. Consequentemente, inclui-se no debate corrente acerca da necessidade de reorientar noções de desenvolvimento, a necessidade de abranger ações que sejam ambientalmente sustentáveis e promovam impactos positivos do ponto de vista social, cultural e econômico (Melo, 2013, p. 3-4).

No contexto do Cerrado, a centralidade das práticas extrativistas é igualmente referendada por Silva (2009), que fundamenta sua importância na preservação da biodiversidade e na otimização da produtividade primária dos ecossistemas. Essa percepção traduz-se, na práxis comunitária, por meio de sistemas de agroflorestas e do manejo

agroextrativista. É imperativo ressaltar que as comunidades tradicionais e camponesas do Cerrado estruturam um sistema produtivo marcadamente diversificado, que congrega a coleta de frutas, castanhas, plantas medicinais e mel, articulada à caça e pesca de subsistência, à criação de pequenos animais e à lavoura familiar, arranjos que harmonizam produção e sustentabilidade ecológica.

Em nossa experiência familiar, essa racionalidade ecológica materializava-se no cotidiano por meio da produção regular de sucos e polpas extraídos da mangaba, do abacaxi rasteiro, da goiaba do mato, do maracujá da mata, do oiti, do puçá-preto (conhecido regionalmente como a jabuticaba do cerrado) e do murici. Residimos reunidos na Agrovila por mais três anos; contudo, a escassez de oferta escolar para o Ensino Médio, nível que alguns de meus irmãos já haviam alcançado, impôs-nos uma nova migração forçada, desta vez para a zona urbana de Pedro Afonso.

Os desafios na cidade revelaram-se hercúleos. Fomos desprovidos da possibilidade de plantar e do acesso direto ao extrativismo que complementava nossa dieta. Frente à necessidade de garantir a reprodução social da família, minha mãe, minha irmã Ângela e eu inserimo-nos no mercado de trabalho informal como cozinheiras e domésticas. Ademais, para custear os insumos escolares de cada ano letivo, aproveitávamos os períodos de recesso para retornar ao meio rural e realizar trabalhos de empreitada no campo, dedicando as férias ao trabalho braçal de roçar os pastos na fazenda do senhor Adailton.

Aos dezoito anos, impelida pelo desgaste decorrente dessas condições de subalternidade, decidi migrar para o estado de Goiás período em que o antigo norte goiano já se encontrava institucionalizado como o estado do Tocantins. Em terras goianas, busquei melhores condições de inserção social e econômica, trabalhando como empregada doméstica residente em lares de terceiros, enquanto dava continuidade aos meus estudos sob severas limitações. Aos vinte e um anos, iniciei um vínculo conjugal e vivenciei a maternidade de nossa primeira filha, evento que determinou a

interrupção temporária da minha trajetória escolar e nossa fixação no município de Rio Verde/GO.

Diante de rupturas e adversidades de ordem pessoal, retornei inicialmente a Pedro Afonso, sendo posteriormente acompanhada por meu companheiro. Vivenciei uma segunda gestação, de alto risco, que culminou no nascimento do meu segundo filho. Quando o lactente completou sete meses, transferi minha residência para o município de Miracema (TO). Após a dissolução definitiva da união conjugal, passei a prover unilateralmente o sustento de meus dois filhos por meio do trabalho como diarista e da comercialização informal de lanches.

Aos vinte e seis anos, retomei minha escolarização formal para concluir o Ensino Médio no Colégio Santa Terezinha, em Miracema. Nesse interregno, me distanciei temporariamente do universo extrativista. Todavia, esse cenário alterou-se quando meu pai adquiriu uma pequena gleba de terra, cujas características ambientais de área de brejo e gruta revelavam uma densa ocorrência de buritis. Ao frequentar o mercado público local, a observação de mulheres comercializando o doce de buriti reacendeu minha memória afetiva e minha curiosidade produtiva.

Busquei dialogar com os agroextrativistas locais para apreender as técnicas de beneficiamento do fruto. Esse movimento marcou o meu reencontro com a biodiversidade do Cerrado. Reativei as práticas de coleta do pequi, da mangaba, do puçá, do oiti, do murici e, centralmente, do buriti, convertendo esses recursos na viga mestra da renda familiar. Desenvolvi o domínio técnico para a produção de polpas, doces artesanais, extração do óleo e a comercialização da sebereba (o suco nativo do buriti) na feira livre dominical de Miracema.

Na atualidade, dentre o ecossistema que manejo na região do Brejo, destacam-se três espécies pilares para a minha autonomia socioeconômica e identidade camponesa: o pequi, o buriti e a vinagreira. O pequi, cujo étimo de matriz tupi-guarani faz alusão à "pele espinhenta" e os demais produtos

beneficiados são escoados na feira de Miracema. Foi por meio dessa economia extrativista que viabilizei a conquista da moradia própria na área urbana. Tais frutos, ademais, têm suas propriedades nutricionais e fitoterápicas chanceladas pela literatura científica nacional, validando o saber tradicional que me constituiu como sujeito e pesquisadora.

MEU INGRESSO NO SERVIÇO SOCIAL DA UFT/PRONERA/MIRACEMA - EXPERIÊNCIAS NO CURSO

Morando nessa pequena chácara, situada no brejo, eu nem imaginava que um dia teria a oportunidade de fazer uma faculdade. Na minha cabeça, isso era algo muito distante. Eu sequer conhecia um espaço como aquele, só via o prédio e pensava comigo mesma que nunca teria condições de ser aprovada em um vestibular.

Fui informada por uma pessoa para quem eu trabalhava, fazendo faxinas em sua casa, de que abririam inscrições para uma graduação em Serviço Social, por meio do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera). A oportunidade era destinada a estudantes oriundos de assentamentos, mas minha inscrição foi aceita por eu ter vivência com o campo e viver do extrativismo. Preparei-me, prestei o vestibular e, com muito esforço, consegui ser aprovada.

Fiquei muito feliz por conquistar uma vaga na universidade. Afinal, entre os sete irmãos, sou a única a ingressar no ensino superior, com o mérito de ser em uma universidade federal. A jornada não foi fácil. Houve momentos em que pensei em desistir, mas sempre fui incentivada por colegas e professores a continuar. Assim fui prosseguindo, afinal, não costumo desistir de minhas lutas.

Eu já havia ouvido falar sobre o Pronera, mas só fui conhecê-lo de fato quando tive a oportunidade de cursar Serviço Social por esse programa, realizado pela UFT, Câmpus de Miracema. O curso, além de me proporcionar o acesso ao ensino superior, trouxe vários benefícios para minha vida:

ampliou meus conhecimentos, abriu portas e me apresentou novos horizontes que levarei para sempre comigo.

Durante minha formação, dialogamos com autores importantes do Serviço Social. Além disso, a participação de professoras e professores de diferentes áreas do conhecimento foi fundamental para compreender o papel do assistente social no atual contexto, avançando para uma concepção que vai além de um pensamento ultrapassado, baseado no assistencialismo. Partindo do pressuposto de que (...) a profissão e o conhecimento que a ilumina se explicam no movimento histórico da sociedade. Sociedade que é produto de relações sociais, de ações recíprocas dos homens entre si, no complexo processo de reprodução social da vida. O mundo social é um mundo de relações (Yazbek, s/d, p. 1).

Frente aos desafios apresentados, é importante mencionar que, nas últimas décadas, os assistentes sociais vêm contribuindo significativamente para a construção de uma cultura do direito e da cidadania, resistindo ao conservadorismo e considerando as políticas sociais como possibilidades concretas de construção de direitos e iniciativas de “contra-desmanche” nessa ordem social injusta e desigual (Yazbek, s/d, p. 1).

Essas discussões, somadas ao aprendizado compartilhado com os colegas de turma, me enriqueceram profundamente. Entre eles, havia integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que até então eu só conhecia de ouvir falar. Convivendo com esses colegas, pude constatar o quanto são envolvidos na luta. Trouxeram muitos ensinamentos, com sua força, sua vontade de fazer a diferença, criando oportunidades para quem precisa conquistar seu espaço para plantar, cultivar e viver.

No decorrer do curso, fui me inteirando sobre a importância da luta, do viver em comunidade, do plantar e colher sem agrotóxicos, entre outros aspectos defendidos pelo MST, um movimento social existente desde 1984 e que tem como principais objetivos a realização da reforma agrária e a democratização do acesso à terra no Brasil.

Uma das propostas trazidas pelos colegas do MST com a qual me identifiquei foi a mística do movimento, considerada a “alma” do MST. Trata-se de uma ferramenta de ação política e organizativa, além de uma prática educativa. Ouvindo os colegas, compreendi que essa mística é uma forma de criar forças e unir as pessoas em torno da luta pela terra. E isso o grupo possui em abundância: em poucos minutos de concentração, organizam-se, acolhem-se, refletem e montam alguma mística.

Vale destacar que o curso foi muito envolvente. Os professores e as coordenadoras estavam sempre em busca de melhorias para sua realização, tanto no plano acadêmico, debatendo estratégias com o grupo de docentes e estudantes, quanto no campo material, em diálogo com o Incra, a UFT e os demais parceiros.

Minha formação escolar foi marcada por pouca assistência e métodos tradicionais, como o uso da palmatória e a decoreba de textos, sem foco na compreensão, além de outras práticas repressivas. Por isso, fiquei muito surpresa e feliz por estar em um curso tão participativo, no qual alunos, professores e demais parceiros se envolvem de forma ativa.

Tive dificuldades nas atividades, nos debates, no processo de escrita e nos estágios em Serviço Social. Em relação a este último, há grande exigência e seriedade. Os estágios são supervisionados sistematicamente, cabendo ao estudante demonstrar esforço, dedicação e motivação em tudo o que faz. As ações desenvolvidas possuem caráter socioeducativo, emergencial, e incluem também o planejamento, assessorias, organização e mobilização da população usuária dos serviços.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, foram apresentados e problematizados aspectos fundantes da minha história de vida, desde o nascimento no interior do Ceará, em um contexto rural marcado pelas vulnerabilidades

socioeconômicas, pela severidade das estiagens e pelo histórico esvaziamento do Estado no que tange ao acesso aos direitos fundamentais de saúde e educação. Na sequência, analisei o processo de transumância e migração da minha família em direção ao antigo norte goiano, impulsionado pela busca parental por novas perspectivas de reprodução material, trabalho digno, posse da terra e inserção nas redes de serviços públicos.

Minha família enfrentou múltiplos desafios e fraturas no processo de territorialização e ambientação no novo espaço, o que desencadeou migrações sucessivas e sazonais em regiões limítrofes do estado de Goiás, até nosso estabelecimento definitivo em Miracema do Norte — municipalidade rebatizada como Miracema do Tocantins após o marco jurídico-institucional de 1988, que culminou na criação do novo estado a partir da promulgação da Constituição Federal.

A narrativa memorialística concentrou-se na denúncia das barreiras institucionais vivenciadas no ambiente escolar, cujos métodos de ensino alinhavam-se a preceitos marcadamente tradicionais, repressivos e fundamentados na memorização mecânica e na violência física da palmatória. Em contrapartida e de forma dialética, destaquei minha matriz formativa erguida na franja do contato com a sociobiodiversidade do Cerrado, com especial centralidade na fauna, na flora e nos saberes tradicionais associados ao manejo de plantas e ervas medicinais.

Enfatizei a centralidade do matriarcado camponês na minha constituição enquanto sujeito social, corporificado inicialmente nas figuras de minha mãe e de minha avó, duas mulheres cuja força de trabalho esteve historicamente vinculada à terra e que, malgrado a expropriação do direito à escolarização formal, tornaram-se guardiãs de uma profunda sabedoria ecológica, forjada na práxis cotidiana com a natureza. Esse processo de letramento empírico operava-se na materialidade das práticas de cultivo de hortas domésticas, na colheita e manipulação de fitoterápicos para a confecção de infusões e remédios caseiros, bem como na extração de

cascas florestais. Elas constituíram-se como minhas primeiras referências pedagógicas e epistemológicas na leitura do mundo natural.

No que tange ao aprendizado acumulado no Cerrado goiano, hoje tocantinense, incorporei também saberes de outros sujeitos e atores sociais que mediaram minha compreensão acerca da fauna silvestre local e da botânica regional. Sob a égide dessas redes de solidariedade camponesa e indígena, cataloguei os frutos nativos, aprendi as técnicas de consumo e domínio tecnológico para o beneficiamento, com destaque para a produção artesanal de doces, extração do óleo de buriti e o preparo da sebereba, entre outros derivados desse ecossistema.

Finalmente, no que concerne à convivência tecida com os pares e colegas de turma ao longo da trajetória acadêmica, foi possível constatar a mútua valorização de um modo de vida alternativo à racionalidade capitalista. Esse modelo ancora-se nos pilares da vida comunitária, na soberania alimentar, na prática da agroecologia sem o uso de insumos químicos e nos princípios de justiça social defendidos pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Essa imersão formativa e coletiva propiciou-me um refinamento crítico e um novo olhar sobre as formas de resistência.

REFERÊNCIAS

ALVES, V. E. A mobilidade sulista e a expansão da fronteira agrícola brasileira. São Paulo, L *Agrária*, Nº 2, pp. 40-68, 2005.

DIAS, B. F. de S. 1996. Cerrados: uma Caracterização. In: Dias, Bráulio F. de Souza (coord.). *Alternativas de Desenvolvimento dos Cerrados: Manejo e Conservação dos Recursos Naturais Renováveis*. Brasília: Fundação Pró-Natureza.

DIAS, B.F.S. **Alternativas de desenvolvimento dos cerrados: manejo e conservação dos recursos naturais renováveis**. Brasília: Fundação Pró-Natureza, p. 118, 1992.

FAVARETO, A. **Entre chapadas e baixões do Matopiba: dinâmicas territoriais e impactos socioeconômicos na fronteira da expansão agropecuária no cerrado** / Favareto Arilson (Org.), Nakagawa, Louise, Pó, Marcos, Seifer, Paulo, KleeB, Suzana. – São Paulo: Prefixo Editorial 92545, 2019.

MELO, S. W. C. **Extrativismo Vegetal como Estratégia de Desenvolvimento Rural no Cerrado**. Brasília: Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Universidade de Brasília, 197 p. Dissertação de Mestrado. 2013.

LEMOS, D. C. de A. Os Cinco Olhos do Diabo: os castigos corporais nas escolas do século XIX. **Educ. Real.**, Porto Alegre, v. 37, n. 2, p. 627-646, maio/ago. 2012. Disponível em <file:///C:/Users/clien/Downloads/mZNkBwyrFJhPpgFCyWW9HPj.pdf>. Acesso em 28 de maio de 2025.

MENEGOTTO, L. M. O. PASINI, A. I, LEVANDOWSKI, G. O bullying escolar no Brasil: uma revisão de artigos científicos. **Revista Psicologia: Teoria e Prática**, 15(2), 203-215. São Paulo, SP, maio-ago. 2013. Disponível em <https://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/ptp/article/view/5070/4464>. Acesso em 29 de maio de 202.

SANTIAGO, B. & OLIVEIRA, R. **Juventudes do Cerrado: Sonhos e Resistências**. In: **Saberes dos povos do cerrado e biodiversidade** [livro eletrônico] / organização Diana Aguiar Orrico Santos, Helena Rodrigues Lopes. -- 1. ed. -- Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2020. PDF

PORTO-GONÇALVES, C.W. **Dos Cerrados e de suas Riquezas: de saberes vernaculares e de conhecimento científico** / Organizadoras: Diana Aguiar (FASE) e Valéria Pereira Santos (CPT); Autor: Carlos Walter Porto-Gonçalves (LEMTO-UFF) – Rio de Janeiro e Goiânia: FASE e CPT, 2019.

PEREIRA, L.M.L. **Algumas reflexões sobre histórias de vida, biografias e autobiografias.** História Oral e as tramas da subjetividade". III Encontro Regional Sudeste de História Oral, Mariana, 12 a 14 de maio de 1999. 2000.

RODRIGUES, I. G. do N. & SOUZA, S. B. **Alfabetização e letramento: concepção e prática docente no ensino da língua escrita.** Disponível em [file:///C:/Users/clien/Downloads/RODRIGUES%3B%20SOUZA%20-%202016.2%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/clien/Downloads/RODRIGUES%3B%20SOUZA%20-%202016.2%20(1).pdf). Acesso em 02 de abril de 2025.

SILVA, C.E.M. **Ordenamento Territorial no Cerrado brasileiro: da fronteira monocultora a modelos baseados na sociobiodiversidade.** Desenvolvimento e Meio ambientes. nº19, p. 89-109. 2009.

YAZBEK, M.C. **Os fundamentos históricos e teóricometodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade.** Direitos sociais e competências profissionais. CFESS; ABEPSS, 2009.

CAPÍTULO 10

MULHERES E LUTA PELA TERRA NO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS DO TOCANTINS: ACAMPAMENTO PADRE JOSIMO

Francisca de Sousa Nascimento²⁷
Rejane Cleide Medeiros de Almeida²⁸

RESUMO:

O presente artigo tem como objetivo analisar as lutas das mulheres pela terra no acampamento Padre Josimo e no Coletivo Frida Kahlo, ambos organizados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Tocantins. A abordagem centra-se na busca por direitos e igualdade, destacando a centralidade das pautas de Educação e Saúde nessa dinâmica. Nesse contexto, a educação do campo permanece em constante construção, tornando-se fundamental compreender a necessidade de efetivar um processo formativo que considere as especificidades do território e de seus sujeitos, agregando valor aos saberes e conhecimentos de crianças, jovens e adultos que vivem nesse espaço.

Palavras – Chave: Mulheres camponesas; MST; Resistências.

ABSTRACT:

This article aims to analyze women's struggles for land in the Padre Josimo camp and the Frida Kahlo Collective, both organized by the Landless Rural Workers Movement (MST) in Tocantins. The approach focuses on the search for rights and equality, highlighting the centrality of Education and Health agendas within this dynamic. In this context, rural education remains under constant construction, making it fundamental to understand the need to implement a formative process that considers the specificities of the territory and its subjects, adding value to the knowledge and practices of children, youth, and adults living in this space.

Keywords: Peasant Women; MST; Resistance.

²⁷ Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Professora da Educação Básica no Município de Carrasco Bonito. E-mail: franpedro007@gmail.com.

²⁸ Pós-doutora em Educação pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Docente do curso de Educação do Campo na Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) e da Pós-graduação em Estudos de Cultura e Território (PPGCult) e na pós-graduação em Educação (PPGE) pela mesma Universidade. E-mail: Email: rejane.almeida@ufnt.edu.br

INTRODUÇÃO

Neste artigo, apresento aspectos da minha história de vida, desde o nascimento na zona rural do interior do Ceará, uma região castigada pela seca e com sérias restrições de acesso à saúde e à educação. Em seguida, relato a migração da minha família para o antigo norte goiano, motivada pela busca de melhores perspectivas de vida material, trabalho, terra para morar e acesso a serviços básicos.

Enfrentamos diversas dificuldades de adaptação, o que resultou em novos deslocamentos internos até nos estabelecermos em Miracema do Norte, rebatizada como Miracema do Tocantins após a criação do novo estado pela Constituição de 1988.

Minha narrativa concentra-se, inicialmente, nos desafios vividos no ambiente escolar, marcado por métodos de ensino tradicionais, memorização mecânica (a "decoreba") e o uso da palmatória. Em contrapartida a esse modelo rígido, destaco a formação que recebi por meio do contato direto com as riquezas do Cerrado, especialmente sua fauna, flora e o conhecimento sobre ervas medicinais.

Enfatizo a centralidade da minha mãe e da minha avó na minha constituição como sujeito. Duas mulheres do campo que, embora privadas do acesso à escola formal, possuíam uma profunda sabedoria nascida da convivência com a natureza e do manejo da terra. Elas foram minhas primeiras referências e professoras. Esse aprendizado prático se dava no cultivo de hortas de cheiro-verde, na colheita de ervas e cascas para a produção de chás, garrafadas e remédios caseiros.

Além desse núcleo familiar, contei com o auxílio de outros sujeitos da comunidade que expandiram meu aprendizado sobre o Cerrado goiano (hoje tocantinense). Com eles, aprendi a identificar a fauna e a flora locais, a

consumir os frutos nativos e a dominar processos extrativistas e artesanais, como a produção do doce, do óleo e da sebereba de buriti.

A convivência com os colegas ao longo do curso permitiu-me compreender e valorizar um modo de vida distinto, pautado no senso de comunidade, no cultivo livre de agrotóxicos e em outros princípios defendidos pelo MST. Essa imersão transformou minha percepção, proporcionando um novo olhar sobre formas alternativas de produção e de organização social no campo.

ACAMPAMENTO PADRE JOSIMO E 'MOVIMENTO DE LUTA

Histórico do acampamento Padre Josimo

Figura: 01: Carrasco Bonito



Fonte: arquivos da pesquisa, 2024

O município de Carrasco Bonito foi emancipado em 20 de fevereiro de 1991. Localizado na região do Bico do Papagaio, a 7 km do Rio Tocantins, cujas praias se formam entre julho e setembro, possui uma área de 240,6 km² e uma população de 3.028 habitantes.

É nesse território que se insere o acampamento Padre Josimo, cuja trajetória iniciou-se em 2014 em um terreno urbano, por meio da Associação Santa Maria. À época, as famílias que ali esperavam e sonhavam com a conquista da terra para o trabalho e o sustento de seus filhos não obtinham respostas institucionais. Diante da estagnação e do avanço dos

latifundiários sobre a região, decidiram deflagrar a luta pela terra. Trata-se de um latifúndio atrasado que ainda recorre à pistolagem e a ameaças violentas contra os camponeses, consolidando processos de grilagem em terras públicas da União.

Meses depois, já organizadas em pequenos barracos cobertos e enclausurados por palha de babaçu, as famílias buscaram articulação política. O presidente da associação viajou à capital, Palmas, para uma agenda na sede do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), onde travou contato com militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Fundado em 1984, o MST é um movimento social de massa e autônomo que organiza os trabalhadores rurais para a conquista da reforma agrária e de um projeto popular para o Brasil. Após os diálogos iniciais, estipulou-se uma data para apresentar o movimento à comunidade e convidá-la a somar fileiras na organização.

Com o respaldo metodológico e político do MST, o coletivo compreendeu que a passividade não surtiria efeito. Após rodadas de formação e planejamento, deliberou-se pela ocupação de uma área da União que vinha sendo utilizada ilegalmente por grandes proprietários como pastagem para o gado. A ação eclodiu em um severo conflito entre os camponeses e pistoleiros que defendiam os interesses dos fazendeiros. O Poder Judiciário, por sua vez, eximiu-se de tomar decisões céleres para a regularização da terra e sua destinação à reforma agrária, deixando os trabalhadores vulneráveis à violência privada.

Nessa primeira tentativa, a área da União permaneceu sob o controle do patronato e cercada por capangas armados. Relatos dos acampados apontam que trabalhadores foram baleados e os demais, escoltados pela Polícia Militar até a cidade de Araguatins, onde exigiram atendimento imediato da superintendência do INCRA. O órgão detinha a competência para mediar a crise e assentar as famílias para a produção; contudo, a reforma agrária permaneceu no plano da utopia, sem respostas concretas.

Em resposta às injustiças, o grupo optou pela continuidade da resistência pela terra e pela transformação social. Esse processo configurou o acampamento como um espaço de forja da consciência política e de tensionamento das relações de gênero na busca por igualdade. Após a desocupação forçada, mais de cem famílias reunindo homens, mulheres, jovens, crianças e idosos reestabeleceram-se à beira da estrada, a três quilômetros da sede de Carrasco Bonito.

Após um ano de vivência em condições precárias e desprovidas de assistência básica, às famílias uniram-se a outros acampamentos do estado e ocuparam a sede do INCRA em Palmas. Para pressionar o órgão a atender a pauta de reivindicações pelo direito de produzir e viver com dignidade, os trabalhadores montaram um acampamento de lona preta na entrada do instituto, resistindo ali por dezoito dias até que fossem finalmente recebidos pelo superintendente.

Posteriormente, a comunidade do acampamento Padre Josimo descobriu uma fração das terras da União destinadas ao Projeto de Assentamento (P.A.) Cupim criado há vinte anos em Carrasco Bonito havia sido ilegalmente apropriado por fazendeiros locais. Munidos dessa informação, os trabalhadores retornaram ao território e ocuparam a área desviada, tensionando o Estado para que a justiça fosse feita por meio do restabelecimento do assentamento voltado à produção familiar.

Nesse processo, as mulheres do acampamento Padre Josimo assumiram o protagonismo na luta por igualdade, tensionando espaços historicamente negados e demandando o acesso à educação, saúde, energia elétrica, água tratada e insumos técnicos para o manejo produtivo da terra. Como bem sintetiza a Cartilha Plebiscito Constituinte (2013, p. 1): *"todos os brasileiros e brasileiras têm direito a um sistema político que garanta representação e participação e assegure que demandas, desejos e problemas sejam tratados conforme as reais vontades e necessidades da maioria."*

Diante desse cenário de negligência institucional, às famílias seguem residindo e resistindo no território por meio do trabalho braçal. Paradoxalmente, transformaram o acampamento no espaço mais produtivo da região, focando na transição agroecológica para a subsistência e soberania alimentar. O acampamento atua como trincheira de resistência, discutindo novas formas de organização comunitária balizadas no trabalho coletivo e no apoio mútuo.

Atualmente, o grupo permanece acampado na área desde 2015, lidando com a inércia do INCRA que, mesmo ciente do desvio das terras públicas pelos fazendeiros, não emitiu respostas definitivas. Essa paralisia estatal expõe os camponeses a constantes ameaças e prejuízos materiais. Anualmente, fazendeiros soltam rebanhos de gado de forma proposital sobre as lavouras para destruir a produção. Apesar do registro sistemático de boletins de ocorrência, nenhuma providência foi tomada pelas autoridades. Soma-se a isso a ausência crônica de infraestrutura e de políticas públicas básicas de educação, saúde, saneamento e seguridade. Esse cenário de abandono e violência provocou o desgaste do coletivo: muitos dos que iniciaram a jornada em 2015 desistiram, restando hoje apenas vinte e duas famílias na resistência ativa.

Com mais de oito anos de existência, o acampamento Padre Josimo consolida-se como um bastião de resistência. Mesmo enfrentando ataques diários às suas roças, a comunidade produz arroz, feijão, abóbora, melancia, milho e amendoim. A cultura principal, contudo, é a mandioca, base da renda e da subsistência local.

Para proteger o plantio das invasões de animais dos fazendeiros vizinhos, os trabalhadores organizam-se em vigílias constantes e constroem cercas de madeira artesanais. Apesar das adversidades, o acampamento consolidou-se como o maior produtor de farinha da região, contando com duas casas de farinha operadas sob o regime de trabalho coletivo. Anualmente, realizam a tradicional "Festa da Farinha" para celebrar o aniversário da Casa de Farinha Tia Sônia, cujo nome homenageia uma

valerosa companheira de luta que, embora hoje falecida, permanece como memória viva da resistência camponesa na Amazônia tocantinense.

Figura 02: casa de farinha TIA SÔNIA, 2023.



Fonte: Arquivos da pesquisa, 2024.

A construção da Casa de Farinha Tia Sônia era um dos grandes sonhos da comunidade. Embora a meta parecesse distante e de difícil execução, a força do trabalho coletivo e a determinação da maioria converteram o projeto em realidade. O espaço foi inaugurado em 28 de setembro de 2019 com uma grande celebração, que reuniu moradores de toda a região, parceiros históricos e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), organização à qual o acampamento é vinculado.

O evento de inauguração contou com uma ampla variedade de pratos típicos derivados da macaxeira, tais como beiju, bolos, grolado e macaxeira cozida. Animada por música durante todo o dia, a festividade resgatou dinâmicas culturais e brincadeiras tradicionais que vinham se perdendo no tempo, a exemplo do quebra-pote, do jogo do pato e do clássico pau de sebo com premiação em dinheiro. Houve, ainda, a realização de um bingo comunitário cujo prêmio principal foi um saco de farinha artesanal.

Além da inauguração, o calendário cultural do território é marcado

pelas celebrações dos festejos juninos de São João e São Pedro. Nessas ocasiões, as famílias organizam jantares comunitários em um barraco central. A cada edição anual, a responsabilidade por coordenar o evento e acolher os moradores é delegada a uma família diferente, estabelecendo um sistema de rodízio que fortalece os laços de solidariedade e a auto-organização local.

Mulheres em luta pela terra e o coletivo Fryda Kahlo

O Coletivo Frida Kahlo emergiu no bojo da luta das mulheres Sem Terra do acampamento Padre Josimo, em 2015. Inicialmente, o grupo organizou-se em torno de reuniões voltadas ao debate de pautas cruciais para qualificar a atuação feminina nas esferas interna e externa do MST. Dessas reflexões, brotou a iniciativa de trabalhar com o artesanato, visando constituir um território de pertença exclusivamente das mulheres e, a longo prazo, gerar uma fonte de renda complementar. O projeto fincou suas raízes com dez companheiras que encamparam a proposta, cotizando recursos financeiros próprios para a aquisição dos insumos necessários à produção das primeiras peças.

Os encontros sistemáticos do coletivo transformaram-se em trincheiras de resistência dentro do acampamento e em laboratórios de viabilidade econômica para o fundo comunitário. Alicerçadas em rodas de conversa, as atividades artesanais trouxeram à tona o protagonismo, a sensibilidade e as habilidades técnicas de cada camponesa, convertendo a produção manual em um espaço de partilha de saberes e de momentos formativos. Dessa maneira, as integrantes resgataram, confeccionaram e comercializaram um artesanato que expressa a singularidade e a identidade política do território.

A escolha do nome do coletivo prestou homenagem à icônica pintora mexicana Frida Kahlo, reconhecida internacionalmente por sua biografia de superação e pelo talento em retratar esteticamente a própria vida e identidade. Embora falecida, seu legado permanece como farol ético, razão

pela qual o grupo de artesãs adotou seu nome como símbolo de resistência de gênero no campo.

Atualmente, os espaços formativos e as rodas de debate do Coletivo Frida Kahlo contam com a articulação intersetorial de profissionais de psicologia e assistência social do município de Carrasco Bonito, responsáveis pela condução de palestras direcionadas a todas as famílias acampadas. Essa rede de apoio consolida-se, ainda, por meio de oficinas pedagógicas e intercâmbios de experiências com o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Nesses encontros interativos, são tensionados e debatidos temas estruturantes como diversidade cultural, os princípios da educação popular e as especificidades da saúde integral da mulher do campo

Figura 03: coletivo de Fryda Kahlo construindo peças artesanais.



Fonte: arquivos da Pesquisa, 2024.

Uma das mulheres que participam do coletivo conta:

Sou natural de Capemba d'Água, município de Imperatriz, Maranhão. Há quarenta anos mudei para o Tocantins junto com meus pais e meu único irmão. Hoje só tenho meu pai, minha mãe faleceu há nove anos. Sou casada há 24 anos e tenho quatro filhos, duas mulheres e dois homens. Conheço o

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) há dez anos e tenho muito respeito por ele. Luto com todas as forças para que um dia, junto com o MST, possamos realizar o sonho da terra livre, onde possamos cuidar e criar nossos filhos com sabedoria e dignidade. A desigualdade no país é muito grande, com poucos detendo muita terra e muitos sem nada. Desejo que a justiça seja feita para que o trabalhador rural tenha escola, saúde, água, energia e inúmeras políticas voltadas para as famílias que precisam. O acampamento Padre Josimo é o lugar onde vivemos e enfrentamos situações muito difíceis. Sofremos ameaças dos fazendeiros e prejuízos nas plantações provocados pelos gados deles. Mesmo assim, conseguimos produzir alimentos para nosso sustento, como arroz, feijão, abóbora, milho, mandioca, amendoim, entre outros, e assim seguimos trabalhando até o dia em que ganharemos nossa terra (Entrevistada F.C., F., 2024).

As integrantes do Coletivo Frida Kahlo são oriundas, em sua maioria, das regiões Norte e Nordeste do Brasil, e têm como bandeiras de luta a defesa do território e a produção de alimentos. Suas trajetórias e percepções sobre a realidade na lona emergem de forma contundente em suas narrativas, como se observa no relato a seguir:

"Sou natural de Ananás, Tocantins, nasci em 1972 e não tenho mais meus pais. Mudei para o município de Carrasco Bonito em 2013, sou casada, tenho cinco filhos, quatro homens e uma mulher, e moro atualmente no acampamento Padre Josimo. Trabalho há dez anos na produção de alimentos e também no artesanato, buscando uma vida melhor no acampamento, onde nos são negados direitos básicos como saúde, educação, água, energia e principalmente o direito de ir e vir. Vivemos há dez anos na esperança de que a justiça seja feita e que possamos, um dia, viver com dignidade. Estamos em uma área que depende do governo para garantir e devolver aos trabalhadores a tão sonhada terra. Nos últimos dez anos, as ameaças dos fazendeiros têm nos prejudicado diretamente, com prejuízos na produção devido ao gado solto que destrói nossas plantações. Todos os anos registramos boletins de ocorrência, mas nada é resolvido. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra é nossa esperança e o

caminho para que a reforma agrária aconteça." (Entrevistada R.S.C., 2024).

Ao resgatarem suas memórias e vivências, as entrevistadas evidenciam a importância da auto-organização e do pertencimento aos movimentos sociais de base. Elas reconhecem que o processo de disputa territorial é árduo, porém imprescindível. Desse modo, o coletivo engaja-se ativamente nas jornadas de lutas e ações de pressão promovidas pelo MST, tencionando o Estado para que efetive o assentamento dos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

No que tange à inserção comunitária e à geração de renda, o grupo confecciona cestas temáticas e lembranças artesanais em alusão a datas comemorativas, fomentando a economia solidária e afetiva no local. As artesãs também participam ativamente dos eventos calendarizados do município, tais como o aniversário da cidade, festas juninas, cavalgadas e programações sazonais nas praias fluviais, ocasiões em que estruturam barracas para a comercialização de alimentos. Assim, a circulação e a venda desses produtos e do artesanato configuram-se como táticas de resistência e de afirmação da identidade política desenvolvidas pelas mulheres no acampamento.

Figura 04: Comercialização do artesanato do coletivo Fryda Kahlo.



Fonte: Arquivo da pesquisa, 2024

O coletivo de mulheres do acampamento Padre Josimo, por meio do

artesanato, está sempre buscando formas de arrecadar recursos e garantir uma renda extra, conquistando seu espaço no acampamento diante das vulnerabilidades e dos descasos dos órgãos competentes e do poder público.

AS MULHERES E A AGROECOLOGIA NO ACAMPAMENTO PADRE JOSIMO

Este capítulo aborda as mulheres do acampamento Padre Josimo, que, ao assumirem suas identidades como Sem Terra e conhecerem o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), participaram dos debates e rodas de conversa promovidos pelo movimento. Uma das pautas centrais do MST é a agroecologia e a importância da produção de alimentos saudáveis. As mulheres, juntamente com seus companheiros, vêm defendendo rigorosamente a transição para a produção de alimentos sem o uso de produtos químicos, sendo responsáveis por garantir a segurança alimentar e nutricional de suas famílias.

Nos últimos oito anos, o acampamento Padre Josimo desenvolve um trabalho árduo pautado na organicidade, no estudo e na conscientização sobre o não uso de agrotóxicos, em defesa do meio ambiente e da biodiversidade. Com essa ruptura, a transição agroecológica tornou-se uma necessidade, fazendo da agroecologia um dos pontos mais defendidos pelas famílias que vivem no acampamento.

Figura 5: horta em construção, 2024.



Fonte: arquivos da autora, 2024.

As mulheres trabalham efetivamente nas hortas comunitárias do acampamento Padre Josimo desde 2021. Inicialmente, havia apenas uma horta compartilhada por dez mulheres e pela juventude do acampamento, que participavam coletivamente desde a construção até a comercialização das hortaliças. Hoje, a estrutura conta com três hortas: duas ativas e uma em construção. A produção atual é comercializada por meio de redes sociais ou pela venda direta de porta em porta. Devido à grande extensão territorial do acampamento e visando otimizar a organização do trabalho feminino, o grupo foi dividido em três núcleos, o que resultou na construção de mais duas hortas, distantes aproximadamente 700 metros uma da outra.

Esse trabalho integrado entre as mulheres e a juventude conta com o apoio técnico da Alternativa para a Pequena Agricultura no Tocantins (APA-TO). Organização não governamental que atua no estado desde 1992, a APA-TO trabalha junto a agricultores familiares, extrativistas, quebradeiras de coco e povos tradicionais, focando no planejamento do desenvolvimento local, na assessoria para o acesso a políticas públicas e na busca por segurança alimentar. Nas hortas do acampamento, a instituição auxilia diretamente na elaboração de projetos para captação de recursos, manutenção dos canteiros e ministra formações sobre o manejo agroecológico. Além disso, são realizadas rodas de conversa periódicas para que os grupos debatam o andamento dos cultivos e organizem a

divisão igualitária dos lucros obtidos, gerando renda extra e autonomia para as famílias.

Essa dinâmica organizativa cumpre também um papel social pedagógico: ao promover o aprendizado prático do manejo sem agrotóxicos, incentiva-se o protagonismo dos jovens, mitigando o êxodo rural e a evasão do próprio acampamento. No acampamento Padre Josimo, a resistência ao modelo produtivo baseado em insumos químicos se materializa em uma transição agroecológica constante, que busca resgatar saberes ancestrais e preservar a saúde comunitária.

A contraposição ao agronegócio e ao uso massivo de defensivos agrícolas encontra eco no referencial teórico da pioneira da agroecologia Ana Primavesi (2016, p. 31), que adverte: “A tecnologia convencional se torna o clima desfavorável à produção porque age completamente despreocupada frente às condições ambientais, ou simplesmente é antiecológica”.

Nesse sentido, para que seja possível produzir alimentos saudáveis em maior escala respeitando os ecossistemas, Primavesi (2016, p. 26) aponta que se deve mudar a postura de combate cego à natureza e focar no manejo ecológico, pois a verdadeira produtividade agrícola depende da recuperação da estrutura biológica e da vida do solo, permitindo que as plantas desenvolvam suas defesas naturais em simbiose com o meio ambiente.

Melhorar a biofísica do solo, considerando os aspectos biológicos ligados aos físicos, para produzir mais por área. Esse é o fundamento de uma produção farta e barata, que exige o uso bem orientado de matéria orgânica — é o aumento vertical das colheitas.

Melhorar o aspecto químico do solo por meio de calagem e adubação mineral. Se acompanhado do melhoramento biofísico, é a maneira correta de produzir mais barato. Mas, se utilizado como remédio paliativo contra a decadência do solo, de forma unilateral, encarece a produção sem retorno adequado.

Assim, o trabalho coletivo é realizado com o objetivo de melhorar continuamente a produção, assim como as atividades internas e externas, preparando tanto a juventude quanto as crianças para participarem das

ações promovidas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Figura 6: colheita de mandioca, 2024.



Fonte: arquivos da pesquisa, 2024.

Mesmo diante da precariedade estrutural, as mulheres atuam manualmente no manejo da produção de culturas como arroz, feijão e milho, tendo na mandioca e nas hortas comunitárias suas principais fontes de subsistência e renda. Embora esses cultivos ocorram em pequena escala reflexo direto da ausência de assistência técnica e de fomento básico, o coletivo feminino organiza-se de forma resiliente, instituindo espaços formativos, rodas de debate e, fundamentalmente, fortalecendo as dinâmicas de trabalho coletivo.

Desde o preparo do solo até o beneficiamento e a comercialização dos alimentos, as camponesas constituem-se como pilares na luta pela reforma agrária uma política pública que, historicamente, tem se apresentado apenas no plano da utopia. Marcadas por décadas de negligência estatal e submetidas a condições laborais adversas na agricultura familiar, inclusive com restrições severas ao direito constitucional de ir e vir, essas mulheres vivenciam múltiplas formas de vulnerabilidade social. Contudo, ao

projetarem uma sociedade balizada pela justiça e pela igualdade, assumem a tarefa de sistematizar suas memórias coletivas como estratégia de enfrentamento ao modelo destrutivo do capital, que insiste em negar-lhes o direito à permanência harmônica no território.

O protagonismo feminino na disputa territorial é, portanto, uma das dimensões centrais do movimento Sem Terra. Entretanto, o papel por elas desempenhado ao longo do processo histórico no MST e o tensionamento das relações de gênero revelam tanto avanços quanto contradições, conforme se evidencia no seguinte fragmento:

"[...] as mulheres em luta buscam inserção nas práticas sociais para a conquista da igualdade de gênero, seja nos espaços da luta social, do trabalho ou da política, o que não acontece facilmente. Esse ainda é um processo em construção e um grande desafio para as mulheres e para o movimento" (Almeida, 2017, p. 198-199).

Imbuídas desse desafio, as integrantes do coletivo articulam instâncias de formação sobre os direitos das mulheres e processos de conscientização voltados a torná-las multiplicadoras no combate à violência de gênero. Historicamente, as manifestações camponesas têm conferido centralidade às demandas femininas, incorporando, na atualidade, novos elementos analíticos que denunciam a dominação patriarcal, as estruturas de exploração e a centralidade da divisão sexual do trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo analisou a luta da mulher camponesa pela terra, pela reforma agrária e pelo acesso a direitos sociais, tomando como referência a organicidade do MST enquanto instância de suporte político e metodológico. A questão agrária configura um cenário de disputas estruturais, sendo palco de intensos conflitos, mas também de conquistas para as famílias sem-terra que, historicamente, batalham para assegurar o direito fundamental ao território. Por meio da ação coletiva dos movimentos sociais e de suas reiteradas jornadas de mobilização, a demanda pelo acesso à terra tem alcançado maior visibilidade e reconhecimento público.

O estudo permitiu compreender as especificidades das lutas travadas pelas mulheres do acampamento Padre Josimo, estabelecendo um nexo causal entre a disputa territorial e a produção artesanal por elas desenvolvida. Em resposta ao problema de pesquisa levantado no início desta investigação, constatou-se que o acampamento constitui um espaço de conquista e de afirmação de direitos para o coletivo acampado. Recentemente, a comunidade passou a receber vistorias técnicas do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que apresentou uma proposta de regularização fundiária da área sinalização institucional que renovou as perspectivas das famílias após oito anos de espera e resistência sob a lona.

Não obstante esse avanço sinalizado, as demandas estruturais permanecem urgentes, embora o horizonte da conquista da terra se mantenha vivo na subjetividade dos sujeitos. Espera-se que a reforma agrária se concretize efetivamente no acampamento Padre Josimo, aportando políticas públicas intersetoriais que garantam educação do campo, saúde integral, infraestrutura logística, habitação camponesa, energia elétrica e saneamento básico. Almeja-se, de igual modo, que as mulheres acessem condições dignas de existência, valorização social e autonomia econômica por meio do beneficiamento e do comércio de sua produção agrícola e artesanal. Essa emancipação financeira mostra-se crucial para romper com a realidade atual, na qual muitas acampadas são compelidas a submeter-se ao trabalho doméstico precarizado e a diárias urbanas como estratégia de subsistência familiar. Apesar das adversidades, o campesinato feminino enxerga na terra o vetor de transformação, depositando no cotidiano da roça a esperança de reprodução social da vida.

Evidencia-se que o MST constrói, junto às famílias, táticas de resistência e viabilidade econômica que combatem todas as formas de opressão e discriminação social, fomentando a participação igualitária da mulher camponesa em todas as instâncias deliberativas. Ao consolidar princípios organizativos que asseguram o lugar de fala e a representação

das mulheres nas esferas políticas, econômicas e sociais, o movimento não apenas fortalece a organização interna, mas redefine os contornos da luta emancipatória no campo brasileiro.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rejane Cleide Medeiros. *Práxis Política do Movimento dos trabalhadores rurais Sem-Terra (MST)- TO: trajetória de organização e formação política*. 2017. 231 f. **Tese (Doutorado em Sociologia)** - Universidade Federal de Goiás, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Goiânia, 2017. Disponível em: <http://repositório.uft.edu.br/grande/11612/2108> . Acesso em: 10 dez. 2024.

Cartilha Plebiscito Constituinte. São Paulo, novembro de 2013. Disponível:<https://unmp.org.br/wp-content/uploads/2014/02/cartilha-plebiscito.pdf>. Acesso em 10 de jun, 2024.

PRIMAVESI, Ana. *Manejo ecológico de pragas e doenças*. São Paulo. Expressão Popular. 2026.

PORTELLI, Alessandro. *Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na História Oral*. Projeto História 15. São Paulo, 1997.

CAPÍTULO 11

MULHERES EM LUTA POR TERRA E TERRITÓRIO NO MST (TO): ACAMPAMENTO BEATRIZ BANDEIRA, MUNICÍPIO DE CASEARA, TOCANTINS

Ana Lúcia Rodrigues dos Santos²⁹

Rejane Cleide Medeiros de Almeida³⁰

RESUMO:

Este estudo analisa o fortalecimento e o papel político das mulheres do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na disputa pela terra e na reforma agrária, delimitando-se ao município de Caseara, Tocantins, entre os anos de 2023 e 2025. O objetivo geral consistiu em compreender a dinâmica dessa luta territorial, ao passo que os objetivos específicos buscaram identificar o perfil das camponesas locais e verificar sua participação na organização do acampamento Beatriz Bandeira, situado no Projeto de Assentamento (P.A.) Onalício Barros. Os resultados revelam as pautas reivindicatórias e as condições de vida dessas sujeitas, destacando o denso enfrentamento ao machismo, à misoginia e à violência de gênero, além de evidenciar uma realidade marcada pela resistência e pela chefia familiar monoparental por meio da maternidade solo.

Palavras-Chave: MST; Mulheres camponesas; Luta pela terra

ABSTRACT:

This study analyzes the strengthening and political role of women from the Landless Workers Movement (MST) in the struggle for land and agrarian reform, focusing on the municipality of Caseara, Tocantins, between 2023 and 2025. The general objective was to understand the dynamics of this territorial struggle, while the specific objectives sought to identify the profile of local peasant women and verify their participation in the organization of the Beatriz Bandeira camp, located in the Onalício Barros Project of Settlement (P.A.). The results reveal the demands and living conditions of these subjects, highlighting their fierce confrontation against machismo, misogyny, and gender-based violence, as well as showcasing a reality shaped by resistance and single-parent households through single motherhood.

Keywords: MST; Peasant Women; Land Struggle.

²⁹ Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). E-mail: analuciarodriguiues@gmail.com

³⁰ Pós-doutora em Educação, Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás. Professora do curso de educação do campo: artes, UFNT. Docente do Programa de Pós-graduação em Estudos de Cultura e Território e do Programa de Educação da UFNT. E-mail: rejane.almeida@ufnt.edu.br.

INTRODUÇÃO

As mulheres organizam-se a partir da necessidade de permanência nos territórios, compreendendo-os como espaços de reprodução da vida em suas múltiplas dimensões: econômica, social, cultural e política. Historicamente, desde o final da década de 1970, as lutas no campo desempenharam um papel central tanto no processo de redemocratização do país quanto na inserção de temas urgentes na pauta política nacional, desde demandas estruturais, como a reforma agrária, até pautas então embrionárias, como a preservação ambiental. Foram essas mobilizações camponesas que conferiram visibilidade a diversos segmentos sociais subalternizados.

O interesse pelo tema desta investigação decorre do meu acompanhamento, como integrante da direção estadual do MST, do acampamento Beatriz Bandeira, no município de Caseara, Tocantins. Soma-se a isso a minha trajetória como mulher assentada, desde 2006, no Projeto de Assentamento (P.A.) Onalício Barros, território onde o acampamento se estabeleceu após sofrer um processo de despejo. Trata-se de um assentamento fruto da luta coletiva e, por essa razão, considera-se relevante compreender as nuances dessa disputa territorial e o protagonismo assumido pelas mulheres nesse processo.

Embora as lutas das mulheres no movimento tenham se fortalecido por meio da organização interna no acampamento, o preconceito machista e a desigualdade social ainda se manifestam de forma contundente, tensionando e dificultando a ampliação da participação feminina. Frente a esse cenário, o objetivo geral desta pesquisa consistiu em compreender como ocorre a luta das mulheres por territórios no acampamento Beatriz Bandeira, em Caseara. Como resultado do estudo, foi possível apreender o denso papel político desempenhado pelas camponesas na disputa territorial na região durante o recorte temporal analisado.

O perfil das mulheres que resistem em Caseara abarca filhas de assentados, descendentes de camponeses, extrativistas, mães solo e chefes de família que permanecem mobilizadas em defesa da alimentação saudável, da moradia e da dignidade para seus núcleos familiares. São sujeitas que carregam na tradição um modo de vida balizado no trabalho na terra e na identidade camponesa. A atuação do coletivo feminino no MST consolida-se como símbolo de resistência, uma vez que as mulheres são responsáveis por parcelas significativas do trabalho nas lavouras, além de assumirem integralmente as tarefas de cuidado e de reprodução social.

Metodologicamente, a pesquisa filia-se à abordagem qualitativa, tendo sido entrevistadas três mulheres acampadas que enfrentam cotidianamente violações de direitos na busca pelo acesso à terra de trabalho. Sobre o alcance da metodologia qualitativa e o uso de entrevistas, Almeida (2017, p. 23) destaca que:

"[...] isso só ocorre porque as questões que compõem as entrevistas possibilitaram potencializar conversas mais abertas e conduzir a diálogos mais profícuos entre pesquisador e entrevistado, permitindo estabelecer diálogos com a realidade suscitada por se tratar de momento indispensável com os trabalhadores acampados. Destaca-se, nesse sentido, o modo dessa abordagem como um instrumento promovido pelas vozes dos entrevistados, como produtores de relações sociais, possibilitando focalizar de forma concreta o enredo existente nas contradições das relações sociais, tecidas pelas vidas entrecruzadas das histórias de ocupação na região em questão."

Como parte da metodologia, utilizamos entrevistas semiestruturadas com mulheres Sem Terra do acampamento Beatriz Bandeira, localizado em terras do Assentamento Onalício Barros. Como sujeito Sem Terra, trazemos Roseli Caldart (2004, p. 34), que define:

"Formado pela dinâmica da luta pela Reforma Agrária e do MST, pode ser entendido também como um novo sujeito sociocultural, ou seja, uma coletividade cujas ações cotidianas, ligadas a uma luta social concreta, estão produzindo elementos de tipo de cultura que não corresponde aos padrões sociais e culturais hegemônicos na sociedade capitalista [...]."

Nestes aspectos, entendemos, a partir de Caldart (2004), que o Sem Terra constitui-se sujeito no processo da luta pela terra, que também é uma

luta pedagógica e forma seus processos de luta política. A seguir, apresentaremos o campo onde a pesquisa foi realizada: o acampamento Beatriz Bandeira.

CAMPO DA PESQUISA

Figura 01: Acampamento Beatriz Bandeira, Caseara- To



Fonte: Arquivos da pesquisa, 2024

Situado no interior do Projeto de Assentamento (P.A.) Onalício Barros, no município de Caseara, às margens da rodovia TO-080, o acampamento Beatriz Bandeira emergiu a partir da solidariedade de um militante do MST, o qual cedeu espaço ao se comover com a situação das famílias violentamente despejadas de uma área estatal próxima ao local atual. Essa memória de resistência e a persistência no projeto de reforma agrária são ressaltadas por uma das acampadas:

O sonho de ter uma terra para trabalhar não desistimos. Acampamos dentro do assentamento Onalício Barros, com a permissão do beneficiário de uma parcela, onde estamos organizados na espera de alcançar nosso objetivo: a terra (Interlocutora 01, 2025).

O acampamento iniciou sua trajetória com mais de sessenta famílias oriundas de diferentes municípios e estados, todas motivadas pelo horizonte comum do acesso à terra. Após vivenciarem sucessivos tensionamentos com o aparato de segurança pública do Estado, marcados por abordagens arbitrárias, e enfrentarem a pressão do agronegócio local, o coletivo passou a se organizar por meio da divisão de tarefas coletivas. Essa estrutura segue rigorosamente as normas e os princípios organizativos do movimento, cuja instância deliberativa máxima e soberana é a plenária. Uma das integrantes do acampamento narra sua historicidade e inserção na militância camponesa:

Conheci o MST no acampamento Zumbi dos Palmares, em 2006, às margens da TO/080, na luta pela terra e pela criação do assentamento Onalício Barros, no município de Caseara, Tocantins, com 13 anos de idade, junto com minha mãe. Estou na luta há um ano e três meses no acampamento Beatriz Bandeira (Interlocutora 03, 2025).

Atualmente, o acampamento está estruturado em três núcleos de base, que congregam mais de quinze famílias cada. Semanalmente, as famílias reúnem-se para o repasse de informes gerais e a realização de estudos coletivos. A composição social do território é heterogênea, caracterizada por uma presença majoritária de jovens, mães solo, mulheres chefes de família, filhos e filhas da primeira geração de assentados da região.

Historicamente, os sujeitos da terra demandam a mobilização permanente para a consolidação de cada conquista. O ato de tensionar as cercas para a partilha do latifúndio outrora subutilizado ou acumulado implica enfrentar a violência armada e a seletividade jurídica, contrapondo essa realidade por meio da solidariedade de classe materializada na partilha da produção agrícola. Assim, os camponeses e camponesas carregam suas ferramentas de trabalho como símbolos de identidade, dignidade e orgulho de sua condição de classe trabalhadora.

Figura 02: Quintal produtivo: Horta, Acampamento Beatriz Bandeira (TO)



Fonte: Arquivos da pesquisa, 2024

Figura 03: Oficina de Doces De Murici, Mangaba e Biscoito De Jatobá: Acampamento Beatriz Bandeira, Caseara- To



Fonte: Arquivos da pesquisa, 2024

MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO E LUTA PELA TERRA

A reforma agrária é uma das questões centrais do país em meio a tantos conflitos e marca a história há várias décadas. Como sujeitos do MST, destacamos o que Almeida (2019, p. 131) define como:

Como sujeito social, os Sem Terra se constituem enquanto coletivo que trava uma luta para garantir sua própria existência social enquanto classe trabalhadora que vive da terra. Enquanto sujeito social, o MST se configura como uma realidade social que tem no modo de produção da vida material o desenvolvimento da vida social, política e intelectual. Assim, os Sem Terra se constituem como sujeito social, no sentido de sujeito coletivo que participa de mobilizações e ações coletivas. Quando se refere à formação de sujeitos, o MST se constitui na unidade da diversidade, o que implica afirmar que há identidades que se imbricam na formação da identidade social mais ampla, que é a identidade Sem Terra.

O MST vem se constituindo como uma força de massa pulsante na sociedade, um movimento de origem popular, com organização autônoma, força política, luta de classes e povo organizado. Foi fundado em 1984 como movimento nacional no enfrentamento da questão agrária brasileira. Entre os movimentos sociais congêneres, ele se destaca por meio da ocupação de terras não produtivas, tendo por base o previsto no Estatuto da Terra (1964) e na Constituição Federal (1988), segundo os quais a terra deve cumprir sua função social, pressionando para a implementação de uma política de reforma agrária pelo governo (Stédile; Fernandes, 1999).

Para Almeida (2017, p. 54):

O MST foi forjado no processo histórico de resistência do campesinato brasileiro. Teve sua gênese no Sul do país por camponeses que perderam terra e trabalho em função da modernização conservadora, que promoveu o crescimento econômico da agricultura para o capital, concentrando ainda mais a propriedade da terra, expropriando e expulsando camponeses que migraram para as cidades e outras regiões do país.

Em seus 30 anos de resistência popular, de espacialização da luta camponesa e ocupação do território do latifúndio e do agronegócio, o MST emergiu como uma das mais importantes forças sociais e políticas da América Latina e do mundo. Constitui-se como movimento de massa, em âmbito nacional, de caráter popular, a partir do protagonismo dos próprios trabalhadores e trabalhadoras Sem Terra.

Sobre essa questão, Almeida (2017, p. 74) destaca:

As reflexões aqui propostas surgem a partir do debate sobre movimentos sociais do campo na luta pela terra. São lutas históricas, de disputas por terra, assim como pelos usos e apropriações que dela se faz. As lutas ocorrem, especialmente, por meio de conflitos entre latifundiários, empresários do agronegócio e camponeses. São projetos de sociedade distintos, permeados por contradições, em que a cultura política, resultado da formação sócio-histórica brasileira, apresenta características conservadoras e de subalternidade às autoridades constituídas. Portanto, conhecer o processo de ocupação e as características do estado do Tocantins é relevante para a compreensão do histórico de luta e resistência camponesa.

Tendo a ocupação de terras como seu principal instrumento de pressão, o MST organiza-se como um movimento autônomo e independente em relação a igrejas, partidos políticos e sindicatos, estruturando sua base a partir do envolvimento orgânico da família (Stédile; Fernandes, 1999). Esse fator de inclusão da unidade familiar camponesa insere a mulher diretamente na esfera pública e na arena da luta política. A esse respeito, nota-se que, quando o movimento deliberou que a modalidade de adesão se daria por vínculos familiares, não se dimensionava, à época, o profundo significado dessa escolha para o campesinato inserido em uma sociedade patriarcal, conservadora e historicamente opressora das mulheres. Essa decisão configurou-se como um estratégico acerto político, o qual viabiliza, na atualidade, a expressiva e protagonista participação feminina nas instâncias do movimento.

MULHERES E LUTA PELA TERRA

As violências que as mulheres enfrentam historicamente em diversos espaços e territórios dificultam sua participação e protagonismo em ambientes onde suas vozes, quase sempre, são caladas e oprimidas. Trata-se de um cenário de desafios e resistências que evidencia a intersecção da luta de gênero com a luta pela terra. Esse contexto é observado no relato de uma das entrevistadas:

Conheci o MST com dois anos de idade, quando minha mãe acampou na beira da estrada para lutar por um pedaço de terra onde pudesse viver

conosco; desde então, permanecemos nela. Conheço a história do nosso acampamento desde o primeiro dia na beira da estrada. É uma história de muita violência policial. Lembro-me de passar a noite inteira em profunda aflição, esperando o retorno da minha mãe e do meu irmão, que haviam sido levados algemados como criminosos para a delegacia. A polícia nos deixou assustados e com muito medo, dizendo que não podíamos ficar na margem da TO/080 porque aquilo era invasão de terras públicas e que prenderiam todos nós se insistíssemos (Interlocutora 01, 2025).

A organização das mulheres e sua participação na luta de classes foram cruciais para a percepção de que as questões de gênero precisavam compor a agenda política da luta social, desafiando as restrições historicamente impostas pela ordem patriarcal.

[...] o Setor de Gênero do MST destaca a importância da participação da mulher na luta por mudanças estruturais, que passa pela construção da consciência de classe articulada à consciência de gênero. Afirma que, quando as mulheres sem-terra chamam atenção para a necessidade de promover a igualdade de gênero, não estão querendo que o Movimento se afaste da luta de classe, pois uma luta não é contraditória à outra. De forma complementar, isso contribui para que as mulheres também participem da luta pela transformação social (Almeida, 2017 apud Schwendler, 2016, p. 138-139).

As mulheres enfrentam preconceito na luta. Para os homens, trabalhar no serviço pesado gera violência verbal, dizendo que não somos capazes de cuidar da terra. Eu já sofri vários tipos de violência psicológica e machismo, principalmente por parte dos homens, que pensam que o cuidado coletivo na zeladoria não é para mulheres porque elas não são capazes (Interlocutora 02, 2025).

Nos acampamentos e assentamentos, as mulheres Sem Terra começaram a se organizar e a debater sua participação política, pois percebiam que os homens tinham mais oportunidades de acesso aos espaços formativos e de decisão, o que limitava o desenvolvimento de lideranças femininas.

Quando elas se organizaram internamente no MST por meio do Coletivo de Gênero, ainda predominava no movimento a compreensão de que as questões de gênero e a participação das mulheres seriam resolvidas automaticamente através da luta de classes e da implementação do socialismo. Assim, a luta pela transformação social, entendida como geral, deveria ter prioridade sobre as lutas específicas.

A organização política e a inserção da mulher na luta social configuram um espaço educativo para a formação da consciência política e de gênero da mulher camponesa. Destacam-se dois processos: a participação na luta pela terra e a organização no movimento autônomo de mulheres. As mulheres Sem Terra participam ativamente da luta pela terra desde a primeira ocupação (1978), organizada pela Comissão Pastoral da Terra (CPT). A ocupação é uma forma de resistência dos trabalhadores diante da expropriação, do desemprego e das desigualdades resultantes do desenvolvimento contraditório do capitalismo (Schwendler, 2009).

A identidade Sem Terra é produzida na luta coletiva que, embora enraizada nas tradições camponesas, vincula os trabalhadores a uma luta de classes (Almeida, 2017). No que tange às ações e estratégias desenvolvidas pelo setor de gênero, o MST atua em frentes integradas (Schwendler, 2015, p. 99-100).

De forma estratégica, com a intenção de promover transformações na cultura patriarcal, o Coletivo de Gênero do MST criou espaços formativos (teórico-práticos) direcionados a mulheres e homens. Conforme relatos da militância: “A gente compreendia que não adiantava uma dúzia de mulheres ter clareza e ser a vanguarda se o resto da base não tivesse compreensão. Fazíamos formação massiva”. Também havia o entendimento de que “não basta conscientizar as mulheres, é preciso que os homens também tomem consciência da opressão de gênero que exercem culturalmente”. Desse modo, a temática de gênero foi assumida como política de ação do MST, sendo trabalhada em todos os seus cursos de formação (nos acampamentos, assentamentos e instâncias de coordenação).

Na perspectiva do movimento, foram estruturadas estratégias específicas para a formação das mulheres. Como aponta Schwendler (2015), essa formação tem a intencionalidade clara de possibilitar mudanças na cultura patriarcal.

Tenho encontrado vários problemas no acampamento por ser mulher. Os companheiros pensam que, por sermos mulheres, não somos capazes de lutar e conquistar para todos, nem de assumir uma coordenação. Até mesmo meu companheiro, em vez de me ajudar, apenas me critica, dizendo que não sou capaz de fazer nada, nem de falar ou conseguir algo. Mas depois que conheci e entrei no acampamento, me tornei uma mulher mais forte e vi que sou capaz de muito mais do que imaginava. Apesar das críticas, vou conseguir; assim como cheguei até aqui no acampamento Beatriz Bandeira, vou alcançar meus objetivos (Interlocutora 03, 2025).

O MST cria um ambiente que possibilita reflexões sobre as práticas de machismo em acampamentos e assentamentos da reforma agrária. Na fala da companheira do acampamento Beatriz Bandeira, observa-se que as dificuldades ocorrem no interior do próprio território. O registro visual abaixo ilustra a articulação coletiva e a ocupação desses espaços de trabalho e decisão pelas mulheres na região de Caseara (TO):

Figura 04: Mulheres Organizadas na Luta pela Reforma Agrária: Acampamento Beatriz Bandeira, Caseara- To:



Fonte: Arquivos da pesquisa, 2024

CONSIDERAÇÕES

Compreender o papel político das mulheres na luta por territórios em Caseara (TO), no acampamento Beatriz Bandeira do MST entre 2023 e 2024, possibilitou conhecer suas condições de vida, suas reivindicações e os enfrentamentos diários contra o machismo e a violência a que são submetidas. São mulheres camponesas que, frequentemente, chefiam suas famílias sozinhas, constroem suas territorialidades a partir da luta pela terra, produzem alimentos, cultivam a solidariedade, organizam pautas de reivindicação e promovem a formação política. bell hooks (2017), em *Ensinando a Transgredir: a educação como prática da liberdade*, oferece elementos para pensar uma educação transgressora que emerge da própria luta. Nesse sentido, a autora ressalta que a prática do diálogo nos aproxima

de debates fundamentais sobre as fronteiras e barreiras atravessadas pela classe social, pelo gênero e pela raça.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rejane. Cleide. Medeiros; SOUZA, Murilo. M. Oliveira. A nova cartografia social como instrumento de resistência: reflexões sobre a história de vida dos camponeses e camponesas na Luta pela Terra – MST/Goiás. *In: Campo-Território*, 2017.

ALMEIDA, Rejane Cleide Medeiros de Almeida. **Práxis política do movimento dos trabalhadores rurais Sem Terra (MST)- TO: trajetória de organização e formação política.** Faculdade de Ciências Sociais. Tese de doutorado em Sociologia, 2017.

ALMEIDA, Rejane Cleide Medeiros de. Educação e formação política no movimento dos trabalhadores rurais sem terra do Tocantins: experiências de práticas educativas em espaços não escolares, **revista humanidades e inovação** v.6, n.18 – 2019. Disponível: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/1476> Acesso em 05 de fevereiro de 2025.

bell hooks. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade.** Trad. Marcelo Brandão Cipolla. 2ª ed. São Paulo: Editora WMFMartins Fontes, 2017.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do movimento Sem Terra.** São Paulo: Expressão Popular, 2004.

SCHWENDLER, Sonia F. A participação da mulher na luta pela terra: dilemas e conquistas. In: FERNANDES, B. M.; MEDEIROS, L. S. de; PAULILO, M. I. (Orgs.). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas.** São Paulo: UNESP; Brasília: NEAD, 2009. v. 2. p. 203-221.

SCHWENDLER, S. F. O processo pedagógico da luta de gênero na luta pela terra: o desafio. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 55, p. 87-109, jan./mar. 2015. Editora UFPR, 2015.

STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo M. **Brava gente**: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

CAPÍTULO 12

JUVENTUDES E LUTA PELA TERRA NO ACAMPAMENTO PADRE JOSIMO, CARRASCO BONITO (TO): DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Jorge Luis Ruberto Lima³¹

Rejane Cleide Medeiros de Almeida³²

RESUMO:

Este estudo analisa a dinâmica da luta pela terra e a organização das juventudes Sem Terra no acampamento Padre Josimo, com foco em suas experiências de auto-organização, na disputa territorial e nas dinâmicas socioculturais. A metodologia fundamentou-se na pesquisa participativa e na realização de entrevistas semiestruturadas com seis jovens (com idades entre 15 e 22 anos) do coletivo local, resguardados pelo uso de pseudônimos. Os resultados revelam que a inserção juvenil na luta ocorre de forma multifacetada e se inicia desde a infância, acompanhando o ingresso de seus núcleos familiares no acampamento. Evidencia-se, assim, o esforço intencional e pedagógico do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na promoção da organicidade e na inclusão de todos os sujeitos políticos que habitam os territórios em disputa.

Palavras-Chave: Juventude; MST, Luta pela Terra.

ABSTRACT:

This study analyzes the dynamics of the struggle for land and the organization of Landless youth at the Padre Josimo camp, focusing on their experiences of self-organization, territorial dispute, and sociocultural dynamics. The methodology was based on participatory research and semi-structured interviews with six young people (aged between 15 and 22) from the local collective, protected by the use of pseudonyms. The results reveal that youth insertion into the struggle occurs in a multifaceted way and begins in childhood, following the entry of their family units into the camp. Thus, it highlights the intentional and pedagogical effort of the Landless Workers Movement (MST) in promoting organicity and the inclusion of all political subjects who inhabit the territories in dispute.

Keywords: Youth; MST; Land Struggle.

³¹ Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). E-mail: limaruberto@gmail.com.

³² Pós-doutora em Educação, Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Professora do curso de educação do campo: artes, (UFNT). Docente do Programa de Pós-graduação em Estudos de Cultura e Território e do Programa de Educação da UFNT. E-mail: rejane.almeida@ufnt.edu.br

INTRODUÇÃO

A investigação foi realizada no acampamento Padre Josimo, situado no município de Carrasco Bonito, na histórica região do Bico do Papagaio, norte do estado do Tocantins (divisa com o Pará e o Maranhão). Trata-se de um território marcado por conflitos e lutas históricas em defesa da reforma agrária, com expressiva participação juvenil nas décadas de 1970 e 1980 e, na atualidade, com a articulação da juventude camponesa em prol dos territórios e da sucessão rural. Diante disso, faz-se fundamental analisar as formas e perspectivas de organização dessa população nesses espaços. A partir do aporte da pesquisa participante, o estudo busca compreender as dinâmicas socioculturais e os desafios enfrentados localmente para garantir a permanência e a salvaguarda da comunidade.

A escolha do acampamento Padre Josimo decorre da densa presença e do engajamento dos jovens durante todo o processo de mobilização. Pretende-se analisar como se configura essa participação na luta pela terra a partir da experiência concreta do acampamento. Para tanto, foram entrevistados seis jovens que integram o coletivo local denominado Sementes, todos com idades compreendidas entre 15 e 22 anos.

Quanto à estrutura dos objetivos, o geral visa compreender a dinâmica da luta pela terra e a organização da juventude Sem Terra no acampamento Padre Josimo, bem como suas relações na defesa territorial. Os objetivos específicos delimitam-se em: 1) identificar as experiências de organização das juventudes em seus territórios; 2) compreender a relação desses sujeitos com a disputa pela terra no acampamento pesquisado; e 3) analisar as dinâmicas socioculturais desencadeadas no território a partir do olhar juvenil.

Metodologicamente, a pesquisa de campo pautou-se na abordagem participativa. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas, nas quais os interlocutores relataram a trajetória da luta camponesa a partir de suas próprias vivências. O diálogo com a juventude local também ocorreu por

meio de rodas de conversa, com o intuito de apreender suas percepções sobre a defesa do território e suas perspectivas de permanência na terra. Trata-se, portanto, de um fazer científico partilhado, em consonância com as formulações de Brandão e Borges (2007, p. 57):

A pesquisa proporciona a criação do saber, e o saber possibilita a interação entre saberes. A interação dialógica entre campos, planos e sistemas do conhecimento serve ao adensamento e ao alargamento da compreensão das pessoas humanas a respeito do que importa: nós mesmos; os círculos de vida social e de cultura que nos enlaçam de maneira inevitável; a vida que compartilhamos uns com os outros; o mundo e os infinitos círculos de realização do cosmos dos quais nós, seres humanos, somos parte e partilha.

O arcabouço teórico que fundamenta as reflexões e análises deste estudo ancora-se em autores que discutem as categorias de juventude sem-terra e camponesa em sua interface com o território. No que tange ao conceito de jovem, adota-se a definição de Elisa Guaraná (2012, p. 437):

O conceito de jovem é um termo usado pelo senso comum, pelo campo acadêmico e mesmo em espaços políticos desde o século XIX. Inicialmente, em uma concepção geracional que opunha jovens e velhos, ou jovens e adultos.

Essa transição geracional no campo ganha contornos nítidos ao se analisar os dados demográficos recentes. Segundo o Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cerca de 6,5 milhões de jovens entre 18 e 32 anos vivem em áreas rurais. Quando comparado ao censo anterior, que apontava um contingente de aproximadamente 8 milhões de jovens no campo (IBGE, 2010), constata-se uma retração demográfica expressiva. Estudos contemporâneos indicam que a tendência de êxodo dos jovens camponeses rumo aos centros urbanos tem se acentuado, conforme mapeado por Guaraná (2012, p. 440). No entanto, a percepção de um suposto desinteresse dessa população pelo meio rural é

frontalmente confrontada pelas manifestações e pela resistência das organizações de juventude rural, cujas pautas e identidades estão cada vez mais consolidadas no cenário nacional.

CAMPO DE PESQUISA: ACAMPAMENTO PADRE JOSIMO

O acampamento Padre Josimo está situado na margem esquerda do rio Tocantins, no interior do Projeto de Assentamento (P.A.) Cupim, a aproximadamente 15 quilômetros da sede municipal de Carrasco Bonito. A localidade integra a região extremo-norte do estado do Tocantins, historicamente conhecida como Bico do Papagaio, na divisa com os estados do Maranhão e do Pará.

O processo de organização da luta pela terra na referida área iniciou-se em 2015, por iniciativa da associação de trabalhadores do município de Carrasco Bonito, que estabeleceu o primeiro acampamento na periferia da cidade. Posteriormente, o Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST) foi convidado a assumir a condução político-organizativa da mobilização, período que coincidiu com a realização de um expressivo encontro estadual do movimento sediado em Carrasco Bonito.

No dia 1º de maio de 2016, as famílias mobilizaram-se na ocupação simbólica da fazenda Santo Hilário, marco que consolidou a criação do acampamento Padre Josimo como um território estruturado sob as normas e os princípios do MST. Após a ocupação da fazenda e a subsequente mobilização na Unidade Avançada do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em Araguatins, as famílias deslocaram-se, no dia 10 de maio de 2016, para as margens da rodovia TO/407, tensionando o poder público pela vistoria da fazenda Reunidas.

Em março de 2017, o coletivo deliberou pela ocupação de uma área de 90 alqueires, reconhecida regionalmente como terra grilada por latifundiários e posteriormente confirmada como integrante do perímetro

do assentamento Cupim após vitória técnica do INCRA. Nesse percurso, as famílias enfrentaram sucessivas tentativas de intimidação e ameaças de despejo, incluindo a concessão de duas liminares judiciais de reintegração de posse. Contudo, superaram tais adversidades mediante o fortalecimento da organização interna, amparada em grupos de famílias e coletivos, e sobretudo pela consolidação da produção agrícola, que evoluiu do cultivo de subsistência para a comercialização de excedentes.

Atualmente, o acampamento Padre Josimo congrega 25 famílias em resistência. Os núcleos familiares mantêm-se articulados em dois coletivos orgânicos: o coletivo de mulheres e o coletivo de juventudes. O território dispõe de infraestrutura comunitária, composta por duas casas coletivas de produção de farinha de mandioca, apiários geridos pela juventude e hortas sob a responsabilidade do coletivo feminino, além de uma produção agrícola diversificada cultivada autonomamente por cada núcleo familiar.

Figura 01: Acampamento Padre Josimo



Fonte da pesquisa, 2025

Figura 02: Apiários no Acampamento Padre Josimo desenvolvido pelos jovens



Fonte da pesquisa, 2025

Figura 03: Horta no acampamento Padre Josimo



Fonte da pesquisa, 2025

DESAFIOS DA ORGANIZAÇÃO DA JUVENTUDE NO MST

Desde a sua gênese, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) consolida-se a partir do horizonte utópico e da força política das juventudes em todo o território nacional. Esse segmento conduziu a nacionalização da organização, impulsionado sobretudo por jovens oriundos das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e da Teologia da Libertação da Igreja Católica. Na década de 1990, o debate acerca do papel juvenil ganhou centralidade em torno da defesa da educação pública e do campo. Ao longo de toda a trajetória do movimento, as juventudes mantiveram-se ativas nas ocupações de terra, nas marchas, na construção de escolas assentadas e em frentes institucionais, aportando combatividade e dinamismo ao fortalecimento da luta política.

A Juventude Sem Terra constitui-se como um sujeito político intrínseco ao MST desde o seu surgimento, na década de 1980, período marcado pela retomada das lutas camponesas e pela abertura democrática no Brasil. Foi essa militância jovem, forjada no bojo da Teologia da Libertação, que fundou e coordenou a estruturação e a expansão nacional do movimento, balizada pelos objetivos históricos de lutar pela terra, pela reforma agrária e pelo socialismo (Síntese Juventude Sem Terra no MST, 2019, mimeo).

Nos anos 2000, sob a égide do lema do III Congresso Nacional — “Reforma Agrária: uma luta de todos”, o MST impulsionou uma série de ações articuladas com as juventudes urbanas e com o movimento estudantil. Essas iniciativas fundamentavam-se em uma análise crítica que buscava contrapor o esvaziamento das organizações de esquerda no trabalho de base com os jovens. Contudo, foi somente em 2005 que o debate sobre a auto-organização juvenil se internalizou organicamente na estrutura do movimento, culminando na criação do Coletivo Nacional da Juventude Sem Terra, reconhecido desde então como uma instância organizativa formal.

O ingresso formal desse segmento na vida orgânica do movimento consolidou-se por meio da mobilização da Marcha Nacional pela Reforma Agrária de 2005, cuja base majoritária era composta por jovens. Naquele

cenário, realizou-se a I Assembleia Nacional da Juventude Sem Terra, espaço em que os militantes se posicionaram como sujeitos políticos de sua própria organização. Posteriormente, o coletivo realizou mais duas assembleias de caráter nacional durante os Congressos do MST, nos anos de 2007 e 2014 (Idem, 2019).

A consolidação dos coletivos de juventude ocorre de forma capilarizada, partindo das instâncias locais, regionais e estaduais nas áreas de acampamento, assentamento e escolas do campo. Esses espaços de auto-organização são fundamentais para o fortalecimento da identidade sem-terra e para a inserção ativa dos jovens na construção da Reforma Agrária Popular. Gradativamente, constatou-se que a organização das juventudes extrapola a demanda estritamente produtiva, perpassando dimensões de gênero, sexualidade, diversidade cultural, inserção socioeconômica e participação política múltiplas expressões que tensionam a questão social no campo.

No âmbito dos movimentos populares, consolidou-se a compreensão de que a condição juvenil é forjada em contextos históricos e concretos, atravessada por recortes sociais, econômicos, étnico-raciais, de gênero e sexuais. Trata-se de uma dimensão histórico-geracional que se revela a partir da sociabilidade e das experimentações coletivas, atribuindo significados políticos a esse momento da vida (Síntese Juventude Sem Terra no MST, 2019, mimeo).

Sob essa perspectiva teórica e histórica, a produção de saberes e práticas políticas das juventudes camponesas emerge das contradições de suas realidades vividas. A seção a seguir dedica-se a analisar como essas dinâmicas de organização, resistência e defesa territorial se materializam empiricamente na experiência concreta dos jovens no acampamento Padre Josimo.

JUVENTUDE NO ACAMPAMENTO PADRE JOSIMO

A juventude está presente no acampamento Padre Josimo desde a sua criação, atuando ativamente na mobilização para a territorialização da área e na organização de sua vida orgânica cotidiana. Essa participação materializa-se no envolvimento direto nas coordenações de núcleos de base, nos setores organizativos e na estruturação do próprio coletivo juvenil. Inicialmente, o grupo contribuía sobretudo nas tarefas domésticas e de sustentação material do espaço, como a limpeza da cozinha coletiva, o abastecimento de água e o recolhimento de lenha. Sobre o perfil geracional e a evolução histórica do acesso aos direitos no movimento, o documento institucional destaca:

Somos jovens de várias idades e diferentes formações, desde adolescentes que reivindicam seu lugar depois de uma infância Sem Terrinha, na luta por uma escola do campo, até aqueles que ingressam na universidade para se tornarem mestres, especialistas, doutores e doutoras.

[...] O MST iniciou na década de 1980 com camponesas e camponeses sem acesso à alfabetização, e hoje essa geração está dando aula no ensino superior. A conquista não limita nosso anseio por mais escolas onde ainda não há, nem por garantir que todos possam chegar à faculdade (Juventude Sem Terra aos 40 anos do MST, 2024, mimeo).

O coletivo sempre esteve vinculado às vivências artísticas e culturais do território, realizando gincanas e místicas durante as noites no acampamento, além de entoar canções e hinos do movimento assimilados em encontros e ocupações anteriores. Nos primeiros anos do acampamento Padre Josimo, registrava-se uma expressiva participação de jovens, muitos dos quais possuíam seus próprios cadastros ou já chefiavam núcleos familiares.

Com o tempo, contudo, os severos desafios enfrentados como ordens de despejo e ameaças decorrentes de conflitos diretos com latifundiários provocaram desistências significativas. Para além da violência agrária, a evasão juvenil também foi impulsionada pela ausência de infraestrutura básica que atendesse às suas necessidades concretas, como acesso à educação regular, energia elétrica, internet e oportunidades de geração de renda.

Preocupado com esse esvaziamento, o coletivo passou a buscar alternativas para garantir a permanência dos jovens na terra. Essas ações articulam a inserção em espaços de formação política com o desenvolvimento de projetos produtivos voltados à sustentabilidade econômica, a exemplo das atividades de apicultura, da produção de hortaliças em parceria com o coletivo de mulheres e da aquisição de pequenas estruturas para a comercialização de produtos no município.

Atualmente, o coletivo de juventude, batizado de "Sementes", conta com a participação de oito jovens, com idades entre 15 e 22 anos. Eles respondem pela coordenação local, atuam na produção de alimentos (seja de forma individual ou nos núcleos familiares) e assumem tarefas de comunicação e representação política em espaços do próprio movimento e em frentes unitárias do campo.

Garantir a permanência das novas gerações no meio rural constitui um dos maiores desafios contemporâneos da reforma agrária. O avanço do agronegócio opera não apenas na dimensão material, por meio da expropriação da terra e da negação de direitos fundamentais como saúde e lazer, mas também no campo ideológico. Propaga-se uma narrativa que rotula o território camponês como um espaço de atraso técnico e social, visando capturar a força de trabalho juvenil e legitimar a reconcentração fundiária pelo latifúndio. Diante do desenvolvimento contraditório do capitalismo no campo, as juventudes tornam-se o principal objeto de disputa, de modo que o modelo do agronegócio "transforma a natureza da luta pela terra e pela reforma agrária, expulsando os camponeses [...] e impondo contradições e desafios para a juventude que vive em acampamentos e assentamentos" (Juventude Sem Terra no MST, 2019, p. 2).

Juventude do acampamento Padre Josimo

Para uma jovem Sem Terra, destaque sobre como conheceu o MST:

A aproximação inicial com a dinâmica organizativa do movimento decorre, frequentemente, das relações de parentesco e da busca familiar por alternativas de reprodução social. Uma das jovens integrantes relata como se deu esse ingresso:

Eu conheci o MST através da minha mãe, mais do meu pai. Ela ouviu umas pessoas falando que tinha gente querendo plantar alimentos saudáveis, e a gente já mexia com horta. Aí minha mãe me levou junto, e estou dentro até hoje. Foi assim que conheci o MST (Entrevistada, 17 anos).

A conciliação entre as tarefas da militância, o trabalho produtivo e as exigências da formação escolar e acadêmica impõe novos formatos de articulação para o grupo, conforme evidenciam os relatos a seguir:

A gente se reúne nos finais de semana... na verdade, não nos reunimos mais com tanta frequência porque alguns estão na universidade, outros na escola que agora é integral e fica meio difícil. Quando mexemos com abelhas, que somos apicultores, ou com a horta, e tem algum evento fora, a gente se reúne pelo WhatsApp ou presencialmente, mas geralmente é pelo WhatsApp. Temos nosso grupo certinho, e escolhemos quem vai. Por exemplo, eu fui na última, mas na próxima eu não vou, aí outra pessoa vai para conhecer e fazer esse intercâmbio (Entrevistada, 17 anos).

O coletivo Sementes, no acampamento, é uma das atividades que fazemos. Temos nosso plantio de horta e a criação de abelhas para apicultura. Nosso dever no coletivo é divulgar essas coisas, entendeu? Divulgar a produção do acampamento, não só os projetos do coletivo, mas também as produções e criações do acampamento. Esse é um dos objetivos (Entrevistado, 18 anos).

O coletivo Sementes se configura como o espaço de auto-organização da juventude sem-terra no acampamento Padre Josimo, contando com a participação ativa de seus integrantes. Como demonstram as narrativas, a

articulação do grupo estrutura-se em torno da dimensão produtiva. Esses jovens vêm se desafiando na apicultura e no manejo do mel como alternativa concreta para o fortalecimento e a geração de renda em seus núcleos familiares. Esse processo garante não apenas a diversificação da produção local, mas também uma participação mais incisiva das juventudes no planejamento econômico e nas tomadas de decisão, tanto no âmbito doméstico quanto no coletivo.

No tocante ao cultivo de hortaliças, o foco reside em robustecer o coletivo de juventude e, simultaneamente, apoiar o coletivo de mulheres. Essa articulação estreita o diálogo intergeracional, uma vez que as mulheres historicamente desempenharam um papel central no suporte e na organização das instâncias juvenis no interior do acampamento. Tais relatos explicitam como as juventudes constroem seu sentimento de pertencimento ao território, expressando o compromisso político de visibilizar a produção das famílias acampadas e reconhecendo o valor estratégico das atividades de intercâmbio para partilhar experiências e fortalecer a luta comunitária.

Essa subjetividade militante e a consciência do papel coletivo manifestam-se nitidamente no seguinte depoimento:

E na luta pela terra, eu me vejo como uma pessoa que contribui, que tem vontade de contribuir e que vai continuar contribuindo, entendeu? Porque a luta não é só de um ou de outro, a luta é de todos. Todos lutam, entendeu? Por todos nós lutamos, lutaremos e vamos lutar por um só objetivo, que é conseguir nossas terras para plantar alimentos saudáveis e produzir (Entrevistada, 18 anos).

A partir deste último relato, percebe-se que a juventude do acampamento Padre Josimo desenvolve um elevado nível de compreensão política e pertencimento em relação à sua participação na luta em defesa da terra e de seus direitos. Ser jovem sem-terra, nesse contexto, revela uma clara noção de coletividade e solidariedade de classe, em que o destino individual vincula-se indissociavelmente às conquistas do território.

JUVENTUDES E DESAFIOS NA LUTA PELA TERRA

A questão agrária no Brasil é histórica, processual e de longa duração, permanecendo central, embora sob diferentes roupagens, no cotidiano do campo ao longo de mais de cinco séculos. Esse fenômeno está intrinsecamente ligado ao modelo de colonização de exploração imposto pelos europeus, de modo que as primeiras formas de luta e resistência pela terra no país manifestaram-se no enfrentamento dos povos indígenas contra os invasores, processo que resultou no genocídio e etnocídio das populações nativas (Aguiar, 2018, p. 35). Essa disputa territorial estende-se historicamente por meio de múltiplas práxis de resistência, abarcando desde a organização do povo negro escravizado na estrutura dos quilombos, em busca da libertação de seus corpos e territórios, até as insurgências camponesas que emergiram em consonância com as especificidades regionais e temporais do país.

O advento da Lei de Terras (Lei nº 601/1850), concomitante à posterior abolição formal da escravidão, reconfigurou estruturalmente esses conflitos: se outrora o trabalhador era cativo e a terra expropriável, a nova legislação transformou a terra em mercadoria acessível apenas via compra, empurrando a população negra liberta e os colonos empobrecidos à sujeição do regime de assalariamento precário sob o jugo dos coronéis. No percurso posterior desse campesinato, os processos organizativos englobaram movimentos messiânicos como a Guerra de Canudos e o Contestado, o fenômeno do cangaço, revoltas populares como a Balaiada, além de experiências de resistência armada e jurídica, a exemplo de Trombas e Formoso e das Ligas Camponesas na década de 1950 — estas últimas articuladas com parlamentares do PCB e do PSD, constituindo a primeira tentativa de formulação de uma proposta de reforma agrária institucional, ceifada pela violenta repressão do golpe civil-militar de 1964.

A culminância contemporânea dessas construções históricas corporifica-se no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), uma das organizações de luta pela terra mais longevas da América Latina. É basilar compreender que os movimentos socioterritoriais contemporâneos extrapolam a mera demanda imediata por um fragmento de solo ou o

combate às cercas físicas do latifúndio. As elaborações teóricas e práticas do MST incorporam a premissa de que a luta pela terra é um catalisador para a emancipação humana e para a garantia de uma vida digna no campo. Sob a égide da Reforma Agrária Popular, a disputa centraliza-se no acesso à terra associado à garantia de direitos fundamentais indissociáveis: trabalho, educação do campo, saúde, soberania alimentar, agroecologia e comercialização justa.

Diante desse cenário de exclusão e disputa histórica, faz-se imperativo analisar a categoria juventude não como um bloco homogêneo, mas a partir de recortes plurais e geracionais. Conforme aponta Aguiar (2018, p. 72), as juventudes inscrevem-se de formas distintas a depender de seus processos de socialização. Embora compartilhem o mesmo tempo histórico, jovens urbanos e rurais constroem sociabilidades e subjetividades diferenciadas devido às assimetrias espaciais e ao acesso desigual a bens e políticas públicas. Todavia, avançar analiticamente exige superar a mera dicotomia urbano-rural, reconhecendo a heterogeneidade interna do próprio campesinato.

Os jovens do acampamento Padre Josimo corporificam essa especificidade camponesa e sem-terra: vivenciam as tensões da disputa territorial desde a infância, marcados pela memória das ocupações originárias e pelo trauma social das ordens de despejo. Na transição para a adolescência e a juventude, o direito constitucional à educação lhes é sistematicamente obstaculizado, seja por barreiras físicas e territoriais impostas pelo latifúndio, como o cercamento de vias que impede o trânsito do transporte escolar, seja pela negligência deliberada do Estado.

Ademais, a juventude Sem Terra desse território enfrenta restrições severas ao lazer e à cultura, agravadas por um processo contínuo de estigmatização e criminalização de sua identidade política. Ao buscar inserção nas escassas políticas públicas remanescentes, esbarram no não reconhecimento estatal de sua condição de juventude camponesa, evidenciando que a categoria juvenil é tensionada pelas relações de poder e pelo espaço em que se ancora (Aguiar, 2018, p. 74).

Essas dinâmicas históricas e espaciais reverberam, por conseguinte, nas relações intergeracionais no interior dos movimentos sociais. O período

da juventude é comumente marcado pelo questionamento de valores, hábitos e métodos organizativos legados pelas gerações precedentes. No âmbito familiar e comunitário rural, tais contestações são frequentemente interpretadas pelos adultos como desrespeito ou insubordinação, gerando retaliações.

Nos movimentos populares, esses conflitos geracionais manifestam-se sob dupla vertente: por um lado, quando os jovens não encontram canais de representatividade em estruturas organizativas burocráticas ou arcaicas (como o modelo sindical tradicional), acabam rotulados como apáticos, individualistas ou ingratos em relação à memória das lutas passadas; por outro, quando decidem se engajar organicamente, ocupando espaços de poder e tensionando os métodos tradicionais de condução política, são percebidos como uma ameaça pelas lideranças mais velhas. A ausência de canais dialógicos institucionais e pedagógicos entre as gerações oblitera o potencial revolucionário da sucessão rural, transformando o que deveria ser síntese e continuidade em tensionamento e fratura interna.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A participação das juventudes na luta pela terra assume múltiplas formas. No caso do coletivo Sementes, os jovens se inserem nessa dinâmica desde a infância, acompanhando suas famílias no momento da ocupação do acampamento, o que resulta no envolvimento conjunto de todos os membros do núcleo familiar. No interior do movimento sem-terra, observa-se um esforço contínuo voltado à inserção e à organicidade de todos os sujeitos que habitam os territórios sob a coordenação do MST.

Ser jovem pressupõe vivenciar um período de descobertas e tensionamentos. Sob essa ótica, constituir-se como jovem sem-terra representa um desafio complexo, visto que, além das pressões estruturais deflagradas pelo capitalismo, a juventude do acampamento Padre Josimo enfrenta a invisibilidade promovida pelo Estado no tocante às políticas públicas. Embora o debate sobre a organização juvenil seja relativamente

recente na cronologia do movimento e ainda guarde fragilidades regionais, o fortalecimento dos coletivos de juventude figura como uma estratégia central na pauta do MST para a consolidação da Reforma Agrária Popular.

À luz dos resultados desta investigação, constata-se que as juventudes do acampamento Padre Josimo, articuladas no coletivo Sementes, robustecem a disputa territorial por meio de processos de auto-organização, afirmando-se como sujeitos conscientes na construção da identidade sem-terra. Essa participação ocorre de maneira integral, perpassando desde o planejamento da produção agrícola e artesanal até as ações diretas de mobilização, formação política, representação coletiva e ocupação do espaço acadêmico. Evidencia-se, por fim, que a organização juvenil nos territórios demanda a articulação efetiva entre formação política, trabalho, geração de renda, lazer e o exercício permanente da paciência histórica.

REFERÊNCIAS

A pesquisa participante: um momento da educação popular. *Revista de Educação Popular*, Uberlândia, v. 6, n. 1, 2008. DOI: 10.14393/REP-2007-19988. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/19988>. Acesso em: 4 mar. 2025.

CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de. Juventude rural em perspectiva/ organizadoras - Rio de Janeiro, Mauad X, 2007.

HERBERTE, de Souza Lima Aguiar Marcones. A juventude e a luta pela terra no Piauí: memórias do processo de construção do assentamento Marrecas - PI (1985 - 1994). *Vitória da Conquista*, 2018. 156 f. <https://www.canalrural.com.br/diversos/saiba-quais-sao-desafios-jovem-campo-72114/> Acesso em 10 de Fev., 2025.

CAPÍTULO 13

A RESISTÊNCIA DAS MÃOS QUE QUEBRAM: a organização política das mulheres na AMTR - MA

Galhardo Lima da Silva³³

Zaira Sabry Azar³⁴

RESUMO

O presente estudo analisa a organização política das mulheres quebradeiras de coco babaçu a partir da experiência da Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Lago do Junco e Lago dos Rodrigues (AMTR), localizada na região do Médio Mearim, no estado do Maranhão. Metodologicamente, a investigação ancora-se em uma revisão bibliográfica que contextualiza a luta pela terra na região, conferindo centralidade ao engajamento e à resistência histórica das mulheres camponesas. Constatou-se que essa mobilização socioterritorial extrapola a demanda por direitos específicos de gênero; ela atua como um elemento catalisador para o fortalecimento da identidade coletiva dessas trabalhadoras, embora o processo seja permeado por contradições e desafios estruturais inerentes à disputa pelo território e pela autonomia produtiva.

Palavras-chave: Luta pela terra, quebradeiras de coco babaçu, AMTR

ABSTRACT

This study analyzes the political organization of women babassu coconut breakers based on the experience of the Association of Rural Women Workers of Lago do Junco and Lago dos Rodrigues (AMTR), located in the Médio Mearim region, in the state of Maranhão. Methodologically, the investigation is anchored in a literature review that contextualizes the struggle for land in the region, giving central importance to the engagement and historical resistance of peasant women. The study found that this socio-territorial mobilization goes beyond the demand for gender-specific rights; it acts as a catalyst for strengthening the collective identity of these workers, although the process is permeated by contradictions and structural challenges inherent to the dispute over territory and productive autonomy.

Keyword: struggle for land, babaçu coconut breakers, AMTR

³³ Graduado em Serviço Social pela Turma Especial Serviço Social da Terra, mestrando em Serviço Social pelo Programa de Pós Graduação em Serviço Social (PPGSSOCIAL/UFT). Email. galhardo00silva@gmail.com.

³⁴ Doutora em Políticas Públicas pelo Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas (PPGPP/UFMA). Docente do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão. Email. zaira.sabry@ufma.br.

INTRODUÇÃO

O coco babaçu constitui-se como um recurso que transcende a dimensão de mero ativo natural das áreas de transição entre o Cerrado e a Floresta Amazônica brasileira; ele representa a base do sustento econômico, um elemento estruturante da identidade cultural e um símbolo de resistência para as comunidades agroextrativistas, em especial para as mulheres quebradeiras de coco. Por meio de suas práticas tradicionais e da organização coletiva, essas trabalhadoras convertem o manejo do babaçu em uma luta multifacetada que engloba direitos territoriais, preservação ambiental e o fortalecimento de redes de solidariedade, ratificando seu protagonismo nos movimentos sociais de base.

Sob a perspectiva econômica, o babaçu caracteriza-se pelo aproveitamento integral de seus componentes, gerando múltiplas fontes de renda e subsistência. Nesse cenário, o cooperativismo e o associativismo consolidam-se como estratégias fundamentais para o fortalecimento da cadeia produtiva, atuando na agregação de valor ao produto, na viabilização da comercialização e na garantia de condições dignas de trabalho. Como expressão dessas iniciativas na região do Médio Mearim, a Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco (COPPALJ) e a AMTR processam derivados como óleo, sabão e sabonetes — comercializados por meio da marca Linha Babaçu Livre —, abastecendo mercados locais, nacionais e internacionais.

Para além do viés estritamente mercantil, o extrativismo do babaçu está intrinsecamente amarrado à identidade cultural e a uma dimensão simbólica permeada por saberes tradicionais transmitidos intergeracionalmente. O modo de vida das quebradeiras de coco reflete um modelo de resistência histórica contra a exclusão socioeconômica, estimulando um profundo sentimento de pertencimento diante das pressões exógenas do capital. Ademais, os planos de manejo comunitário dos babaçuais promovem a conservação da biodiversidade e o equilíbrio ecológico, mitigando impactos ambientais negativos e demonstrando a

viabilidade da justiça climática no campo.

O objetivo geral deste artigo concentra-se em refletir sobre a organização das mulheres quebradeiras de coco babaçu a partir da experiência da AMTR. Metodologicamente, a investigação ancora-se em revisão bibliográfica e pesquisa de campo. Além desta seção introdutória, o manuscrito estrutura-se em duas seções analíticas seguidas pelas considerações finais. A primeira seção contextualiza a luta pela terra na região do Médio Mearim (MA); a segunda analisa especificamente o papel da AMTR na articulação política das mulheres na região.

À guisa de considerações, evidencia-se que o coco babaçu atua como um catalisador de transformações sociais e um elemento unificador na disputa por justiça social, direitos territoriais e salvaguarda ambiental. Em suma, o babaçu emerge como um bastião de resistência, cujas mãos que o quebram são as mesmas que tecem a sustentabilidade e a igualdade no campo, reafirmando a premência de se valorizarem as práticas culturais e organizativas que sustentam as identidades tradicionais.

A luta pela terra na região Médio Mearim – Maranhão

O coco babaçu constitui-se como um recurso que transcende a dimensão de mero ativo natural das áreas de transição entre o Cerrado e a Floresta Amazônica brasileira; ele representa a base do sustento econômico, um elemento estruturante da identidade cultural e um símbolo de resistência para as comunidades agroextrativistas, em especial para as mulheres quebradeiras de coco. Por meio de suas práticas tradicionais e da organização coletiva, essas trabalhadoras convertem o manejo do babaçu em uma luta multifacetada que engloba direitos territoriais, preservação ambiental e o fortalecimento de redes de solidariedade, ratificando seu protagonismo nos movimentos sociais de base.

Sob a perspectiva econômica, o babaçu caracteriza-se pelo aproveitamento integral de seus componentes, gerando múltiplas fontes de

renda e subsistência. Nesse cenário, o cooperativismo e o associativismo consolidam-se como estratégias fundamentais para o fortalecimento da cadeia produtiva, atuando na agregação de valor ao produto, na viabilização da comercialização e na garantia de condições dignas de trabalho. Como expressão dessas iniciativas na região do Médio Mearim, a Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco (COPPALJ) e a AMTR processam derivados como óleo, sabão e sabonetes comercializados por meio da marca Linha Babaçu Livre, abastecendo mercados locais, nacionais e internacionais.

Para além do viés estritamente mercantil, o extrativismo do babaçu está intrinsecamente amarrado à identidade cultural e a uma dimensão simbólica permeada por saberes tradicionais transmitidos intergeracionalmente. O modo de vida das quebradeiras de coco reflete um modelo de resistência histórica contra a exclusão socioeconômica, estimulando um profundo sentimento de pertencimento diante das pressões exógenas do capital. Ademais, os planos de manejo comunitário dos babaçuais promovem a conservação da biodiversidade e o equilíbrio ecológico, mitigando impactos ambientais negativos e demonstrando a viabilidade da justiça climática no campo.

O objetivo geral deste artigo concentra-se em refletir sobre a organização das mulheres quebradeiras de coco babaçu a partir da experiência da AMTR. Metodologicamente, a investigação ancora-se em revisão bibliográfica e pesquisa de campo. Além desta seção introdutória, o manuscrito estrutura-se em duas seções analíticas seguidas pelas considerações finais. A primeira seção contextualiza a luta pela terra na região do Médio Mearim (MA); a segunda analisa especificamente o papel da AMTR na articulação política das mulheres na região.

À guisa de considerações, evidencia-se que o coco babaçu atua como um catalisador de transformações sociais e um elemento unificador na disputa por justiça social, direitos territoriais e salvaguarda ambiental. Em suma, o babaçu emerge como um bastião de resistência, cujas mãos que o

quebram são as mesmas que tecem a sustentabilidade e a igualdade no campo, reafirmando a premência de se valorizarem as práticas culturais e organizativas que sustentam as identidades tradicionais.

... os comerciantes, em geral os próprios donos das terras, haviam instituído o sistema do chamado vale, pegando apenas nos fins de semana, de acordo com o que cada um quebrara. Em outros casos, tinham imposto a chamada quebra de meia, na qual as mulheres se viam obrigadas a entregar metade do que quebravam, além de perder as cascas dos cocos, com as quais produziam o carvão para cozinhar. Por fim, com o avanço da pecuarização e, portanto, das cercas, e diante da insistência das famílias em adentrar essas áreas, agora privatizadas, os proprietários passaram a coleta e a quebra do coco a terceiros, obrigando as famílias a quebrar nos chamados barracões, dentro das próprias fazendas (Andrade, 2009, p. 228, grifos do autor).

No município de Lago do Junco, para resistir à exploração do extrativismo por meio dos sistemas de "vale" ou "quebra de meia" e a qualquer tipo de cobrança pelo uso da terra que beneficiasse fazendeiros e grileiros, perpetuando um regime de semiescravidão, as famílias trabalhadoras organizavam-se de forma estratégica. Elas chegavam aos babaçuais nas primeiras horas da manhã e, em regime de mutirão, coletavam e quebravam o coco rapidamente para transportá-lo para suas casas antes da chegada dos fiscais e encarregados das propriedades. Nessas incursões, eram frequentes as situações em que vaqueiros e jagunços a serviço dos latifundiários vigiavam e puniam as comunidades, confiscando violentamente a produção coletada (Martins, 2000).

No contexto do território juncoense, a luta pela terra ultrapassa as dimensões estritamente econômicas e espaciais, configurando-se também como uma batalha por justiça social e preservação ambiental. Conforme analisam Fernandes e Novaes (2020, p. 88), "a resistência camponesa é um ato político que busca reverter os impactos negativos de um modelo de desenvolvimento concentrador e excludente". Sob essa ótica, o enfrentamento local exige a articulação orgânica entre movimentos sociais, instituições públicas e a sociedade civil organizada para assegurar o acesso democrático ao chão, a proteção dos ecossistemas e a salvaguarda das culturas tradicionais.

No povoado Centro do Aguiar, também situado em Lago do Junco, a violência decorrente desses conflitos agrários privou o campesinato de prerrogativas civis fundamentais. Os moradores locais foram desprovidos do direito ao trabalho digno, à moradia segura, à livre criação de seus animais, ao acesso à informação e à liberdade de locomoção, além de terem sido cerceados em suas instâncias de reunião e auto-organização comunitária (Barbosa, 2013, p. 177).

Nesse cenário de disputas, torna-se imprescindível discutir a ambiguidade do papel do Estado. Essa atuação estatal manifestou-se historicamente na promulgação do Estatuto da Terra que, conforme adverte Martins (1985), longe de promover uma ampla reforma na estrutura fundiária, tinha como real objetivo político conter o avanço de uma iminente revolução agrária no país.

o Estado estava fortemente motivado a interferir na questão agrária e a evitar que as populações rurais e os trabalhadores rurais, camponeses e não – camponeses, com a sua força política, com a repressão que estavam fazendo, acabaram levando a uma alteração no que se pode chamar, com toda a propriedade, de ‘pacto de classes’ que sustentava o Estado Brasileiro (Martins, 1985, p. 111).

Na concepção do autor, uma das artimanhas do golpe tinha como propósito manter um pacto que impedia a participação dos trabalhadores rurais no processo político, pois havia uma preocupação com a redefinição do direito de propriedade no país, que ainda se baseava na garantia de monopólio da classe fundiária.

De acordo com Lima (2023, p. 12), na zona rural do Médio Mearim, a Igreja começou a acompanhar os conflitos desde meados da década de 1970. No entanto, sua atuação seria mais pontual e voltada para a criação de estratégias que auxiliassem os posseiros na luta pela terra somente no final da referida década, estendendo-se pelas décadas de 1980 — quando os conflitos de terras foram mais intensos na região — e início de 1990. É importante destacar que, no Maranhão, a venda de terras para grandes grupos empresariais, facilitada pela Lei de Terras de 1969, impulsionou a grilagem, a expropriação de posseiros e os recorrentes conflitos agrários

no estado nas décadas seguintes (Lima, 2023, p. 12).

Uma das estratégias mais importantes de luta camponesa no estado foi a criação da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Maranhão (FETAEMA), em 1972, que contou com 12 Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs) já existentes. Junto aos STRs, a Federação tem se destacado como um sujeito político de grande importância na luta dos trabalhadores, organizando e mobilizando a classe em defesa de direitos fundamentais e na busca por melhores condições laborais. Por meio de ações coletivas, de negociações com autoridades e da promoção do diálogo entre os diversos segmentos sociais, as entidades fortalecem o exercício da cidadania através da luta, fomentando uma consciência coletiva para a organização e o combate por um futuro mais justo para toda a comunidade.

Em Lago do Junco, o processo de enfrentamento se deu a partir do momento em que os camponeses se reconheceram como posseiros. Essa consciência política emerge da luta social, fruto do processo de expropriação imposto pela expansão do capitalismo. Segundo argumenta Shiraishi (2013, p. 120), “o que está em jogo para esses grupos é o direito à vida, que se ‘cria’, ‘faz’ e ‘vive’ nos territórios ocupados”, ou seja, o reconhecimento de direitos fundamentais consoantes aos modos de criar, fazer e viver que garantam a proteção de sua cultura e de seu patrimônio cultural.

É com essa perspectiva que as mulheres quebradeiras de coco babaçu passam a lutar pelo direito ao acesso livre aos babaçuais, tema que será tratado a seguir.

AMTR: Organização das mulheres.

A Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Lago do Junco e Lago dos Rodrigues (AMTR) foi criada em um contexto de grande desigualdade social e concentração fundiária, características marcantes

da região do Maranhão. Fundada em 1989, a associação nasceu da necessidade de resistir às ameaças ao livre acesso aos babaçuais, provocadas pela expansão do agronegócio e pela privatização das terras tradicionais. As mulheres quebradeiras de coco, que historicamente dependem do babaçu para sua subsistência, uniram-se para enfrentar essas pressões e garantir seus direitos territoriais e de acesso aos recursos naturais. A luta confere identidade a essas mulheres, conforme destacado em entrevista presente em Linhares (2016, p. 219):

A quebradeira é aquela que se dirige a lutar pelo seu objetivo e pela sua identidade (...) o que identifica mesmo a quebradeira, com a sua origem é aquela que luta, é aquela que busca seus direitos, que não para e não se omite e que não teme de lutar e buscar pelo seu direito (Senhora Naná, 56 anos, quebradeira de Coco Babaçu, grifo meu).

A luta na região resultou na conquista da terra por muitas famílias e as quebradeiras de coco babaçu e posseiros do município de Lago do Junco começaram a discutir o modo como eles se sustentariam a partir daquele momento. Como lutariam por políticas públicas, educação, saúde, trabalho no sentido de melhoria para a região. As mulheres pretendiam continuar na extração do babaçu, mas não queriam depender dos denominados atravessadores, porque sobrava pouco para elas. Daí começaram a se organizar em uma associação de mulheres, porque consideravam que o grupo de mães, onde se congregavam não correspondia às novas perspectivas (Lima, 2023, p.254).

Os sujeitos foram se inserindo em associações e organizações não governamentais, tendo em vista que muitas comunidades vizinhas compartilhavam das mesmas vontades de criarem uma organização onde todos fossem livres, que não houvesse patrão nem empregado, onde os lucros fossem divididos entre eles e elas. Germina, assim, o anseio por coletivização organizada das demandas.

As mulheres destas comunidades enfrentavam uma realidade de extrema pobreza, falta de acesso à água, e dependência econômica dos homens. O surgimento da AMTR representou uma resposta a muitas expressões da questão social, oportunizando-lhes um espaço de

organização e resistência.

Maria das Dores Vieira Lima, ex-presidente da AMTR, em uma conversa com Silva (2020, p.35), relata sobre o cenário das comunidades nas décadas finais do século XX:

Na verdade nesse tempo as mulheres viviam só pra trabalhar, parir e nada mais, porque os conhecimentos eram muito pequeno, até a documentação das mulheres era dependente do marido, e aí foi que veio a ACESA trabalhando a Pastoral da Criança e o voluntário de saúde porque na região só existia meninos morrendo de verme, mulheres morrendo de parto, aquelas criação de porco tudo solto, ninguém usava filtro, ninguém usava foça, as casas algumas era de barro porque a maioria era de palha tanto as paredes como a cobertura, e assim vivia o povo aqui na região e surge a ACESA com a Pastoral da Criança e os voluntários de saúde e foi daí que foi trabalhado a questão do soro caseiro, campanha de fossa e, filtro e toda essa questão de higiene pessoal no intuito preventivo. Depois foi que nós fomos buscar participar de conselhos como por exemplo o de saúde em Pedreiras que era a nível regional, mas pra se buscar isso ninguém podia buscar sozinho, aí veio a história do clube de mãe se legalizar, mais aí era uma coisa muito pequena, daí que veio os intercâmbio dos grupos de mãe com a Pastoral da Criança e Voluntários de Saúde trabalhando nesse mesmo sentido. Assim começa uma articulação dos Clubes de Mães para um movimento maior que chamamos hoje de Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Lago do Junco e Lago dos Rodrigues - AMTR. O movimento de mulheres iniciou na defesa do livre acesso dos babaçuais e preservação do meio ambiente, no enfrentamento das forças do latifúndio e pela permanência na terra, na busca por uma vida saudável no campo, por uma educação pública, gratuita e de qualidade. Foi no coletivo que as mulheres puderam perceber que podiam fazer alguma coisa e ser cidadã, porque nem os documentos nós mulheres não tinha, éramos dependentes do marido ou do pai (Maria das Dores Vieira Lima, Comunidade São Manoel, Lago do Junco). (Silva, 2020, p.35).

Como fica evidenciado na fala, a organização teve início articulada com outras entidades importantes na realidade local, como a Pastoral da Criança e os Voluntários da Saúde. Além disso, foi pioneira na mobilização das trabalhadoras rurais para reivindicar o acesso à terra — uma questão central para a autonomia e a segurança alimentar das famílias. A Associação emergiu como um instrumento de luta por direitos, desafiando não apenas as estruturas de poder locais, mas também as normas patriarcais que relegam as mulheres a papéis subalternos.

Em 14 de maio de 1989, nasceu a AMTR com 200 quebradeiras de coco como sócias-fundadoras, envolvendo 14 comunidades rurais dos municípios

de Lago do Junco e Lago dos Rodrigues. O objetivo central era lutar pelo meio ambiente, pela garantia dos direitos das mulheres, pela geração de renda, pelo acesso a políticas públicas e pela valorização da identidade da quebradeira de coco. Desse modo, por meio do associativismo, as mulheres buscaram criar um instrumento de representação enquanto trabalhadoras rurais, levantando bandeiras como: direitos das mulheres, proteção da natureza, defesa dos babaquais, produção e comercialização.

A mobilização feminina aliou-se ao surgimento de outras organizações na região, a exemplo da Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (ASSEMA), fundada em 1989 para apoiar os agroextrativistas locais. A ASSEMA passou a prestar assistência técnica, jurídica, econômica e política, além de organizar cooperativas e associações no sentido de assegurar as terras conquistadas após os conflitos (Barbosa, 2013, p. 197-198).

Nesse cenário, surgiu também a Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Esperantinópolis (COOPAESP), em 26 de junho de 1992, com o propósito de dinamizar a economia familiar por meio da produção e comercialização de produtos oriundos do babaçu, especialmente a farinha.

No bojo da luta das quebradeiras de coco, foram surgindo, ainda, outras organizações e

Precisamente em abril de 1991, surge a Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco (COPPALJ) fruto da parceria entre a ASSEMA, Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) e o apoio de entidades como a Associação Comunitária de Educação em Saúde e Agricultura (ACESA) e em especial a Igreja Católica por meio da ACR e do Projeto Miserior financiado com recursos oriundos da Alemanha. Desse modo, a Cooperativa surge como mais uma alternativa de geração de renda através da extração de concentração do óleo de babaçu, além disso, destaca-se a implantação das cantinas nos povoados para coletar a produção das amêndoas das quebradeiras, marcando o fim da sujeição ao padrão nos comércios locais de troca da produção (Linhares, 2016, p. 135).

A COPPALJ tem desempenhado um papel fundamental na

organização comunitária e na promoção do desenvolvimento econômico sustentável na região, proporcionando suporte e oportunidades para as quebradeiras de coco babaçu e outros pequenos produtores agroextrativistas.

As mulheres envolvidas nessa atividade construíram historicamente uma identidade própria, baseada no empoderamento e no enfrentamento de situações adversas. No entanto, a construção da identidade de "quebradeira de coco" foi um processo lento e gradual. Inicialmente, muitas trabalhadoras espalhadas pelo estado tinham na quebra do fruto a sua principal atividade e eram vistas pela sociedade local apenas sob essa ótica profissional; entretanto, essa ainda não era uma identidade coletivamente pensada, assumida e reinventada por elas. Foi a partir da década de 1980 que essa identidade passou a ser politicamente definida e constituída, impulsionada pelas mobilizações em prol da garantia da posse da terra e pelo livre acesso e preservação das palmeiras de babaçu (Barbosa, 2013, p. 195).

Eu acho que a quebradeira é a mulher que quebra o coco mesmo, tem mulher que não quebra coco, então aquela dali eu não chamo de quebradeira não, ela não quebra coco, ela vive de outra coisa né? Faz outros tipos de coisa. Também a quebradeira é aquela que também luta pela causa da quebradeira, ela não tá quebrando, mas ela tá indo procurar formas de defender o meio ambiente, de proteger os babaçuais, então essa daí também pra mim é uma quebradeira né? Ela tá ajudando a gente a proteger, a defender, a lutar pelo preço do coco, por tudo enquanto (...) que nem a Maria, que nem a Naná, que nem a Dió, elas não estão mais quebrando coco, mas elas vivem atrás disso aí direito, de proteger, de ajudar, de tudo enquanto, todo lugar aí que elas vão, em Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro e é fazendo esse papel aí da quebradeira (...) e aí ela não tá quebrando porque ela tá fazendo essas outras coisas, mas também é em prol do babaçu (Irací Silva, 47 anos, quebradeira de coco, membro da COPPALJ) (Linhares, 2016, p. 219).

Evidentemente, a identidade de quebradeira de coco não é reconhecida em todos os lugares onde há ocorrência de babaçuais, configurando-se, portanto, como uma identidade territorializada. Essa nova e positiva identidade emergiu onde foram criadas condições para o seu desenvolvimento, proporcionadas por fatores como a luta pela terra, a autonomia no setor produtivo e no local de moradia, e as formas de ação político-organizativas permanentes (Almeida, 1995, p. 19).

As quebradeiras de coco babaçu da região do Médio Mearim deram início ao processo de organização coletiva estimuladas pelas arbitrariedades cometidas pelos ditos “donos das terras”. Esse processo se deu por meio de estratégias de resistência nas quais rompiam com os termos subordinados em que tradicionalmente eram classificadas (Barbosa, 2006). Muitas delas foram adquirindo representatividade à medida que os embates na região aconteciam e, com isso, acionaram a identidade política de quebradeira de coco babaçu.

O processo de organização política e social dessas mulheres abriu caminhos para que expusessem as diversas situações vivenciadas cotidianamente, desmistificando a naturalização de suas condições enquanto mulheres, quebradeiras de coco e trabalhadoras rurais. Todas as novas organizações tinham a finalidade de atender as comunidades que passaram pelo conflito e conquistaram a terra, dando prioridade a interesses específicos, com assistência direta e espaços onde todos pudessem participar das tomadas de decisão.

Entre os feitos mais marcantes da Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais (AMTR), destaca-se a participação ativa na criação e no fortalecimento do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB). Essa iniciativa foi essencial para ampliar a visibilidade de suas demandas em nível regional e nacional. Além disso, a AMTR desempenhou um papel crucial na luta pela aprovação de legislações municipais.

Neste sentido, o município de Lago do Junco entrou para a história como o primeiro a aprovar a Lei do Babaçu Livre na Câmara dos Vereadores. A promulgação da lei representa uma grande conquista das mulheres pelo acesso e uso comum das áreas de palmeiras, pois os fazendeiros passaram a ser oficialmente obrigados a permitir a livre coleta do coco em suas propriedades, além de cumprir exigências consoantes à conservação e ao manejo da espécie (Linhares, 2016, p. 136).

Outro destaque da atuação dessas mulheres é a colaboração com movimentos sociais em campanhas pela sustentabilidade e justiça climática, promovendo práticas agroecológicas que aliam a conservação ambiental à melhoria da qualidade de vida das famílias rurais. Essas iniciativas têm gerado impactos concretos, como o aumento da renda familiar e a preservação dos recursos naturais da região.

Os diversos espaços criados pelas mulheres — como o planejamento anual da associação, as assembleias, reuniões de diretoria, atos públicos, audiências, seminários, oficinas e campanhas — proporcionaram debates que resultaram no amadurecimento da identidade das quebradeiras e no conhecimento de seus direitos. Essa dinâmica fortalece o senso de pertencimento e solidariedade, criando uma base sólida para a atuação coletiva.

Ademais, esses encontros possuem um caráter pedagógico de formação política e educacional. A partir de debates, palestras e oficinas, as participantes ampliam seus conhecimentos sobre direitos humanos, legislação agrária e gênero, além de desenvolver habilidades de liderança e organização comunitária.

Inspirados por essa trajetória, os filhos e filhas dessas trabalhadoras também se mobilizaram na Associação de Jovens Rurais (AJR), criada em 1998 a partir da articulação de jovens ligados à Igreja Católica que buscavam um espaço próprio para discutir suas demandas por políticas públicas específicas. A AJR congrega grupos de comunidades rurais dos municípios de Lago do Junco e Lago dos Rodrigues, e tem a missão de contribuir no processo de formação educacional e político local, resgatando e valorizando a identidade camponesa e garantindo sua forte relação com a cultura e o território.

Com as parcerias firmadas ao longo dos anos, a Associação segue reafirmando seu compromisso com a justiça social, o empoderamento

feminino e a defesa dos direitos das quebradeiras de coco babaçu, inspirando gerações e construindo um futuro mais digno e sustentável para o Médio Mearim. Nos relatos de Sebastiana para Linhares (2016, p. 205-206), podemos observar detalhadamente como se deu esse processo de identificação e transformação das mulheres em quebradeiras de coco babaçu.

Na ASSEMA nós começamos a fazer parte dos grupos de estudos, organizados na época pela Noemi, reunia mulheres de vários municípios, tinha mulheres de Lima Campos, Lago do Junco, Esperantinópolis, São Luiz Gonzaga e outros, fazendo um intercâmbio de experiências, afinal “uma andorinha só não faz verão, né?” Nessas formações nós começamos a tratar da questão de ser quebradeira, nós não víamos que nós tínhamos uma profissão, quando a gente ia tirar um documento e perguntavam a nossa ocupação, a gente dizia que era doméstica e trabalhadora rural, antes as mulheres tinham vergonha de dizer que era quebradeira de coco, mas nas discussões nos grupos de estudo Noemi falava: “tudo que gerasse renda, era uma profissão” e a gente foi se despertando para isso, para a nossa identidade. Em 1991, teve em São Luiz o primeiro encontro onde foi criada a Articulação das Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu, mas nós pensamos e não queríamos apenas uma associação, nós queríamos um movimento e aí depois mudamos o nome para Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco, mas na verdade é uma associação que nós identificamos como movimento (Sebastiana Ferreira da Silva (Moça), 55 anos, quebradeira de coco babaçu, diretora regional do MIQCB na Microrregião do Médio Mearim). (Linhares, 2016, p 205-206).

Nesse cenário, a criação da Articulação das Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu e, posteriormente, do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) simboliza uma jornada de resgate e afirmação. Mais do que fundar uma associação, a iniciativa estruturou um movimento social capaz de pleitear direitos, visibilidade e reconhecimento profissional. Assim, o relato de Sebastiana Ferreira da Silva destaca não apenas a relevância da organização coletiva, mas também como a reflexão e o diálogo transformaram a percepção que essas mulheres tinham de si mesmas e de suas práticas laborais, elevando-as da invisibilidade à condição de protagonistas na luta por valorização.

Dessa forma, a atuação coletiva no âmbito da Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais (AMTR) demonstra a força da economia solidária como estratégia de resistência e transformação social. A cooperação, o compartilhamento de saberes tradicionais e a gestão

participativa fortalecem tanto a produção e a comercialização dos derivados do babaçu quanto o sentimento de pertencimento e identidade grupal. A experiência da associação ratifica que a organização comunitária é um caminho viável para a construção de alternativas econômicas sustentáveis, capazes de gerar renda e, concomitantemente, promover a emancipação do trabalho feminino no campo.

No entanto, apesar dos avanços conquistados, as integrantes da AMTR ainda enfrentam desafios estruturais que limitam a ampliação de sua autonomia. As barreiras no acesso a crédito, a persistente sobrecarga do trabalho doméstico e reprodutivo, bem como a permanência de padrões patriarcais que restringem o protagonismo feminino no meio rural, figuram como obstáculos complexos que ainda precisam ser superados.

CONSIDERAÇÕES

Este trabalho analisa o processo de organização política das mulheres quebradeiras de coco a partir da atuação da Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Lago do Junco e Lago dos Rodrigues (AMTR), destacando sua relevância como movimento social na conquista de direitos na região. Para tanto, realizou-se a contextualização da luta pela terra no Médio Mearim, estado do Maranhão, evidenciando, nesse cenário, as particularidades da mobilização feminina por meio da AMTR.

No estudo sobre a dinâmica da Associação, observou-se que ela desempenha um papel essencial ao articular ações que transcendem o campo econômico, alcançando dimensões políticas, culturais e sociais. Por meio de iniciativas voltadas à organização coletiva, à capacitação, à produção sustentável e à defesa do meio ambiente, a AMTR tem promovido mudanças significativas na vida das mulheres envolvidas. Essas transformações incluem o incremento da renda familiar, a elevação da autoestima, a abertura de espaços de liderança feminina e o fortalecimento da consciência política e ecológica.

Os resultados alcançados pela AMTR demonstram que a organização coletiva é capaz de gerar impactos concretos e duradouros. No campo econômico, a associação viabiliza às quebradeiras de coco babaçu maior acesso a mercados e consolida suas cadeias produtivas, impulsionando o desenvolvimento local e sustentável. Politicamente, suas ações têm contribuído para a reivindicação de políticas públicas que garantam o direito ao território e ao uso sustentável dos recursos naturais. No âmbito sociocultural, a preservação dos saberes tradicionais e o reconhecimento das mulheres como protagonistas são elementos fundamentais para a construção de relações mais solidárias.

No entanto, a pesquisa também identifica desafios e contradições que exigem reflexão e superação. Entre eles, destacam-se as dificuldades de financiamento e de infraestrutura, que limitam o alcance de algumas iniciativas; as barreiras culturais que perpetuam a desigualdade de gênero; e os entraves políticos que restringem a implementação de políticas públicas mais amplas e efetivas. Além disso, a dupla jornada de trabalho, que combina as atividades produtivas com as tarefas domésticas e reprodutivas, ainda se apresenta como um obstáculo significativo para muitas integrantes.

Diante desse cenário, os principais desafios futuros incluem a necessidade de ampliação das redes de apoio e parcerias, o robustecimento do protagonismo político das mulheres em espaços institucionais de decisão, e a criação de estratégias de comunicação e mobilização que ampliem o eco de suas ações. Mostra-se fundamental, outrossim, a integração da juventude na organização da luta, assegurando condições estruturais e jurídicas para a continuidade e a expansão do movimento.

Por fim, este trabalho ressalta que o processo organizativo da AMTR não se restringe à conquista de direitos específicos das mulheres, mas contribui ativamente para a construção de uma sociedade mais justa. A trajetória das quebradeiras de coco babaçu serve de inspiração e

paradigma para outros movimentos sociais que almejam a transformação em contextos de profunda desigualdade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Transformações econômicas e sociais no campo maranhense: autonomia e mobilização política dos camponeses no Maranhão**. São Luís, 1981.

ALMEIDA, Alfredo Wagner. **Quebradeiras de coco babaçu - identidade e mobilização: legislação específica e fontes documentais e arquivísticas (1915-1995)**. São Luís: MIQCB, 1995.

ANDRADE, Maristela de Paula. Hoje, a mulher é a estrela - divisão sexual do trabalho guerreiro nas lutas camponesas do Maranhão. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignez (organizadores). **Lutas camponesas: condições, dilemas e conquistas**. Vol. II, A diversidade das formas das lutas e conquistas. São Paulo: Ed. UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

BARBOSA, Viviane de Oliveira. **Mulheres do babaçu: gênero, materialismo e movimentos no Maranhão**. 2013. 267 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

BARBOSA, Viviane de Oliveira. **Na terra das palmeiras: gênero, o trabalho e identidades no universo de quebradeiras de coco babaçu no Maranhão**. 2006. Dissertação (mestrado em Estudos Éticos e africanos) Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

FERNANDES, Bernardo Mançano; NOVAES, Luísa. **Questão agrária e resistência no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

LIMA, Dayane de Sousa. **Conflitos da Terra no Médio Mearim: atuação de posseiros, movimentos sociais e Igreja Católica no Maranhão (1970-1990)**. Curitiba, 2023

LIMA, FGS; MIRANDA, ACC. **Luta camponesa e movimento social na região Médio Mearim: conflitos e conquistas na Comunidade de Ludovico, Lago do Junco (MA)**. Universidade Federal de São Carlos, 2013.

LINHARES, Anny da Silva. **Quebradeiras de coco babaçu no Médio Mearim, Estado do Maranhão: (re) construindo identidade e protagonizando suas histórias em defesa de patrimônios coletivos**, 2016l. MESC. Atlas Socioeconômico do Maranhão. São Luís: IMESC, 2022. Disponível em: <https://www.imesc.ma.gov.br>. Acesso em: 30 nov. 2024.

MARTINS, Cynthia Carvalho. **Agricultura e garimpo na lógica camponesa: os deslocamentos como categoria de análise**. 2000. 154 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís. Orientadora: Maristela de Paula Andrade.

MARTINS, José de Sousa. *A Igreja face à política agrária do Estado*. In: PAIVA, Vanilda (Org.). *Igreja e Questão Agrária*. São Paulo, 1985.

SHIRAISHI, Joaquim. *O direito das minorias: passagem do "invisível" real para o "visível" formal?* Manaus: UEA Edições, 2013.

SILVA, Jessé Lima da. *Babaçu livre, Terra e Movimento: a Luta das Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu e a Produção de Sabonetes*. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Educação do Campo. Universidade Federal do Maranhão, Bacabal – MA, 2020.

SILVA, Linalva Cunha Cardoso. *Quebradeiras de coco babaçu, organização e mobilização política no Lago do Junco e Lago dos Rodrigues, região do Médio Mearim (MA): a experiência na fábrica de sabonete*. Dissertação (mestrado em Cartografia Social e política da Amazônia) Universidade Estadual do Maranhão, São Luís - MA, 2018.

SOBRE OS ORGANIZADORES

Maria José Antunes da Silva

Possui graduação e Mestrado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (2004), doutorado em Política Social pela Universidade de Brasília (2019). Atualmente é professora da Graduação e do Mestrado em Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins. Tem experiência na área de Serviço Social, atuando principalmente nos seguintes temas: movimentos sociais, participação popular, lutas de classes, cidadania, democracia, processo de trabalho, formação e política social. Líder do grupo Gepe: SerLutas - Política Social, Lutas sociais e desafios para a intervenção do Serviço Social no campo e na cidade. Integrante do Núcleo de Estudos do Brasil Contemporâneo (NEBC/CEAM/UnB). Coordenou de 2019 a 2025 o curso de Serviço Social/Pronera/UFT

Josenice Ferreira dos Santos Araújo

Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba (1999), é mestre em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba (2003) é Doutora em Política Social pela Universidade de Brasília (2020) e faz Bacharelado em Teologia pela FABAD. É professora da Universidade Federal do Tocantins e Vice-Coordenadora do Curso de Serviço Social. Integrante do Grupo de Estudo e Pesquisa em Política Social, intersectorialidade e interdisciplinariedade e vice-líder do grupo de estudos e pesquisas em ética e área sócio-jurídica. (GEPE - ASJ- UFT) , membro do Projeto de pesquisa e extensão SER Lutas e na UNB participa como membro do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Trabalho, Sociabilidade e Serviço Social-TRASSO. Atualmente é Presidente do NDE do Curso de Serviço Social e docente no Mestrado do PPGSSocial da UFT. Tem experiência na área de Serviço Social, com ênfase em pesquisa sobre Política de Educação, Segurança e Sistema Prisional.

Ingrid Karla da Nóbrega Beserra

Professora Adjunta na Universidade Federal do Tocantins (UFT). Doutora em Política Social pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social, da Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestre em Serviço Social pela UFPE (2016). Bacharela em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (2013). Pesquisadora Associada na Rede Zika Ciências Sociais/Fiocruz. Membro da Rede Brasileira de Universidades Promotoras da Saúde (Rebraups). Membro do Comitê Estadual Interinstitucional de Monitoramento da Política Antimanicomial (Ceimpa/TO). Docente do Programa de Ensino em Ensino em Ciências e Saúde (PPGECS/UFT).

SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES

Adinari Moreira de Sousa

Doutor em Política Social, professor adjunto da Universidade Estadual do Ceará, membro - Laboratório de seguridade social, pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, tutor da Universidade de Brasília e professor facilitador - Programa de Extensão Universitária Liga da Família.

Cícera Nascimento da Silva

Bacharela em Serviço Social – Pronera/UFT.

Elaine Martins Moreira

Doutora em Serviço Social, Professora Associada da Escola de Serviço Social da UFRJ.

Fernando de Oliveira

Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal do Tocantins/Pronera/Turma Maria Trindade, negro, camponês, militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)

Francisca de Sousa Nascimento

Bacharela em Serviço Social pela universidade Federal do Tocantins (UFT). Professora da Educação básica no Município de Carrasco Bonito.

Ingrid Karla da Nóbrega Beserra

Professora na Universidade Federal do Tocantins (UFT). Coordenadora de Estágio do Curso de Serviço Social do Pronera. Doutora em Política Social.

Jorge Luis Ruberto Lima

Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal do Tocantins/Pronera/Turma Maria Trindade, camponês, líder do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)

Josenice Ferreira dos Santos Araújo

Professora do curso de graduação e pós-graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Tocantins. Miracema, TO, Brasil. Doutora em Política Social pela UnB.

Laura Maria Cunha

Assistente Social, Doutora em Serviço Social/UFPE, Professora Associada Adjunta do Curso de Serviço Social, UECE

Liana Brito de Castro Araújo

Professora adjunta da Universidade Estadual do Ceará nos cursos de Bacharelado em Serviço Social e Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social. Tem experiência na área de Serviço Social, com ênfase em Serviço Social, Questão Social, Questão Agrária, Trabalho e Movimentos Sociais.

Maria Cristina de Queiroz Nobre

É Professora Associada da Universidade Estadual do Ceará no Curso de Graduação em Serviço Social e no Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social, vinculada à linha de pesquisa Estado, Questão Social e Serviço Social.

Maria Helena Cariaga Silva

Professora do curso de graduação e pós-graduação em Serviço Social na Universidade Federal do Tocantins, Campus de Miracema, TO, Brasil. Doutorado pela PUC/SP em Serviço Social.

Maria José Antunes da Silva

Professora do curso de graduação e pós-graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Tocantins. Miracema, TO, Brasil. Doutora em Política Social pela UnB.

Maria Vicência Prima de Araújo

Bacharela em Serviço Social – Pronera/UFT.

Maristela Dal Moro

Doutora em Serviço Social, Professora Associada da Escola de Serviço Social da UFRJ.

Rejane Cleide Medeiros de Almeida

Pós-doutora em Educação pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Docente do curso de Educação do Campo na Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT). E da Pós-graduação em Estudos de Cultura e Território (PPGCult) e na pós-graduação em Educação (PPGE) pela mesma Universidade.

Ronne Eterno Oliveira da Silva

Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal do Tocantins/Pronera/Turma Maria Trindade.

Rosemary Negreiros de Araújo

Professora de História na graduação em Serviço Social/UFT, no Serviço Social/Pronera/UFT e no PPGSSocial da Universidade Federal do Tocantins – UFT, Campus de Miracema-TO. Doutora em Geografia pela Universidade Federal do Ceará Centro de Ciências (2016).

Sandra de Oliveira Gomes Pereira

Assistente social, mestra pelo Programa de Pós Graduação em Serviço Social pela UFT/Campus Miracema do Tocantins

Virgínia Márcia Assunção Viana

Assistente Social, Doutora em Educação – UFC/IEE-ULisboa, Professora Adjunta do Curso de Serviço Social, UECE.

Zaira Sabry Azar

Docente do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão. Pesquisadora do Grupo de Estudos, Pesquisa e Debates em Serviço Social e Movimentos Sociais (GSERMS).

